

RELATÓRIO DE GESTÃO

do Exercício de 2010



Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul

Relatório de Gestão do Exercício de 2010



Maio de 2010

Agricultura e abastecimento em boa companhia

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

WAGNER GONÇALVES ROSSI

Ministro

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CONAD

JOSÉ GERARDO FONTELLES

Presidente

ALEXANDRE AGUIAR

JOSÉ MENEZES NETO

MARIA DAS GRAÇAS FONTES

EDILSON GUIMARÃES

GUILHERME COSTA DELGADO

Membros

CONSELHO FISCAL - CONFIS

PEDRO ATAÍDE CAVALCANTE

Presidente

MARCUS VINÍCIUS SÓCIO MAGALHÃES

PEDRO ATAÍDE CAVALCANTE

WESLEY JOSÉ GADÊLHA BEIER

Membros

Diretoria Colegiada

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR

Presidente

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

Diretor Administrativo

AMAURY PIO CUNHA

Diretor Financeiro

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE

Diretor de Operações e Abastecimento

SILVIO ISOPO PORTO

Diretor de Política Agrícola e Informações

RAFAEL FERREIRA FONTES

Superintendente de Orçamento e Avaliação

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL
ANTÔNIO BENEDITO DOTTA
Superintendente

FERNANDO ZEFERINO
Gerente de Desenvolvimento e Suporte Estratégico

JANE MIGUEL DE PAULA
Gerente de Finanças e Administração

NILSON AZEVEDO MARQUES
Gerente de Operações

FERNANDO ZEFERINO
JANE MIGUEL DE PAULA
NILSON AZEVEDO MARQUES
SAMUEL OZÉIAS ALVES
VANESSA BARTELI REIS
FERNANDO AUGUSTO PINTO DA SILVA
ADIRSON MORENO PEIXOTO
ABDALLA MAHAMAD ABDO
MARTIN SABINO FILHO
ARILDO JOSÉ MÓISES
MESSIAS BALBINO
CLAÚDIO GARCIA DA SILVA
ARIZOLY RIBEIRO NETO

Elaboração

BETTI ISABEL BORGMANN
Apoio-Capa

Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul
Av. Mato Grosso, n.º 1022 – Campo Grande/MS – CEP 79002-232
ms.sureg@conab.gov.br
Fones: (67) 3382-1502 / 3382-1602 / 3382-1702
Fax: (67) 3321-2940

Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul

Relatório de Gestão do Exercício de 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a qual esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU n.º 63/2010, da Decisão Normativa TCU n.º 107/2010, da Portaria TCU n.º 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno contidas na Portaria CGU n.º 2.546/2010.

SUMÁRIO

RELAÇÃO DE SIGLAS	9
RELAÇÃO DE QUADROS E FIGURAS	12
APRESENTAÇÃO.....	15
1 – IDENTIFICAÇÃO:	16
2 – RESPONSABILIDADES, OBJETIVOS, PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	18
2.1 – RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	18
2.1.1 – Política de Garantia de Preços Mínimos e Instrumentos de Comercialização	20
2.1.2 – Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.....	22
2.1.3 – Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento	24
2.1.4 – Informações Agropecuárias e Pesquisa de Safras Agrícolas	25
2.1.5–Gestão de Estoques-Armazenagem, Fiscalização e Movimentação de Produtos Agropecuários	29
2.2 – ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS.....	32
2.3 PROGRAMAS E AÇÕES SOB RESPONSABILIDADE DA UNIDADE	35
2.3.1 - Programas.....	35
2.3.1.1 – (0352) Programa Abastecimento Agroalimentar.....	35
2.3.1.2 - (0360) Programa Gestão da Política Agropecuária.....	37
2.3.1.3 - (0901) Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	37
2.3.2 – Principais Ações dos Programas.....	37
2.3.2.1 -(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.....	37
2.3.2.2 -(20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos.....	41
2.3.2.3 (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	42
2.3.2.3 - (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	45
2.3.2.4 - (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras	48
2.3.2.5 - (2808) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação.....	51
2.3.2.6 – (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários	54
2.3.2.7 - (2130) Formação de Estoques Públicos.....	57
2.3.2.8 - (2272) Gestão e Administração do Programa.....	59
2.3.2.8.1 - Demonstrativo da Execução da Despesa.....	61
2.3.2.8.2 - Benefícios Complementares	61
2.3.2.8.3 - Despesas Correntes e Investimentos.....	62
2.3.2.9 - (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras	66

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

2.3.2.10 - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns	69
2.3.3 – Outras Ações	71
2.3.3.1 – Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos	71
2.3.3.1.1 - Prêmio para o Escoamento de Produto - PEP	71
2.3.3.2 - Comercialização de Produtos Agrícolas dos Estoques Públicos	73
2.3.3.3 - Serviços de Armazenagem	74
2.3.3.4 – Remoção de Produtos	75
2.3.3.5 - Fiscalização das Operações de Subvenção Econômica do Prêmio de Seguro Rural	76
2.3.3.6 – Levantamento da Produção Brasileira de Cana-de-Açúcar	77
2.3.3.7 – Participação na Execução do Fome Zero	78
2.3.3.8 – Operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	82
2.3.3.9 – Distribuição de Alimentos	89
2.4 - DESEMPENHO OPERACIONAL	95
2.4.1– Programação Orçamentária	95
2.4.1.1 - Movimentação orçamentária por grupo de despesa	95
2.4.2 – Execução Orçamentária	97
2.4.2.1 - Demonstrativo das Despesas por Modalidade de Contratação – créditos recebidos da UJ97	
2.4.2.2 - Demonstrativo das Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa –	
Créditos recebidos da UJ	98
2.4.3 – Execução Física e Financeira	99
2.5 – INDICADORES DE DESEMPENHO OU INSTITUCIONAIS	101
2.5.1 – (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras	101
2.5.2 – (2137) Fiscalização de Estoques Públicos	102
2.5.3 – (2130) Formação de Estoques Públicos	106
2.5.4 – (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras	107
2.5.5 - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns	108
3 - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	110
4 - INSCRIÇÕES DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE	
EXERCÍCIOS ANTERIORES (ITEM 4 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)	110
5 - COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	111
5.1 - ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	116
6 – INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO	
DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES, BEM COMO A TÍTULO DE SUBVENÇÃO,	
AUXÍLIO OU CONTRIBUIÇÃO.	123
7 - REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV	124
8 – DECLARAÇÃO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE BENS E RENDA	126
9 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ (ITEM 9 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU	
Nº 10/2010)	127

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

10 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS (ITEM 10 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)	129
11 - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS	131
12 – INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DOS CARTÕES DE PAGAMENTO	133
13 – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS	133
14 – DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU OU DO OCI.....	134
15 – INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA INTERNA DA CONAB.	134
16 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS, PELOS RESPONSÁVEIS, COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO.....	145
16.1 - ESTRUTURA FÍSICA.....	145
16.2 - ESTRUTURA DE PESSOAL	146
16.3 – ESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	147
16.4 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	147
16.5 - IMPACTOS NA GESTÃO	147
17 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	148
17.1 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR	148
17.2 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NA LEI N.º 4.320/64	149
17.3 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEI N.º 6.404/76.....	150
17.3.1 - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	157
17.4 – INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL	171
17.5 - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA UJ COMO INVESTIDORA	173
17.6 – PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE	175
18 - REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES.....	176
19 - UNIDADES JURISDICIONADAS PATROCINADORAS DE ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (ANEXO II PARTE C ITEM 36 DA DN TCU 107/2010).....	181
19.1 - INFORMAÇÕES SOBRE AS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADAS.....	181

Relação de Siglas

Sigla	Significado
ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ACT	Acordo Coletivo de Trabalho
AGF	Aquisição do Governo Federal
ATR	Açúcar Total Recuperável
AUDIN	Auditoria Interna
BACEN	Banco Central do Brasil
CAEAF	Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e desempregados
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
CEASAS	Centrais de Abastecimento
CGU	Controladoria Geral da União
CIBRIUS	Instituto CONAB de Seguridade Social
COEP	Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSAD	Consórcios de Segurança Alimentar Desenvolvimento Local
CPR	Cédula de Produto Rural
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DERAL/PR	Departamento de Economia Rural do Paraná
DEST	Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais
DIPAI	Diretoria de Política Agrícola e Informações
DIRAB	Diretoria de Operações e Abastecimento
DIRAD	Diretoria Administrativa
DOU	Diário Oficial da União
EFPC	Entidade Fechada de Previdência Complementar
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GEARE	Gerência de Avaliação de Resultados
GEASA	Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras
GEBEM	Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho
GECAD	Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns
GECAP	Gerência de Acompanhamento e Controle das Ações da Agricultura Familiar
GECAP	Gerência de Capacitação e Desenvolvimento
GECON	Gerência de Contabilidade
GEDES	Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico
GEFAD	Gerência de Finanças e Administração
GEFIS	Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais
GEFOC	Gerência de Formação e Controle de Estoques
GEFOP	Gerência de Folha de Pagamento
GEINT	Gerência de Informações Técnicas
GEOPE	Gerência de Operações
GEOSAFRAS	Sistema que tem como finalidade estimar, por meio de uma rede multi-institucional, áreas cultivadas e produtividade agrícola com uso de geotecnologias (sensoriamento remoto, GPS - Global Positioning System e SIG - Sistema de Informações Geográficas)
GEPOR	Gerência de Planejamento e Programação Orçamentária
GERAP	Gerência da Rede de Armazéns Próprios
GESAS	Gerência de Serviço de Assistência à Saúde
GESUP	Gerência de Supervisão Técnico-Operacional

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

GEVEP	Gerência de Avaliação e Vistoria dos Estoques Privados
GPS	Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
IAPAR	Instituto Agrônomo do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MI	Ministério da Integração Nacional
MOC	Manual de Operações Conab
MPS	Ministério da Previdência Social
NOC	Normas da Organização Conab
OAN	Ouvidoria Agrária Nacional
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCCS	Plano de Cargos, Carreiras e Salários
PEP	Prêmio do Escoamento do Produto
PEPRO	Prêmio Equalizador Pago ao Produto
PESOJA	Prêmio Equalizador da Soja
PGPAF	Preços de Referência para a Agricultura Familiar
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Programa Plano Plurianual
PROGE	Procuradoria Geral
PROHORT	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROP	Prêmio de Risco de Opção Privada
REFAP	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
SAS	Serviço de Assistência à Saúde
SEAPE	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SEC	Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab
SECOF	Setor Contábil e Financeiro
SEDEC	Secretaria Nacional de Defesa Civil
SEDEC	Secretaria Nacional de defesa Civil
SEDEM	Setor de Desenvolvimento Empresarial
SEOPE	Setor de Operações de Estoques
SEPAB	Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas Públicas para Igualdade Racial
SEREH	Setor de Recursos Humanos
SESAN	Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional
SETAD	Setor Administrativo
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE	Sistema de Administração de Pessoal
SIGABRASIL	Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira
SIGPLAN	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

SIMEPAR	Sistema Meteorológico do Paraná
SINAC	Sistema Nacional de Comercialização
SIPLAN	Sistema Integrado de Planejamento
SPA	Secretaria de Política Agrícola
SPC	Secretaria de Previdência Complementar
SUARM	Superintendência de Armazenamento e Movimentação de Estoques
SUCON	Superintendência de Contabilidade
SUFIS	Superintendência de Fiscalização de Estoques
SUGOF	Superintendência de Gestão da Oferta
SUINF	Superintendência de Informações do Agronegócio
SUMAJ	Superintendência de Matéria Judicial
SUMOC	Superintendência de Modernização e Capacitação
SUOPE	Superintendência de Operações Comerciais
SUPAB	Superintendência de Abastecimento Social
SUPAF	Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar
SUPOR	Superintendência de Orçamento e Avaliação
SUREG	Superintendência Regional
SUREG-MS	Superintendência Regional em Mato Grosso do Sul
SUREH	Superintendência de Recursos Humanos
SUTIM	Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação
SUTIN	Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação
TCU	Tribunal de Contas da União
UA	Unidade Armazenadora
UF	Unidade da Federação
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
VEP	Valor do Escoamento do Produto
X-FAC	Sistema de Faturamento e Controle de Estoques Públicos

Relação de Quadros e Figuras

Quadro	Descrição	Página
I	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	38
II	Execução Física do Serviço de Assistência à Saúde	38
II	Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)	39
IV	Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)	40
V	Custo por Atendimento do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)	40
VI	Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos	41
VII	Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)	41
VIII	Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)	42
IX	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	42
X	Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação	43
XI	Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação	44
XII	Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação	44
XIII	Execução Física/Orçamentária do Auxílio Alimentação	45
XIV	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	46
XV	Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte	46
XVI	Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte	47
XVII	Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte	47
XVIII	Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras	48
XIX	Situação de Unidades Armazenadoras Cadastradas, exercícios 2007, 2008 e 2009	48
XX	Percentual de Armazéns Cadastrados	49
XXI	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	51
XXII	Demonstrativo de Treinamentos por Área de Conhecimento	52
XXIII	Atendimento da Demanda de Capacitação	52
XXIV	Percentual da Execução Financeira com Capacitação	53
XXV	Custo por empregado capacitado	53
XXVI	Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares	54
XXVII	Demonstrativo das Quantidades Fiscalizadas	55
XVIII	Demonstrativo de Perdas	55
XXIX	Instrumentos de Apoio à Comercialização fiscalizados	56
XXX	Fiscalização de Estoques - Execução orçamentaria	56
XXXI	Formação de Estoques Públicos – PGPM	57
XXXII	Aquisições - PGPM (por ano)	58
XXXIII	Posição dos Estoques	58
XXXIV	Demonstrativo da Execução da Despesa	58
XXXV	Gestão e Administração do Programa	60
XXXVI	Demonstrativo da execução da despesa	61
XXXVII	Benefícios Complementares - Sureg-MS	62
XXXVIII	Processos Licitatórios - Relação	62
XXXIX	Pregões Eletrônicos - Resultados	63
XL	Outras Modalidades de Licitações – Resultados	63
XLI	Contratos Administrativos Vigentes em 31/12/2010	65
XLII	Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras	66
XLIII	Comparativo de Área e Produção de Grãos no MS	68
XLIV	Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns	69
XLV	Demonstrativo de Manutenção, Modernização e Adequação das Unidades Armazenadora	70

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

XLVI	Demonstrativo das Operações PEP – MILHO	72
XLVII	Demonstrativo das Operações PEP - TRIGO	72
XLVIII	Venda em Leilão Público	73
XLIX	VEP – Milho em grãos	73
L	Receita de Armazenagem com produtos de Terceiros	74
LI	Estoque Médio Armazenado	74
LII	Remoções de produtos dos Estoques Públicos – MDS E MDA	75
LIII	Remoções de Estoques do MDS	76
LIV	Demonstrativo do Número de Apólices de Seguro Rural	77
LV	Demonstrativo da Execução Orçamentária - seguro Rural	77
LVI	Comparativo de área, produtividade e produção – Safras 08/09 e 09/10	78
LVII	Produção de Açúcar e Alcool	78
LVIII	Demonstrativo das Doações Realizadas – Fome Zero	79
LIX	Demonstrativo da Distribuição de Produtos – Fome Zero	80
LX	Demonstrativo Doação de Feijão dos Estoques Públicos – Fome Zero	80
LXI	Demonstrativo da Distribuição de Alimentos (oriundos da Agricultura Familiar)	81
LXII	Demonstrativo das Metas Previstas	86
LXIII	Demonstrativo de Aquisições pela CDAF/MDS	87
LXIV	Demonstrativo de Aquisição e Distribuição de Produtos Alimentícios/ MDS	87
LXV	Demonstrativo da Execução da Despesa-MDS	88
LVI	Demonstrativo de Aquisições pela CDAF/MDA	89
LVII	Demonstrativo da Execução da Despesa - MDA	89
LVIII	Demonstrativo da Distribuição de Cestas de Alimentos – MI	90
LXIX	Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos - MDS	92
LXX	Demonstrativo de Aquisição de Gêneros Alimentícios – MDS	93
LXXI	Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos por grupos de beneficiários - MDS	93
LXXII	Demonstrativo da Execução da Despesa - MDS	94
LXXIII	Demonstrativo de atendimento – Doação de Feijão PGPM	95
LXXIV	Movimentação orçamentária por grupo de despesa	96
LXXV	Despesas por Modalidade de Contratação	97
LXXVI	Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	98
LXXVII	Demonstrativo da Execução Física e Financeira da Sureg-MS	100
LXXVIII	Percentual de Armazéns Cadastrados (indicador de desempenho)	101
LXXIX	Percentual de Fiscalizações Realizadas (indicador de desempenho)	102
LXXX	Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques (indicador de desempenho)	102
LXXXI	Índice de Perdas em Armazenagem (indicador de desempenho)	103
LXXXII	Índice de Desvio de Produtos Armazenados (indicador de desempenho)	103
LXXXIII	Índice de Ocorrência de Produtos Abaixo do Padrão (indicador de desempenho)	104
LXXXIV	Índice de Ocorrência de Produtos Desclassificados (indicador de desempenho)	104
LXXXV	Custo por Fiscalização realizada (indicador de desempenho)	105
LXXXVI	Percentual de Fiscalização dos Estoques Públicos (indicador de desempenho)	105
LXXXVII	Percentual de produtos adquiridos para Formação de Estoques (indicador de desempenho)	106
LXXXVIII	Percentual de Execução Financeira na Formação de Estoques	106
LXXXIX	Percentual de Pesquisa de Safras	107
XC	Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria (indicador de desempenho)	108
XCI	Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas (indicador de desempenho)	108

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

XCII	Índice de Eficiência por Unidade Recuperada/Modernizada da Rede Própria de Armazéns (indicador de desempenho)	109
XCIII	Demonstrativo de Restos a Pagar	110
XCIV	Composição do Quadro de Recursos Humanos - Sureg/MS	111
XCV	Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual	112
XCVI	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária	112
XCVII	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade	113
XCVIII	Composição do Quadro de Estagiários	113
XCIX	Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010	114
C	Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	114
CI	Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	115
CII	Distribuição de Pessoal Contratado para Prestação de Serviço com Locação de Mão-de-obra	115
CIII	Faixa Etária X Tempo de Trabalho	118
CIV	Demandas Trabalhistas, por Sureg e Risco	123
CV	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	132
CVI	Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União de Responsabilidade da UJ	132
CVII	Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	177
CVIII	Cibrius - Total da Folha dos Participantes - Sureg-MS	181
CVIX	Cibrius - Total das Contribuições dos Empregados	182
CX	Cibrius – Total das contribuições pagas pela Patrocinadora Conab	182
CXI	Posição Custodiante – HSBC/CCF em 31/12/2009	183
CXII	Meta de rentabilidade por segmento	187
CXIII	Classificação de Risco	188
CXIV	Comparativo das Rentabilidades dos Investimentos	190
CXV	Custos Percentuais do Plano	193
CXVI	Contribuições sobre Folha de Salários dos Participantes	194
Figura		
	Descrição	Página
I	Municípios contemplados	84
II	Faixa Etária X Tempo de Trabalho	117
III	Evolução do N.º de Treinandos e do Custo <i>Per Capta</i>	120
IV	Serviços de Saúde	121
V	Evolução das Demandas Trabalhistas	122

Apresentação

O Relatório de Gestão, que integra a prestação de contas da Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab no Estado de Mato Grosso do Sul (Sureg-MS) ao Tribunal de Contas da União-TCU, referente ao exercício fiscal de 2010, foi elaborado em conformidade com a Instrução Normativa n.º 63, de 1.º de setembro de 2010, Decisão Normativa n.º 107, de 27 de outubro de 2010, Portaria TCU n.º 277, de 7 de dezembro de 2010, e Portaria CGU n.º 2.546, de 27 de dezembro de 2010, que aprovou a Norma de Execução n.º 03, da mesma data.

O Plano Plurianual-PPA e a Lei de Responsabilidade Fiscal direcionam claramente o foco da gestão pública para a qualidade e transparência na utilização dos recursos públicos. Assim, apresentamos neste Relatório a atuação da Sureg-MS, segundo esses preceitos, e de acordo com as Ações executadas por esta Regional no âmbito dos Programas do Governo Federal.

As atividades desenvolvidas estão inseridas nas diversas Ações que compõem os programas de governo inscritos no PPA, havendo atividades que foram realizadas, também, sob a forma de descentralização orçamentárias/financeiras, em atendimento a Termos de Cooperação celebrados pela Conab com outros órgãos públicos detentores das ações orçamentárias.

As ações finalísticas, ou seja, aquelas diretamente vinculadas à missão institucional, compõem o Programa Abastecimento Agroalimentar visando, entre outros objetivos, ao aumento e diversificação da produção agrícola e a formação de estoques públicos, com vistas à regularidade do abastecimento interno e à segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

As atividades desenvolvidas durante o exercício sob exame estão inseridas nas diversas ações que compõem os Programas do Governo inscritos no PPA 2008-2011 e nos Planos Internos da Conab. Também foram executadas ações decorrentes de parcerias ou convênios firmados com diversos órgãos, estando todas as atividades condizentes com o Estatuto Social e alinhadas com o Planejamento Estratégico da Companhia, cujo desenvolvimento das Ações e os resultados alcançados estão explicitados no presente documento.

Do portfólio de atribuições da Sureg-MS, destacaram-se a evolução dos projetos de aquisição de produtos da Agricultura Familiar – PAA, tanto na compra para formação de estoques, quanto na compra com doação simultânea aos beneficiários.

Como atividade que merece destaque, a intervenção na comercialização do milho de 1ª e 2ª safras, através de operações de PEP – Prêmio para Escoamento do Produto, com a oferta de 900.000 toneladas de milho, das quais foram formalizadas 679.720 toneladas, com previsão de pagamento de subvenção no valor máximo de R\$ 53.759.490,00.

Este Relatório reúne o detalhamento dos esforços empreendidos na execução das atividades pela Conab, no âmbito da Sureg-MS, no cumprimento de sua missão institucional ao “contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento”.

Antonio Benedito Dotta

1 – Identificação:

Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA			
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Companhia Nacional de Abastecimento			
Denominação abreviada: Conab			
Código SIORG: 087348	Código LOA: não se aplica	Código SIAFI: 135192	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Empresa Pública			
Principal Atividade: Administração pública em geral			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(67)3383-1666	(67)3384-1343	(67)3384-9995
Endereço Eletrônico: ms.sureg@conab.gov.br			
Página da Internet: www.conab.gov.br			
Endereço Postal: Av. Mato Grosso, n.º 1022, Campo Grande/MS, CEP:79002-232			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Constituída nos termos do art. 19 da Lei n.º 8.029 de 12.04.90, regulamentada pelo Decreto n.º 99.944 de 26.12.90, última alteração Decreto n.º 2.390 de 19.11.97			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Lei n.º 8.171, de 17 de janeiro de 1991 Lei n.º 9.973, de 29 de maio de 2000 Decreto n.º 3.855, de 03 de julho de 2001 Estatuto Social Regimento Interno Processos Internos			
Manuais e publicações relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Manual de Operações da Conab-MOC Normas de Organização-NOC Regulamento Simplificado de Compra e Venda de Produtos			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

135192	Conab Sede Sureg/MS
135194	Unidade Armazenadora de Campo Grande
135195	Unidade Armazenadora de Dourados
135196	Unidade Armazenadora de Cassilândia
135197	Unidade Armazenadora de Maracajú
135199	Unidade Armazenadora de Rio Brilhante
135200	Unidade Armazenadora de São Gabriel D'Oeste
135201	Unidade Armazenadora de Sidrolândia
135402	Estoque Estratégico
135193	Estoque Regulador MS – PGPM
135432	Mercado de Opções MS
135551	Programa de Aquisição de Alimentos – PAA MS
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
22211	Companhia Nacional de Abastecimento
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
135192	22211

Com sede em Campo Grande, a Sureg-MS está subordinada hierarquicamente à Presidência da Conab e funcionalmente às respectivas Diretorias. No âmbito de sua jurisdição, tem as seguintes competências regimentais:

- I. Representar a Companhia perante os órgãos federais, estaduais e municipais;
- II. Manter estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio, objetivando antever soluções para questões regionais, divulgar as ações da Companhia e buscar novos negócios;
- III. Divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia, as disposições legais e os atos normativos em vigor;
- IV. Coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas;
- V. Constituir grupos de trabalho, comissões de licitação, de sindicância, de inventário de mercadorias e outros similares de interesse da Companhia.

Sua estrutura orgânica, composta por unidades administrativas e operacionais, está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.

2 – Responsabilidades, objetivos, programação e execução orçamentária

2.1 – Responsabilidades Institucionais da Unidade

A Conab, empresa oficial do Governo Federal que tem por finalidade executar as Políticas Agrícolas no segmento do abastecimento agroalimentar, atua em todo o território nacional por meio de suas Superintendências Regionais, visando assegurar o atendimento de necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando mecanismos de mercado, garantindo renda ao produtor rural e a regularidade do abastecimento agroalimentar.

A missão institucional da Conab é “Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.”

A Companhia tem por objetivos:

- Planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal;
- Implementar a execução de outros instrumentos de sustentação de preços agropecuários;
- Executar as políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária;
- Coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- Encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários, no mercado interno;
- Desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, consoante diretrizes baixadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e observado o Decreto n.º 3.981, de 24 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior - Camex, do Conselho de Governo, e dá outras providências;
- Participar da formulação da política agrícola; e
- Exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

Para cumprir sua missão e objetivos, a Conab realiza atividades como: comprar, vender e permutar produtos de origem agropecuária. Podendo ainda, promover a estocagem e o transporte desses produtos e, se necessário, atuar como companhia de armazéns gerais, além de executar operações de comércio exterior, nos mercados físico e futuro, de produtos de origem agropecuária, participar dos programas sociais do Governo Federal que guardem conformidade com

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

as suas competências, firmar convênios, acordos e contratos, inclusive para financiamento e para gestão de estoques agropecuários de propriedade do Governo Federal, com entidades de direito público ou privado, efetuar operações financeiras com estabelecimentos de crédito, inclusive mediante garantia do Tesouro Nacional, observada a legislação em vigor; aceitar, emitir e endossar títulos, receber garantias de caução, fiança, aval, penhor e hipoteca, aceitar doações e dar destinação a elas, de acordo com os objetivos da Companhia, promover a análise e o acompanhamento do agronegócio brasileiro, incluindo oferta e demanda, preços internos e externos de produtos agropecuários e insumos agrícolas, previsão de safras e custos de produção, promover a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de pessoal, em atividades relativas aos objetivos da Companhia, explicitados no art. 6º; e prestar, mediante remuneração, apoio técnico e administrativo ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a outros órgãos e entidades públicos, na execução das ações decorrentes dos mandamentos legais e regulamentares da legislação agrícola e do preceito institucional de organizar o abastecimento alimentar.

A Conab desenvolve atividades que abrangem toda a cadeia do sistema produtivo dos principais produtos agrícolas destinados ao suprimento da sociedade brasileira. Sua atuação pode ser dividida em cinco grandes segmentos de atividades:

➤ **Informações do Setor Agropecuário:** Desenvolver atividades de coleta, tratamento e análise de informações e dados sobre o comportamento das safras agrícolas, dos mercados (nacional e internacional), custos de produção, e outras informações que são repassadas ao Governo Federal e ao setor agropecuário. Tais informações possibilitam ao Governo a adoção de medidas de apoio e incentivo à agropecuária, reunidas nos chamados Planos-Safra.

➤ **Gestão dos Estoques Públicos:** Formar e fiscalizar os estoques públicos e administrar as atividades de armazenamento, movimentação e destinação desses estoques (venda ou doação aos programas sociais), participando, também, do processo de comercialização de produtos agrícolas, seja por compra direta, venda em bolsas de mercadorias ou balcão, ou na utilização de instrumentos que incentivem o escoamento de produtos para áreas desabastecidas.

➤ **Programas Sociais e de Abastecimento:** Desenvolver atividades voltadas à disponibilização de produtos (pela aquisição direta ou em bolsas de mercadorias), e ao transporte e a entrega nos locais/comunidades de destino, de acordo com programas sociais e de abastecimento desenvolvidos pelo Governo Federal.

➤ **Armazenagem:** Oferecer serviços de recepção, guarda e conservação de produtos agropecuários ou industrializados e a respectiva expedição exercendo, ainda, o papel de companhia de armazéns gerais, atuando no mercado de forma supletiva e estratégica.

➤ **Organização e apoio aos mercados varejistas de micro e pequeno porte e atacadista hortigranjeiro:** Induzir ações de preparação, formalização e regularização de unidades varejistas para formação de Centrais de Negócios, e articular com o setor e seus parceiros visando a integração de bancos de dados estatísticos, treinamento, modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa, com a disponibilização e democratização do acesso às informações geradas.

2.1.1 – Política de Garantia de Preços Mínimos e Instrumentos de Comercialização

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e saindo do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

➤ **Aquisições do Governo Federal (AGF):** consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.

No ano de 2010 foram adquiridas 965.953 toneladas de produtos tais como café, feijão, milho, sisal e trigo, com destaque para o trigo no estado do Rio Grande do Sul com participação de 33,04%. Tais aquisições se justificaram pelos baixos preços vigentes no mercado interno decorrentes dos altos estoques mundiais e da baixa demanda interna devido às facilidades oferecidas aos empresários na importação, tais como: isenção da Tarifa Externa Comum-TEC (10%), do adicional de frete da marinha mercante (25% sobre o valor do frete) e do prazo para pagamento do produto.

➤ **Contrato de Opção:** permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que deseja comprar,

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

No ano de 2010, as aquisições totalizaram 70.779 toneladas de café em milho em grãos, referentes a contratos comercializados durante o exercício de 2009, cujos preços praticados no mercado ainda estavam abaixo dos de referência constantes nos contratos.

➤ **Prêmio de Escoamento de Produto (PEP):** é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões, àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

Em 2010, foram realizadas operações de PEP equivalentes a 17.083.600 toneladas de arroz, milho, sisal e trigo; e 213.316 toneladas de derivados de uva.

➤ **Valor de Escoamento do Produto (VEP):** instrumento de Comercialização Governamental, concedido por meio de leilão, àqueles que se dispõem a adquirir o produto do Governo Federal e promover seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida, mediante recebimento de subvenção econômica.

Neste instrumento são priorizados os produtos de safras antigas, os considerados sob risco de perda do valor comercial ou em deterioração, as pontas de estoques e saldos remanescentes em quantidades irrelevantes para o mercado e os localizados em regiões distantes.

Se o Governo decidisse por uma venda normal, com os preços de mercado, apenas os consumidores próximos teriam interesse em adquirir o produto, possivelmente prejudicando a comercialização local e não atendendo ao objetivo de abastecer as regiões carentes.

No exercício de 2010 foram negociadas 66.890 toneladas de milho, armazenados nos Estado da Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Tocantins. A demanda é estabelecida pela Secretaria de Política Agrícola-SPA do MAPA, estando relacionada à necessidade e abastecimento na região consumidora.

➤ **Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO):** subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

Em 2010, foram ofertadas 1.190.000 toneladas de milho produzidas no Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso e Piauí, das quais foram negociadas 875.095 toneladas.

➤ **Vendas em Leilão Público:** a intervenção do governo na comercialização de produtos agrícolas se dá com a participação das Bolsas de Cereais, visando suplementar a oferta e corrigir os desequilíbrios de preços, no âmbito da política de abastecimento.

As vendas realizadas com os estoques governamentais (vínculo AGF, Contrato Público de Opção de Venda e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA), em 2010, resultaram em 709.310 toneladas negociadas, com destaque para o milho, que correspondeu a 90,11% do total ofertado.

➤ **Vendas em Balcão:** programa de abrangência nacional que permite, de forma efetiva, que os compradores de pequeno porte tenham acesso aos estoques oficiais, com igualdade de condições obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Objetiva viabilizar o acesso dos criadores e da agroindústria de pequeno porte aos estoques públicos de produtos agrícolas, por meio da venda direta; garantir o suprimento de insumos a preços de mercado, estimulando e apoiando a pequena produção rural e propiciar que as entidades de pesquisa contribuam para o desenvolvimento do setor.

No ano de 2010, o total de vendas em balcão correspondeu a 236.999 toneladas, com operações voltadas quase que exclusivamente para o milho (99,95%), já que as vendas de arroz em casca, castanha de caju e farelo foram pouco significativas (2,7; 117,6; e 0,2 toneladas respectivamente). Mediante esse Programa foram realizados 83.243 atendimentos a clientes previamente cadastrados, sendo que as vendas de milho foram mais concentradas nos Estados de Santa Catarina e do Ceará (65.620 e 58.722 toneladas).

Vale lembrar que é de responsabilidade da SPA/MAPA a decisão sobre os instrumentos e o momento em que serão utilizados, a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados, assim como a origem e o destino dos produtos. Cabe à Conab sua operacionalização, ou seja, a elaboração dos editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e, quando for o caso, o pagamento da respectiva subvenção, com recursos oriundos do Tesouro Nacional.

2.1.2 – Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

Alimentos-PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

A criação do PAA por instrumento legal (Lei n.º 10.696/03) representou um marco na política agrícola brasileira. Sua implementação revela a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar, historicamente ausente das políticas públicas. Ao assegurar aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos, o governo lhes transmite segurança e, como os preços são remuneradores, eles se sentem incentivados a produzir mais e melhor. Com a geração de renda, e outras ações articuladas, eleva-se o padrão de vida do agricultor e de sua família e promove-se o desenvolvimento sustentável nas áreas mais desassistidas do meio rural.

A Conab exerce papel preponderante ao dar suporte às ações de comercialização, que é uma das etapas mais difíceis das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, implementando instrumentos de política agrícola específicos a essa atividade. O Programa de Aquisição de Alimentos não somente apoia a agricultura familiar como facilita o processo de doação, realizando ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e visa, ainda, à formação de estoques estratégicos.

As atividades desenvolvidas pela Companhia, referentes à operacionalização do Programa, estão em sintonia com outras ações implementadas pela Conab e relacionadas ao Fome Zero, quais sejam: estruturação de logística de recebimento, armazenagem e distribuição de donativos, e leilão eletrônico de compra de alimentos visando ao atendimento emergencial de comunidades indígenas, quilombolas e acampados da reforma agrária, em situação de risco alimentar.

O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA e os recursos oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

➤ Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR-Estoque, o qual visa a formação de estoques por meio da Agricultura Familiar. Em 2010, as operações movimentaram 32,916 toneladas de diversos produtos agrícolas, beneficiando 10.177 agricultores familiares enquadrados no Pronaf, organizados em cooperativas ou similares, contemplando 124 municípios, em 14 estados do território nacional.

➤ Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea- CPR-Doação, que permite a aquisição da produção de agricultores familiares com doação simultânea. Atingiu nesse ano o quantitativo de 160.745 toneladas, contemplando 73.026 agricultores familiares, distribuídos em todos os estados da federação, com destaque para Minas Gerais. Os produtos adquiridos foram doados a 17.766 entidades, identificadas como instituições governamentais ou não-governamentais que desenvolvem trabalhos de atendimento às populações em situação de risco social, e beneficiaram cerca de 15.247.554 pessoas, com maior concentração de beneficiários consumidores em Minas Gerais e Paraná.

➤ Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF tem apoiado o agricultor familiar na medida em que, sendo feita diretamente pela Conab, dispensa intermediários, com o pagamento líquido e certo da produção agrícola familiar. Caracteriza-se pela aquisição de produtos agropecuários definidos pelo Governo, a preços de referência, em pólos de compra instalados

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

próximos aos locais de produção. Por meio da Compra Direta, que foi utilizada em 14 estados da federação, ocorreu a aquisição de 32.344 toneladas de diversos produtos, atendendo 11.309 agricultores familiares, localizados em 112 municípios da federação, com destaque para o Rio Grande do Sul, que atendeu cerca de 7.121 agricultores, distribuídos em 22 municípios do Estado.

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos, podendo ser canalizados para populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

Em 2010 foram feitos investimentos significativos no PAA, totalizando R\$402.032.861,00. Esse resultado demonstra a relevância da Conab na operacionalização do PAA, tarefa que veio ampliar e aprofundar suas responsabilidades sociais, ao atuar especificamente com segmentos de agricultores muitas vezes preteridos pelas políticas públicas.

2.1.3 – Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento

No âmbito dos programas institucionais e sociais de abastecimento, destacam-se as parcerias firmadas com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e com o Ministério da Integração Nacional-MI (Defesa Civil), incluindo outros agentes públicos, que permitiram, ao longo do ano de 2010, viabilizar a distribuição de 46.065 toneladas de produtos, equivalentes a 2.088.829 cestas de alimentos, suplementado as necessidades alimentares e nutricionais de famílias de trabalhadores rurais acampadas, quilombolas, comunidades de terreiros, famílias atingidas por barragens, famílias de marisqueiros/caranguejeiros e comunidades indígenas, além daquelas comunidades vitimadas por calamidades públicas, em diferentes regiões do país e em países amigos, que estiveram em situações emergenciais propícias à insegurança alimentar.

Para a composição das cestas de alimentos, geralmente contendo: arroz, feijão, fubá, farinha de mandioca, macarrão, óleo e açúcar, a Conab recorre ao estoque estratégico formado por produtos oriundos das aquisições do PAA e/ou adquiridos no mercado, via leilão público ou, ainda, utiliza produtos recebidos em doação ao Fome Zero.

Os beneficiários da distribuição gratuita de alimentos, caracterizados como famílias ou grupos populacionais específicos, em situação de vulnerabilidade social e/ou insegurança alimentar e nutricional, são indicados pelo MDS ou pelo MI e/ou pelo Comitê Gestor das Ações Federais de Emergência, sendo que a distribuição fica a cargo dos representantes da Funai, Incra, Funasa, Fundação Cultural Palmares, Defesa Civil, MAB, SEPPIR, Ouvidoria Agrária Nacional OAN/MDA, Forças Armadas, além dos diversos parceiros do Fome Zero.

A experiência e a capilaridade operacional da Conab são fundamentais no apoio logístico demandado pelos diversos programas e ações governamentais. Essa logística tem favorecido o recebimento, a guarda, o transporte e a disponibilização de produtos ou mercadorias para distribuição.

No contexto do Fome Zero, tais ações contemplam produtos recebidos em doação de terceiros, incluindo mercadorias e equipamentos apreendidos por órgãos públicos de fiscalização,

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

tais como equipamentos eletrônicos, utensílios, peças de vestuários e brinquedos. Também foram distribuídos materiais de instrução pedagógica, como cartilhas utilizadas em campanhas e atividades de capacitação nas áreas de segurança alimentar e cidadania. A movimentação dessas mercadorias, incluindo sua doação, é definida pelos órgãos gestores, cabendo à Conab as ações operacionais e fiscais decorrentes.

Fortalecendo as relações interinstitucionais a Conab participa, também, de ações relativas à ajuda internacional, encaminhando alimentos para o exterior, caso o Governo Federal assim o decida, mediante cestas cuja composição procura respeitar as características alimentares do país beneficiário. A demanda, nesse caso, é definida nas esferas diplomáticas, e o processo é conduzido pelo Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional, ficando a entrega sob a responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores.

No ano em referência, foi enviado o total de 175,7 toneladas de produtos alimentícios a populações vitimadas em situação de risco nutricional no Haiti e no Peru.

Na linha dos programas institucionais, tendo como diferencial ser um programa de gestão direta da Conab e contar com dotação orçamentária específica, deve ser destacada a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP, em fase de estruturação, criada com a missão de articular ações que contribuam para a modernização e o fortalecimento do segmento varejista. Essa ação, sob a coordenação da Conab, tem por objetivo proporcionar, ao segmento dos micro e pequenos varejistas, sistemas de gestão comercial que propiciem a qualificação e expansão de seus negócios, mediante suporte técnico, acesso direto a potenciais fornecedores e acesso a capital de giro com taxas diferenciadas, com a perspectiva de oferecer às comunidades mais necessitadas produtos de qualidade a preços compatíveis.

Essa ação foi concebida em face da necessidade de se preservar a pluralidade do pequeno comércio varejista, instalado nas periferias das grandes cidades e nas pequenas concentrações urbanas, e ao mesmo tempo garantir a satisfação das demandas das comunidades circunvizinhas, com produtos de qualidade e a preços condizentes com o mercado. Por meio do processo de indução, a REFAP estimula o associativismo entre os varejistas filiados, com o propósito de formação das Centrais de Negócios.

A estratégia de implantação adotada previa o início da Rede a partir da Região Nordeste, contemplando os estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia, sendo estendida, em 2010, para o Estado do Amazonas. Nesse ano, foram cadastradas 185 novas unidades de novos varejistas, e disponibilizada, para comercialização, em 3.395 pontos de venda, 1.448 toneladas de açúcar, arroz beneficiado, leite em pó, e pêssego em calda, adquiridas no âmbito do PAA.

2.1.4 – Informações Agropecuárias e Pesquisa de Safras Agrícolas

Buscando ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agropecuário e de abastecimento, a Conab tem o compromisso de difundir, sistematicamente, as informações demandadas pelo setor. Nesse sentido, possui e mantém atualizado um dos maiores bancos de dados sobre o segmento agropecuário e vem disponibilizando parte desse acervo, desde 1992, por meio de publicações que contemplam estatísticas referentes a: Estimativas de Safras (principais grãos, café e cana de açúcar); Importações e Exportações Brasileiras; Balança Comercial

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

da Agricultura; Oferta e Demanda dos principais produtos; Preços da Agropecuária (produtor, atacado e varejo); Preços Mínimos (PGPM) e Preços de Referência para a Agricultura Familiar (PGPAF); Preços dos Insumos Agropecuários; Índices Econômicos; Impostos de Importação; Indicadores Econômicos e outros. Também divulga dados relativos às operações da Companhia, tais como Aquisições-AGF, Vendas, Contrato Público de Opção de Venda, Programa de Escoamento do Produto – PEP, Valor do Escoamento do Produto –VEP, Programa de Venda Balcão e, mais recentemente passou a disponibilizar os dados referentes à Agricultura Familiar.

Destacam-se as estimativas de produção, cujo volume e complexidade dos trabalhos pertinentes têm aumentado, em razão da crescente safra brasileira e da exigência cada vez maior dos usuários.

O acompanhamento e a quantificação da produção agrícola brasileira pelo MAPA, mediante os Levantamentos das Safras Agrícolas realizadas pela Conab, é de extrema relevância para a formulação e execução da Política Agrícola, pois permite aos gestores de políticas públicas conhecer a produção brasileira de grãos, antecipando-se aos eventuais problemas de abastecimento, adotando as ações corretivas proativa e tempestivamente, possibilitando, ainda, informar ao mercado sobre o volume a ser produzido, de forma a viabilizar seu planejamento. Ou seja, tais levantamentos, ao mesmo tempo em que subsidiam a elaboração de políticas agrícolas e de abastecimento, dão a necessária transparência aos agentes que interferem no mercado, nas decisões de produção e comercialização. Revela-se, portanto, de fundamental importância para as atividades de acompanhamento conjuntural dos produtos e para as de comercialização e movimentação das safras.

Os Levantamentos de Safras Agrícolas fornecem dados estatísticos de área, produção e produtividade dos principais grãos e fibras que compõem a safra agrícola nacional, provendo o Governo de informações sobre a evolução dos produtos agrícolas, especialmente os destinados ao consumo humano, animal e industrial.

Esta atividade vem sendo desenvolvida regularmente pela Conab desde a sua criação (mais especificamente desde os anos 70, pela ex-Companhia de Financiamento da Produção-CFP), obedecendo a um calendário divulgado previamente para cada ano-safra. Cabe destacar que o corpo técnico da Conab acumulou, ao longo do tempo, significativa experiência e qualidade na sua execução, conquistando a credibilidade de diferentes segmentos das áreas pública e privada. O conceito de ano-safra adotado significa o intervalo de tempo entre o início do plantio à colheita e até o fim da comercialização (12 meses) que melhor agrega estas safras e que não necessariamente coincidem com o ano civil. Assim, estipula-se que o início do ano-safra ocorre com o início do plantio dos produtos da Safra de Verão, a mais significativa delas. O trabalho consiste na realização de pesquisas de campo para apurar, em termos quali-quantitativos, a situação das lavouras cultivadas no País. Para efeito deste trabalho, considera-se que o Brasil possui safras distintas, a saber: Safra de Verão, Safra da Região Norte/Nordeste e Safra de Inverno.

As pesquisas distribuem-se geograficamente pelo País e ao longo do tempo, podendo ocorrer coincidências de época, como por exemplo: a Safra de Inverno e a maior parte da Safra da Região Nordeste. Com isso, cada uma das pesquisas de campo tem um objetivo diferente, dependendo da época em que é realizada. Cabe esclarecer que a pesquisa contempla a “Intenção de Plantio” e o “Acompanhamento da Cultura” durante todo o ciclo vegetativo, sendo que no primeiro caso as informações coletadas referem-se apenas à primeira estimativa da área plantada e, no

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

segundo, pode se desdobrar em duas fases: durante o desenvolvimento vegetativo da cultura e durante a colheita.

O levantamento de dados é realizado nas principais áreas de produção do País, consultando-se informantes que atuam junto aos produtores rurais, tais como agrônomos, técnicos de cooperativas, agentes financeiros, revendedores de insumos, Secretarias de Agricultura e órgãos de assistência técnica e extensão rural. Os roteiros compõem uma amostra intencional, definida a partir da área plantada de cada uma das principais culturas amparadas pela PGPM, representando o universo das mais diferentes regiões produtoras, sob os aspectos de solo e clima, levando em conta a distribuição espacial e temporal das colheitas.

Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância. No caso de ocorrências de situações climáticas anormais são realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas. A partir de 1998, a Conab decidiu investir no aperfeiçoamento do processo de avaliação de safra, passando a pesquisar tecnologia de sensoriamento remoto, técnicas de agrometeorologia e novos “softwares” estatísticos, visando melhor tratamento dos dados amostrais e maior acurácia e confiabilidade das informações produzidas. Para tanto, além da aquisição de equipamentos de informática, parcerias com instituições de ensino e pesquisas, como IBGE, INMET, IAPAR, SIMEPAR, DERAL, UNICAMP, INPE, UFPR, EPAGRI e UFRGS foram estabelecidas, com vistas à modernização do processo.

Nesse contexto, a partir de 2003 teve início o projeto GeoSafras, que busca a redução da subjetividade na avaliação e oferece informações objetivas mais precisas sobre área cultivada e produtividade das culturas, épocas e localização da produção. Na geração das informações o GeoSafras, complementando a metodologia tradicional de consulta direta ao setor produtivo, faz uso de geotecnologias tais como, métodos estatísticos, sensoriamento remoto, posicionamento por satélite (GPS), sistema de informações geográficas e modelos agrometeorológicos. O modelo de coleta possibilita o mapeamento de áreas cultivadas, por meio de imagens de satélite, e a estimativa de produtividade por meio de modelos agrometeorológicos.

Entre as atividades desenvolvidas pelo GeoSafras, em 2010, destacam-se: a) aquisição do sistema de recepção de imagens de satélite (antena parabólica, software e chave da EUMETSAT), previsto no acordo de cooperação e de intercâmbio de informações coordenado pela Comunidade Europeia, chamado DevCoCast; b) manutenção das atividades do Laboratório de Tratamento de Imagens de Satélite – LATIS, implementado no acordo com o INMET; c) Desenvolvimento de um Sistema (Modelo) de previsão de produtividade baseado em parâmetros espectrais, agrometeorológicos e agrícolas; d) mapeamento das áreas de produção de café nos estados da Bahia, Rondônia, Espírito Santo, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo, de cana de açúcar, milho e soja.

A articulação institucional tem sido fundamental para viabilizar a execução desse Projeto, e o ambiente de cooperação constituído com um grupo de aproximadamente quinze instituições públicas de ensino e pesquisa e também entidades de apoio e extensão rural, sob a coordenação da Conab, tem permitido aprimorar as estimativas, tornando inquestionáveis os números do governo.

Ao final do ano de 2007, em atenção a antigas reivindicações dos agentes do agronegócio, que são usuários de informação de safras, os levantamentos do prognóstico passaram a ser realizados em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE,

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

iniciando um processo de harmonização das estimativas oficiais de safra para as principais culturas temporais brasileiras. Até então, as pesquisas divulgadas pela Conab objetivavam orientar a cadeia produtiva e as do IBGE atendiam a fins estatísticos.

A Conab conseguiu atender a meta prevista para as pesquisas de campo em 2010, realizando as pesquisas programadas conforme os períodos de safra das diversas regiões produtoras, sendo que nos meses em que não foram executados trabalhos em campo, os dados foram coletados por outros meios, como telefone, e-mails etc, complementando os levantamentos.

Desta forma, as pesquisas realizadas apontaram que a safra 2009/10 foi de 149,20 milhões de toneladas, superior à safra anterior em 10,4%. De acordo com o quarto levantamento da safra de grãos 2010/11, a área a ser cultivada com as principais culturas no País está estimada em 48.000,9 mil hectares, superior à da safra anterior (2009/10) em 1,29% (612,2 mil hectares), devendo atingir uma produção de cerca de 149,41 milhões de toneladas.

De forma semelhante, a Conab procedeu a elaboração de estimativas da produção de café, laranja, dendê, pinhão manso e da cana de açúcar, e, também, o levantamento dos custos de produção e os estoques privados de café, mediante Planos de Trabalho assinados com o MAPA.

Essas informações são balizadoras do mercado e têm sido exaustivamente utilizadas pelos operadores do agronegócio e pelo governo como suporte na tomada de decisões. As estimativas de safras influenciam diretamente no comportamento dos preços internos e externos dos produtos agrícolas primários e seus derivados. O conhecimento do volume da produção e da sua distribuição no espaço geográfico propiciam ao governo aprimorar as ações nas políticas públicas para o setor agrícola, possibilitando estabelecer uma melhor logística de atuação nas mais diversas situações. O governo pode ainda planejar com maior segurança as atividades que envolvem os principais elos da cadeia produtiva, sobretudo nos pontos mais vulneráveis onde estão produtores e consumidores. Para a iniciativa privada, os benefícios permeiam todo o ambiente do agronegócio: setor produtivo, armazenagem, manutenção de estoques, transporte, industrialização, comercialização, exportação e importação. Portanto, ao aperfeiçoar sua forma de atuação nessa área, a Conab tem procurado cumprir seu compromisso de prestar serviços de qualidade na geração e difusão de informações agrícolas.

Também integra o conjunto de informações disponibilizadas pela Conab o projeto SIGABrasil, que consiste em um sistema de informações geográficas da agricultura brasileira, cujo objetivo é dar suporte ao agronegócio, mediante a integração de diversas bases de dados tabulares e geográficos (produção agrícola, rede de armazéns, agroindústrias, centros consumidores, malha rodoviária, ferroviária e hidroviária etc), permitindo a escolha de melhores alternativas para a logística do agronegócio, visando ao maior desempenho da cadeia produtiva agrícola do País.

Esse conjunto de informações tem permitido o planejamento de operações tais como a escolha de melhores rotas de escoamento da produção, a localização de estoques excedentes ou de regiões de fortes demandas, o fluxo de cargas, a orientação para investimentos em recuperação e construção da malha viária, a escolha de locais mais adequados para instalação de agroindústrias e o planejamento de programas sociais.

O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-PROHORT, entre outros objetivos, também se propõe a compor o conjunto de informações agrícolas, na medida em que visa a desenvolver e integrar os bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

(Ceasas), subsidiando informações técnicas para a formulação de políticas agrícolas e de abastecimento, universalizando as informações geradas e reduzindo as assimetrias junto ao público. Instituído em 2005, o Programa tem a finalidade de, em interação com os Estados, Municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, resgatar o Sistema Nacional de Informações do setor, possibilitando a modernização da gestão dos mercados e dos serviços de apoio e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento. Estas Centrais poderão se tornar áreas privilegiadas para a execução e difusão das Políticas Públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança alimentar.

A comercialização de produtos hortigranjeiros tem sido muito expressiva, sendo este o setor da agricultura que mais cresce no mundo, e representa uma produção basicamente de pequenas áreas e diversas origens, possibilitando alta receita/hectare e manutenção de mão de obra no campo. No entanto, apesar de representativo, necessita do apoio e da ação governamental, principalmente devido ao grande número de áreas de produção, dificuldades relacionadas com a logística de transportes, perecibilidade dos produtos e o potencial de aumento de consumo interno e externo.

2.1.5–Gestão de Estoques-Armazenagem, Fiscalização e Movimentação de Produtos Agropecuários

A Conab atua direta e indiretamente no armazenamento de produtos agropecuários no Brasil.

De forma direta, mantém uma Rede Armazenadora constituída por 175 armazéns, agrupados em 94 unidades, com capacidade estática para 2.167.197 toneladas, em ambientes natural e artificial, sendo que a maior concentração de armazéns ocorre na região Centro-Oeste (32,6%), particularmente no Estado do Mato Grosso, que conta com 21 armazéns. Essas unidades destinam-se a prestar serviços de armazenamento e correlatos ao público em geral e também dão suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa (comercialização, distribuição ou formação de estoques estratégicos).

A armazenagem predominante nas UAs-Unidades Armazenadoras da Conab é a modalidade granel, representando 56% da capacidade total; a convencional participa com 43% e a destinada a produtos frigorificados, ambiente artificial, corresponde a 1%. Embora em operação, as unidades armazenadoras necessitam de manutenção e modernização, tanto das bases físicas, quanto dos seus equipamentos.

O estoque médio armazenado, em 2009, equivalia a 1.029.364 toneladas, sendo 599.780 t de estoques do governo e 429.584 t de estoques de terceiros. Em 2010, equivale a 1.125.336 toneladas, sendo 927.536 toneladas de estoques do governo e 197.800 toneladas de estoques de terceiros. Esse resultado representa um aumento de 9,32%, em relação ao exercício anterior. Nos estoques governamentais houve incremento de 54,65% e redução de 53,96% no quantitativo de estoques de terceiros, provocando, portanto, redução de 39,83% na reecheita de armazenagem de produtos de terceiros.

Buscando a otimização da rede, tanto em termos de ocupação de espaços, quanto de receita, e visando se tornar mais competitiva, a Companhia tem investido na capacitação dos empregados e na manutenção/modernização de suas unidades buscando, inclusive, adaptar-se às recentes normas de certificação.

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

Além de atuar no armazenamento de produtos agropecuários, a Conab responde pela manutenção do cadastro de armazéns do país e pela fiscalização dos estoques governamentais em armazéns próprios e de terceiros. Também incentiva a modernização desse segmento, participando de forma ativa no projeto de certificação de unidades armazenadoras.

A atuação da Conab na formação e manutenção do Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras, assim como na sua contínua atualização, implica a realização de operações de cadastramento e recadastramento, em nível nacional. Em 2010, a programação previa a realização de cadastramento/recadastramento de 4.500 armazéns, tendo sido realizados 6.115. Além dos censos de armazenagem programados, ocorreram, ainda, cadastramentos emergenciais em outros estados, objetivando o aumento da capacidade estática credenciada, para a efetivação das aquisições (AGF e Contrato Público de Opção de Venda) e apoio aos instrumentos de comercialização, especificamente o Prêmio de Escoamento do Produto-PEP e o Prêmio de Risco de Opção Privada-Prop.

As informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e sua qualificação, ou seja, equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos, são fundamentais para o conhecimento da oferta de armazenagem no país.

Ao final do exercício estavam cadastrados 17.489 armazéns, com capacidade estática para 137.875.605 de toneladas, sendo 25.842.460 toneladas para produtos embalados ou enfardados e 112.033.145 toneladas para granel. No entanto, apenas 376 destes armazéns, correspondendo a 5.534.665 toneladas, se enquadravam nos requisitos técnicos estabelecidos pela Conab para trabalharem com os estoques públicos.

Como forma de prestar apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenagem que realiza, a Conab também exerce relevante papel na Movimentação dos Estoques Públicos.

A remoção de estoques tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, para permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

Foram contratadas remoções para a movimentação de 610.071 toneladas de milho em grãos, feijão, arroz e trigo, vinculados à PGPM. Foram removidas também 621 toneladas de produtos alimentícios vinculados à Defesa Civil, 7 toneladas dos estoques do MDA, e 17.826 toneladas de produtos do MDS.

À Conab também compete uma ação extremamente relevante para a gestão dos estoques públicos, que é a Fiscalização dos Produtos Agroalimentares.

Com essa ação a Conab realiza, sistematicamente, o acompanhamento e a avaliação da integridade quantitativa e qualitativa dos estoques públicos, buscando evitar perdas, desvios de produtos e os prejuízos decorrentes. Suas atividades são relacionadas à fiscalização dos estoques próprios, governamentais e especiais do agronegócio, envolvendo a classificação e o controle de qualidade, assim como a vistoria dos estoques privados e dos programas institucionais e sociais de abastecimento.

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

Durante a fiscalização são avaliadas as condições técnicas, cadastrais e contratuais das Unidades Armazenadoras e o estado de conservação dos produtos. Também são apuradas as irregularidades operacionais, as faltas e depreciações qualitativas dos estoques e, ainda, a normalidade das operações com os estoques especiais do agronegócio.

Nesse exercício foram realizadas as 9 etapas previstas no programa anual de fiscalização e mais 7 especiais, em função da efetivação das aquisições e de denúncias de desvio de estoques. Foram vistoriados 5.285 armazéns, em todos os estados da federação e no Distrito Federal. Destaca-se que os estoques são fiscalizados mais de uma vez ao ano.

A fiscalização realizada em 2010 contemplou, cumulativamente, 40.179.122 toneladas de produtos, sendo estes vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA, às Aquisições do Governo Federal, aos Contratos Públicos de Opção de Venda, ao Fome Zero ou aos demais programas executados pela Conab, correspondendo a 99,46% dos estoques contábeis existentes no período de fiscalização e superando a meta operacional estabelecida para o exercício em 14,8%.

Nas operações foram registradas perdas qualitativas (produtos abaixo do padrão e/ou desclassificados) de 6.319 toneladas de milho e feijão e perdas quantitativas (desvios e perdas em armazenagem), de 40.898 toneladas de arroz, feijão, milho e trigo.

Como resultado dessas operações, e conforme orientações contidas nos normativos internos, as providências adotadas com relação às ocorrências registradas implicaram cobranças, impedimento/descredenciamento do agente armazenador, abertura de processos administrativos, ou notificações à Procuradoria Geral da República, dependendo de cada situação.

Com a atividade de fiscalização busca-se, proativamente, propiciar maior segurança aos estoques depositados, de forma e aumentar a transparência, a responsabilidade e a eficiência dos procedimentos adotados pelos armazenadores.

Além dos estoques foram realizadas também 3.667 fiscalizações sobre os instrumentos de comercialização, englobando PEP, PROP, VEP, Vendas em Balcão e propriedades rurais, objetivando garantir o atendimento à legislação e a confiabilidade das operações realizadas.

Alicerçadas pelo conjunto de informações agropecuárias, as ações empreendidas pela Conab na execução das políticas agrícola e de abastecimento, seja por intermédio de instrumentos de comercialização específicos, seja na operacionalização do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, ou ainda por meio da implementação de programas sociais e institucionais, contaram com o suporte de uma estrutura armazenadora e também com a fiscalização das condições de armazenamento dos produtos cuja posição de estoques, em 2010, correspondeu a 7,1 milhões de toneladas.

Desta forma, mediante a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, e por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, a Conab tem apoiado tanto a agricultura familiar quanto a empresarial, exercendo um importante papel na formulação e na implementação de políticas públicas voltadas ao setor agrícola e de abastecimento.

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

2.2 – Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

Considerando a missão institucional da Conab que é: “Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento” e os objetivos do Programa Abastecimento Agroalimentar, inscritos no Plano Plurianual-2008/11, que buscam contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como a manutenção de estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira, a Companhia centrou esforços e direcionou suas ações no atendimento das necessidades dos segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares, famílias em situação de risco nutricional e pequenos varejistas.

Para tanto, o foco das principais ações finalísticas esteve centrado nos objetivos vinculados à execução dessas políticas, delineados no Mapa Estratégico Corporativo, quais sejam:

a) Assegurar a execução efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos e Atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos

Nesse sentido, atenção especial foi dada à operacionalização da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM e do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Ambos objetivam a redução das flutuações dos preços recebidos pelos produtores, de maneira a incrementar e garantir a oferta de alimentos e matérias-primas e a manutenção da renda do setor rural, pela intervenção do Governo Federal, via aquisição de produtos ou utilização de instrumentos que incentivem a comercialização. Além disso, o PAA objetiva, ainda, promover a inclusão social de grande número de pequenos agricultores familiares que, em virtude da pequena escala de produção, não conseguem facilidades e preços remuneradores na comercialização de seus produtos.

Especificamente na área de atuação da Conab, a Ação Formação de Estoques contou, em 2010, com recursos orçamentários da ordem de R\$2,3 bilhões, suficientes, caso fosse necessário, para a aquisição de 3,5 milhões de toneladas de produtos agrícolas.

Devido a situações regionais, geradas por questões de logística, por aspectos mercadológicos e econômicos, tanto nacionais quanto internacionais, os preços recebidos pelos produtores de alguns produtos, tais como do milho e do sisal, demandaram grandes intervenções do Governo Federal, que ocorreram por meio de leilões previstos nos instrumentos de subvenção (PEP, PEPRO e Contrato de Opção) e por aquisições diretas – AGF.

O Governo Federal, por meio da Conab, manteve permanente atenção às flutuações de preços, atualizando mensalmente os dados sobre o desempenho da safra agrícola, pronto para agir nos momentos, na intensidade e nos locais necessários.

Outro fator que também contribuiu para a normalização do mercado e reduziu a necessidade de formação de estoques foi a utilização dos instrumentos de comercialização, que concedem subvenções econômicas como incentivo ao escoamento de produtos para as regiões consumidoras ou para a exportação.

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

A utilização desses instrumentos garantiu a estabilidade da renda do setor rural e a redução dos efeitos causados pela valorização do real e, ao Governo Federal, menores despesas com a formação e o carregamento no tempo de grande volume de estoques públicos.

Se por um lado a utilização desses instrumentos propicia a manutenção da renda no setor rural, reduz as flutuações de preços no mercado interno e garante o abastecimento, por outro a sua operacionalização exige grande esforço administrativo, operacional e financeiro por parte da Conab, em decorrência da comprovação da operação, quando os agentes entregam nas Superintendências Regionais toda a documentação exigida nos diversos editais dos leilões públicos, para conferência, análise e pagamento da subvenção.

b) Fortalecer a atuação no segmento da Agricultura Familiar

O Programa de Aquisição de Alimentos-PAA visa apoiar a agricultura familiar, por meio da compra da produção de pequenos agricultores, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e à formação de estoques estratégicos. Na operacionalização deste Programa a Conab tem aumentado a cada ano o número de agricultores familiares atendidos e o volume de recursos aplicados. Em um primeiro momento a Conab promove, por meio de palestras e reuniões, a apresentação do Programa, dos instrumentos de aquisição e das condições para participação. Após a divulgação, as associações e cooperativas de agricultores têm à disposição o PAANet, via Internet, pelo qual as propostas de participação são encaminhadas à Conab para aprovação.

Os recursos para a operacionalização do PAA são repassados à Companhia por meio de termos de cooperação celebrados com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e do Desenvolvimento Agrário-MDA.

A operacionalização se materializa por meio dos instrumentos de Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR-Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR-Doação). Os produtos adquiridos com recursos do MDS são destinados à doação às famílias ou grupos sociais em situação de insegurança alimentar e nutricional, podendo, em caso de risco de perdas, serem comercializados. Por sua vez, aqueles adquiridos com recursos do MDA são direcionados para a venda, como forma de manutenção dos recursos para atendimento a novos produtores.

A operacionalização deste Programa exige grande esforço da Conab, seja na fase de divulgação dos instrumentos, seja nas aquisições e na remoção dos produtos. A promoção do Programa exige o deslocamento de empregados para regiões interioranas visando a participação em reuniões com produtores familiares, que para maior disseminação das informações são, geralmente, realizadas nos finais de semana. Exige também a criação de postos de compra em locais distantes, com a disponibilização de empregados no local e a rápida remoção dos produtos, tendo em vista que grande parte desses locais não contam com estruturas armazenadoras adequadas à guarda e conservação dos produtos.

c) Estar apta para atender os programas sociais e emergenciais de distribuição de alimentos

Outra estratégia de atuação da Conab é a formação e manutenção de um estoque estratégico de produtos alimentícios, armazenado em unidades próprias, em locais de fácil acesso,

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

objetivando rapidez no atendimento a situações emergenciais, com a distribuição de alimentos às famílias em situação de carência alimentar e nutricional.

Esse estoque é formado com recursos orçamentários/financeiros transferidos pelos Ministérios da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e comprados por meio de leilões públicos ou com a utilização de produtos adquiridos pelo PAA.

Para celebração dos Termos de Cooperação, a Conab mantém permanente contato com os órgãos detentores das Ações Orçamentárias destinadas ao combate à fome e à miséria e realiza diversos leilões de compra, providenciando a montagem das cestas e a remoção para as áreas de distribuição ou para unidades armazenadoras mais próximas. Tais ações exigem grande esforço operacional, administrativo e de logística, pois concorre com a realização das demais atividades relacionadas tais como: formação e manutenção de estoques, fiscalização dos estoques públicos, cadastro de armazéns, atendimento a produtores familiares, operacionalização dos instrumentos de comercialização etc.

São contempladas com as doações famílias de trabalhadores rurais que se encontram acampadas, no aguardo de sua inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária, comunidades indígenas, de terreiros, remanescentes de quilombos, famílias desalojadas de áreas ocupadas por barragens, marisqueiros e caranguejeiros.

d) Organizar e fortalecer o comércio varejista de pequeno porte

Objetiva propiciar ao segmento dos micro e pequenos varejistas sistemas de gestão comercial que lhes propiciem a qualificação e a expansão de seus negócios, mediante suporte técnico, acesso direto a potenciais fornecedores e a capital de giro, com taxas diferenciadas e com a perspectiva de que possam oferecer às comunidades mais necessitadas produtos de qualidade a preços compatíveis, a Conab criou a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP, perfeitamente integrada às estratégias do governo para o fortalecimento e ampliação de ações de segurança alimentar e desenvolvimento local. Os resultados previstos são:

- Para as comunidades: melhoria do suprimento alimentar, pelo oferecimento de produtos de qualidade a preços acessíveis;
- Para os municípios: maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação pela formalização e expansão do comércio local;
- Para os varejistas: qualificação e expansão do seu comércio em função do suporte técnico oferecido, do capital de giro com taxas diferenciadas, e o acesso direto e em condições favoráveis às indústrias fornecedoras;
- Para os fornecedores: expansão qualitativa de suas vendas, pelo acesso a novos grupos de consumidores, com garantia total quanto ao pagamento dos negócios realizados, proporcionando ocupação de eventuais capacidade ociosas.

Até o fim do exercício de 2010 a rede contava com 2.576 unidades varejistas cadastradas, agrupadas em 8 Centrais de Negócios formadas e em processo de formação nos Estados do Ceará, de Pernambuco, de Alagoas, da Paraíba, da Bahia, do Piauí e do Maranhão.

e) Articular a modernização do mercado de hortigranjeiros.

Com a desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-Sinac - que tinha como proposta inicial o estabelecimento de uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais para servir como ponto de referência aos negócios entre produtores e distribuidores, propiciando o melhor ponto de equilíbrio da oferta e preços, levando à transferência do controle acionário das Ceasas para Estados e Municípios - boa parte das estruturas passou a apresentar uma série de deficiências estruturais, técnicas e operacionais. Tais deficiências implicaram, em maior ou menor grau, na obsolescência das estruturas físicas de comercialização e apoio, bem como na precarização dos métodos de gestão empresarial e dos serviços de informação e assistência técnica aos produtores, vendedores e consumidores. Muitas vezes submetidos a interesses políticos locais, ou à influência dos agentes privados, que virtualmente se apropriaram da gestão, pressionando por tarifas e preços irrealistas, foi solapada a capacidade de sustentabilidade financeira de boa parte das empresas gestoras.

Diante desse cenário a Conab deu início a uma série de atividades que propiciassem a remontagem desse Sistema, concretizado por meio da Portaria MAPA 171, de 24 de março de 2005, que instituiu no âmbito da Conab o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro, objetivando, entre, outros o desenvolvimento e integração dos bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento e a universalização das informações geradas, objetivando a redução de assimetrias; a modernização dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento, tornando-as áreas privilegiadas para execução e difusão das políticas públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança.

Nesse sentido, a Conab criou o portal www.ceasa.gov.br com informações diárias sobre preços e quantidades dos 48 principais produtos comercializados nas Ceasas, informações sobre o Prohort, disponibilização de trabalhos técnicos, normativos, acervo de trabalhos técnicos sobre as Ceasas, informações técnicas sobre hortaliças e frutas, informações sobre conjuntura agrícola etc.

2.3 Programas e Ações sob Responsabilidade da Unidade

Para efeito de programação e execução orçamentária, as atividades desenvolvidas pela Sureg-MS inseridas em 13 Ações, contempladas em três Programas do Plano Plurianual – PPA 2008/2011.

São realizadas, também, atividades em atendimento a Termos de Cooperação, custeadas por transferências orçamentárias/financeiras, recebidas na Matriz, em Brasília, e repassadas às regionais para execução.

2.3.1 - Programas**2.3.1.1 – (0352) Programa Abastecimento Agroalimentar**

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

- **Tipo de Programa:** Finalístico
- **Objetivo Geral:** contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira.
- **Gerente do Programa:** Alexandre Magno Franco de Aguiar – Presidente da Conab.
- **Gerente Executivo:** Matheus Benevides Gadelha – Coordenador da Coamo.
- **Público-Alvo (beneficiários):** O público-alvo é constituído pelos produtores rurais, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, usuários de informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamento, famílias em situação de risco nutricional, governo e segmento varejista.

Indicadores ou parâmetros utilizados:

a) Produção Nacional de Grãos:

Fórmula de Cálculo: Total da produção de grãos, em milhões de toneladas, no ano-safra.

b) Número de Produtores Rurais Atendidos pelos Instrumentos de Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários

Fórmula de Cálculo: Soma do número de produtores atendidos (por CPF ou CNPJ) pelos seguintes instrumentos de comercialização= Aquisições do Governo Federal (AGF) + Contratos Públicos de Opção de Venda + Prêmio de Escoamento do Produto (PEP) + Prêmio de Risco de Opção Privada (PROP) + Prêmio Equalizador da Soja (PESOJA) + Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO).

c) Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de algodão em pluma e o consumo aparente no ano de referência.

d) Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de arroz em casca e o consumo aparente no ano de referência.

e) Margem de Disponibilidade de Trigo

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de trigo e o consumo aparente no ano de referência.

f) Margem de Disponibilidade de Milho

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de milho e o consumo aparente no ano de referência.

g) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários

Fórmula de Cálculo: Recursos Orçamentários [(Valor Gasto na Formação de Estoques Públicos-PGPM + Valor gasto na Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos

**Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento**

Agropecuários)] + Recursos Não Orçamentários [(Comercialização de Produtos Via Mercados Futuros e de Opções-BB Garantia de Preços)].

h) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos Agropecuários

Fórmula de Cálculo: Total de crédito rural concedido pelas instituições Financeiras Oficiais Federais de Crédito.

2.3.1.2 - (0360) Programa Gestão da Política Agropecuária

- Tipo de Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Específicas.
- Objetivo Geral: coordenar a formulação, o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando a garantia de abastecimento, a sustentação da renda e a competitividade do agronegócio brasileiro.
- Gerente do Programa: Edilson Guimarães – SPA/MAPA
- Gerente Executivo: José Maria dos Anjos – SPA/MAPA

Público-Alvo: Governo Federal

- Indicadores ou parâmetros utilizados: Programa sob a responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola-SPA/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA, que objetiva coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas agrícola e pecuária, visando assumir especial relevância na formulação, avaliação, reordenamento e controle dos programas finalísticos. Os indicadores são formulados e controlados pelo próprio MAPA.

2.3.1.3 - (0901) Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

- Tipo de Programa: Operações Especiais
- Objetivo Geral: cumprir o pagamento de despesas relativas a sentenças judiciais envolvendo ações trabalhistas ou condenações pecuniárias.
- Gerente do Programa: Esse programa possui apenas coordenadores nacionais.

2.3.2 – Principais Ações dos Programas**2.3.2.1 -(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes**

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
- **Descrição:** Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.

**Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento**

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD
- **Coordenador nacional da Ação:** Daniela Ramos Sette
- **Responsável Regional:** Gefad/Sereh – Arildo José Moisés
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – GEBEM

Resultados:

Quadro I

(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
Programa de Trabalho = 20.301.0352.2004.0001 - PTRES = 024581

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MS	
Dotação Orçamentária Inicial	14.882.545,00	650.000,00	
Suplementação/Cancelamento	7.670.505,00	-	-
Dotação Final	22.553.050,00	650.000,00	2,88
Execução Orçamentária	22.528.324,99	649.668,69	2,88
Índice	99,89	99,95	-
Meta Física	14.849	320	2,16
Execução Física	15.104	340	2,25
Índice	101,72	106,25	-

Considerando que o gasto de R\$ 649.668,69, em pagamento de despesas com o Serviço de Assistência Médica à Saúde – SAS, realizados pelos empregados “lotados na Sureg-MS” e seus dependentes típicos e atípicos, constatou-se que a despesa efetuada representou 99.95% da meta financeira de R\$ 650.000,00, para todo o ano-exercício de 2010.

Quadro II

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2009	2010		2009	2010	
Meta/Dotação Orçamentária	460	320	-30,43	484.000,00	650.000,00	34,30
Execução	354	340	-3,95	479.801,87	649.668,69	35,40
Percentual de Execução	76,96	106,25	-	99,13	99,95	-
Gasto per capita (R\$)				1.355,37	1.910,79	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Comparando-se o número de beneficiários atendidos, no total de 340, resultando no incremento maior de 6,25%, em relação à meta física, previamente estabelecida em 320 beneficiários, constata-se que, com o aumento da idade dos empregados e seus beneficiários, a tendência de crescimento no número de atendimento será sempre maior que a meta física estabelecida.

A Conab administra o seu próprio Plano de Saúde, configurando-se, dessa forma, no sistema de auto-gestão. Neste modelo, não há contribuição fixa mensal, pois o servidor só participa

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

quando realiza despesas, porém, a sua participação é calculada sempre de acordo com a sua faixa salarial, de acordo com as normas regimentais vigentes.

De acordo com o modelo adotado pela empresa, para operacionalizar o SAS, a Conab disponibiliza ainda, a realização de exames médicos periódicos custeando 100% (cem por cento), de todos os exames obrigatórios, de acordo com os dispositivos contidos na Norma Regulamentadora n.º 1 (NR-1), item 1.8, da Portaria Mtb n.º 3.214/78, bem como no Regulamento de Pessoal – Capítulo XIII -Dos Deveres e Proibições. O Exame Médico Periódico é totalmente custeado pela Companhia, que consta de exames laboratoriais, consultas oftalmológica, cardiológica, ginecológica, urológica, etc.

➤ Indicadores de Desempenho da Ação:

a) Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)

Quadro III

Nome: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos				
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				64,43
2008				63,32
2009				76,96
2010	Meta:	100,00	Realizado	106,25

Conforme se denota dos anos anteriores. Onde o número de beneficiários atendidos foi menor que a meta física estabelecida, no exercício de 2010, além do cumprimento integral da meta, houve ainda, um acréscimo de 6,25% sobre a programação prevista, em razão do aumento da idade e dos dependentes dos empregados da Conab.

b) Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)

Quadro IV

Nome: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				99,85
2008				99,16
2009				99,13
2010	Meta:	100,00	Realizado	97,23
Análise: O percentual de 97,23 da execução da dotação prevista indica que a meta foi cumprida.				

c) Custo por Atendimento do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)
Quadro V

Nome: Custo por Atendimento do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Custo unitário de atendimento médico e odontológico do SAS				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do SAS				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por atendimento				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado Y= n.º de atendimentos no período				
Fonte: X= Siafi Y= Sureh/Gesas				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				1.026,82
2008				1.179,04
2009				1.355,37
2010	Meta:	1.355,37	Realizado	1.658,65
Análise: O acréscimo no valor unitário do custo do atendimento deve-se ao reajuste das tabelas médicas CBHPM e outras negociadas diretamente com as cooperativas de serviços médicos específicos.				

2.3.2.2 -(20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos

- **Tipo: Atividade**
- **Finalidade:** Proporcionar aos servidores e empregados condições para manutenção da saúde física e mental.
- **Descrição:** Realização dos exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD
- **Coordenador Nacional da Ação:** Andrey de Matos Martins
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – GEBEM

Quadro VI
(20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos
Programa de Trabalho = 20.301.0352.20CW.0001
PTRES = 030856

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MS	
Dotação Orçamentária Inicial	467.307,00	2.550,00	
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	467.307,00	2.550,00	0,55
Execução Orçamentária	466.920,20	2.529,31	0,54
Índice	99,92	99,19	-
Meta Física	2.596	20	0,77
Execução Física	2.320	17	0,73
Índice	89,37	85,00	-

Fonte: Geare e Gebem

Quadro VII

Nome: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos				
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
R 2010	Meta:	100,00	Realizado	85,00
Análise:				

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento
Quadro VIII

Nome: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2010	Meta:	100,00	Realizado	99,19
Análise:				

2.3.2.3 (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa conceder o auxílio-alimentação, sob a forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
- **Descrição:** Concessão, em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia, do auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei n.º 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição, ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD
- **Coordenador Nacional da Ação:** Andrey de Matos Martins
- Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – GEBEM

Quadro IX

(2212) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Programa de Trabalho = 20.306.0352.2212.0001 - PTRES = 001684

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MS	
Dotação Orçamentária Inicial	19.092.224,00	550.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	4.061.531,00	-	-
Dotação Final	23.153.755,00	550.000,00	2,38
Execução Orçamentária	23.066.478,63	548.603,20	2,38
Índice	99,62	99,75	-
Meta Física	4.003	90	2,25
Execução Física	4.329	101	2,33
Índice	108,14	112,22	-

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

A dotação orçamentária inicial prevista para esta Sureg/MS, durante o exercício de 2010, no valor de R\$ 550.000,00 (Quinhentos e cinquenta mil reais), foi cumprida, percentualmente integral, conforme índice de execução orçamentária acima mencionado de 2,38%.

Com relação à diferença entre a Execução Física de 101 para 90, deve-se ao fato do maior número de empregados que se licenciaram pela Previdência Social durante o exercício de 2009, e que serviu de base para a previsão orçamentária de 2010, bem como o retorno de empregados anistiados.

➤ **Indicadores de Desempenho da Ação**

a) Percentual de Atendimento no Auxílio Alimentação

Quadro X

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Percentual de atendimento do benefício de Auxílio-Alimentação aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= n.º de empregados beneficiados e Y= n.º total de empregados beneficiados previsto				
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				93,90
2008				104,65
2009				107,78
2010	Meta:	100,00	Realizado	112,22
Análise:				

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

b) Percentual de Execução Financeira do Auxílio Alimentação

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

Quadro XI

Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Percentual de gastos com o benefício do Auxílio-Alimentação aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				99,72
2008				99,74
2009				99,97
2010	Meta:	100,00	Realizado	99,75
Análise:				

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

c) Custo por Atendimento do Auxílio Alimentação

Quadro XII

Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Alimentação				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Alimentação				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado beneficiado				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados				
Fonte: X= Siafi e Y=Sureh/Gebem				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				4.325,31
2008				4.765,35
2009				5.250,94
2010	Meta:	5.250,94	Realizado	5.431,71
Análise:				

Fonte: Siafi, Sureh e Gebem

d) Execução Física/Orçamentária do Auxílio Alimentação
Quadro XIII

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2009	2010		2009	2010	
Meta/Dotação Orçamentária	90	90	100,00	509.500,00	550.000,00	107,95
Execução	97	101	104,12	509.340,97	548.603,20	107,71
Percentual de Execução	107,78	112,22	-	99,97	99,75	-
Gasto per capita (R\$)				5.250,94	5.431,71	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

2.3.2.3 - (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Objetiva efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei n.º 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória n.º 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
- **Descrição:** Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD
- **Coordenador Nacional da Ação:** Andrey de Matos Martins
- **Responsável Regional:** Gefad/Sereh – Arildo José Moises
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – GEBEM

Resultados:

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

Quadro XIV

(2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Programa de Trabalho = 20.331.0352.2011.0001 - PTRES = 01685

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MS	
Dotação Orçamentária Inicial	6.823.390,00	102.000,00	
Suplementação/Cancelamento	261.936,00	-	
Dotação Final	7.085.326,00	102.000,00	1,44
Execução Orçamentária	6.981.555,76	101.831,98	1,46
Índice	98,54	99,84	
Meta Física	3.897	80	2,05
Execução Física	3.771	76	2,02
Índice	96,77	95,00	

O Programa do Auxílio-Transporte foi executado em duas modalidades: a 1ª (primeira) executada pela Matriz em forma de pecúnia e consignada na folha de pagamento, enquanto a 2ª (segunda) foi executada pela Sureg-MS, que consiste na aquisição de crédito direto para os cartões magnéticos dos empregados que utilizam o transporte coletivo para se locomoverem residência/trabalho/residência. Do valor disponibilizado para esta Sureg-MS, de R\$ 102.000,00, foram gastos R\$101.831,98. Com relação a Meta Física estabelecida para atendimento a 80 empregados, informamos que o total efetivamente atendidos foi de 76, considerando que tivemos empregados afastados por licença previdenciária e 01 (uma) empregada em licença maternidade.

➤ **Indicadores de Desempenho da Ação:**

a) Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte

Quadro XV

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte				
Descrição: Percentual de atendimento do benefício Auxílio-Transporte aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= n.º de empregados atendidos e Y= n.º total de empregados				
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				78,05
2008				83,75
2009				103,75
2010	Meta:	100	Realizado	95,00
Análise: A meta foi cumprida em 95% do estabelecido na inicial, sendo que, o percentual de 5% restante, deve-se ao fato de maior número de empregados em licença previdenciária no ano de 2010.				

**Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento**

b) Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte

Quadro XVI

Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte				
Descrição: Percentual de gasto com o benefício do Auxílio-Transporte aos empregados ativos				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				95,87
2008				97,80
2009				99,48
2010	Meta:	100	Realizado	99,84
Análise: O percentual de 99,84% de execução da dotação prevista indica que a meta foi cumprida satisfatoriamente.				

c) Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte

Quadro XVII

Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte				
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Transporte				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Transporte				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados				
Fonte: X= Siafi Y=Sureh/Gesas				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				1.048,54
2008				1.313,73
2009				1.174,59
2010	Meta:	1.174,59	Realizado	1.339,89
Análise: O custo por atendimento do auxílio transporte de R\$ 1.339,89, acima da meta estipulada de R\$ 1.174,59, deve-se ao fato de aumento na tarifa do transporte coletivo, bem como o valor pago aos empregados em forma de pecúnia, concedido em setembro/09, através de Acordo Coletivo de Trabalho.				

2.3.2.4 - (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Formar, manter e administrar o Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras.
- **Descrição:** Realização de Censo Nacional de Unidades Armazenadoras e a administração e atualização do banco de dados sobre a capacidade de armazenagem.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB
- **Coordenador Nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Responsável Regional:** Geope/Seope – Adirson Moreno Peixoto
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – SUARM e Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns – GECAD

Resultados:

A Operação de Censo de Armazéns realizada periodicamente proporciona maior eficiência na execução dos trabalhos com menor custo por cadastro/recadastro efetivado em relação ao cadastros/recadastros realizados esporadicamente por demanda.

Quadro XVIII
(4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras
Programa de Trabalho = 20.126.0352.4702.0001 - PTRES = 01692

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MS	
Dotação Orçamentária Inicial	500.000,00	23.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	-	-
Dotação Final	500.000,00	23.000,00	4,60
Execução Orçamentária	453.058,55	21.573,17	4,76
Índice	90,61	93,80	-
Meta Física	4.500	820	18,22
Execução Física	6.115	1.301	21,28
Índice	135,89	158,66	-

Fonte: Siafi, Supor e Gecad

Quadro XIX - Situação de Unidades Armazenadoras Cadastradas, exercícios 2009 e 2010

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

Sureg	Situação	2009		2010						Variação	
		N.º UA (a)	Capac. (t) (b)	Convencional		Granel		Total		N.º UA. (c/a)	Capac.(t) (d/b)
				N.º UA	Capac. (t)	N.º UA	Capac. (t)	N.º UA (c)	Capac. (t) (d)		
MS	Credenciados	38	579.507	2	14.953	8	180.776	10	195.729	-73,68	-66,22
	Descredenciados	59	658.329	10	23.364	17	186.655	27	210.019	-54,24	-68,10
	Aptos s/ Contrato	19	324.443	4	12.767	20	347.855	24	360.622	26,32	11,15
	Impedidos	561	2.902.045	117	349.174	453	2.938.433	570	3.287.607	1,60	13,29
	Impedidos no SICAF	152	2.365.384	62	240.900	173	2.861.452	235	3.102.352	54,61	31,16
	Cadastrados	829	6.829.708	195	641.158	671	6.515.171	866	7.156.329	4,46	4,78
Total Nacional	Credenciados	593	7.816.353	98	439.201	278	5.095.464	376	5.534.665	-36,59	-29,19
	Descredenciados	380	3.251.521	211	917.075	227	3.216.066	438	4.133.141	15,26	27,11
	Aptos s/ Contrato	751	5.732.842	367	1.142.512	478	5.356.347	845	6.498.859	12,52	13,36
	Impedidos	11.607	65.355.182	4.898	16.773.054	6.627	50.822.340	11.525	67.595.394	-0,71	3,43
	Impedidos no SICAF	3.802	48.088.873	1.537	6.570.618	2.768	47.542.928	4.305	54.113.546	13,23	12,53
	Cadastrados	17.133	130.244.771	7.111	25.842.460	10.378	112.033.145	17.489	137.875.605	2,08	5,86
Part. % da Sureg no Total Nacional Armaz. Credenciados		6,41	7,41	2,04	3,40	2,88	3,55	2,66	3,54	-	-
Part. % da Sureg no Total Nacional Armaz. Cadastrados		4,84	5,24	2,74	2,48	6,47	5,82	4,95	5,19	-	-

Fonte: Gecad

A Conab possui atualmente no Estado, uma capacidade estática de armazenagem cadastrada composta por 195 armazéns convencionais com capacidade para 641.158 toneladas e 671 armazéns para armazenamento à granel com capacidade para 6.515.171 toneladas.

A execução do Censo de Unidades Armazenadoras Mato Grosso do Sul -2010 ocorreu sob orientação da SUARM/GECAD e o apoio estratégico da SUREG/MS. Observou-se que, o modelo de gestão aplicado pela coordenação do Censo otimizou a utilização dos recursos humanos e financeiros, o que é demonstrado pela superação da meta física de cadastros e redução dos custos por unidade cadastradas em relação ao exercício anterior. Foi possível superar em 58,66% a meta de cadastros com uma economia de 6,20% da dotação orçamentária prevista.

Quadro XX - Demonstrativo de Execução Físico-Financeiro

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Companhia Nacional de Abastecimento

Nome: Percentual de Armazéns Cadastrados			
Descrição: Percentual de armazéns cadastrados no Sistema de Cadastro de Armazéns (SICARM) em relação ao programado na LOA			
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X = n.º de unidades armazenadoras cadastradas Y= total de unidades armazenadoras programadas			
Fonte: X= Suarm/Gecad Y=Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gecad			
Resultados:			
2007			-
2008			-
2009			0,75
2010	Meta:	100,00	Realizado 158,66
Nome: Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns			
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gecad			
Resultados:			
2007			-
2008			94,16
2009			2,33
2010	Meta:	100,00	Realizado 93,80
Nome: Custo por Unidade Cadastrada			
Descrição: Custo unitário por unidade cadastrada			
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de cadastramento de unidades armazenadoras			
Tipo: Eficiência			
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por cadastramento			
Meta:			
Fórmula de Cálculo: (X/Y)			
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de cadastramentos			
Fonte: X= Siafi e Y=Gecad/Suarm			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gecad			
Resultados:			
2007			0,00
2008			-
2009			178,88
2010	Meta:	-	Realizado 16,58

**Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento**

2.3.2.5 - (2808) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Tem por objetivo promover a qualificação e a requalificação de pessoal, com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
- **Descrição:** Esta ação é implementada com a realização de diversas ações voltadas ao treinamento de servidores, tais como: custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD
- **Coordenador Nacional da Ação:** Maria Isabel Braga Coelho
- **Responsável Regional:** Gefad/Sereh – Arildo José Moisés
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Modernização e Capacitação – SUMOC e Gerência de Capacitação e Desenvolvimento – GECAP

Resultados:

Quadro XXI

Requalificação

Programa de Trabalho = 20.128.0360.4572.0001 - PTRES = 001694

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MS	
Dotação Orçamentária Inicial	1.700.000,00	30.000,00	1,76
Suplementação/Cancelamento	-	-	
Dotação Final	1.700.000,00	30.000,00	
Execução Orçamentária	1.565.871,48	26.892,95	1,72
Índice	92,11	89,64	
Meta Física	5.917	113	1,91
Execução Física	3.666	23	0,63
Índice	61,96	20,35	

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

A dotação orçamentária global para a Ação aprovada na LOA/2010 foi de R\$1.700.000,00 e a meta física previa o treinamento de 5.917 empregados. Durante o exercício foram treinados 3.666 empregados, 61,96% da meta, ao custo total de R\$1.565.871,48, representando 92,11% da previsão.

Para a Sureg-MS, a meta previa o treinamento de 113 empregados com dotação orçamentária de R\$ 30.000,00, tendo sido capacitados 23 empregados, representando 20,35% da meta estabelecida para a Sureg.

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

Quadro XXII - Demonstrativo de Treinamentos por Área de Conhecimento

Área de Conhecimento	Nº de Treinados	Homens/hora Treinados	Média de carga/horária por participante
Administrativa	1	24	24
Auditoria	-	-	-
Comunicação Social	-	-	-
Educação e Desenvolvimento	1	8	8
Financeira	3	96	32
Gerencial	-	-	-
Informática	-	-	-
Jurídica	1	360	360
Operacional	12	368	30,67
Planejamento	5	168	33,6
Qualidade	-	-	-
Total	23	1.024	44,52

Fonte: Gecap

➤ **Indicadores de Desempenho da Ação:**

a) Atendimento da Demanda de Capacitação

Quadro XXIII

Nome: Atendimento da Demanda de Capacitação				
Descrição: Percentual dos empregados treinados previstos na LOA				
Objetivo: Acompanhar a implementação das atividades de treinamento prevista no Plano de Capacitação				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = n.º de empregados treinados e Y = número de treinandos previsto				
Fonte: X= Sureh/Gecap e Y=Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2007				72,04
2008				116,67
2009				20,17
2010	Meta:	100,00	Realizado	20,35
Análise: Apesar do percentual do exercício de 2010 (20,35%), ter ficado bem próximo do índice de 2009 (20,17%) justifica-se em razão dos fatores: reduzido número de empregados lotados na Sureg/MS, e pouca oferta de cursos direcionados às áreas de maior demanda, justificando, dessa forma, o baixo índice de execução física para a capacitação e reciclagem dos empregados, interessados em cursos que permitam agregar maior conhecimento qualitativo.				

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

b) Percentual da Execução Financeira com Capacitação

Quadro XXIV

Nome: Percentual da Execução Financeira com Capacitação				
Descrição: Percentual dos gastos com a ação de capacitação dos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = Valor executado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siaf e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2007				97,09
2008				95,26
2009				92,96
2010	Meta:	100,00	Realizado	89,64
Análise: Considerando que o percentual de execução financeira com capacitação durante o exercício de 2010 ter ficado pouco abaixo do índice de 2009, demonstra que a Sureg/MS tem conseguido cumprir, quase 100% (cem por cento) das dotações orçamentárias destinadas.				

c) Custo por Empregado Capacitado

Quadro XXV

Nome: Custo por Empregado Capacitado				
Descrição: Custo por empregado capacitado				
Objetivo: Apurar o valor investido por empregado capacitado				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: R\$ por empregado capacitado				
Meta: Menor que o obtido no exercício anterior				
Fórmula de Cálculo: X/Y				
Variáveis: X = valor executado e Y = quantidade de empregados capacitados				
Fonte: X = Siafi e Y = Sureh/Gecap				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2007				449,24
2008				246,65
2009				322,78
2010	Meta:	322,78	Realizado	1.169,26
Análise: O valor unitário gasto por treinamento foi maior que do exercício anterior, haja vista que muitos cursos foram executados fora do local de lotação do empregado, envolvendo gastos com diárias, locomoção entre outros, uma vez que existe pouca oferta de cursos na área fim, no Estado de Mato Grosso do Sul				

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

2.3.2.6 – (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

➤ **Tipo:** Atividade

Finalidade: Visa promover a periódica fiscalização, o acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico-operacionais das unidades armazenadoras depositárias. Realizar também a inspeção e o acompanhamento das operações referentes aos diversos instrumentos de garantia e sustentação de preços de produtos agropecuários, averiguando o fiel cumprimento da finalidade das operações, das exigências regulamentares e dos normativos vigentes.

➤ **Descrição:** Realização, *in loco*, de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições qualitativas e quantitativas dos produtos e das condições técnicas, cadastrais e operacionais dos armazéns e proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. As operações de Garantia e Sustentação de Preços na comercialização de produtos agropecuários serão inspecionadas em relação à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; o cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

➤ **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB

➤ **Coordenador nacional da Ação:** Raimundo Francisco Melo

➤ **Responsável Regional:** Geope/Seope – Adirson Moreno Peixoto

➤ **Unidades Executoras:** Superintendência de Fiscalização de Estoques – SUFIS e Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais – GEFIS

Resultados:

Quadro XXVI

(2137) Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares

Programa de Trabalho = 20.125.0352.2137.0001 - PTRES = 01690

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MS	
Dotação Orçamentária Inicial	3.100.000,00	60.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	3.100.000,00	60.000,00	1,94
Execução Orçamentária	2.603.751,25	50.158,98	1,93
Índice	83,99	83,60	-
Meta Física (fiscalização realizada)	4.200	400	9,52
Execução Física	8.880	419	4,72
Índice	211,43	104,75	-

Fonte: Siafi, Gefis e Gevep

A SUREG-MS ultrapassou sua meta física de fiscalizações, porém, teve uma participação menor em relação execução física nacional, que quase dobrou o volume de fiscalizações em relação à

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

meta física. Tal fenômeno se deve ao volume de aquisições para formação de estoques em outros estados produtores ser muito superior ao que foi adquirido em Mato Grosso do Sul.

A meta física aprovada para Mato Grosso do Sul, previa a fiscalização de 400 unidades, sendo consignada dotação orçamentária de R\$ 60.000,00. O custo total foi de R\$50.158,98 (16,40% menos que o previsto na dotação orçamentária).

Durante o exercício foram realizadas na Sureg-MS, cinco etapas previstas no programa de fiscalização anual, tendo sido visitados 419 unidades, correspondentes a 104,3% da meta estabelecida (400 fiscalizações).

a) Fiscalização dos Estoques Públicos

No calendário de fiscalização elaborado pela Superintendência de Fiscalização de Estoques-SUFIS estavam previstas fiscalizações em armazéns localizados no âmbito da Sureg-MS nos meses de Janeiro/Fevereiro, Abril, Junho/Julho, Agosto/Setembro e novembro/dezembro. Foram vistoriados cumulativamente 3.101.307 toneladas de produtos dos estoques públicos e de terceiros depositados em unidades da Conab, totalizando 328 armazéns.

Quadro XXVII - Demonstrativo das Quantidades Fiscalizadas

Discriminação	Exercício			
	2009		2010	
	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado
AGF	192.709	192.709	367.768	367.278
Contrato de Opção	1.137.374	1.137.374	2.688.697	2.686.942
Agricultura Familiar	9.648	9.648	14.722	14.718
Fome Zero	429	429	-	-
Estoque Próprio	-	-	-	-
Varreduras	-	-	-	-
Terceiros	157.852	157.852	32.369	32.369
Total	1.498.012	1.498.012	3.103.556	3.101.307

Fonte: Gefis

Não foram registradas perdas qualitativas (produtos abaixo do padrão ou desclassificados) somente perdas quantitativas (desvio e perdas em armazenagem), conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro XXVIII – Demonstrativo de Perdas

Produto	Ocorrência (Em t)				Total
	Perdas Qualitativas		Perdas Quantitativas		
	AP	Desclassificado	Desvio	Perdas em Armazenagem	
Feijão	-	-	-	4	4
Milho	-	-	706	894	1.600
Trigo	-	-	-	645	645
Total	0	0	706	1.543	2.249

Fonte: Gefis

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

Durante o exercício foram fiscalizados os produtos dos estoques públicos (AGF e Contrato Público de Opção de Venda, agricultura familiar, Fome Zero e Terceiros).

Nas unidades armazenadoras vistoriadas foram fiscalizadas cumulativamente 3.101.307 toneladas de produtos conforme detalhado no quadro acima, sem problemas com desvio ou perda de qualidade.

b) Fiscalização dos Instrumentos de Apoio à Comercialização

Quadro XXIX

Discriminação	Exercício			
	2007	2008	2009	2010
Vendas em Balcão	-	-	-	-
AGF	-	-	-	-
PEPRO	-	8	3	-
PEP	-	-	-	22
VEP	-	-	-	-
PROP	-	-	-	-
Propostas de Seguro Rural	24	37	80	69
Subvenção aos Extrativistas	-	-	-	-
Total	24	45	83	91

Fonte: Gevep

c) Execução Orçamentária

Quadro XXX

Exercício	Elemento de Despesa (Em R\$)					Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serv. de Terceiros		
				Pes. Física	Pes. Jurídica	
2007	17.680,34	4.002,88	7.610,38	0,00	120,00	29.413,60
2008	14.315,00	5.971,57	6.806,00	0,00	136,00	27.228,57
2009	27.018,00	8.333,31	3.152,51	0,00	41,39	38.545,21
2010	33.632,00	9.840,84	6.651,14	0,00	35,00	50.158,98

Fonte: Siafi, Gefis e Gevep

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

2.3.2.7 - (2130) Formação de Estoques Públicos

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Tem como objetivo executar a política governamental de intervenção no mercado, para garantir o preço e a renda do produtor, formar os estoques públicos e regular o abastecimento interno.
- **Descrição:** Operacionalização dos instrumentos de intervenção definidos pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), como Aquisição do Governo Federal-AGF e Contrato Público de Opção de Venda, retirando o excedente do mercado no momento da safra, formando estoques reguladores e estratégicos, utilizando-os para o abastecimento, inclusive permitindo ou promovendo o acesso de compradores de pequeno porte (avicultores, suinocultores, agroindústrias e moinhos coloniais), realizando despesas operacionais financeiras e tributárias decorrentes das operações de compra e venda e manutenção dos estoques públicos de produtos agropecuários.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Secretaria de Política Agrícola – SPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB
- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Eduardo Cruz Tavares
- **Responsável Regional:** Geope/Seope – Adirson Moreno Peixoto
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Operações – SUOPE, Superintendência de Contabilidade – SUCON e Superintendência de Gestão da Oferta – SUGOF

Resultados:

Quadro XXXI

(21301) Formação dos Estoques Públicos

Programa de Trabalho = 20.605.0352.2130.0001 - PTRES = 01678

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MS	
Dotação Orçamentária Inicial	2.300.000.000,00	0,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	-
Dotação Final	2.300.000.000,00	55.000.000,00	2,39
Execução Orçamentária	1.257.049.773,91	39.631.450,71	3,15
Índice	54,65	72,06	-
Meta Física	3.517.000,00	400.000,00	11,37
Execução Física	1.036.732,00	39.360,00	3,80
Índice	29,48	9,84	-

Fonte: Siafi, Supor e Gefoc

a) Aquisições de produtos – PGPM no âmbito da Sureg-MS

Quadro XXXII

**Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento**

Aquisições – PGPM (por ano)

Ano	Produto	Quantidade (Em t)		
		AGF	Contrato de Opção	Total
2009	Feijão	1.015	-	1.015
	Milho	32.492	629.424	661.916
	Trigo	23.048	12.465	35.513
Total		56.555	641.889	698.444
2010	Milho	36.027	351	36.378
	Trigo	2.982	-	2.982
Total		39.009	351	39.360

b) Posição dos estoques – PGPM no encerramento dos exercícios de 2008, 2009 e 2010:

Quadro XXXIII

Posição do Estoques – 31/12

Produto	Vínculo	Estoque (t)			Variação (%) (b/a)	Variação (%) (c/b)
		2008(a)	2009(b)	2010(c)		
Algodão	AGF	1.534,4	1.534,4	-	0,00	-100,00
Feijão	AGF	4,8	1.019,5	812,9	21.139,58	-20,26
Milho	AGF	2.081,4	32.649,3	28.445,4	1.468,62	-12,88
	Contrato de Opção	158,9	629.511,9	358.143,8	396.068,60	-43,11
Trigo	AGF	4.692,7	21.953,4	24.900,8	367,82	13,43
	Contrato de Opção	-	12.465,2	12.099,9	-	-2,93
Sacaria(1)		19.076,0	19.076,0	19.076,0	0,00	0,00
Total	Produto	3.779,5	699.133,7	424.402,8	18.398,05	-39,30
	Sacaria	19.076,0	19.076,0	19.076,0	0,00	0,00

Quadro XXXIV - Demonstrativo da Execução da Despesa

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

Natureza da Despesa Detalhada	Despesa (Em R\$)		
	Conab	Sureg-MS	Participação (%)
Aquisição de mercadorias para revenda	603.782.582,50	9.192.727,12	1,52
Capatazia, estiva, braçagem e pesagem	1.837.887,28	0,00	0,00
Embalagens	4.059.563,13	0,00	0,00
COFINS	45.441,35	0,00	0,00
PASEP	9.740,85	0,00	0,00
Armazenagem	485.202.429,50	25.030.491,49	5,16
Seguros em geral	6.456.564,88	0,00	0,00
Comissões e corretagens	2.639.062,11	40.861,02	1,55
ICMS	19.710.143,75	4.902.900,00	24,88
ISS	57.965,50	0,00	0,00
Serviços gráficos	650,00	0,00	0,00
INSS-Produtor rural	13.183.781,85	262.496,15	1,99
Encargos financeiros	8.685,68	118,89	1,37
Serviços de terceiros	9.299.643,89	156.096,04	1,68
Ensaque e reensaque	13.909,09	0,00	0,00
INSS-Armazenagem	1.252.422,61	0,00	0,00
Análises laboratoriais	828.520,98	0,00	0,00
Taxas e pedágios	50.255,47	45.760,00	91,05
Transportes, encomendas, carretos e fretes	108.563.968,61	0,00	0,00
Editais e publicações	46.554,88	0,00	0,00
Total	1.257.049.773,91	39.631.450,71	3,15

Fonte: Siafi

2.3.2.8 - (2272) Gestão e Administração do Programa

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
- **Descrição:** Essas despesas compreendem: pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Financeira – DIFIN
- **Coordenador Nacional da Ação:** Paulo Sérgio Silveira
- **Responsável Regional:** Gefad – Jane Miguel de Paula
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH e Superintendência de Finanças – SUFIN

Resultados:

**Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento**

Quadro XXXV - Demonstrativo de Previsão e Execução Orçamentária

(2272) Gestão e Administração do Programa			
Controle: Siafi – PTRES 001682/001688 – Programa de Trabalho 20.122.0352.2272.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MS	
Dotação Orçamentária Inicial	378.742.641,00	-	-
Dotação Orçamentária Final	459.342.641,00	5.973.000,00	1,30
Pessoal	359.742.641,00	2.543.000,00	0,71
Custeio	81.077.168,00	3.420.000,00	4,22
Investimentos	18.522.832,00	10.000,00	0,05
Execução Orçamentária	447.856.094,54	5.951.353,18	1,33
Pessoal	356.605.474,56	2.524.115,70	0,71
Custeio	80.499.809,63	3.419.013,66	4,25
Investimentos	10.750.810,35	8.223,82	0,08
Índice	97,50	99,64	-

Fonte: Supor e Siafi

A Dotação Orçamentária Inicial aprovada para a CONAB foi de R\$ 378.742.641,00, e a final R\$ 459.342.641,00, distribuídos da seguinte forma: R\$ 359.742.641,00 para as despesas de pessoal e encargos sociais, R\$ 81.077.168,00 para custeio e R\$ 18.522.832,00, destinados a Investimentos.

A meta prevista para a SUREG/MS era de R\$5.973.000,00, sendo liquidado no período R\$ 5.951.353,18, representando 99,64% da dotação. Dos pagamentos realizados pela SUREG/MS, as despesas de pessoal representaram 42,41%, o custeio 3557,45,2% e os investimentos 0,14%, conforme detalhado a seguir.

2.3.2.8.1 - Demonstrativo da Execução da Despesa
Quadro XXXVI - Demonstrativo da execução da despesa

Discriminação	MS			
	2007	2008	2009	2010
Pessoal	5.437.780,07	6.354.814,70	6.859.720,60	2.524.115,70
Outros benefícios assistenciais	3.131,10	16.750,00	20.100,00	3.718,50
Vencimentos e Vantagens Fixas	3.959.252,90	4.619.462,03	4.968.788,62	405.028,79
Obrigações patronais	1.352.169,96	1.574.857,95	400.731,89	412.898,97
Outras despesas variáveis	123.226,11	142.701,37	125.167,69	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	2.323,93	0,00
Indenizações e restituições trabalhistas	0,00	1.043,35	0,00	2.766,70
Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	0,00	0,00	1.342.608,47	0,00
Obrigações patronais – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	1.699.702,74
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00
Custeio	3.136.006,53	3.683.765,41	3.741.116,60	3.419.013,66
Outros benefícios assistenciais	0,00	595,00	0,00	0,00
Diárias	40.302,50	56.937,50	58.575,50	198.064,00
Material de consumo	450.689,14	1.064.040,66	481.234,60	361.429,31
Passagens e Despesas com locomoção	12.762,57	23.491,42	14.464,66	48.649,91
Serviços de Consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros – pessoa física	161.470,67	177.686,10	197.812,00	200.323,22
Locação de mão-de-obra	878.961,80	964.785,41	1.176.783,20	1.142.297,08
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	1.429.497,50	1.270.352,11	1.553.500,48	1.311.076,63
Obrigações tributárias e contributivas	124.900,74	96.247,78	130.767,14	149.567,91
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições	37.421,61	29.629,43	127.979,02	1.069,24
Material de consumo-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações tributárias e contributivas-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	6.536,36
Investimentos	136.441,91	230.570,70	32.962,69	8.223,82
Obras e instalações	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento e material permanente	136.441,91	230.570,70	32.962,69	8.223,82
Total	8.710.228,51	10.269.150,81	10.633.799,89	5.951.353,18

Fonte: Siafi

2.3.2.8.2 - Benefícios Complementares

Auxílio Funeral - valor em pecúnia correspondente a R\$3.718,50 pago ao empregado por meio da folha de pagamento, destinado à realização de despesas com o funeral de

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

dependentes típicos e de genitores, nos termos da Cláusula Décima do ACT 2009/2011. Em 2010, na Sureg-MS, 03 (três) empregados tiveram direito ao benefício, conforme demonstrativo abaixo.

Quadro XXXVII - Benefícios Complementares

Benefícios Complementares - Sureg-MS		
Benefício	Quantidade de Benefícios	Custo Total (R\$)
Auxílio Funeral	3	11.155,50

Fonte: Conab/MS/Sereh

2.3.2.8.3 - Despesas Correntes e Investimentos

As principais despesas relativas a esta ação foram realizadas por meio de licitações, dando maior transparência às operações. Durante o exercício de 2010 ocorreram as seguintes licitações.

a) Processos Licitatórios

No exercício de 2010, foram realizados 22 (vinte e dois) procedimentos licitatórios, sendo 03 (três) na modalidade de pregão eletrônico e 19 por cotação eletrônica (dispensa licitação), da seguinte forma:

Quadro XXXVIII - Processos Licitatórios – Relação

PREGÃO ELETRÔNICO		
N.º	Objeto	Processo
001/2010	Contratação de empresa para a prestação de serviços de fornecimento de passagens aéreas, objetivando atender as necessidades da Superintendência Regional da CONAB no Estado do Mato Grosso do Sul.	21213.000054/2010
002/2010	Cartucho Tinta Impressora HP, Referência Cartucho HP 28- c8728-a, Referência Impressora Deskjet 3320/3420, Tipo Cartucho Original, Cor Tinta Colorida, Capacidade 8 ml	21213.000068/2010
003/2010	Contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis para abastecer os veículos da CONAB/SUREG-MS	21213.000043/2010

Fonte: Sureg-MS/Gefad/Setad

Os resultados obtidos nos processos licitatórios realizados foram os seguintes:

Quadro XXXIX - Pregões Eletrônicos – Resultados

Nº	OBJETO	Valor de Referência (R\$)	Valor Contratado (R\$)	Economia (%)
001/2010	Contratação de empresa para a prestação de serviços de fornecimento de passagens aéreas, objetivando atender as necessidades da Superintendência Regional da CONAB no Estado do Mato Grosso do Sul.	27.500,00	25.432,33	-7,52
002/2010	Aquisição de Cartucho Tinta Impressora HP, Referência Cartucho HP 28- c8728-a, Referência Impressora Deskjet 3320/3420, Tipo Cartucho Original, Cor Tinta Colorida, Capacidade 8 ml	51.385,80	16.141,47	-68,59
003/2010	Contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis para abastecer os veículos da CONAB/SUREG-MS	11.610,00	11.605,35	-0,04
004/2009	Cancelado			
SUBTOTAL		90.495,80	53.179,15	-41,24

Fonte: Sureg-MS/Gefad/Setad

Quadro XL - Outras Modalidades de Licitações - Resultados

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Companhia Nacional de Abastecimento

Nº	OBJETO	MODALIDADE	Valor de Referência (R\$)	Valor Contratado (R\$)	Valor Contratado (R\$)
502/2010	Aquisição de 10 (dez) metros de correia plana 20' X 2 lonas sintéticas e 02 (dois) kit emenda de correia a frio, para reparo nas correias transportadoras da Unidade Armazenadora de Chapadão do Sul/MS	Cotação Eletrônica	1.100,00	873,98	-20,55
503/2010	Aquisição de materiais de expedientes para suprir o almoxarifado da SUREG/MS	Cotação Eletrônica	15.240,00	8.238,06	-45,94
504/2010	Aquisição de um Fogão a Gás e um Refrigerador (GELADEIRA) 220 VOLTS, 249 Litros.	Cotação Eletrônica	390,00	375,00	-3,85
505/2010	Aquisição de 08 pneus 175/70R14 para os veículos Sienas da SUREG/MS	Cotação Eletrônica	1.232,80	1.230,00	-0,23
506/2010	Aquisição de 04 pneus 175/70R13 para o veículo placa HRH 7631 da Unidade Armazenadora de Rio Brillante/MS	Cotação Eletrônica	520,00	518,00	-0,38
510/2010	Aquisição de 14 No-Break de 600 VA para atender a CONAB/MS e suas unidades armazenadoras	Cotação Eletrônica	4.000,00	2.596,30	-35,09
514/2010	Aquisição de um Cortador de Grama de 6H P a Gasolina 4 T, para a unidade armazenadora da CONAB de Maracaju/MS	Cotação Eletrônica	1.370,00	997,00	-27,23
516/2010	Aquisições de Materiais de Expediente para suprir estoque do Almoxarifado da CONAB/MS, Complementação da cotação 503/2010.	Cotação Eletrônica	5.972,00	2.999,00	-49,78
517/2010	Aquisição de 04 (quatro) Pneus para o veículo FIAT/ UNO da Unidade Armazenadora de Sidrolândia/MS	Cotação Eletrônica	496,00	480,00	-3,23
518/2010	Aquisição de 26 metros de Correia Plana de 20'x2 lonas, para a unidade armazenadora da CONAB de Campo Grande/MS	Cotação Eletrônica	2.950,00	1.690,00	-42,71
519/2010	Aquisição de 127 Metros de Correia Plana com 20' de Largura, com 02 Lonas Sintéticas, para a unidade armazenadora da CONAB de Dourados /MS	Cotação Eletrônica	12.700,00	7.265,00	-42,80
520/2010	Aquisição de 02 (duas) Roçadeiras Portátil Costal, para as unidades armazenadoras da CONAB de Dourados/MS e São Gabriel do Oeste/MS	Cotação Eletrônica	2.768,00	1.987,93	-28,18
522/2010	Aquisição de 24 Unidificadores de Ar para a CONAB/SUREG/MS	Cotação Eletrônica	2.400,00	2.769,60	15,40
523/2010	Aquisição complementar de Materiais de Expediente para suprir o estoque do Almoxarifado da CONAB/MS	Cotação Eletrônica	2.490,00	1.221,00	-50,96
524/2010	Aquisição de 04 (quatro) Pneus 165/70 R 13, para o veículo da UA/CONAB/Maracaju/MS	Cotação Eletrônica	469,20	468,00	-0,26
526/2010	Objeto: Aquisição de 03 (três) Fax Multifuncional para CONAB/SUREG/MS	Cotação Eletrônica	1.017,00	600,00	-41,00
527/2010	Aquisição de pesticida (raticida paraafinado) anticoagulante para atender as unidades armazenadoras no âmbito da CONAB-SUREG/MS	Cotação Eletrônica	640,00	599,99	-6,25
528/2010	Aquisição de 200 (Duzentas) Canecas/Caçambas Metálicas para elevadores de Cereais para UA/Rio Brillante/MS.	Cotação Eletrônica	2.300,00	2.000,00	-13,04
529/2010	Aquisição de Uma Máquina Encadernadora/Perfuradora para o SEREH/SUREG/MS.	Cotação Eletrônica	299,00	347,99	16,38
SUBTOTAL			58.354,00	37.256,85	-36,15
TOTAL GERAL			148.849,80	90.436,00	-39,24

Fonte: Sureg-MS/Gefad/Setad

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

Os trabalhos da Comissão de Licitação Permanente resultaram em economia na aquisição/contratação de serviços e produtos no montante de R\$ 58.413,80.

b) Contratos Administrativos

No quadro seguinte estão relacionados os contratos administrativos vigentes durante o exercício de 2010.

Quadro XLI - Contratos Administrativos Vigentes em 31/12/2010

Razão Social	Processo Administrativo	Nº do Contrato/Ano	Nº da Licitação/Ano	Base Legal	Objeto do Contrato	Vigência do Contrato (início e término)	Valor Mensal
ARIOVALDO ORTEGA DE AQUINO	21.213.0147/2006-22	003//2006	DISPENSA	CONCORRÊNCIA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL	20/07/2006 À 19/07/2011	15.396,00
CENOFISCO EDIT DE PUBLIC. TRIBUTÁRIAS	21.213.0028/2007	002/2007	002/2007	PREGÃO ELETRÔNICO	CONSULTORIA	19/06/2009 À 18/06/2010	1.700,00
CIFRA VIG.E TRANSP.DE VALORES LTDA	21.213.0241/2006-33	010/2006	008/2006	PREGÃO ELETRÔNICO	VIGILÂNCIA	09/11/2009 À 08/11/2010	90.167,48
CLAREAR PREST.DE SERVIÇOS LTDA	21.2130.446/2006-48	009/2006	014/2006	PREGÃO ELETRÔNICO	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	01/01/2009 À 31/12/2009	3.511,16
CLAREAR PREST.DE SERV.LTDA	21.213.0246/2007-31	010/2007	011/2007	PREGÃO ELETRÔNICO	COOPEIRAGEM	05/11/2009 À 04/11/2010	1.188,75
CORREIO DO ESTADO S/A	21.213.0085/2002	42398/2002	S/Nº	DISPENSA	FORNECIMENTO DE JORNAL DE MAIOR CIRCULAÇÃO	27/10/2009 À 26/10/2010	290,00
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS LTDA	21.213.0040/2009-72	9912230077	DISPENSA	TERMO DE ADESÃO	SERVIÇOS POSTAIS E TELEMÁTICOS	04/02/2009 À 03/02/2010	2.200,00
H2L EQUIPAMENTOS E SISTEMAS LTDA	21.213.0062/2008-51	003/2008	001/2008	PREGÃO ELETRÔNICO	REPROGRAFIA	28/07/2009 À 27/07/2010	957,31
EMPRESA ENERGÉTICAS DE MS-SA	21.213.0141/2001-99	420-433	DISPENSA	TERMO DE ADESÃO	FORNECIMENTO E ENERGIA ELÉTRICA	DISPENSA	41.338,45
SERVIÇO DE ENTREGA DE DESPACHOS E PUBLICIDADE	21.213.0256/2007	S/Nº	DISPENSA	CONCORRÊNCIA	DESPACHOS JURÍDICOS	14/09/2009 À 13/09/2010	2.700,00
LARSON XAVIER DOS SANTOS ME	21.213.0170/2008	004/2008	DISPENSA	CONCORRÊNCIA	SERVIÇOS E MANUTENÇÃO DE PEÇAS DE INFORMÁTICA	12/09/2009 À 11/09/2010	73,00
LOCALIZA CAR RENTAL S/A	21.213.0216/2008	008/2008	014/2008	PREGÃO ELETRÔNICO	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS	15/12/2009 À 14/12/2010	2.500,00
MEGA BUSINES LTDA	21.213.0077/2006	010/2006	010/2006	PREGÃO ELETRÔNICO	BRAÇAGEM	28/11/2009 À 28/11/2010	60.000,00

Fonte: Sureg-MS / Gefad / Setad

**Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento**

2.3.2.9 - (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Esta Ação tem como objetivo subsidiar a formulação da política agrícola, avaliando o desempenho das culturas do plantio até a colheita e o balanço de oferta e demanda dos produtos amparados pela PGPM, permitindo a tomada de decisões pelo setor público e privado, de forma ágil, transparente, imparcial e segura.
- **Descrição:** Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância (por telefone, internet, geoprocessamento, etc). No caso de ocorrências de situações climáticas anormais devem ser realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI
- **Coordenador Nacional da Ação:** Eledon Pereira de Oliveira
- **Responsável Regional:** Gedes – Fernando Zeferino
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Informações do Agronegócio – SUINF e Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras – GEASA

Resultados:

Quadro XLII

(4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras			
Controle: SIAFI – PTRES 1699 – Programa de Trabalho 20.605.0360.4711.0001			
Discriminação	Metas		Participação
	Conab	Sureg-MS	
Dotação Orçamentária	1.000.000,00	50.000,00	5,00
Execução Orçamentária	878.237,66	45.604,61	5,19
Índice	87,82	91,21	-
Meta Física – pesquisa realizada (unid)	12	12	100,00
Execução Física	12	12	100,00
Índice	100,00	100,00	-

Fonte: Supor, Geasa e Siafi

No exercício de 2010, a dotação orçamentária total aprovada na LOA foi de R\$ 1.000.000,00, sendo que para a Sureg-MS foram alocados 50.000,00 e gastos R\$ 45.604,61. No que tange ao percentual de pesquisa, esta Sureg-MS executou 100% da meta prevista e, para tanto, utilizou 91,21% dos recursos orçamentários disponíveis, sem contudo haver prejuízo de continuidade das ações.

Os Levantamentos de Safras Agrícolas fornecem dados estatísticos de área, produção e produtividade dos principais grãos e fibras que compõem a safra agrícola nacional, provendo aos agentes governamentais informações sobre a evolução da produção agrícola, especialmente os destinados ao consumo humano, animal e industrial.

O trabalho consiste na realização de pesquisas de campo para apurar, em termos qualitativos, a situação das lavouras cultivadas no Mato Grosso do Sul. Com isso, cada uma das pesquisas de campo tem um objetivo diferente, dependendo da época em que é realizada. Cabe

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

esclarecer que a pesquisa contempla o “Acompanhamento da Cultura” durante todo o ciclo vegetativo, sendo que no primeiro caso as informações coletadas referem-se apenas à primeira estimativa da área plantada e, no segundo, pode se desdobrar em duas fases: durante o desenvolvimento vegetativo da cultura e durante a colheita. O levantamento de dados é realizado nas principais áreas de produção do País, consultando-se informantes que atuam junto aos produtores rurais, tais como agrônomos, técnicos de cooperativas, agentes financeiros, revendedores de insumos, Secretarias de Agricultura e órgãos de assistência técnica e extensão rural.

Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas mensais, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância. No caso de ocorrências de situações climáticas anormais são realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas.

Ao final do ano de 2007, em atenção a antigas reivindicações dos agentes do agronegócio, que são usuários de informação de safras, os levantamentos do prognóstico passaram a ser realizados em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, iniciando um processo de harmonização das estimativas oficiais de safra para as principais culturas temporais brasileiras. Até então, as pesquisas divulgadas pela Conab objetivavam orientar a cadeia produtiva e as do IBGE atendiam a fins estatísticos.

Essas informações são balizadoras do mercado e têm sido exaustivamente utilizadas pelos operadores do agronegócio e pelo governo como suporte na tomada de decisões. As estimativas de safras influenciam diretamente no comportamento dos preços internos e externos dos produtos agrícolas primários e seus derivados. O conhecimento do volume da produção e da sua distribuição no espaço geográfico propiciam ao governo aprimorar as ações nas políticas públicas para o setor agrícola, possibilitando estabelecer uma melhor logística de atuação nas mais diversas situações. O governo pode ainda planejar com maior segurança as atividades que envolvem os principais elos da cadeia produtiva, sobretudo nos pontos mais vulneráveis onde estão produtores e consumidores.

Para a iniciativa privada, os benefícios permeiam todo o ambiente do agronegócio: setor produtivo, armazenagem, manutenção de estoques, transporte, industrialização, comercialização, exportação e importação. Portanto, ao aperfeiçoar sua forma de atuação nessa área, a Conab tem procurado cumprir seu compromisso de prestar serviços de qualidade na geração e difusão de informações agrícolas.

A prioridade para o próximo exercício é somar esforços no atendimento ao agricultor familiar, como forma de incentivar a produção, comercialização e agregação de valor ao produto, visando substituir pela produção local, principalmente da agricultura familiar, os produtos oriundos de repasses entre mercados ou originários de localidades fora das respectivas áreas de abrangência. Informações tais como preços e quantidades de produtos comercializados pelos mercados, especificações técnicas dos principais produtos hortícolas, conjunturas sobre preços pagos ao produtor, banco de oferta e procura de produto, cadastro de permissionários, e outros assuntos de interesse do setor.

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

Quadro XLIII - Comparativo de Área e Produção de Grãos no MS

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safr		Variação		Safr		Variação	
	2008/09 (a)	2009/10 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2008/09 (a)	2009/10 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	36,9	38,6	4,6	1,7	89,5	143,0	59,8	53,5
Arroz	34,6	26,5	-23,4	-8,1	198,8	145,5	-26,8	-53,3
Feijão total	19,6	23,7	20,9	4,1	15,4	34,5	124,0	19,1
Feijão 1ª safra	2,8	4,1	46,4	1,3	3,4	6,2	82,4	2,8
Feijão 2ª safra	16,4	19,2	17,1	2,8	11,5	27,8	141,7	16,3
Feijão 3ª safra	0,4	0,4	0,0	0,0	0,5	0,5	0,0	0,0
Girassol	2,4	3,8	58,3	1,4	2,6	5,5	111,5	2,9
Milho total	938,5	887,5	-5,4	-51,0	2.311,9	3.737,3	61,7	1.425,4
Milho 1ª safra	84,7	57,5	-32,1	-27,2	501,8	375,8	-25,1	-126,0
Milho 2ª safra	853,8	830,0	-2,8	-23,8	1.810,1	3.361,5	85,7	1.551,4
Soja	1.715,8	1.712,2	-0,2	-3,6	4.179,7	5.307,8	27,0	1.128,1
Sorgo	94,4	65,3	-30,8	-29,1	217,1	171,5	-21,0	-45,6
Trigo	46,2	42,4	-8,2	-3,8	67,5	72,6	7,6	5,1
Total MS	2.888,4	2.800,0	-3,1	-88,4	7.082,5	9.617,7	35,8	2.535,2

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safr		Variação		Safr		Variação	
	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	38,6	56,0	45,1	17,4	143,0	219,1	53,2	76,1
Arroz	26,5	29,1	9,8	2,6	145,5	165,9	14,0	20,4
Feijão total	23,7	23,8	0,4	0,1	34,5	28,0	-18,8	-6,5
Feijão 1ª safra	4,1	4,2	2,4	0,1	6,2	5,9	-4,8	-0,3
Feijão 2ª safra	19,2	19,2	0,0	0,0	27,8	21,5	-22,7	-6,3
Feijão 3ª safra	0,4	0,4	0,0	0,0	0,5	0,6	20,0	0,1
Girassol	3,8	3,8	0,0	0,0	5,5	4,4	-20,0	-1,1
Milho total	887,5	875,0	-1,4	-12,5	3.737,3	3.164,3	-15,3	-573,0
Milho 1ª safra	57,5	45,0	-21,7	-12,5	375,8	292,5	-22,2	-83,3
Milho 2ª safra	830,0	830,0	0,0	0,0	3.361,5	2.871,8	-14,6	-489,7
Soja	1.712,2	1.751,6	2,3	39,4	5.307,8	5.176,0	-2,5	-131,8
Sorgo	65,3	65,5	0,3	0,2	171,5	163,8	-4,5	-7,7
Trigo	42,4	55,4	30,7	13,0	72,6	73,3	1,0	0,7
Total MS	2.800,0	2.860,2	2,1	60,2	9.617,7	8.994,8	-6,5	-622,9

Fonte: Geasa

A área cultivada no Mato Grosso do Sul na safra 2009/2010, com as culturas de algodão, arroz, feijão, girassol, milho, soja, sorgo e trigo, foi de aproximadamente 2,80 milhões de hectares, com redução da área plantada de 3,1% (88,4 mil hectares) à cultivada na safra anterior, 2008/2009. A redução na área cultivada, ocorreu em função do preço praticado pelo mercado por ocasião do plantio, o qual encontrava-se bastante aviltado se comparado com os praticados na safra anterior, deste modo desestimulando o setor produtivo. Pelo lado da produção, o clima favorável foi o diferencial para a variável produtividade, o incremento sobre a safra anterior foi na ordem de 35,8%, que em números absolutos significam a produção de 2.535,2 mil toneladas no conjunto das principais culturas.

2.3.2.10 - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** A Ação visa manter a rede armazenadora própria em condições técnicas ideais para a guarda, conservação, comercialização e distribuição dos produtos agropecuários.
- **Descrição:** Manutenção e modernização da rede armazenadora; aquisição, recuperação e adequação de imóveis, máquinas e equipamentos e a informatização das unidades, observada a legislação vigente e os requisitos e exigências do Sistema Nacional de Certificação das Unidades Armazenadoras.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento - DIRAB
- **Coordenador Nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Responsável Regional:** Arizoly Ribeiro Neto e Nilson Azevedo Marques
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – SUARM e Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns – GECAD

Resultados:
Quadro XLIV

(2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns			
Controle: SIAFI – PTRES 1689 – Programa de Trabalho 28.846.0901.0022.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MS	
Dotação Orçamentária Inicial	27.050.000,00	-	-
Dotação Orçamentária Final	21.050.000,00	170.000,00	0,81
Despesas Correntes	5.850.000,00	20.000,00	0,34
Despesas de Capital	15.200.000,00	150.000,00	0,99
Execução Orçamentária (valor liquidado)	1.400.489,93	105.757,52	7,55
Despesas Correntes	1.053.606,66	16.289,41	1,55
Despesas de Capital	346.883,27	89.468,11	25,79
Restos a Pagar	5.763.613,03	54.230,68	0,94
Despesas Correntes	409.482,03	0,00	0,00
Despesas de Capital	5.354.131,00	54.230,68	1,01
Execução Total	7.164.102,96	159.988,20	2,23
Índice	34,03	94,11	-
Meta Física – unidade modernizada	70	3	-
Execução Física	88	5	5,68
Índice	125,71	166,67	-

Fonte: Supor e Siafi

***Cancelamento de dotação orçamentária no valor de R\$6.000.000,00 no grupo despesas de capital, conforme Decreto de 13/10/2010.**

A dotação global aprovada na LOA/2010 para esta Ação foi de R\$21,05 milhões, sendo R\$5,85 milhões para despesas correntes e R\$15,20 milhões para despesas de capital, com atendimento a 88 unidades armazenadoras (125,71% da meta física inicial de 70 unidades) ao custo

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

total de R\$7,16 milhões (34,03% da meta financeira), com contratação de serviços de manutenção/reformas e aquisição de equipamentos operacionais.

A Sureg-MS executou R\$159.988,20 de um total aprovado de R\$170.000,00 representando 94,11% da meta prevista, sendo que R\$105.757,52 foram liquidados e R\$ 54.230,68 foram inscritos em restos a pagar, tratando-se de contratações previstas para conclusão no exercício de 2011.

A Rede Armazenadora Própria sob a jurisdição da Sureg-MS é constituída de 16 armazéns agrupados em 8 unidades, com capacidade estática total para 184.400 toneladas, em ambientes natural, destinadas a prestar ao público em geral serviços de armazenamento e correlatos e, também, dar suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa.

Para a Sureg-MS estava previsto o atendimento a 03 (três) unidades armazenadoras, sendo que 05 (cinco) foram contempladas, correspondendo a 166,67% da meta física.

Quadro XLV - Demonstrativo de Manutenção, Modernização e Adequação das Unidades Armazenadoras

UF	Unidade	Serviço/Obra/Equipamento	Valor Liquidado (R\$)			Restos a Pagar (R\$)			Total Geral (R\$)		Total Geral (R\$)
			Corrente	Capital	Total	Corrente	Capital	Total	Corrente	Capital	
MS	Sede Sureg-MS	Aquisição de no-break	0,00	3.815,30	3.815,30	0,00	0,00	0,00	0,00	3.815,30	3.815,30
		Aquisição de termonebulizadores para as unidades	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00	0,00	30.000,00	30.000,00
		Total	0,00	3.815,30	3.815,30	0,00	30.000,00	30.000,00	0,00	33.815,30	33.815,30
	Campo Grande	Instalação de armazém convencional metálico. Termo aditivo ao Contrato n.º 007/2009, Processo n.º 13.081/2008	0,00	22.403,89	22.403,89	0,00	0,00	0,00	0,00	22.403,89	22.403,89
		Aquisição de material para pintura do armazém	1.264,60	0,00	1.264,60	0,00	0,00	0,00	1.264,60	0,00	1.264,60
		Aquisição de material de construção	4.140,00	0,00	4.140,00	0,00	0,00	0,00	4.140,00	0,00	4.140,00
		Aquisição de roletes	2.628,59	0,00	2.628,59	0,00	0,00	0,00	2.628,59	0,00	2.628,59
		Serviços de rolo compactador	3.700,00	0,00	3.700,00	0,00	0,00	0,00	3.700,00	0,00	3.700,00
		Serviços de engrenagem asa 50 e correntes	927,30	0,00	927,30	0,00	0,00	0,00	927,30	0,00	927,30
		Aquisição de rolamentos	211,50	0,00	211,50	0,00	0,00	0,00	211,50	0,00	211,50
		Pagamento de serviços de manutenção	400,00	0,00	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00	400,00
		Aquisição de 26 metros de correia plana	2.189,20	0,00	2.189,20	0,00	0,00	0,00	2.189,20	0,00	2.189,20
		Aquisição de equipamentos para classificação de produtos vegetais	0,00	0,00	0,00	0,00	4.728,33	4.728,33	0,00	4.728,33	4.728,33
		Aquisição de material elétrico	828,22	0,00	828,22	0,00	0,00	0,00	828,22	0,00	828,22
		Total	16.289,41	22.403,89	38.693,30	0,00	4.728,33	4.728,33	16.289,41	27.132,22	43.421,63
	Dourados	Aquisição de 1 roçadeira manual	0,00	993,96	993,96	0,00	0,00	0,00	0,00	993,96	993,96
	Total		0,00	993,96	993,96	0,00	0,00	0,00	0,00	993,96	993,96
	Cassilândia	Aquisição e equipamentos para classificação de produtos vegetais	0,00	0,00	0,00	0,00	1.541,11	1.541,11	0,00	1.541,11	1.541,11
	Total		0,00	0,00	0,00	0,00	1.541,11	1.541,11	0,00	1.541,11	1.541,11
	Maracaju	Aquisição de 1 cortadora de grama	0,00	997,00	997,00	0,00	0,00	0,00	0,00	997,00	997,00
		Termo aditivo ao contrato nº 008/2008, processo 21213.000109/2008-87 - Reforma de Silos de Armazenamento	0,00	59.119,00	59.119,00	0,00	9.311,00	9.311,00	0,00	68.430,00	68.430,00
		Total	0,00	60.116,00	60.116,00	0,00	9.311,00	9.311,00	0,00	69.427,00	69.427,00
	São Gabriel D'Oeste	Aquisição de 1 fogão	0,00	375,00	375,00	0,00	0,00	0,00	0,00	375,00	375,00
		Aquisição de 1 refrigerador	0,00	770,00	770,00	0,00	0,00	0,00	0,00	770,00	770,00
		Aquisição de 1 roçadeira manual	0,00	993,96	993,96	0,00	0,00	0,00	0,00	993,96	993,96
		Aquisição e equipamentos para classificação de produtos vegetais	0,00	0,00	0,00	0,00	175,00	175,00	0,00	175,00	175,00
		Aquisição de 1 compressor com pistões e mangueira	0,00	0,00	0,00	0,00	8.475,24	8.475,24	0,00	8.475,24	8.475,24
	Total		0,00	2.138,96	2.138,96	0,00	8.650,24	8.650,24	0,00	10.789,20	10.789,20
	Total MS		16.289,41	89.468,11	105.757,52	0,00	54.230,68	54.230,68	16.289,41	143.698,79	159.988,20

Fonte: Siafi

2.3.3 – Outras Ações

2.3.3.1 – Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos

Atualmente, para esse fim, a Conab utiliza os seguintes instrumentos: Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa-PEPRO, Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda-PROP e Prêmio de Escoamento do Produto-PEP.

A decisão sobre os instrumentos que serão utilizados, o momento e a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados e sua origem e destino são de responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola-SPA/MAPA, cabendo à Conab apenas a operacionalização, que envolvem a elaboração de editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e o pagamento das subvenções.

Os pagamentos, no caso dos instrumentos acima citados, após análise da documentação pela Sureg e comunicação de liberação, são realizados pela Matriz, em Brasília-DF, com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional, utilizando-se da dotação aprovada para a Ação Orçamentária do Ministério da Fazenda/Operações Oficiais de Crédito, denominada Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários.

2.3.3.1.1 - Prêmio para o Escoamento de Produto - PEP

É um instrumento de política agrícola que concede subvenção econômica aos interessados em adquirir o produto diretamente do produtor e/ou cooperativa, garantindo-lhes o pagamento do valor de referência, sob a condição de escoar o excedente da safra para a região de consumo, evitando-se assim a aquisição desses excedentes por parte do Governo Federal.

No âmbito da Sureg-MS, foram ofertadas 900.000 toneladas de milho, das quais foram formalizadas 679.720 toneladas, com previsão de pagamento de subvenção no valor máximo de R\$ 53.759.490,00. Deste quantitativo, foram comprovadas em 2010 um montante de 27.017 toneladas, com pagamento de R\$3.2.270.006,44, sendo que a diferença será comprovada em 2011.

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

Quadro XLVI – Demonstrativo das Operações PEP - MILHO

PEP – Milho						
Origem	Quantidade (Em t)		Valor Previsto (Em R\$)	Destino	Comprovada (Em t)	Valor Pago (Em R\$)
	Ofertada	Negociada				
MS	900.000	679.720	53.759.490,00	MS	17.017	1.500.006,44
				PR	10.000	770.000,00
Total	900.000	679.720	53.759.490,00	-	27.017	2.270.006,44
PR	-	-	-	MS	470	43.240,00
Total	-	-	-	-	470	43.240,00

Fonte: SUOPE/GECOM

DATAS PARA ACOMPANHAMENTO DOS LEILÕES DO PRÊMIO PARA O ESCOAMENTO DO PRODUTO - PEP / 2010						
Aviso	Produto	Data do Leilão	Data limite para pagamento do Produto	Data limite para formalização	Data limite para comprovação do escoamento	Data limite para pagamento do Prêmio (10 dias úteis após da comprovação)
105	Milho Grãos	27/05/10	28/06/10		29/10/10	14/12/10
111	Milho Grãos	08/06/10	09/07/10	-	29/10/10	14/12/10
116	Milho Grãos	17/06/10	19/07/10	-	31/12/10	11/02/11
152	Milho Grãos	01/07/10	02/08/10	-	31/12/10	11/02/11
163	Milho Grãos	08/07/10	09/08/10	-	31/12/10	11/02/11
170	Milho Grãos	15/07/10	16/08/10	-	28/02/11	12/04/11
175	Milho Grãos	22/07/10	23/08/10	-	28/02/11	12/04/11
180	Milho Grãos	29/07/10	30/08/10	-	28/02/11	12/04/11
187	Milho Grãos	05/08/10	06/09/10	-	15/03/11	04/05/11
194	Milho Grãos	12/08/10	13/09/10	-	15/03/11	04/05/11

Também foram ofertadas 14.000 toneladas de trigo, das quais foram negociadas e formalizadas 500 toneladas, com previsão de pagamento de subvenção no valor máximo de R\$ 58.500,00. Esse quantitativo será totalmente comprovado em 2010, quando então a subvenção será paga.

Quadro XLVII - Demonstrativo das Operações PEP - TRIGO

PEP – Trigo						
Sureg	Quantidade (Em t)		Valor Previsto (Em R\$)	Destino	Comprovada (Em t)	Valor Pago (Em R\$)
	Ofertada	Negociada				
MS	14.000	500	58.500,00	MS	500	58.500,00
Total	14.000	500	58.500	-	500	58.500,00

Fonte: SUOPE/GECOM

Aviso	Produto	Data do Leilão	Data limite para pagamento do Produto	Data limite para formalização	Data limite para comprovação do escoamento	Data limite para pagamento do Prêmio (10 dias úteis após da comprovação)
17	Trigo Grãos	29/01/10	05/03/10	05/04/10	15/08/10	27/08/10

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

2.3.3.2 - Comercialização de Produtos Agrícolas dos Estoques Públicos

No que tange à política de abastecimento, a intervenção do governo na comercialização dos produtos se dá mediante operações como a Venda em Leilão Público e o VEP, realizadas por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab-SEC, com a participação de Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, e visa a suplementar a oferta e corrigir desequilíbrios de preços.

Quadro XLVIII - Venda em Leilão Público

Ano	Produto	Quantidade (Em t)		
		AGF	Contrato de Opção	Total
2010	Algodão	1.534.422		1.534.422
	Milho	16.422.980	108.999.964	125.422.944
Total		17.957.402	108.999.964	126.957.366

Fonte: Suope/Gefoc

O VEP é um valor pago a um segmento consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), que adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para a região de consumo estabelecida no edital de venda. O adquirente arremata o produto em leilão público, efetua o pagamento integral de seu valor (valor do produto mais o valor da subvenção) e, posteriormente, após a comprovação obrigatória do escoamento para a região de consumo, é ressarcido do valor da subvenção definida no leilão.

Quadro XLIX – Demonstrativo de Venda

VEP – Milho em grãos

UF de Origem	Quantidade (t)		Valor da Operação com ICMS sem o Prêmio (Em R\$)	Prêmio Previsto (Em R\$)
	Ofertada	Negociada		
MS	50.000	47.575	13.915.195,34	4.971.167,50
Total	50.000	47.575	13.915.195,34	4.971.167,50

Fonte: Suope/Geope

Leilão realizado em 23/12/2010, negociado e comprovado em 2011.

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

2.3.3.3 - Serviços de Armazenagem

Nos quadros abaixo faremos um demonstrativo de receita com serviços de armazenagem de produtos de terceiros e estoque médio de produtos nas Unidades Armazenadoras da Conab no Estado de Mato Grosso do Sul.

Quadro L - Receita de Armazenagem com produtos de Terceiros

Sureg:	Mato Grosso do Sul					
Unidade	Receita de Armazenagem de Terceiros					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Sede-Sureg/MS	0,84	(289.470,46)	(109.975,97)	(316.584,69)	210,79	7.999,97
Campo Grande	2.424,87	108.398,49	97.788,30	57.248,10	294.386,01	73.946,67
Cassilândia	11.647,88	22.931,73	48.300,28	17.463,05	29.487,03	14.995,30
Chapadão do Sul	361.076,50	217.364,53	349.695,28	584.764,68	762.843,49	112.246,83
Dourados	333.959,95	372.815,67	626.047,82	874.380,05	576.792,34	67.407,23
Maracaju	20.054,92	18.525,16	43.320,69	315.853,11	518.778,50	277.672,83
Rio Brilhante	1.590,43	19.504,29	30.404,49	420.668,77	398.577,68	210,66
São Gabriel D'Oeste	199.135,63	142.088,41	70.186,18	310.838,86	369.750,32	91.484,92
Sidrolândia	-	48.826,32	40.947,97	262.118,67	313.055,20	4.265,31
Total-Sureg	929.891,02	660.984,14	1.196.715,04	2.526.750,60	3.263.881,36	650.229,72

Fonte: Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE

A receita total de armazenagem de produtos de terceiros em 2010, R\$ 650.229,72, apresentou redução de 80, 07% em relação ao resultado apresentado no exercício de 2009, R\$ 3.263.881,36.

Quadro LI - Estoque Médio Armazenado

Unidade	2006			2007			2008			2009			2010		
	Governo	Terceiros	Total	Governo	Terceiros	Total	Governo	Terceiros	Total	Governo	Terceiros	Total	Governo	Terceiros	Total
Campo Grande	35.113	0	35.113	6.591	0	6.591	2.897	689	3.586	13.602	3.464	17.066	34.582	116	34.698
Cassilândia	4.658	0	4.658	1.619	45	1.663	265	93	358	1.422	897	2.319	5.345	608	5.953
Chapadão do Sul	34.091	2.248	36.340	59	4	63	20	5.409	5.429	14.714	6.973	21.687	35.004	1.139	36.143
Dourados	5.518	11.927	17.445	36	10.738	10.774	335	12.544	12.879	13.888	5.923	19.811	18.365	146	18.511
Maracaju	14.269	26	14.295	471	26	497	554	3.122	3.676	3.364	9.794	13.158	3.966	3.739	7.705
Rio Brilhante	8.523	0	8.523	712	430	1.142	299	4.077	4.376	6.596	2.860	9.456	9.535	2	9.537
São Gabriel D'Oeste	11.170	214	11.384	497	0	497	79	4.866	4.945	5.805	6.291	12.096	11.694	1.047	12.741
Sidrolândia	9.475	0	9.475	1.503	0	1.503	856	2.545	3.401	4.884	2.951	7.835	7.987	70	8.057
Total	122.817	14.416	137.233	11.488	11.243	22.731	5.305	33.345	38.650	64.275	39.153	103.428	126.478	6.867	133.345

O principal motivo da redução dos estoques de terceiros foi o aumento dos estoques públicos nos armazéns da Companhia em 2010, na ordem de 126.478 ton, que correspondem a um incremento de 96,7% do total registrado no exercício de 2009, quando o volume de estoques públicos eram de 64.275 ton.

2.3.3.4 – Remoção de Produtos
a) Remoção de Milho em grãos (PGPM – AGF e MERCADO DE OPÇÃO)

Remoção de milho em grãos em 2010, a fim de atender ao abastecimento a pequenos produtores das regiões contempladas.

Quadro LII - Remoções de produtos dos Estoques Públicos – MDS E MDA

Remoção

UF		Produto	Motivo	Valores no Leilão		Quantidades (Em t)				
Origem	Destino			Abertura	Fechamento	Contratadas	Removidas	Canceladas	Aditadas	A Remover
MS	AC	Milho	Venda em Balcão	55.257,00	55.257,00	150	150	0	0	0
	AM	Milho	Venda em Balcão	817.900,00	817.900,00	2.000	2.000	0	0	0
	CE	Milho	Venda em Balcão	4.341.480,00	3.983.417,47	9.000	9.000	0	0	0
	ES	Milho	Venda em Balcão	2.160.620,00	984.864,79	3.500	3.500	0	0	0
	MG	Milho	Venda em Balcão	1.863.577,50	1.863.577,50	18.653	18.653	0	0	0
	PA	Milho	Venda em Balcão	588.075,00	574.790,32	1.500	1.500	0	0	0
	PB	Milho	Venda em Balcão	414.825,00	405.444,00	1.000	1.000	0	0	0
	PE	Milho	Venda em Balcão	80.938,00	79.120,34	200	200	0	0	0
	RN	Milho	Venda em Balcão	10.187.925,32	8.591.771,65	20.340	20.340	0	0	0
	RR	Milho	Venda em Balcão	1.268.700,00	1.268.700,00	2.000	2.000	0	0	0
	RS	Milho	Venda em Balcão	3.783.760,00	3.783.760,00	22.000	22.000	0	0	0
	SC	Milho	Venda em Balcão	2.217.220,54	2.207.232,97	22.023	22.023	0	0	0
	SP	Milho	Venda em Balcão	5.180.457,86	5.180.457,86	55.847	55.847	0	0	0
		Milho	Desvio	1.235.946,07	1.014.648,59	14.022	12.202	0	0	1.820
	TO	Milho	Venda em Balcão	286.713,00	280.226,44	999	999	0	0	0
Total				34.483.395,29	31.091.168,93	173.234	171.414	0	0	1.820

Fonte: Suarm/Gemov

b) Remoções de Produtos Vinculados ao MDS

Em 2010, foi contratada por meio de leilão público realizado pela Matriz, a remoção de 3.008 toneladas de cestas de alimentos, farinha de mandioca e feijão para reposicionamento dos estoques. Da quantidade contratada foram efetivamente removidas 2.077 toneladas, as demais deverão ser transferidas no início do exercício de 2011.

Também foram recebidas dos estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo outras 510 toneladas de leite em pó.

As despesas com transporte são custeadas com recursos orçamentários/financeiros consignados no Programas 1049 – Acesso à Alimentação, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-Sesan/MDS, descentralizados para a por meio de Termos de Cooperação para a operacionalização do PAA e distribuição de cestas de alimentos.

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento
Quadro LIII – Remoções de Estoques do MDS

Origem	Destino	Produto	Motivo	Valor (R\$)		Quantidade (Em t)		
				Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	A Remover
MS	MS	Cestas	Cestas	94.293,05	94.293,05	2.122	1.191	931
MS	MS	Cestas	PAA	12.708,08	12.708,08	260	260	0
MS	MS	Farinha de mandioca	PAA	6.646,00	6.646,00	200	200	0
MS	MS	Feijão	PAA	19.134,76	19.134,76	426	426	0
Total				132.781,89	132.781,89	3.008	2.077	931
RS	MS	Leite em pó	Estratégico	52.744,07	52.744,07	260	260	0
SP	MS	Leite em pó	Cestas	46.185,04	46.185,04	250	250	0
Total				98.929,11	98.929,11	510	510	0

Fonte: Suarm/Gemov

2.3.3.5 - Fiscalização das Operações de Subvenção Econômica do Prêmio de Seguro Rural

A concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, com base na Lei n.º 10.823, de 19 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto n.º 5.121, de 29 de junho de 2004, tem como objetivo promover a universalização do acesso ao seguro rural e assegurar o papel do seguro como instrumento estabilizador de renda agropecuária, além de induzir o uso de tecnologias adequadas e a modernização da gestão do empreendimento agropecuário.

Mencionado Decreto, em seu Art. 22, estabelece que a fiscalização da aplicação dos recursos subvencionados será exercida pelo Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural-CGSR, que poderá, para tanto, firmar contratos, convênios, parcerias e acordos com órgãos ou entidades de direito público ou privado.

Por seu turno, a Resolução n.º 10, de 25 de abril de 2006, do citado Comitê, estabelece as condições a serem observadas na realização da fiscalização das operações de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, formalizadas em todo o território nacional.

O MAPA ou a Conab poderão, *in loco*, fiscalizar toda e qualquer fase ou aspecto da operação e certificar as informações prestadas pelos beneficiários e pelas seguradoras nas apólices ou certificados de seguro. Essas ações são fundamentais para o aprimoramento do Programa, sobretudo em relação à qualidade e à constatação da veracidade dos dados informados, proporcionando ao MAPA bases para a formulação de políticas públicas relacionadas com o setor.

Mediante Plano de Trabalho elaborado pela Conab, a Secretaria de Política Agrícola-SPA/MAPA descentralizou recursos orçamentários no valor de R\$199.500,00 e financeiros de R\$146.675,12, consignados no Programa **0360 – Gestão da Política Agropecuária** e na **Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa**

Para a conclusão do Plano de Trabalho 2009/10, as operações tiveram início no mês de março. E para o Plano de Trabalho 2010/11 ocorreram nos meses de agosto/setembro e novembro/dezembro.

\

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento
Quadro LIV – Demonstrativo do Número de Apólices

UF	N.º de Empreendimentos			Total
	3.º quadrimestre/2009	1.º quadrimestre/2010	2.º quadrimestre/2010	
AL	2	-	-	2
BA	22	1	22	45
DF	2	-	1	3
ES	3	-	2	5
GO	117	1	11	129
MA	2	1	2	5
MG	129	1	60	190
MS	49	8	10	67
MT	40	1	3	44
PB	-	-	1	1
PI	8	-	1	9
PR	521	12	90	623
RJ	1	-	-	1
RO	2	-	-	2
RS	246	1	33	280
SC	140	-	18	158
SP	180	8	209	397
TO	7	1	3	11
Total	1.471	35	466	1.972

Fonte: Sufis/Gesup

Na realização das operações foram liquidadas despesas no valor total de R\$146.675,12, totalizando 100,0% dos recursos financeiros descentralizados pela SPA, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro LV – Demonstrativo da Execução Orçamentária

UF	Elemento de Despesa (Em R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros-Pes. Jurídica	
PI	5.828,00	1.209,84	3.620,99	20,00	10.678,83
PR	14.380,50	2.561,74	698,12	37,40	17.677,76
RS	24.158,00	6.085,29	8.340,46	399,30	38.983,05
SP	10.340,00	1.526,60	524,60	560,00	12.951,20
Matriz	57.457,00	2.560,71	6.343,47	23,10	66.384,28
Total	112.163,50	13.944,18	19.527,64	1.039,80	146.675,12

Fonte: Siafi

2.3.3.6 – Levantamento da Produção Brasileira de Cana-de-Açúcar

A Conab, em cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, realiza o Levantamento da Safra 2009/2010 de Cana-de-açúcar. Na metodologia empregada pela Companhia para realizar este levantamento estão programadas visitas de empregados a todas as unidades de produção em atividade no país. Este contato direto com as fontes de informação permite manter uma forte interação com este ramo de atividades e, com o preenchimento dos

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

questionários, apurar um conjunto de informações que permite inferir, com elevado nível de acuidade, a situação geral deste importante setor da produção agrícola.

O levantamento tem a finalidade de colher informações sobre a área cultivada, produtividade, produção, Açúcar Total Recuperável - ATR, produção de açúcar, produção de álcool, produção e consumo de energia, tipo de colheita, dentre outras e comparar com os outros levantamentos realizados para avaliar a evolução ou involução da safra em si. Através destes dados obtidos é detectada a ocorrência de chuvas e a qualidade da cana, principalmente do teor de sacarose.

Durante o exercício de 2010 foram realizados três levantamentos para acompanhamento da safra da cultura da cana-de-açúcar. A pesquisa de campo com aplicação de questionários diretamente nas unidades industriais ou escritórios agrícolas das Usinas de Açúcar e Alcool instaladas no estado permitiu apurar os dados abaixo apresentados.

Quadro LVI - Comparativo de área, produtividade e produção – Safras 09/10 e 10/11

REGIÃO/UF	ÁREA (em mil hectares)			PRODUTIVIDADE (em kg/ha)			PRODUÇÃO (em mil toneladas)		
	Safra 09/10	Safra 10/11	var %	Safra 09/10	Safra 10/11	var %	Safra 09/10	Safra 10/11	var %
MS	265,39	396,16	49,3%	87.785	86.665	-1,3%	23.297,8	34.333,2	47,4%
Brasil	7.409,60	8.033,60	8,4%	81.585	77.798	-4,6%	604.513,6	624.991,0	3,4%
Participação MS	3,6%	4,9%	-	107,6%	111,4%	-	3,9%	5,5%	-

A área plantada no estado aumentou em 49,3% em relação à safra anterior e a produção passou de 23.297,8,0 para 34.333,2 mil toneladas, o que representou acréscimo da ordem de 47,4%. Do total produzido no estado, 1.488,9 mil toneladas destinaram-se à fabricação de açúcar, e 1.849.830,4 mil litros a produção de álcool.

Quadro LVII - Produção de Açúcar e Alcool

REGIÃO/UF	AÇÚCAR (em mil t)				ÁLCOOL (em mil L)			
	SAFRA		VARIAÇÃO		TOTAL	TOTAL	VARIAÇÃO	
	2009/2010	2010/2011	%	Absoluta	Safra 09/10	Safra 10/11	%	Absoluta
MS	1.190,4	1.488,9	25,1%	298,5	1.631.136,3	1.849.830,4	13,4%	218.694,1
Brasil	34.636,9	38.675,5	11,7%	4.038,6	25.866.061,2	27.699.553,9	7,1%	1.833.492,7
Participação MS	3,44%	3,85%	-	-	6,3%	6,7%	-	-

2.3.3.7 – Participação na Execução do Fome Zero

O Fome Zero é uma estratégia articulada nas três esferas de governo, envolvendo o Estado e a sociedade, contemplando um conjunto de ações que contribuem para que todos os brasileiros tenham acesso a uma alimentação adequada, em quantidade e qualidade suficientes, de forma digna, regular e sustentável.

A Conab por orientação consignada na Portaria Interministerial n.º 183/2003 substituída pela de n.º 1.128/2008, participa de Fome Zero, no que concerne ao abastecimento alimentar, na função de executora operacional, observadas as suas competências regimentais.

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

Por isso, a direção da Companhia orientou seus gestores a participar, de forma direta e com a prioridade requerida, dos processos de formulação e execução das ações demandadas pelo Fome Zero, disponibilizando para o MDS toda a sua estrutura e capilaridade operacional.

Essa contribuição institucional contempla:

- Recebimento, guarda, movimentação e distribuição de produtos doados ao Fome Zero, incluindo máquinas, equipamentos eletrônicos, peças de vestiários, utensílios, veículos e brinquedos;
- Aquisição de bens e prestação de serviços para instalação de unidades de apoio a ações de suplementação alimentar;
- Serviços de guarda, transporte e distribuição de material informativo e pedagógico do Fome Zero; e
- Doação de produtos originários de aquisições da Agricultura Familiar, promovendo ações de suplementação alimentar e geração de renda, em articulações de interesse público.

Em resumo, esse apoio em 2010 pode ser identificado em quatro linhas de ação:

a) Produtos recebidos em doação

Neste caso, compete à Conab o recebimento, transporte e guarda de mercadorias doadas ao Fome Zero, efetuando na sequência seu repasse às entidades indicadas pelo MDS. Em 2010 foram distribuídas os seguintes produtos:

Quadro LVIII - Demonstrativo das Doações Realizadas

Mercadoria/Serviço	Unidade	Quantidades Distribuídas		Saldo
		2010	2003 a 2010	
Adega portátil	Unidade	-	-	2
Alimentos diversos	Kg	119.492	3.062.076	-
Alimentos diversos	Lta	1.423	122.529	-
Alimentos diversos	Unidade	-	1.756.218	-
Material didático	Unidade	-	6.500	791
Caixa de papelão	Unidade	-	224.849	164.600
Produtos de limpeza	Unidade	-	318	-
Ração animal	Kg	-	29.020	-
Remédios diversos	Unidade	-	76.087	1.800
Serviços de transporte de cartilhas	Unidade	-	256.536	-
Tecidos e peças de vestuários	Kg	130.781	660.145	14.630
Tecidos e peças de vestuários	Unidade	-	208.725	-
Utensílios/Brinquedos diversos	Caixa	-	5	-
Utensílios/Brinquedos diversos	Dúzia	-	15.220	-
Utensílios/Brinquedos diversos	Kg	1.224	216.980	-
Utensílios/Brinquedos diversos	Unidade	6.448	2.355.045	25.500
Equipamentos/ferramentas	Unidade	-	-	19
Veículos	Unidade	15	21	9

Fonte: Supab;Gepri

b) Materiais Informativos e Pedagógicos Distribuídos

Atendendo demanda do MDS, a Conab promoveu o recebimento, guarda e transporte e distribuição de impressos e materiais alusivos ao Fome Zero. Em 2010, foram distribuídas

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

5.366.401 unidades de diversos produtos, que foram utilizadas em atividades de capacitação nas áreas de segurança alimentar e cidadania.

Quadro LIX - Demonstrativo da Distribuição de Produtos

Mercadoria/Serviço	Origem	Quantidades Distribuídas		Saldo
		2010	2003 a 2010	
Sacolas plásticas (supermercado)	MDS	230.000	996.000	1.004.000
Cartazes Fome Zero	MDS	-	74.285	25.915
Livros Lula 500 dias	MDS	-	16	44
Camisetas Fome Zero	MDS	-	7.970	180
Baners Fome Zero	MDS	-	-	3.205
Cartilha (Política de Segurança Alimentar)	MDS	-	554.150	152.450
Cartilhas Editora Globo 1 e 2	MDS	-	4.478.800	-
Cadernos Talher Brasil	MDS	-	50.100	-
Calendários Quilombolas	MDS	-	2.925	-
Kit Pedagógico	MDS	781	5.266	-
Caixa de Coleta Seletiva	Cáritas	-	28.500	-
Folders Coleta Seletiva	Cáritas	-	74.500	25.500
Tabela Brasileira de Composição de Alimentos	MDS	4.250	11.550	-
Agenda Bolsa Família	MDS	-	-	492
Album Seriado	MS	25	25	1.466
Cartilhas Alimentação Nutricional	MS	-	-	100.500
Cartilhas Doenças Celíacas	MS	-	107.000	-
Cartilha da Emília	MDS	679.676	884.229	-
Cartilha Alimentação Saudável/Obesidade	MDS	2.613.820	2.777.260	-
Gibis Maurício de Souza	MC	1.458.650	1.458.650	-
Envelopes Maurício de Souza	MC	379.199	379.199	-
Total		5.366.401	11.890.425	1.313.752

Fonte: Supab;Gepri

c) Doação de Feijão dos Estoques Públicos

Por meio da Lei n.º 12.058, de 13 de outubro de 2009 a Conab foi autorizadas a doar até 70 mil toneladas de feijão dos estoques públicos, aos Programas conduzidos pelo MDS, pela Secretaria Nacional de Defesa Civil e pelo Ministério da Educação, em atendimento às demandas geradas pelas populações em situação de insegurança alimentar. Durante o exercício foram distribuídas 40.539 toneladas, conforme quadro a seguir.

Quadro LX - Demonstrativo Doação de Feijão dos Estoques Públicos

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

UF	N.º de Instituições Atendidas	N.º de Municípios Atendidos	Quantidade Doadas (em t)
AL	59	44	864,5
AM	83	37	1.424,9
BA	3	3	13,2
CE	326	114	5.302,7
DF	37	1	307,6
ES	163	67	712,6
GO	183	152	2.237,0
MA	721	132	3.939,6
MG	540	296	5.328,6
MS	1	1	206,3
MT	109	59	1.670,1
PA	35	19	402,8
PB	244	174	3.798,0
PE	195	90	775,0
PI	1	1	20,0
PR	1	1	7,6
RJ	136	88	1.950,3
RN	954	145	4.396,8
RO	3	3	20,2
RR	58	13	963,3
SP	779	360	6.055,5
TO	6	3	142,4
Total	4.637	1.803	40.539,0

Fonte: Supab/Gepri

d) Doação de Produtos Alimentícios da Agricultura Familiar

Atendendo demandas apresentadas por entidades governamentais, bancos de alimentos e outras instituições de interesse público, a Conab, por meio da Superintendência de Abastecimento Social-Supab, fazendo uso de estoques originários de aquisições da Agricultura Familiar doou, em 2010, 30.622,7 mil toneladas de produtos alimentícios e 879,2 mil toneladas de doce de frutas, conforme detalhado no quadro a seguir:

Quadro LXI - Doação de Produtos Alimentícios da Agricultura Familiar

Surg	N.º Inst. Beneficiadas	Produto (Em t)																	Total
		Açúcar		Arroz		Farinha		Feijão	Fubá de Milho	Leite em pó	Macarrão	Mel	Milho	Picles	Polpa de Frutas	Suco de Frutas	Sementes	Trigo	
		Cristal	Mascavo	Beneficiado	Casca	Mandioca	Milho												
AL	107	137,3	-	15,0	-	1.072,4	-	2.624,1	-	36,9	-	-	-	-	-	25,8	-	-	3.911,5
AM	1	-	-	-	-	-	-	26,6	-	17,1	11,5	-	-	-	-	-	-	-	55,2
BA	465	-	-	-	-	18,0	-	4.285,7	-	76,1	-	-	-	-	76,6	2.242,6	-	-	6.699,0
CE	205	-	-	-	-	1.438,0	-	-	-	72,5	-	-	-	-	-	-	-	-	1.510,5
ES	154	-	-	-	-	6,4	-	-	-	75,6	-	-	-	-	-	-	-	-	82,0
GO	93	33,6	-	61,6	9,1	96,4	-	0,4	-	129,3	-	-	-	-	-	-	-	-	330,4
MA	62	-	-	50,9	-	-	-	-	-	36,3	-	-	-	-	-	-	-	-	87,2
MG	60	-	-	114,0	-	121,9	-	-	-	67,4	0,4	-	-	-	-	-	-	-	303,7
MS	18	-	-	-	-	323,1	-	223,1	-	396,4	-	-	13,0	-	-	-	-	-	955,6
MT	8	-	-	-	-	-	-	10,2	-	41,6	-	-	-	-	-	-	-	-	51,8
PA	16	-	-	81,0	-	81,0	-	-	-	43,0	-	-	-	-	-	-	-	-	205,0
PB	48	-	-	12,3	-	176,6	-	97,7	-	20,6	-	-	-	-	-	-	-	-	307,2
PE	248	56,3	-	74,7	-	2.519,7	-	518,4	-	387,9	-	-	-	-	-	-	-	-	3.557,0
PI	89	-	-	169,0	-	710,1	-	421,9	-	37,3	-	-	311,2	-	-	-	-	-	1.649,5
PR	371	0,4	21,6	40,6	-	93,9	-	3.093,8	14,3	11,1	-	-	-	-	-	-	1,7	-	3.277,4
RJ	87	-	-	59,3	-	-	-	-	-	91,7	-	-	-	-	-	-	-	-	151,0
RN	534	0,1	-	135,4	-	590,9	-	43,7	-	21,0	-	4,5	-	-	-	-	-	-	795,6
RO	27	-	-	-	-	-	-	741,9	-	11,7	-	-	-	-	-	-	-	-	753,6
RS	119	0,0	14,1	1.362,0	-	-	37,0	330,9	-	934,9	-	-	-	-	-	0,4	-	-	2.679,3
SC	100	-	0,5	-	-	-	14,0	700,9	0,5	14,4	-	-	-	37,4	-	-	-	-	767,7
SP	492	-	-	-	-	221,6	-	1.038,6	-	546,7	-	-	-	-	-	-	-	20,0	1.826,9
TO	113	-	-	582,3	-	30,0	-	48,1	-	4,7	-	-	-	-	-	-	-	-	665,1
Total	3.417	227,7	36,2	2.758,1	9,1	7.500,0	51,0	14.206,0	14,8	3.074,2	11,9	4,5	324,2	37,4	76,6	2.268,8	1,7	20,0	30.622,2

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

2.3.3.8 – Operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

O PAA é um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei n.º 10.969, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto n.º 6.447, de 7 de maio de 2008, constituindo-se em uma das ações da Estratégia Fome Zero, cujo objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

O Grupo Gestor do PAA, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e composto ainda pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Fazenda e Ministério da Educação, é responsável pela implementação do Programa, cujas diretrizes são estabelecidas e publicadas em Resoluções.

O artigo 6.º do Decreto n.º 4.772, de 2 de julho de 2003, estabelece que o MAPA, por intermédio da Conab, fornecerá os subsídios e o suporte técnico para a operacionalização das decisões do Grupo Gestor.

Por meio deste Programa são adquiridos alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência correspondentes aos praticados nos mercados regionais, até o limite de: a) R\$4.500,00 ao ano por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, na modalidade Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação; b) R\$8.000,00 por agricultor/ano para a Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque e para a Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF.

Os alimentos adquiridos pelo Programa são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por instituições governamentais ou não governamentais que atendam às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Objetivando a aquisição de produtos e a operacionalização do Programa, a Conab tem firmado Termos de Cooperação com o MDS e o MDA, recebendo transferência de recursos orçamentários/financeiros consignados nos Programas 0351 – Agricultura Familiar-Pronaf e 1049 – Acesso à Alimentação (MDS). Com os recursos disponíveis, a Conab adquire a produção utilizando-se dos três instrumentos abaixo especificados, em conformidade com o art. 19 da Lei nº10.696, de 2 de julho de 2003, e com o Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008.

➤ **Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF:** tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais.

Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab, a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano.

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

➤ **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque:** tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estarem organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios e consórcios.

São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

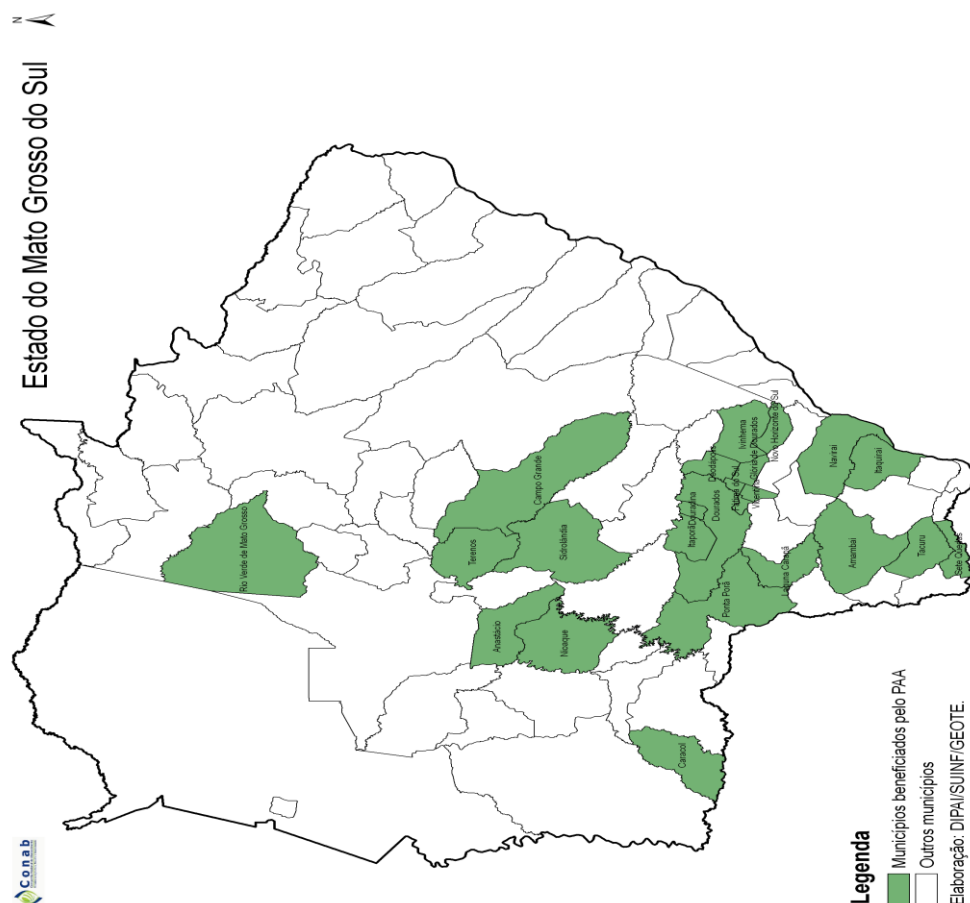
➤ **Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação:** objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público alvo dos instrumentos anteriores, que também devem estar organizados em grupos formais (cooperativas e associações).

São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se: a) produtos *in natura* da safra vigente; b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) a substituição do produto *in natura* por industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

Nas operações de CDAF, os preços de referência são elaborados pela Conab, de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA, constantes da Resolução n.º 29, de 23 de maio de 2008, sendo que e após a aprovação pelo Grupo Gestor são incluídos no Manual e Operações da Conab. Quanto aos preços praticados na CPR-Doação e CPR-Estoque estes são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 39, de 26 de janeiro de 2010.

O PAA entrou em operação em 2003, quando a Conab adquiriu, pelos instrumentos existentes naquele ano, 56 tipos de produtos de 41.065 produtores familiares, em 112 municípios. Em 2010 evoluiu para 316 produtos, 94.512 produtores familiares e 1.070 municípios contemplados. Especificamente no Estado do Mato Grosso do Sul foram atendidos 1.363 produtores familiares em 23 municípios, conforme demonstrado na Figura a seguir.

Figura I – Municípios contemplados



Municípios beneficiados pelo PAA em MS: Anastácio, Amambai, Campo Grande, Caracol, Deodápolis, Dourados, Douradina, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Ivinhema, Itaquiraí, Laguna Carapã, Naviraí, Nioaque, Novo Horizonte do Sul, Ponta Porã, Rio Verde de Mato Grosso, Sete Quedas, Sidrolândia, Tacuru, Terenos, Vicentina.

**Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Social e
Combate à Fome - MDS.**

Para a operacionalização do PAA, a Conab e o MDS celebraram Termo de Cooperação, em 2009, com descentralização de recursos orçamentários/financeiros consignados no Programa **1049-Programa Acesso à Alimentação**.

Citado Programa tem por finalidade erradicar a fome e promover a segurança alimentar e nutricional, garantindo à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana.

Integra esse Programa a Ação **Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar**, que tem por objetivo o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada. Nesse sentido, busca promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar, promovendo o abastecimento institucional com alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios pra fins diversos, incluída a alimentação escolar, e constituindo estoques estratégicos de alimentos produzidos pela agricultura familiar. Também integrante deste Programa, a **Ação Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar** objetiva manter com segurança, remover e redirecionar quando necessário, os estoques de alimentos adquiridos, proporcionando maior eficácia na distribuição às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, na composição de cestas de alimentos e no atendimento às calamidades públicas, visando dar suporte operacional à Ação Aquisição de Alimentos, dos produtos adquiridos nas modalidades compra direta da agricultura familiar e formação de estoque pela agricultura familiar.

O Termo de Cooperação n.º 003/2009-SESAN, no valor de R\$650.000.000,00, com vigência no período de 04 de maio de 2009 a 31 de julho de 2011, foi destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, podendo ser utilizados os instrumentos já citados, objetivando a formação de estoques estratégicos/segurança, a distribuição gratuita dos alimentos às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e, eventualmente, a sua comercialização, para evitar o comprometimento da qualidade dos alimentos.

No rol de produtores beneficiários foram priorizados: a) aqueles dos municípios pertencentes aos Territórios da Cidadania; b) a participação de grupo de mulheres, atendendo o compromisso com o Programa de Apoio às Organizações Produtivas das Mulheres Rurais; c) povos e comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas, extrativistas, acampados da reforma agrária, atingidos por barragens, pescadores artesanais e agricultores familiares enquadrados no PRONAF, que, preferencialmente, estejam organizados em cooperativas e associações, e d) famílias dos municípios dos Consórcios de Segurança Alimentar Desenvolvimento Local-Consad, que integram a estratégia do MDS para a geração de oportunidades de trabalho e renda nas sub-regiões periféricas.

No plano de aplicação dos recursos foi prevista a liberação de recursos orçamentários/financeiros em 10 etapas, distribuídas no período de vigência. Além dos recursos previstos foram celebrados 3 Termos Aditivos alterando as metas de quantidade de produto a serem adquiridas e o número de produtores atendidos. O quadro a seguir detalha as metas e os valores previstos.

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

Quadro LXII - Demonstrativo das Metas Previstas

Discriminação	Ano			Total
	2009	2010	2011	
Termo de Cooperação Original				
Produtores	64.752	85.140	35.822	185.714
Quantidade Produto	132.085	173.674	73.073	378.832
Pólos	34	20	13	67
Repasse (Em R\$)	240.000.000,00	250.000.000,00	160.000.000,00	650.000.000,00
Termo Aditivo n.º 1				
Produtores	10.769	-	-	10.769
Quantidade Produto	28.600	-	-	28.600
Pólos	-	-	-	0
Repasse (Em R\$)	50.000.000,00	-	-	50.000.000
Total 2009				
Produtores	75.521	-	-	75.521
Quantidade Produto	160.685	-	-	160.685
Pólos	34	-	-	-
Repasse (Em R\$)	290.000.000,00	-	-	290.000.000
Termo Aditivo n.º 2				
Produtores	-	8.000	-	8.000
Quantidade Produto	-	22.850	-	22.850
Pólos	-	-	-	0
Repasse (Em R\$)	-	40.000.000,00	-	40.000.000
Termo Aditivo n.º 3				
Produtores	-	4.840	-	4.840
Quantidade Produto	-	12.477	-	12.477
Pólos	-	-	-	-
Repasse (Em R\$)	-	24.102.538,00	-	24.102.538
Total 2010				
Produtores	-	97.980	-	97.980
Quantidade Produto	-	209.001	-	209.001
Pólos	-	20	-	20
Repasse (Em R\$)	-	314.102.538,00	-	314.102.538

Fonte: Supaf/Gecaf

Em 2010, a Conab recebeu transferências de dotação orçamentária/financeira no valor total de R\$314.102.538,00. Além desses, o MDS autorizou a Conab a utilizar recursos no valor de R\$25.000.000,00 destinado à aquisição de gêneros alimentícios para distribuição gratuita às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, na aquisição de produtos de agricultores familiares.

Com os recursos disponibilizados pelo MDS, a Sureg-MS atendeu a 1.016 produtores familiares, conforme descrito a seguir.

**Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento**

a) Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF

Por meio deste instrumento foram adquiridas em 2010, 82 toneladas de farinha de mandioca, em 1 município. Houve redução de 91,49% e de 93,22% no número de produtores beneficiados e na quantidade adquirida, conforme quadro a seguir.

Quadro XLIII - Demonstrativo de Aquisições pela CDAF/MDS

Ano	Nº de Municípios	Produto	Nº de Agricultores Familiares	Quantidade (t)	Recursos Gastos com Aquisição (R\$)
2009	20	Farinha de mandioca	482	2.261	1.672.944,04
		Feijão	482	1.650	2.295.989,03
Total	20		964	3911	3.968.933,07
2010	1	Feijão	82	265	355.728,50
Total	1		82	265	355.728,50

Fonte: Supaf/Gecaf

b) Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação

Por meio deste instrumento foram adquiridas 2.614 toneladas de diversos produtos alimentícios de 934 produtores familiares e distribuídas a 168 instituições sociais, conforme quadro a seguir. Em relação ao exercício anterior houve aumento de 40,66% no número de produtores familiares atendidos e de 20,13% na quantidade adquirida, conforme quadro a seguir.

Quadro XLIV - Demonstrativo de Aquisição pela CPR-Doação/ MDS

Ano	UF	Nº de Agricultores Familiares	Nº de municípios	Quantidade (t)	Nº de Pessoas Beneficiadas	Nº de Entidades Beneficiadas	Recursos Gastos com Aquisição (R\$)
2009	MS	664	11	1.681	173.720	156	2.327.277,16
2010	MS	934	16	2.614	208.687	168	4.145.631,06

Fonte: Supaf/Gecaf

c) Execução Orçamentária

A despesa total na execução dessas atividades foi de R\$4.926.323,98, destacando-se as despesas com a aquisição de produtos para distribuição gratuita com participação de 97,92% na despesa total de 2010. Comparativamente ao exercício anterior houve redução na despesa total de 33,53%, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LXV - Demonstrativo da Execução da Despesa – MDS

Ano	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo		Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	
					Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
2009	42.717,50	9.409,78	6.502.067,30	11.993,51	0,00	328.546,52	517.070,46	7.411.805,07
2010	3.852,50	1.367,55	4.501.509,56	1.956,87	0,00	273.693,05	143.944,45	4.926.323,98

Fonte: Siafi

Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA

Para a operacionalização do PAA, a Conab e o MDA celebraram Termo de Cooperação, com descentralização de recursos orçamentários/financeiros consignados no Programa 0351-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

O Programa 0351 – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar objetiva garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar, promovendo a sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores. Dentre outras, é composto pelas seguintes ações:

➤ **2B81– Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA e 2B83-Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar**, que objetivam a aquisição de produtos da agricultura familiar e assentados, como forma de apoiar as políticas voltadas à agricultura familiar, compreendendo ações de comercialização vinculadas à formação de estoques estratégicos com uso preferencial para venda no mercado tradicional, de forma a possibilitar novas compras de produtos; e

➤ **4280–Fomento a Projetos de Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar**, que objetiva identificar, avaliar e difundir experiências exitosas no sentido de ampliar as alternativas de diversificação das fontes de renda dos agricultores familiares, mediante a ampliação das oportunidades de negócio e da valorização dos seus produtos e serviços.

Em 2010 foi celebrado Termo de Cooperação no valor de R\$109.890.450,00, objetivando o desenvolvimento de ações integradas na operacionalização do PAA, por meio de operações nas modalidades de Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF e de Formação de Estoques da Agricultura Familiar-CPR Estoque. Foi prevista a aquisição de 19.866 toneladas de diversos produtos, de 15.635 agricultores familiares, assim como a aquisição de equipamentos e material permanente, objetivando o fortalecimento das ações de comercialização. No exercício, ocorreu descentralização orçamentária no valor de R\$64.070.450,00.

Especificamente no âmbito da Sureg-MS foram atendidos 347 produtores familiares, conforme descrito a seguir.

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

a) Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF

Este instrumento permitiu a aquisição, em 2010, de 5.142 toneladas de milho em grãos, nos municípios de Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Laguna de Carapa, Novo Horizonte do Sul, Ponta Porã e Vicentina, ao custo total de R\$1.496.406,79, beneficiando 347 produtores familiares, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LXVI - Demonstrativo de Aquisições pela CDAF/MDA

Ano	Nº de Municípios	Produto	Nº de Agricultores Familiares	Quantidade (t)	Recursos Gastos com a Aquisição (R\$)
2009	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-
2010	10	Milho	347	5.142	1.496.406,79
Total	10	-	347	5.142	1.496.406,79

Fonte: Supaf/Gecaf

b) Execução Orçamentária

Em 2010, as despesas executadas somaram R\$1.785.222,89, destacando-se a Aquisição de Bens para Revenda, com 86,47% do total de despesas. Comparativamente ao exercício anterior, verifica-se aumento de 330,40, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LXVII - Demonstrativo da Execução da Despesa – MDA

Ano	Elemento de Despesa (Em R\$)								Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Obrigações Tributárias e Contributivas	Equipamento e Material Permanente	Aquisição de Bens para Revenda	
2009	1.275,00	183,68	270,00	0,00	63.057,35	0,00	0,00	350.000,00	414.786,03
2010	3.191,50	898,30	693,54	-	22.447,61	214.262,75	-	1.543.729,19	1.785.222,89

Fonte: Siafi

2.3.3.9 – Distribuição de Alimentos

a) Distribuição de Alimentos – Ministério da Integração Nacional-MI

O **Programa 1029 – Resposta aos Desastres**, sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, objetiva promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por eventos adversos, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados por desastres, supletivamente ao atendimento dos Estados e Municípios. O público-alvo são as pessoas afetadas nessas situações, especialmente as de menor renda.

As bases legais deste Programa estão na Constituição Federal que, no artigo 21, prevê como competência da União o planejamento e a promoção da defesa permanente contra calamidades públicas, especialmente as secas e inundações. Portanto, principalmente nos desastres

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

de grande e muito grande porte, quando as necessidades ultrapassam a capacidade de resposta dos municípios, o atendimento supletivo do Governo Federal deve ser feito com a urgência necessária.

Compõe citado Programa a Ação orçamentária **4564 – Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres**, com atuação em todo o território nacional, com objetivo de prestar socorro e assistência às pessoas atingidas por desastres, de grande e muito grande porte, quando comprometida a capacidade local para pronta resposta, especialmente quando reconhecidos como situação de emergência ou estado de calamidade pública pelo Governo Federal.

Objetivando dar continuidade às ações de distribuição de alimentos a Conab elaborou o plano de trabalho que foi aprovado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios para formação e manutenção de estoque estratégico de gêneros alimentícios que possibilite ao Governo Federal, tempestivamente, prestar assistência alimentar, em caráter emergencial, a populações afetadas por desastres de qualquer natureza, que esteja classificado na Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos-CODAR.

À Conab competia a aquisição por meio de leilões eletrônicos de 1.702 toneladas de diversos gêneros alimentícios (arroz, feijão, óleo de soja, açúcar cristal, farinha de mandioca, macarrão, leite em pó, sardinha em lata e rosquinhas de coco), que após embalados formariam um estoque estratégico de aproximadamente 70.000 cestas de alimentos, depositadas nas unidades armazenadoras próprias em locais estratégicos, podendo, se necessário, ser deslocadas conforme as necessidades. Foi previsto também que na composição das cestas a Conab, em comum acordo com a Secretaria Nacional de Defesa Civil poderia utilizar os estoques oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.

Por sua vez, ao Ministério da Integração Nacional competia as orientações necessárias à destinação dos alimentos adquiridos, tanto quanto as localidades e o público-alvo a ser beneficiado.

Para tanto, a Conab recebeu descentralização de recursos orçamentários/financeiros, no valor de R\$6.207.900,00.

No área de atuação da Sureg-MS as distribuições foram iniciadas em 2006 com atendimentos aos indígenas e, a partir de 2009, foram realizadas apenas distribuições emergenciais, conforme orientações da Defesa Civil. Em 2010, as cestas de alimentos distribuídas representaram 0,70% da quantidade total entregue pela Conab, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro LXVIII - Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos

Ano	N.º Famílias Atendidas			Quantidade de Cestas Distribuídas			Quantidade de Produto Distribuído (t)		
	Brasil	MS	Part. (%)	Brasil	MS	Part. (%)	Brasil	MS	Part. (%)
2006	166808	5500	3,30	166808	22002	13,19	3335	440	13,19
2007	174.209	275	0,16	174.209	275	0,16	6	6	100,00
2008	294.312	500	0,17	296.317	500	0,17	6.999	11	0,16
2009	702.238	6.233	0,89	712.752	6.233	0,87	16.743	151	0,90
2010	139.452	990	0,71	142.286	990	0,70	3.766	25	0,66

Fonte: Supab/Gepab

**Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento**

b) Distribuição de Alimentos – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS

O **Programa 1049-Acesso à Alimentação**, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-Sesan do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, objetiva a erradicação da fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional, garantindo à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana. O público-alvo são os agricultores familiares, as famílias em situação de insegurança alimentar e/ou nutricional, comunidades populacionais específicas.

Compõe citado Programa a Ação orçamentárias: **2792-Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos** que objetiva a distribuição de cestas de alimentos como atendimento emergencial voltado à redução da insegurança alimentar em grupos vulneráveis, como famílias acampadas que aguardam o programa de reforma agrária, remanescentes de quilombos, indígenas e atingidos por barragens em estado de risco e situação de insegurança alimentar e nutricional. Também podem ser beneficiadas populações de grandes centros e da zona rural atingidas por calamidades (enchentes, secas, deslizamentos etc) e que precisam ser imediatamente socorridas.

Para a execução desta Ação o MDS e a Conab firmaram em 2003 parceria estabelecendo o repasse por parte do Ministério dos recursos orçamentários/financeiros disponíveis para a aquisição de produtos alimentícios e custeio das despesas correlatas, ficando a Companhia responsável pela execução operacional, disponibilizando, para tanto, sua estrutura operacional e administrativa.

A coordenação dos trabalhos encontra-se sob a gestão da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar-SESAN, que, em articulação com a Funai, Funasa, Incra, OAN/MDA, SEPPIR, SEAPE, Fundação Cultural Palmares e movimentos sociais, define os beneficiários, a composição das cestas de alimentos, os quantitativos e a periodicidade das entregas.

O quadro a seguir apresenta o número de famílias atendidas e a quantidade de cestas de alimentos distribuídas por beneficiários, em todo o país, no período de 2003 a 2010

A experiência iniciada em 2003 tem demonstrado a necessidade da continuidade da ação de atendimento a esses segmentos populacionais que continuam em situação de insegurança alimentar em todo o território nacional. Por intermédio do Ofício CGAV/DAPE/SESAN n.º 03, de 08 de fevereiro de 2010, a SESAN solicitou a aquisição de gêneros alimentícios para a continuidade do atendimento às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

O Termo de Cooperação 007/2010, celebrado entre a Conab e o MDS, estabeleceu o repasse de recursos orçamentários/financeiros no valor total de R\$138.000.000,00, divididos em duas remessas iguais no valor de R\$69.000.000,00, a primeira repassada em junho/2010 e a última prevista para o mês de abril/2011, para composição e distribuição de aproximadamente 3.224.000 cestas de alimentos no biênio 2010 e 2011 (1.612.000 cestas em cada exercício).

O maior contingente é o de famílias acampadas a espera de assentamento, para as quais se presume que necessitam de assistência enquanto não tiverem acesso à terra. Prevê-se, portanto, para o biênio 2010/2011 e início de 2012, o atendimento a cerca de 228,5 mil famílias acampadas identificadas pelo MDS/INCRA/OAN.

Situação semelhante ocorre com os atingidos por barragens, totalizando 16,3 mil famílias. Essas foram deslocadas de suas propriedades devido a construção de empreendimentos hidroelétricos, e encontram-se, em geral, expostas à insegurança alimentar em função da perda de

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

sua fonte de sustento. Essa situação atinge não somente os pequenos agricultores, proprietários ou não de terras, mas também boa parte da comunidade próxima, pois a perspectiva do deslocamento provoca o empobrecimento geral da economia local, com a desvalorização das propriedades e da impossibilidade de iniciar novos projetos.

No caso das populações indígenas, a previsão de atendimento é de 63,8 mil famílias, comunidades remanescentes de quilombolas com 35 mil famílias, aquelas presentes em terreiros com 14 mil famílias e pescadores artesanais com 5,5 mil famílias. A situação em que se encontram tais comunidades está relacionada com ameaças ao território no qual esses grupos exercem suas formas tradicionais de produção, estando sujeitos à invasão por grileiros e posseiros e também depredação dos recursos naturais.

Comprovadas as necessidades de aporte alimentar para o conjunto das famílias, acampadas, indígenas, quilombolas, terreiro e atingidas por barragens, pescadoras artesanais e as situações emergenciais que podem levar à insegurança alimentar e que se enquadram em um estado de vulnerabilidade social extremamente grave, justifica-se a ação do MDS para o atendimento a essas famílias por meio da distribuição direta e gratuita de gêneros alimentícios.

Na formação dos estoques a Conab poderá, de comum acordo com o MDS, utilizar os estoques oriundos do PAA (MDS e/ou MDA) ou outras modalidades de estoques, a exemplo de doações recebidas em nome do Fome Zero. Os alimentos adquiridos serão recebidos e depositados nas Unidades Operacionais da Conab, preferencialmente nos estados onde ocorrerá a sua distribuição, podendo, ainda, ocorrer a contratação de transporte para reposicionamento e distribuição dos estoques.

Durante o exercício, foram realizados 25 leilões públicos para a aquisição de açúcar cristal, arroz beneficiado, farinha de mandioca e de trigo, flocos e fubá de milho, macarrão e óleo de soja, cujas quantidades, especificações e locais de entrega eram parte integrante dos avisos publicados no D.O.U e disponibilizados na Internet, no sítio da Companhia. Nestes certames foram adquiridas 27.689 toneladas dos produtos, representando cerca de 156,15% da meta estabelecida para o exercício. Além dessas foram utilizadas outras 8.597,7 t de produtos adquiridas pelo PAA e pela PGPM.

No área de atuação da Sureg-MS tradicionalmente são atendidas as famílias acampadas a espera da reforma agrária, as remanescentes dos quilombos, as indígenas, as de comunidades de terreiro, sendo realizados também atendimentos especiais. A quantidade de cestas distribuídas representa, em média, 10,03% da quantidade total entregue por toda a Conab no período, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro LXIX - Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos

Ano	N.º Famílias Atendidas			Quantidade de Cestas Distribuídas			Quantidade de Produto Distribuído (t)		
	Brasil	MS	Part. (%)	Brasil	MS	Part. (%)	Brasil	MS	Part. (%)
2003	254.911	17.830	6,99	715.435	53.490	7,48	16.607	1.513	9,11
2004	447.764	18.222	4,07	1.620.828	125.622	7,75	38.077	3.196	8,39
2005	505.375	26.410	5,23	1.950.914	162.265	8,32	47.956	4.786	9,98
2006	343.452	32.990	9,61	1.820.792	157.048	8,63	40.943	5.033	12,29
2007	402.726	40.920	10,16	2.097.153	250.838	11,96	49.590	7.372	14,87
2008	354.218	40.130	11,33	1.439.256	233.177	16,20	32.552	5.568	17,10
2009	338.446	28.173	8,32	1.427.275	166.593	11,67	32.636	3.925	12,03
2010	446.363	29.072	6,51	1.946.543	160.154	8,23	46.299	3.839	8,29

Fonte: Supab/Gepab

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

Da quantidade adquirida por meio dos leilões públicos, a Sureg-MS recebeu 2005,5 toneladas acrescidas de outras 299,5 toneladas de produtos vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LXX - Demonstrativo de Aquisição de Gêneros Alimentícios

Produto	Quantidades (t)			
	Leilão Público	PAA	PGPM	Total
Açúcar	250,6	-	-	250,6
Arroz beneficiado	1.253,5	-	-	1.253,5
Feijão	-	197,6	-	197,6
Farinha de mandioca	-	24,0	-	24,0
Fubá de milho	125,4	-	-	125,4
Leite em pó	-	77,9	-	77,9
Óleo de soja	250,7	-	-	250,7
Macarrão	125,3	-	-	125,3
Total	2.005,5	299,5	0,0	2.305,0

Fonte: Supab/Gepab

No âmbito da Sureg-MS as distribuições foram iniciadas em 2003, atendendo as famílias acampadas e nos exercícios seguintes foram estendidas aos quilombolas, às comunidades de terreiro, aos indígenas. No período, foram realizados também atendimentos especiais, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro LXXI - Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

Ano		Beneficiários							Total
		Acampados	Quilombolas	Comunidades de Terreiro	Atend. Especiais/ Emergenciais	MAB¹	Indígenas	Marisqueiras/ Caranguejeiras/Pe s. Artesanais	
2003	N.º Famílias	17.830	-	-	-	-	-	-	17.830
	Quant. Cestas	53.490	-	-	-	-	-	-	53.490
	Quant. Produtos(t)	1.513	-	-	-	-	-	-	1.513
2004	N.º Famílias	17.830	392	-	-	-	-	-	18.222
	Quant. Cestas	124.810	812	-	-	-	-	-	125.622
	Quant. Produtos(t)	3.174	22	-	-	-	-	-	3.196
2005	N.º Famílias	17.830	180	100	2.800	-	5.500	-	26.410
	Quant. Cestas	124.810	723	400	2.800	-	33.532	-	162.265
	Quant. Produtos(t)	3.327	20	10	85	-	1.344	-	4.786
2006	N.º Famílias	17.850	180	100	9.360	-	5.500	-	32.990
	Quant. Cestas	101.644	720	500	9.360	-	44.824	-	157.048
	Quant. Produtos(t)	3.128	22	16	250	-	1.617	-	5.033
2007	N.º Famílias	17.850	180	100	290	-	22.500	-	40.920
	Quant. Cestas	160.728	720	600	290	-	88.500	-	250.838
	Quant. Produtos(t)	4.382	21	17	55	-	2.897	-	7.372
2008	N.º Famílias	17.850	180	100	-	-	22.000	-	40.130
	Quant. Cestas	96.375	720	400	-	-	135.682	-	233.177
	Quant. Produtos(t)	2.630	18	10	-	-	2.910	-	5.568
2009	N.º Famílias	14.893	180	100	-	-	13.000	-	28.173
	Quant. Cestas	100.473	720	400	-	-	65.000	-	166.593
	Quant. Produtos(t)	2.593	20	12	-	-	1.300	-	3.925
2010	N.º Famílias	13.930	180	100	-	-	14.862	-	29.072
	Quant. Cestas	64.210	900	500	-	-	94.544	-	160.154
	Quant. Produtos(t)	1.654	31	17	-	-	2.137	-	3.839

Fonte: Supab/Gepab

Obs.: (1) Movimento dos Atingidos por barragens

Na aquisição de produtos alimentícios e embalagens, montagem das cestas e na distribuição, foram gastos R\$2.415.116,71. A despesa total com a aquisição dos produtos para distribuição foi de R\$2.317.196,44, representando cerca de 95,95%. Comparativamente ao exercício anterior verifica-se recuo de 55,95% na despesa total, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LXXII - Demonstrativo da Execução da Despesa-Distribuição de Alimentos-MDS

Surg	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo	Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	
					Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
2009	-	7.680,50	5.236.704,18	-	-	112.955,43	125.268,50	5.482.608,61
2010	-	-	2.317.196,44	-	-	89.949,13	7.971,14	2.415.116,71

Fonte: Siafi

b.1) Doação de Feijão PGPM - LEI 12.058/09

Por decisão governamental contida no Art. 26, da Lei nº 12.058/09, o Governo Federal disponibilizou para doação 1.019.520 kg de feijão, nas variedades cores e preto, originários dos estoques públicos (PGPM), que se encontram depositados no Mato Grosso do Sul, visando ações de suplementação alimentar vinculadas a programas conduzidos pelo MDS, MEC e Secretaria Nacional de Defesa Civil.

O produto é doado exclusivamente para Entidades públicas e as de interesse social, devidamente regularizadas e com atuação direta em ações de segurança alimentar e nutricional, conforme demonstrativo abaixo:

Quadro LXXIII - Demonstrativo de atendimento

Produto	Quantidade Distribuída (kg)	Entidade Beneficiada
Feijão Cores	206.310	Programa Mesa Brasil - SESC/MS

2.4 - Desempenho Operacional**2.4.1– Programação Orçamentária****2.4.1.1 - Movimentação orçamentária por grupo de despesa**

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

Quadro LXXIV - Movimentação orçamentária por grupo de despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Recebidos	135100	135192	20.605.0352.2130.0001	-	-	-	-	40.232.049,79	-
				20.306.0352.2012.0001	-	-	648.566,49	-	-	-
				20.331.0352.2011.0001	-	-	11.437,70	-	-	-
				20.122.0352.2272.0001	2.735.324,06	-	3.568.124,55	9.641,02	-	-
				20.122.0352.2829.0001	-	-	-	33.070,00	-	-
				20.125.0352.2137.0001	-	-	63.440,81	-	-	-
				20.126.0352.4702.0001	-	-	39.259,80	-	-	-
				20.128.0360.4572.0001	-	-	32.313,71	-	-	-
				20.605.0360.4711.0001	-	-	47.804,80	-	-	-
				08.244.1049.2792.0001	-	-	131.000,00	-	-	-
				08.605.1049.2802.0001	-	-	4.767,86	-	-	-
				08.306.1049.2798.0001	-	-	67,11	-	-	-
				20.301.0352.2004.0001	-	-	666.634,31	-	-	-
				20.301.0352.20CW.0001	-	-	2.529,31	-	-	-
			135194	20.122.0352.2829.0001	-	-	99.896,29	27.132,22	-	-
			135196	20.122.0352.2829.0001	-	-	-	1.541,11	-	-
			135195	20.122.0352.2829.0001	-	-	-	1.384,00	-	-
			135197	20.122.0352.2829.0001	-	-	-	69.800,00	-	-
			135199	20.122.0352.2272.0001	-	-	-	120,00	-	-
			135200	20.122.0352.2272.0001	-	-	-	-1.160,00	-	-
				20.122.0352.2829.0001	-	-	-	11.194,24	-	-
	Concedidos	135347	135192	08.244.1049.2792.0001	-	-	2.656.856,18	-	-	-
				08.605.1049.2802.0001	-	-	516.810,52	-	-	-
				21.122.0351.2B83.0001	-	-	247.673,03	-	-	-
				21.605.0351.2B83.0001	-	-	-	-	1.546.755,47	-
				20.301.0352.2004.0001	-	-	5.118.000,00	-	-	-
		135192	135100	20.306.0352.2012.0001	-	-	99.963,29	-	-	-
				20.331.0352.2011.0001	-	-	505,00	-	-	-
				20.122.0352.2272.0001	79.351,65	-	148.586,90	417,20	-	-
				20.122.0352.2829.0001	-	-	17,00	422,78	-	-
				20.125.0352.2137.0001	-	-	13.281,83	-	-	-
				20.126.0352.4702.0001	-	-	17.686,63	-	-	-
				20.128.0360.4572.0001	-	-	5.420,76	-	-	-
				20.605.0360.4711.0001	-	-	2.200,19	-	-	-
				08.244.1049.2792.0001	-	-	19.077,37	-	-	-
				08.605.1049.2802.0001	-	-	637,26	-	-	-
				21.122.0351.2B83.0001	-	-	237,25	-	-	-
				20.301.0352.2004.0001	-	-	1.350,00	-	-	-
				20.301.0352.2004.0001	-	-	16.965,62	-	-	-
				20.122.0352.2272.0001	-	-	4,04	-	-	-
				20.122.0352.2829.0001	-	-	83.589,88	-	-	-
				20.122.0352.2272.0001	-	-	340,00	-	-	-
				20.605.0352.2130.0001	-	-	-	-	600.598,98	-
				20.122.0352.2272.0001	-	-	100,00	-	-	-
				08.244.1049.2792.0001	-	-	1.500,00	-	-	-
		135402	135347	08.605.1049.2802.0001	-	-	14.000,00	-	-	-
Movimentação Externa	Recebidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Concedidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-

2.4.2 – Execução Orçamentária

2.4.2.1 - Demonstrativo das Despesas por Modalidade de Contratação – créditos recebidos da UJ

Quadro LXXV - Despesa por Modalidade de Contratação

Em R\$

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	1.212.311,86	311.061,88	1.212.311,86	311.061,88
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	213.321.330,47	16.062.030,55	213.321.330,47	16.062.030,55
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	1.394.462,73	1.166.488,14	1.394.462,73	1.166.488,14
Inexigibilidade	63.608.122,65	35.140.421,89	63.608.122,65	35.140.421,89
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	102.800,67	89.567,90	102.800,67	89.567,90
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	18.075.883,79	0,00	18.075.883,79	0,00
Diárias	161.130,00	287.023,00	161.130,00	287.023,00
Outros				
Não se Aplica	1.224.930,04	644.710,22	1.224.930,04	644.710,22

Fonte: Siafi

Quanto à modalidade de licitação destacaram-se em 2010 as despesas executadas nas seguintes modalidades:

- Inexigibilidade – com valor total de R\$35.140.421,89, onde se destacaram as despesas relativas à formação e manutenção dos estoques públicos, no valor de R\$ 32.027.329,46, e a aquisição de produtos agropecuários de produtores familiares no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, no valor de R\$1.543.729,19, com recursos descentralizados pelo MDA.

- Pregão – no valor total de R\$16.062.030,55, destacando-se os custos relacionados à remoção e manutenção dos estoques públicos adquiridos por meio das AGFs e dos Contratos Públicos de Opção de Venda, no valor de R\$7.604.121,25. Destacam-se também nesta modalidade a aquisição de gêneros alimentícios e de produtos agropecuários de produtores familiares, estes últimos adquiridos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, com recursos descentralizados pelo MDS, no valor total de R\$ 6.2084.909,96.

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

2.4.2.2 - Demonstrativo das Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos recebidos da UJ

Quadro LXXVI - Demonstrativo das Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Recebidos	135100	135192	20.605.0352.2130.0001	-	-	-	-	40.232.049,79	-
				20.306.0352.2012.0001	-	-	648.566,49	-	-	-
				20.331.0352.2011.0001	-	-	11.437,70	-	-	-
				20.122.0352.2272.0001	2.735.324,06	-	3.568.124,55	8.641,02	-	-
				20.122.0352.2829.0001	-	-	99.896,29	114.121,57	-	-
				20.125.0352.2137.0001	-	-	63.440,81	-	-	-
				20.126.0352.4702.0001	-	-	39.259,80	-	-	-
				20.128.0360.4572.0001	-	-	32.313,71	-	-	-
				20.605.0360.4711.0001	-	-	47.804,80	-	-	-
				08.244.1049.2792.0001	-	-	131.000,00	-	-	-
				08.605.1049.2802.0001	-	-	4.767,86	-	-	-
				08.306.1049.2798.0001	-	-	67,11	-	-	-
				20.301.0352.2004.0001	-	-	666.634,31	-	-	-
				20.301.0352.20CW.0001	-	-	2.529,31	-	-	-
			135194	20.122.0352.2829.0001	-	-	99.896,29	27.132,22	-	-
			135196	20.122.0352.2829.0001	-	-	-	1.541,11	-	-
			135195	20.122.0352.2829.0001	-	-	-	1.384,00	-	-
			135197	20.122.0352.2829.0001	-	-	-	69.800,00	-	-
			135199	20.122.0352.2272.0001	-	-	-	120,00	-	-
			135200	20.122.0352.2272.0001	-	-	-	-1.160,00	-	-
			135200	20.122.0352.2829.0001	-	-	-	11.194,24	-	-
	Concedidos	135347	135192	08.244.1049.2792.0001	-	-	2.656.856,18	-	-	-
				08.605.1049.2802.0001	-	-	516.810,52	-	-	-
				21.122.0351.2B83.0001	-	-	-	1.546.755,47	-	-
				20.301.0352.2004.0001	-	-	5.118.000,00	-	-	-
			135100	20.306.0352.2012.0001	-	-	99.963,29	-	-	-
				20.331.0352.2011.0001	-	-	505,00	-	-	-
				20.122.0352.2272.0001	79.351,65	-	148.586,90	417,20	-	-
				20.122.0352.2829.0001	-	-	17,00	422,78	-	-
				20.125.0352.2137.0001	-	-	13.281,83	-	-	-
				20.126.0352.4702.0001	-	-	17.686,63	-	-	-
				20.128.0360.4572.0001	-	-	5.420,76	-	-	-
				20.605.0360.4711.0001	-	-	2.200,19	-	-	-
				08.244.1049.2792.0001	-	-	19.077,37	-	-	-
				08.605.1049.2802.0001	-	-	637,26	-	-	-
				21.122.0351.2B83.0001	-	-	237,25	-	-	-
				20.301.0352.2004.0001	-	-	1.350,00	-	-	-
				20.301.0352.2004.0001	-	-	16.965,62	-	-	-
				20.122.0352.2272.0001	-	-	4,04	-	-	-
				20.122.0352.2829.0001	-	-	83.589,88	-	-	-
				20.122.0352.2272.0001	-	-	340,00	-	-	-
				20.605.0352.2130.0001	-	-	-	-	600.598,98	-
				20.122.0352.2272.0001	-	-	100,00	-	-	-
				08.244.1049.2792.0001	-	-	1.500,00	-	-	-
			135402	08.605.1049.2802.0001	-	-	14.000,00	-	-	-
Movimentação Externa	Recebidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Concedidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-

A programação orçamentária da Conab é realizada de forma centralizada pela Matriz, em Brasília, e a execução é efetuada na Matriz e nas Superintendências Regionais por meio de descentralizações orçamentárias/financeiras quando da realização das diversas ações.

Em relação ao exercício anterior verificou-se a exclusão da Ação: Ações de Informática, e a inclusão da Ação: Assistência Médica aos Empregados e Servidores-Exames

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

Periódicos, esta não executada em 2009 pois os recursos orçamentários foram descentralizados somente em 15 de dezembro de 2009 e a liberação do limite para movimentação e empenho apenas no dia 18 de dezembro, até então último dia para a elaboração de empenhos.

Quanto às demais ações, as variações nos valores executados, para mais ou menos, decorreram do cumprimento dos compromissos assumidos, do atendimento à demanda de produtores, da manutenção da Companhia e dos produtos em estoque, e do cumprimento às determinações judiciais.

Em 2010, foi empenhado o total de R\$56.225.419,28, com variação, a menor, de 80,13%, em relação ao exercício anterior, conforme detalhamento a seguir:

- Os valores contabilizados em Despesas de Pessoal (Grupo 1) incluem o pagamento dos encargos sociais, o cumprimento das determinações judiciais e demais despesas de pequeno vulto relacionadas a pessoal. Destaca-se o grupo das Obrigações Patronais incluindo, entre outros, o pagamento do INSS, no valor de R\$1.378.333,88, e do FGTS, no valor de R\$412.898,97. A execução orçamentária das demais despesas de pessoal (salários, gratificações, férias, auxílios etc) é processada na Matriz por meio da folha de pagamento. O Grupo representou 4,49% do total empenhado em 2010 com variação, a maior, de 19,3% em relação a 2009.

- As Outras Despesas Correntes (Grupo 3) representaram 22,01% do empenho total, com variação, a menor, de 31,54% em relação ao ano anterior. Destacam-se as despesas referentes à aquisição de produtos para distribuição gratuita, no valor total de R\$6.818.706,00, adquiridas com recursos repassados pelo MDS, MDA e MI (Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e distribuição às famílias e/ou grupos atingidos por desastres naturais ou aqueles em situação de insegurança alimentar e nutricional).

- Os Investimentos (Grupo 4) totalizaram R\$151.922,61, representando cerca de 0,27% do total empenhado, com variação, a menor, de 82,23% em relação ao ano anterior. São constituídos pelos investimentos realizados na Sede da Regional, com recursos da Ação Gestão e Administração do Programa e nas unidades operacionais, utilizando o orçamento da Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns. Em 2010, destacou-se a reforma da estrutura metálica de 8 silos na UA Maracaju, no valor de R\$68.430,00. Em função da liberação dos limites de empenho das despesas de capital ter ocorrido durante o último trimestre do exercício, grande parte dos valores empenhados neste grupo foi inscrita em Restos a Pagar não Processados.

- No grupo Inversões Financeiras estão contabilizados os valores gastos na formação e manutenção dos estoques públicos, adquiridos por meio da formalização das AGFs e do exercício dos Contratos Públicos de Opção de Venda, e na aquisição de produtos agropecuários de produtores familiares, com recursos repassados pelo MDA. As despesas totalizaram R\$41.175.179,90, com variação, a menor, de 84,28% em relação a 2009.

2.4.3 – Execução Física e Financeira

Apresentamos abaixo o demonstrativo da Execução Física e Financeira da Superintendência Regional da Conab no Mato Grosso do Sul – Sureg-MS, no exercício de 2010.

Quadro LXXVII - Demonstrativo da Execução Física da Sureg/MS

Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2011
20	126	0352	20CW	A	4	servidor beneficiado	20	17	95
20	301	0352	2004	A	4	pessoa beneficiada	320	340	320
20	365	0352	2010	A	4	criança atendida	7	16	10
20	331	0352	2011	A	4	servidor beneficiado	80	76	70
20	306	0352	2012	A	4	servidor beneficiado	90	101	95
20	605	0352	2130	A	3	produto adquirido (ton)	400.000	39.360	200.000
20	125	0352	2137	A	4	fiscalização realizada	400	419	400
20	122	0352	2272	A	4	-	-	-	-
20	122	0352	2829	A	4	unidade modernizada	3	5	3
20	126	0352	4702	A	4	unidade cadastrada	820	1.301	900
20	125	0352	4706	A	4	estoque vistoriado	0	0	-
20	692	0352	4710	A	4	unidade organizada	0	0	0
20	605	0352	8566	A	4	mercado modernizado	1	1	0
20	605	0360	8579	A	4	informação disponibilizada	0	0	-
20	605	0360	10HG	P	4	estudo realizado	0	0	0
20	605	0901	12BZ	P	4	% obra executada	0	0	-
20	273	0352	0110	OP	4	-	-	-	-
20	128	0360	4572	A	4	servidor capacitado	113	23	24
20	605	0360	4711	A	4	pesquisa realizada	12	12	12
28	846	0901	002F	OP	4	-	-	-	-
28	846	0901	0022	OP	4	-	-	-	-

- Análise da Execução Física das ações realizadas pela UJ

Considerando as ações institucionais desenvolvidas pela UJ, verifica-se o cumprimento satisfatório das metas físicas, exceto nos itens:

- (2130) Formação de Estoques Públicos: fatores variáveis na oferta de produtos agropecuários comprometeram a eficácia dos mecanismos de aquisição para formação de estoques operacionalizados pelo Governo Federal.
- (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação: as dificuldades em obter cursos relacionados com as áreas-fim, em particular aos servidores das Unidades Armazenadoras localizadas no interior do Estado, implicaram no baixo percentual de servidores treinados.

Por outro lado, alcançamos uma expressiva superação da meta prevista na ação (4702) Cadastramento Nacional de Unidades Armazenadoras, que havia sofrido contingenciamento orçamentário no ano anterior (2009), de modo que se utilizando de recursos humanos e financeiros de forma otimizada foi possível superar em 58,66% a meta física de cadastro de armazéns.

2.5 – Indicadores de Desempenho ou Institucionais

Neste item estamos lançando os indicadores de desempenho das diversas atividades operacionais da Conab para o Mato Grosso do Sul.

2.5.1 – (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

Quadro LXXVIII - Percentual de Armazéns Cadastrados

Nome: Percentual de Armazéns Cadastrados				
Descrição: Percentual de armazéns cadastrados no Sistema de Cadastro de Armazéns (SICARM) em relação ao programado na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X = n.º de unidades armazenadoras cadastradas Y= total de unidades armazenadoras programadas				
Fonte: X= Suarm/Gecad Y=Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecad				
Resultados:				
2007				-
2008				-
2009				0,75
2010	Meta:	100,00	Realizado	158,66
Nome: Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns				
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecad				
Resultados:				
2007				-
2008				94,16
2009				2,33
2010	Meta:	100,00	Realizado	93,80
Nome: Custo por Unidade Cadastrada				
Descrição: Custo unitário por unidade cadastrada				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de cadastramento de unidades armazenadoras				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por cadastramento				
Meta:				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de cadastramentos				
Fonte: X= Siafi e Y=Gecad/Suarm				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecad				
Resultados:				
2007				0,00
2008				-
2009				178,88
2010	Meta:	-	Realizado	16,58

2.5.2 – (2137) Fiscalização de Estoques Públicos

Quadro LXXIX - Percentual de Fiscalizações Realizadas

Nome: Percentual de Fiscalizações Realizadas				
Descrição: Percentual de Fiscalizações realizadas em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= número de fiscalizações realizadas e Y= número de fiscalizações planejadas				
Fonte: X = Sufis e Y = Supor/Gepor				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup				
Resultados:				
2007				-
2008				132,63
2009				206,92
2010	Meta:	100,00	Realizado:	104,75
Análise: a meta do ano 2010 foi cumprida, porém, o percentual anual de fiscalizações em relação à meta prevista na LOA ficou abaixo do verificado nos anos anteriores em função dos maiores volumes de produto dos estoques públicos formados no período.				

Quadro LXXX - Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques

Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários				
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= valor executado e Y= valor previsto na LOA				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup				
Resultados:				
2007				98,05
2008				68,07
2009				96,36
2010	Meta:	100,00	Realizado:	83,60
Análise: A execução financeira foi inferior aos anos anteriores, o que representa economia de recursos da dotação orçamentária.				

Quadro LXXXI - Índice de Perdas em Armazenagem

Nome: Índice de Perdas em Armazenagem				
Descrição: Quantidade de perdas de produtos agropecuários apuradas em armazenagem em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar a conformidade entre as quantidades de perdas e os índices técnicos estabelecidos				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: Menor que o do ano anterior				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de perdas em armazenagem (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				0,06
2008				1,09
2009				0,00
2010	Meta:	0,00	Realizado:	0,05
Análise: Foram observadas perdas em função de baixas de estoques realizadas durante as operações de fiscalização, devido ao longo tempo de armazenagem, que em alguns casos já alcançam 03 anos de estocagem. Dentro os possíveis fatores que causam tais perdas estão a respiração celular dos grãos, ataques de pragas, manejo incorreto do sistema de aeração, falhas estruturais dos armazéns, dentre outros.				

Quadro LXXXII - Índice de Desvio de Produtos Armazenados

Nome: Índice de Desvio de Produtos Armazenados				
Descrição: Quantidade de produtos desviados por fiéis depositários em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar o índice de desvios praticados por fiéis depositários				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 0,00%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de produtos desviados (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				0,40
2008				0,00
2009				0,00
2010	Meta:	0,00	Realizado:	0,02
Análise: Observa-se um baixo índice de desvios, com ocorrências pontuais e isoladas.				

Quadro LXXXIII - Índice de Ocorrência de Produtos Abaixo do Padrão

Nome: Índice de Ocorrência de Produtos Abaixo do Padrão				
Descrição: Quantidade de produtos avaliados como abaixo do padrão em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar a ocorrência de produtos abaixo do padrão				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 0,00%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de produtos abaixo do padrão (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				0,00
2008				0,00
2009				0,00
2010	Meta:	0,00	Realizado:	0,00
Análise: Sem ocorrências de produtos desclassificados.				

Quadro LXXXIV - Índice de Ocorrência de Produtos Desclassificados

Nome: Índice de ocorrência de produtos desclassificados				
Descrição: Quantidade de produtos considerados desclassificados em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar a ocorrência de produtos considerados como desclassificados				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 0,00%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de produtos desclassificados (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				0,00
2008				0,00
2009				0,00
2010	Meta:	0,00	Realizado:	0,00
Análise: Os indicadores acima também demonstram que não ocorreram perdas nem desvios de produtos armazenados, perdas de qualidade de produtos por abaixo do padrão ou desclassificados (índices zero de perdas).				

Quadro LXXXV - Custo por Fiscalização realizada

Nome: Custo por Fiscalização realizada			
Descrição: Custo unitário por fiscalização realizada			
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos por fiscalização realizada			
Tipo: Eficiência			
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por fiscalização realizada			
Meta: Menor que o do exercício anterior			
Fórmula de Cálculo: X/Y			
Variáveis: X= valor executado com despesas correntes (em R\$) e Y= número de fiscalizações realizadas			
Fonte: X = Siaf e Y = Gefis/Sufis			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerente da Gefis			
Resultados:			
2007			-
2008			216,10
2009			143,29
2010	Meta:	143,29	Realizado: 119,71
Análise: O custo por fiscalização realizada ficou em patamar inferior em relação à meta e aos anos anteriores.			

Quadro LXXXVI - Percentual de Fiscalização dos Estoques Públicos

Nome: Percentual de Fiscalização dos Estoques Públicos			
Descrição: Percentual de Estoques Públicos Fiscalizados			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta operacional			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo programado			
Fórmula de Cálculo: [(X/Y)*100]			
Variáveis: X= Quantidade fiscalizada e Y= Quantidade planejada			
Fonte: X = Sufis e Y = Sufis			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerentes da Gefis			
Resultados:			
2007			86,85
2008			191,92
2009			214,00
2010	Meta:	100,00	Realizado: 103,38
Análise: A meta de fiscalização foi ultrapassada em 3,38%, o que evidencia a eficácia da estratégia adotada para sua execução.			

Durante o exercício foram realizadas na Sureg-MS, cinco etapas previstas no programa de fiscalização anual, tendo sido visitados 419 unidades, correspondentes a 104,3% da meta estabelecida (400 unidades).

2.5.3 –(2130) Formação de Estoques Públicos
Quadro LXXXVII - Percentual de produtos adquiridos para Formação de Estoques
Percentual de produtos adquiridos para Formação de Estoques

	Descrição	2007	2008	2009
Nome	Percentual de produtos adquiridos para a Formação de Estoques Públicos			
Descrição	Percentual de produtos adquiridos em relação à meta prevista na LOA			
Objetivo	Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo	Eficácia			
Unidade de Medida	%			
Meta	Até 100% do quantitativo estabelecido na LOA	4,38	2,23	98,37
Fórmula de Cálculo	$(X/Y) \cdot 100$			
Variáveis	X= quantidade de produto adquirido Y= quantidade de produto previsto			
Fonte	X = Gefoc Y = Supor/Gepor			
Base geográfica	UF e Brasil			
Periodicidade	Anual			
Responsável	Superintendente da Sugof			

Para a formação dos estoques públicos, foi adquirida no Mato Grosso do Sul, uma quantidade de produtos equivalente a 98,37% da meta estabelecida, demonstrando cumprimento do preestabelecido.

Quadro LXXXVIII
Percentual de Execução Financeira na Formação de Estoques

	Descrição	2007	2008	2009
Nome	Percentual de Execução Financeira na Formação de Estoques Públicos			
Descrição	Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA			
Objetivo	Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA			
Tipo	Eficácia			
Unidade de Medida	%			
Meta	Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA	9,90	4,86	87,19
Fórmula de Cálculo	$(X/Y) \cdot 100$			
Variáveis	X= valor executado Y= valor previsto na LOA			
Fonte	X = Siafi Y = Supor/Gepor			
Base geográfica	UF e Brasil			
Periodicidade	Anual			
Responsável	Superintendente da Sugof			

Para a aquisição de praticamente a totalidade de produtos previstos (98,37%), foram gastos recursos da ordem de 87,19% da dotação orçamentária, demonstrando eficácia da ação.

2.5.4 – (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

Quadro LXXXIX - Percentual de Pesquisas de Safras

Nome: Percentual de Pesquisa de Safras				
Descrição: Percentual de pesquisa de safras em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Igual ou superior a 100%				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \cdot 100$				
Variáveis: X = número de pesquisas realizadas e Y = número de pesquisas previstas				
Fonte: X e Y = Suinf/Geasa				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2007				150,00
2008				100,00
2009				100,00
2010	Meta:	100,00	Realizado	100,00
Análise:				

Nome: Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras				
Descrição: Percentual de gastos com pesquisa de safras				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \cdot 100$				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2007				96,81
2008				61,82
2009				78,06
2010	Meta:	100,00	Realizado	91,21
Análise: Nota-se que na área sob jurisdição da Sureg-MS, obtivemos a totalidade do número de pesquisas planejado para o exercício de 2010, utilizando-se 91,20% dos recursos financeiros previstos, portando demonstrando ótimo desempenho da ação.				

2.5.5 - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

Quadro XC – Percentual de Gastos com Recuperação/Modernização da Rede

Nome: Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas				
Descrição: Percentual de unidades atendidas, visando a manutenção das condições para a guarda e conservação dos produtos agropecuários				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Maior ou igual a 100%				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = Unidades armazenadoras atendidas e Y = Número de unidades previstas				
Fonte: X = Gerap e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gerap				
Resultados:				
2007				266,67
2008				600,00
2009				100,00
2010	Meta:	100,00	Realizado	166,67
Análise: Foram gastos 99,5% dos recursos previstos na LOA para recuperação/modernização da rede, demonstrando eficiência da ação. Conseguiu-se atender a 05 Unidades, superando em 66,67% o número inicialmente previsto de 03 Unidades.				

Quadro XCI – Percentual de Unidades da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas

rede própria recuperadas/modernizadas atingiu 100% da previsão.				
Descrição: Percentual de execução financeira em relação à meta estabelecida na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = Valor executado e Y = Valor previsto				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gerap				
Resultados:				
2007				98,32
2008				92,51
2009				99,05
2010	Meta:	100,00	Realizado	94,11

Quadro XCII – Índice de Eficiência por Unidade Recuperada/Modernizada

Nome: Índice de Eficiência por Unidade Recuperada e Modernizada no âmbito da Rede Própria de Armazéns				
Descrição: Percentual da eficiência demonstrada entre o custo de recuperação ou modernização planejado e o executado				
Objetivo: Medir o ganho/perda de eficiência na aplicação dos recursos previstos nas operações de recuperação ou de modernização das unidades armazenadoras próprias				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: %				
Meta: Redução de custo em relação ao previsto				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)/(X^1/Y^1)*100$				
Variáveis: X = Valor planejado, X ¹ = Valor executado, Y = Total de unidades planejadas e Y ¹ = Total de unidades atendidas				
Fonte: X = Supor/Gepor, X ¹ = Siafi, Y = Supor/Gepor e Y ¹ = Suarm/Gerap				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gerap				
Resultados:				
2007				214,69
2008				98,87
2009				120,38
2010	Meta:		Realizado	369,38
Análise: Os indicadores demonstram que as metas previstas foram plenamente alcançadas				

3 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não houve ocorrência do reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos na Sureg-MS no ano de 2010.

4 - Inscrições de Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (ITEM 4 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)

Quadro XCIII – Restos a Pagar

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

ANO DO EMPENHO	INSCRITO	CANCELADOS	PAGOS	A PAGAR
2005	0,00	0,00	0,00	0,00
2006	0,00	0,00	0,00	0,00
2007	3.402,17	0,00	0,00	3.402,17
2008	338,04	0,00	0,00	338,04
2009	4.712.674,18	-3.530,59	4.682.848,27	26.295,32
2010/2011	2.041.303,30	0,00	1.566.214,24	475.089,06

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

ANO DO EMPENHO	INSCRITO	CANCELADOS	PAGOS	A PAGAR
2005	0,00	0,00	0,00	0,00
2006	0,00	0,00	0,00	0,00
2007	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	42.225.939,20	-6.896.502,49	35.324.569,81	4.866,90
2010/2011	17.952.275,81	-68,00	7.363.236,87	10.588.970,94

5 - Composição dos Recursos Humanos

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados celetistas, contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, e por empregados nomeados para cargos de livre provimento, seja de origem estatutária ou não. Conta também com estagiários de nível médio e superior, além de funcionários terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

A Portaria n.º 21, de 5 de outubro de 2009, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, alterou o limite máximo do quadro de pessoal próprio da Conab para 5.076 empregados. Foi estabelecido neste documento, que do quadro de pessoal 2.480 vagas estão destinadas a recepcionar os empregados readmitidos sob a condição de anistiados, a quais deverão ser extintas à medida que o empregado admitido sob essa condição deixe de fazer parte do quadro da Empresa. Neste contexto, a Conab não estabeleceu lotação autorizada por Regional.

No fim do exercício, a Sureg-MS contava com 103 empregados, sendo 99 em efetivo exercício na Regional e os demais em licença não remunerada, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XCIV - Composição do Quadro de Recursos Humanos
Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Lotação Autorizada	Lotação Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	0	71	1	1
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira	0	67	1	1
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	67	1	1
1.2.2 Servidor de Carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	0	4	0	0
1.4.1 Cedidos	-	-	-	-
1.4.2 Removidos	-	-	-	-
1.4.3 Licença Remunerada	-	-	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	4	-	-
2 Provimento de cargo em comissão	0	32	0	0
2.1 Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	0	0	0	0
2.2.1 Servidor de Carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2.2.4 Sem vínculo	-	-	-	-
2.2.5 Aposentado	-	-	-	-
2.3 Funções gratificadas	0	32	0	0
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	32	-	-
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
Total	0	103	1	1

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

Do quadro de empregados 25 apresentam situação contratual decorrente de readmissão por reintegração judicial ou pela lei de anistia, correspondendo a 24,27% do corpo funcional. O vínculo empregatício mediante contrato padrão aplica-se aos demais empregados, incluídos os concursados cujas admissões ocorreram mais recentemente.

Quadro XCV - Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual
Situação Apurada em 31/12/2010

Discriminação	Quantidade de Empregados		
	Sureg-MS		Variação
	31/12/09	31/12/10	
Contrato Padrão	79	78	(1)
Reintegrado (Transitado)	-	-	-
Reintegrado Liminar	-	-	-
Anistiado (Transitado)	-	-	-
Anistiado (Liminar)	-	-	-
Anistiado (Lei 8878/94)	24	25	1
Total	103	103	-

Fonte: Conab/Dirad/Sureh

A faixa etária entre 51 a 60 anos apresenta concentração de 49,51% do número de empregados, seguida pela faixa entre 41 a 50 anos com 38,83%, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XCVI - Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária
Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária					Total
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60	
1. Provimento de cargo efetivo	3	3	40	51	6	103
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	0
1.2 Servidores de Carreira	3	3	40	51	6	103
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	-	0
2. Provimento de cargo em Comissão	0	0	0	0	0	0
2.1 Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	0
2.3 Funções Gratificadas	-	-	-	-	-	0
3. Total	3	3	40	51	6	103

Fonte: Sutin

Do quadro de empregados apenas 30,10% possuem curso superior com especialização/mestrado/doutorado ou não, conforme detalhado no quadro a seguir.

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

Quadro XCVII - Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade
Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade										Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
1. Provento de cargo efetivo	0	0	13	6	39	6	6	0	1	0	71
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1.2 Servidores de Carreira	-	-	13	6	39	6	6		1		71
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
2. Provento de cargo em Comissão	0	0	4	1	9	11	5	2	0	0	32
2.1 Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
2.3 Funções Gratificadas	-	-	4	1	9	11	5	2	-	-	32
3. Total	0	0	17	7	48	17	11	2	1	0	103

LEGENDA: Nível de Escolaridade 1-Analfabeto; 2-Alfabetizado sem cursos regulares; 3-Primeiro grau incompleto; 4-Primeiro grau; 5-Segundo grau ou técnico; 6-Superior; 7-Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8-Mestrado; 9-Doutorado; 10-Não Classificada

Fonte: Sumoc/Gecap

Além dos empregados a Regional contava com 16 estagiários todos de nível superior, com custo anual de R\$116.226,29 (salário mais auxílio transporte).

Quadro XCVIII - Composição do Quadro de Estagiários
Situação Apurada em 31/12/2010

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Vagas Aprobadas	Quantitativo de vagas preenchidas em Dez/2010	Custo do Exercício (em R\$1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre			
Nível Superior	16	16	15	16	17	16	116.226,29
Área Fim	7	7	8	10			
Área Meio	9	9	7	6			
Nível Médio	0	0	0	0			
Área Fim	-	-	-	-			
Área Meio	-	-	-	-			
Total	16	16	15	16	17	16	116.226,29

Fonte: Sureh/Gepes

Com referência ao Quadro de Custos de Recursos Humanos, o sistema de folha de pagamentos utilizados pela Conab em sua arquitetura não foi prevista a segregação de informações na forma solicitada pelo Tribunal de Contas da União, ou seja, não foi possível retirar do grupo de servidores de carreira os valores referentes aos empregados ocupantes de funções gratificadas. Os ajustes necessários serão providenciados no decorrer do exercício de 2011.

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

Quadro XCVIX - Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens fixas (Em R\$)	Despesas Variáveis (R\$)						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Servidor de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	6.752.431,42	0,00	1.511.172,72	0,00	0,00	0,00	0,00	8.263.604,14
2009	7.603.786,16	0,00	1.575.723,04	0,00	0,00	0,00	0,00	9.179.509,20
2010	8.733.634,68	0,00	1.639.932,08	0,00	0,00	0,00	0,00	10.373.566,76
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sutin

Os quadros a seguir apresentam de forma detalhada a formação do quadro de mão de obra terceirizada que tiveram vigência no exercício de 2010.

Quadro C - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL														
UG/Gestão: 135192							CNPJ: 26.461.699/0137-54							
Informações sobre os contratos														
Ano do Contrato	Área	Natur eza	Identificação do Contrato	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
				Início	Fim	F		M		S			P	C
						P	C	P	C	P	C			
2006	V	O	21213.0241/2006	09/11/10	09/11/11		X		X			P		36
2006	L	O	21213.0446/2006	01/11/10	01/11/11		X		X			P		3
Observação:														
Legenda:														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado														
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada														

Fonte: Sureg/MS

Quadro CI - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante															
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL															
UG/Gestão: 135192										CNPJ: 26.461.699/0137-54					
Informações sobre os contratos															
Ano do Contrato	Área	Natur eza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
							F		M		S				
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		P	C
2007	3	O	21213.0246/11	02.818.890/0001-79	05/11/10	05/11/11		X					P		1
2009	7	O	21213.0093/09	01.869.758/0001-23	01/03/10	01/03/12							P		
Observação: Área 07 – escritório de Advocacia – não existe número fixo de advogados.															
Legenda:															
Área:															
1 – Apoio Administrativo, Técnico e Operacional;															
2 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;															
3 – Serviços de Copa e Cozinha;															
4 – Manutenção e Conservação de Bens Móveis;															
5 – Serviços de Brigada de Incêndio;															
6 – Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;															
7 – Outras.															
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.															
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.															
Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado															
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada															

Quadro CII - Distribuição de Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão-de-Obra

Identificação do Contrato	Área	Quantidade	Unidade Administrativa
21.213.0241/2006	9	36	GEFAD/SETAD
21.213.0446/2006	7	36	GEFAD/SETAD
21.213.0246/2011	3	1	GEFAD/SETAD
21.213.0093/2009	10	S/ nº fixo	SUREG/PRORE

Legenda:

Área:

- 1 – Apoio Administrativo Técnico e Operacional
- 2 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
- 3 – Serviços de Copa e Cozinha;
- 4 – Manutenção e Conservação de Bens Móveis
- 5 – Serviços de Brigada e Incêndio
- 6 – Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
- 7 – Higiene e Limpeza
- 8 – Vigilância Ostensiva
- 9 – Vigilância Ostensiva
- 10 – Outras

Fonte: Sureg/MS

5.1 - Análise Crítica sobre a Composição dos Recursos humanos

O processo de criação da Conab, decorrente da fusão de três empresas públicas, em 1990, se deu de forma intempestiva e sem planejamento e, em um cenário direcionado para a redução de funções públicas, o que acabou gerando um número expressivo de demissões à época. Nesse contexto, herdou um quadro de empregados bastante heterogêneo, baseado em culturas e direitos trabalhistas distintos.

A redução das atividades operacionais, paralelamente à contínua redução do corpo de empregados, somada a períodos de descontinuidade administrativa, impossibilitaram o planejamento de médio e longo prazos, acarretando falta de objetividade nas ações desenvolvidas.

Nesse ambiente, a Companhia implementou, entre 1994 e 2002, sete programas de demissões voluntárias e incentivadas, que resultaram na demissão de 2.866 empregados.

Desta forma, ao final de 2002 a Conab contava com 2.500 empregados, administrando um estoque público de 461.702 toneladas de produtos, com o suporte de 49 unidades armazenadoras estratégicas e com uma atuação mais restrita no âmbito dos programas sociais.

Em 2003 a Conab foi incluída na operacionalização do Fome Zero, passando a implementar também o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e a intensificar a distribuição de cestas de alimentos às populações atingidas por desastres ou a grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional. Programas próprios foram incrementados, como o Vendas em Balcão, acrescidos de novos, como a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-Refap e o Programa de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort que, agregando-se aos já existentes, imprimiram maior dinamismo às competências atribuídas à Companhia desde o processo de fusão.

A reafirmação da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, atividade da maior relevância para o cumprimento da missão institucional da Companhia, ampliou o atendimento aos produtores rurais de forma significativa, mantendo em 2010 um estoque de 7,1 milhões de toneladas de produtos agrícolas, demandando a administração de uma rede armazenadora composta atualmente por 177 armazéns, com capacidade estática para o armazenamento de 2,0 milhões de toneladas de produtos. A PGPM demanda, ainda, a operacionalização de instrumentos de incentivo à comercialização de produtos agropecuários, tais como o PEP e PEPRO que resultaram, neste ano, no escoamento de aproximadamente 15,0 milhões de toneladas de diversos produtos para áreas consumidoras ou para a exportação.

O incremento dessas atividades criou gargalos provocados pelo reduzido número de empregados, principalmente daqueles lotados nas Superintendências Regionais, levando a Companhia a buscar a alternativa de seleção pública para a contratação de novos empregados, em face da necessidade de complementação do quadro, de forma sobretudo qualitativa. Os dois concursos públicos, realizados em 2005 e 2006, e direcionados a candidatos com formação superior, reservou maior número de vagas para Engenheiros Agrônomos/Agrícolas, visando suprir as lacunas existentes em áreas técnico-operacionais, principalmente nas Superintendências Regionais. Foram admitidos, a partir desse período, 446 concursados.

No entanto, os baixos salários dos novos empregados, contratados nas faixas iniciais da carreira, como definido em edital e em razão do plano de cargos vigente, tornaram-se motivo de não retenção desses concursados, daí decorrendo um número significativo de demissionários. Do total

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

de concursados contratados restaram 307 empregados ao final de 2010, correspondendo a 31,2% de desligamentos, em sua maioria por insatisfação salarial.

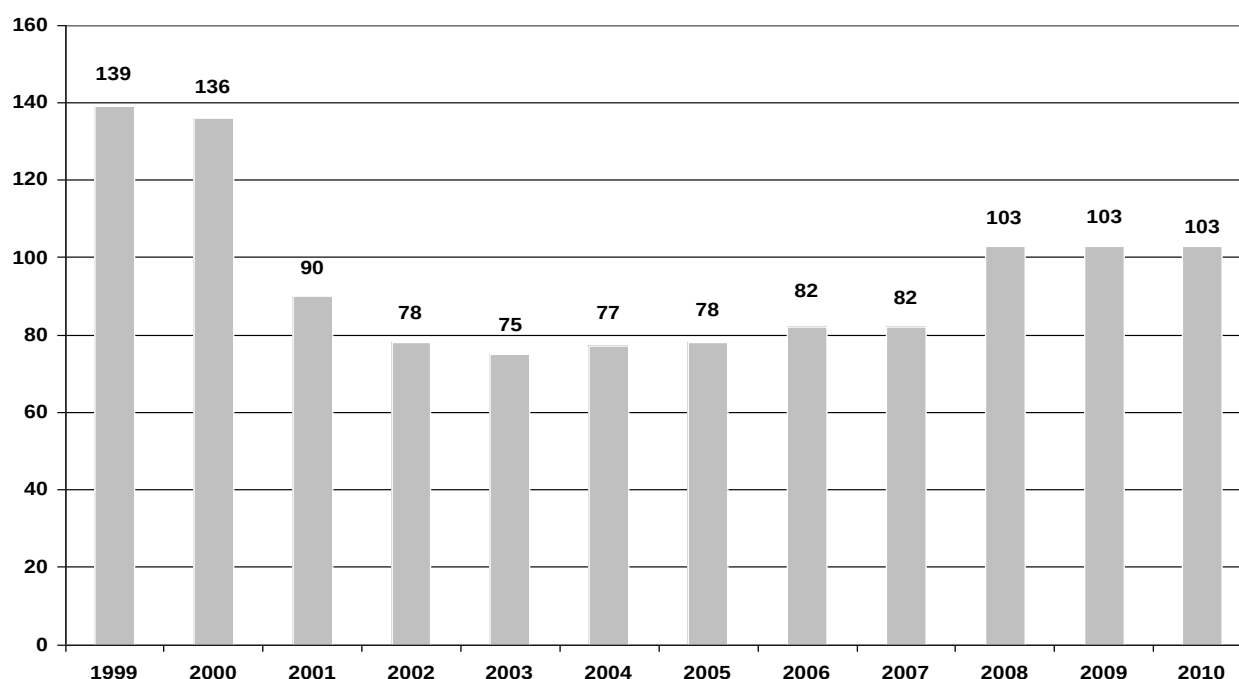
Por outro lado, ao longo dos anos e por determinação judicial, a Companhia vem readmitindo ou reintegrando parte do contingente de empregados demitidos no período pós fusão, inclusive com base na lei de anistia. E, em que pese a existência da Lei n.º 8.878, de 11/05/94, foi somente com a publicação da Portaria n.º 278/01 que efetivamente se deu início ao retorno, em 2004, dos empregados anistiados. O Decreto n.º 6.077, de 2007, intensificou o processo, permitindo o retorno, até o momento, de 1.610 empregados, em cumprimento a esses instrumentos legais. Ao final do exercício de 2010, cerca de 54,2% do quadro funcional compõe-se de empregados que retornaram à Companhia em decorrência dos eventos citados.

Conforme a Portaria n.º 21/2009, do DEST, a Conab está autorizada a gerenciar seu quadro de pessoal próprio, praticando atos de gestão para repor empregados desligados ou que vierem a se desligar do quadro funcional, desde que sejam observados o limite estabelecido e as dotações orçamentárias aprovadas para cada exercício, bem como as demais normas legais pertinentes.

Considerando o limite máximo para o quadro de pessoal próprio da Conab, fixado pelo DEST em 5.076 empregados para o ano de 2010, estando aí incluídas 2.480 vagas destinadas a recepcionar os readmitidos sob a condição de anistiados, este grupo tende a ser ampliado no próximo exercício.

Como parte integrante da Conab, a Sureg-MS apresenta situação idêntica. A figura a seguir mostra a evolução do seu quadro de empregados, na qual se verifica forte redução até o exercício de 2003 e em seguida recomposição parcial do número de empregados, com aumento de 37,3% sobre aquele ano.

Figura II – Evolução do quadro de pessoal



Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

O retorno dos anistiados reduziu o gargalo gerado pelo reduzido número de empregados, atuando em diversas áreas da Companhia e participando na realização de todas as operações. Mas, em determinados setores, principalmente nas áreas de engenharia, agronomia, contabilidade e de tecnologia da informação, persiste a falta de empregados especializados, causando dificuldades e atrasos na execução de ações, principalmente no segmento operacional.

Na Sureg-MS existe a perspectiva de saída de parte significativa da força de trabalho por motivo de aposentadoria, pois 55,3% do número de empregados tem idade superior a 51 anos, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro CIII – Faixa Etária X Tempo de Trabalho

		Tempo de Serviço									Total
		0 a 5	6 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 25	26 a 30	31 a 35	35 a 40	Mais de 40	
Faixa Etária	20 a 25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	26 a 30	3	-	-	-	-	-	-	-	-	3
	31 a 35	3	-	-	-	-	-	-	-	-	3
	36 a 40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	41 a 45	1	-	-	-	10	-	-	-	-	11
	46 a 50	12	1	-	-	10	6	-	-	-	29
	51 a 55	3	2	-	-	9	13	7	-	-	34
	56 a 60	5	1	-	-	6	1	4	-	-	17
	61 a 65	2	-	-	-	1	-	1	-	-	4
	66 a 70	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
	Mais de 70	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Total		29	4	0	0	37	21	12	0	0	103

Fonte: Sureh

Considerando o limite imposto pelo DEST, a Conab identificou a necessidade de preenchimento das 154 vagas existentes, por meio da realização de concurso público ainda em 2011. Serão priorizadas as áreas da Matriz, principalmente a de Tecnologia da Informação, com 75 vagas, pois atualmente esta área conta com número elevado de mão de obra terceirizada, contratada por meio do PNUD.

A terceirização de mão de obra na Conab não apresenta impactos diretos sobre sua produtividade, pois acontece apenas em tarefas não finalísticas. Os efeitos são indiretos, principalmente no que diz respeito à complementação da capacidade da organização de produzir aplicativos de informática apropriados ao atendimento dos processos de trabalho. A permanência deste grupo é considerado de fundamental importância devido ao pequeno número de empregados especializados, decorrente da incapacidade de retenção de mão de obra em exercícios anteriores devido aos salários oferecidos serem inferiores àqueles praticados no mercado. Além da área de Tecnologia da Informação, a terceirização está presente nos serviços de limpeza, conservação, vigilância e braçagem.

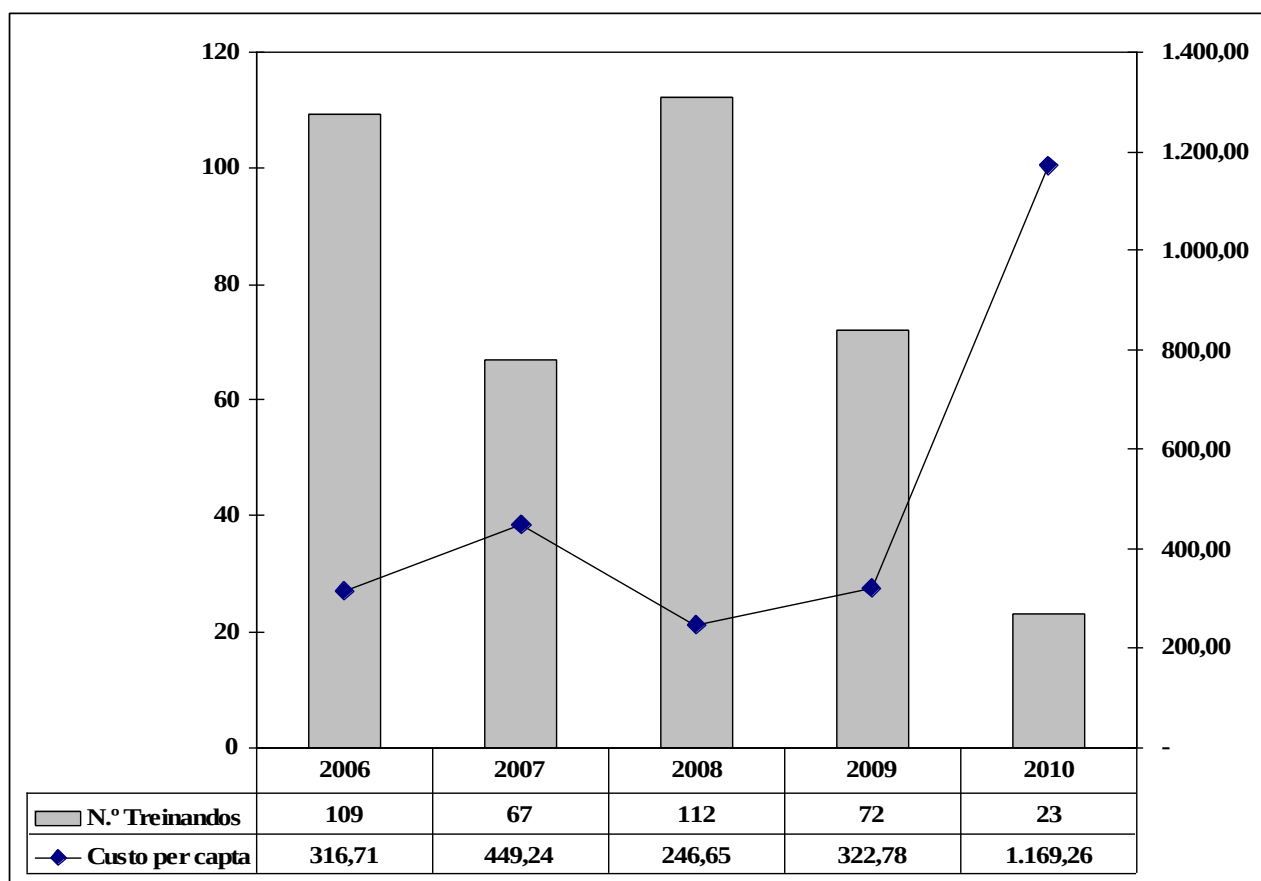
Atualmente, os ingressos no quadro de pessoal ocorrem somente pelo retorno de ex-empregados, seja por decisão judicial ou pela Lei de Anistia, ou, então, por meio de contratos especiais nas funções de diretores, assessores ou conselheiros, sem vínculo empregatício. No outro sentido, a redução ocorre pela rescisão dos contratos especiais, pela solicitação de demissão sem justa causa e por falecimento do empregado.

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

Em 2009, foi aprovado o novo Plano de Cargos, Carreira e Salários da Conab (PCCS-2009) com implantação a partir do mês de janeiro de 2010. A adesão dos empregados ao novo plano implica em renúncia aos benefícios e vantagens previstas no PCCS-91e do correlato Regulamento de Pessoal, podendo ser realizada em qualquer tempo, com efeito a partir da data de adesão. Até o fim do exercício 34 empregados (33,0% do quadro de pessoal) aderiram ao novo Plano.

Para a melhoria da gestão e da qualidade dos serviços prestados ao governo e à sociedade tem se buscado a melhoria dos níveis de educação e formação do corpo funcional. Neste sentido, são oferecidos cursos em áreas de interesse da Companhia a todos os empregados e, também, incentivos, sob a forma de pecúnia ou por meio da concessão de facilidades (redução da jornada de trabalho, permissão para falta em dias de provas etc) ao retorno aos estudos, em cursos de 3.º grau, especialização, pós-graduação, mestrado e doutorado. Oferece ainda, cursos de 1.º e 2.º graus para empregados e terceirizados, ministrados preferencialmente por empregados, e cursos de idiomas (inglês e espanhol).

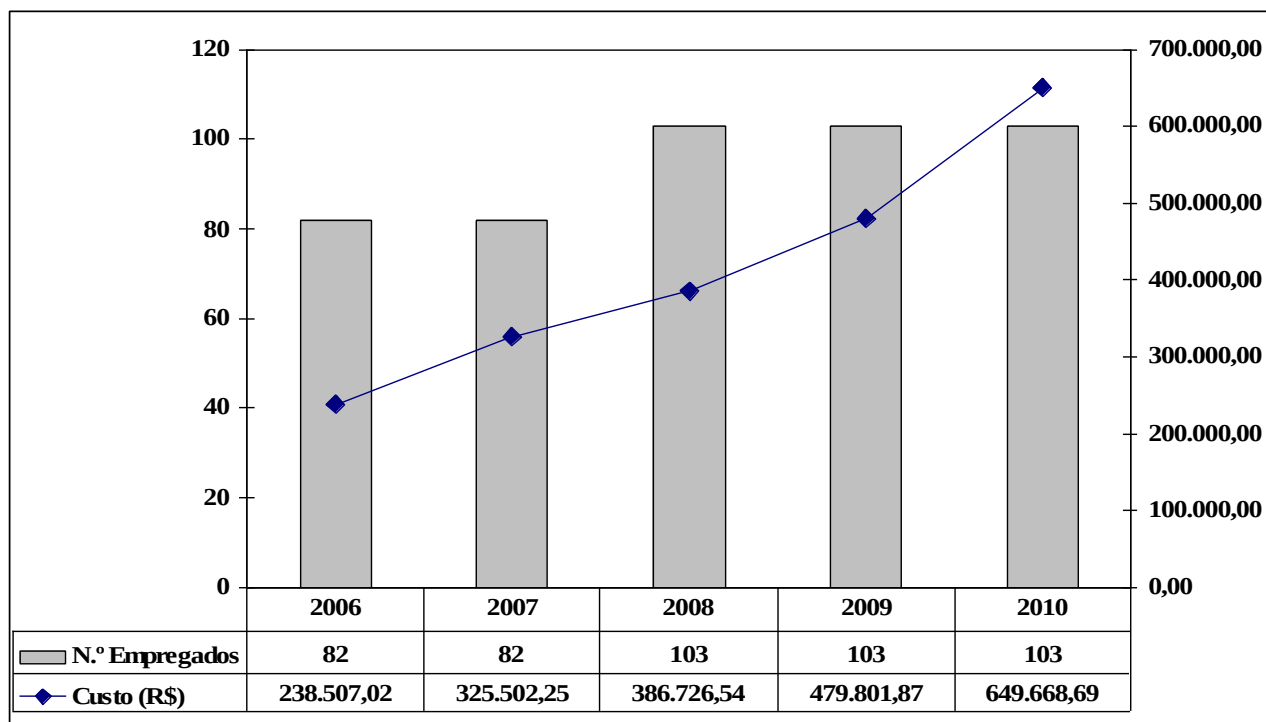
Nos exercícios anteriores houve maior demanda por cursos na área de informática devido a mudanças adotadas pela Companhia nos softwares de trabalho e para treinamento de novos empregados, e, também, em eventos destinados à melhoria no relacionamento pessoal e na motivação para o trabalho, com participação de maior número de empregados e realização por instituições locais, facilitando a realização dos eventos e redução dos custos. Em 2010, verificou-se redução de 68,1% no número de treinandos e aumento de 262,2% no custo *per capita*, devido à participação de empregados em eventos realizados na Matriz, em Brasília, e nos estados de Minas Gerais e de Goiás, com consequente aumento das despesas com diárias e passagens.

Figura III – Evolução do N.º de Treinandos e do Custo *Per Capta*


Fonte: Sumoc/Gecap e Siafi

A Companhia considera de fundamental importância, também, a manutenção da saúde física e mental do quadro de empregados. Para tanto, oferece um plano de assistência médica, odontológica e psicológica de auto gestão, não implicando em pagamentos mensais mas em participação nas despesas de acordo com o nível salarial. Além deste, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional-PCMSO inclui a realização de exames periódicos anuais gratuitos e de caráter obrigatório, a todo o corpo funcional e campanhas de vacinação antigripal. Com relação ao ambiente de trabalho, é realizado em todos os setores da Companhia o Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho-LTCAT, com identificação e caracterização de todos os agentes de riscos ocupacionais. Apesar dos esforços realizados foi registrada a ocorrência de 1 acidente de trabalho em 2010.

Apesar de não haver alteração no quadro de empregados foi registrado crescimento de 35,4% nas despesas com assistência médica e odontológica, devido principalmente ao aumento da faixa etária dos empregados, com maior procura pelos serviços oferecidos pela rede credenciada e, também, pela utilização de procedimentos mais onerosos.

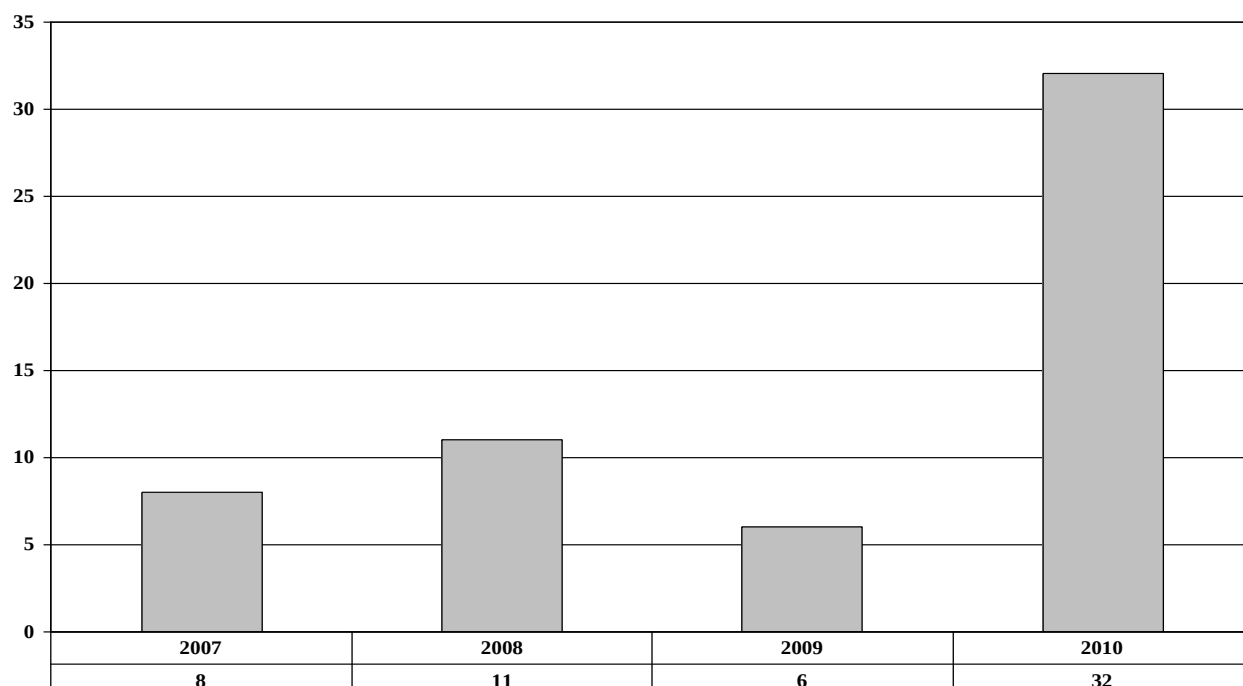
Figura IV – Serviços de Saúde


Fonte: Sureh/Gebem e Siafi

De forma complementar, a Companhia vem elaborando o Perfil Profissiográfico Previdenciário contendo todas as informações relativas à saúde dos empregados, desde as atividades que executam, os agentes nocivos aos quais estão expostos, a intensidade e a concentração desses agentes, os exames médicos clínicos realizados etc.

O retorno dos anistiados, a implantação de novo PCCS, e a não adoção de um sistema de avaliação funcional pela empresa, tem resultado em aumento de demandas relacionadas à justiça trabalhista em quase toda a Conab, principalmente pela busca de isonomia de benefícios e direitos. No fim do exercício havia 32 processos em que a Companhia figura como agente passivo, com crescimento de 433,3% sobre a quantidade de 2009.

Figura V – Evolução das Demandas Trabalhistas



Fonte: Proge/ Sumaj

Os critérios de classificação quanto aos riscos adotados pela Companhia podem sofrer alterações de acordo com o andamento dos processos nas diversas instâncias. O quadro a seguir apresenta de forma detalhada a situação por Sureg/Matriz e pelo nível de risco.

**Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento**

Quadro CIV - Demandas Trabalhistas, por Sureg e Risco

Sureg	Classificação de Risco								Total	
	Praticamente Certo		Prováveis		Risco Possível		Risco Remoto			
	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor
AL	1	150.000,00	6	1.817.000,00	3	410.000,00	14	700.000,00	24	3.077.000,00
AM	-	-	5	60.512,64	75	36.504.103,15	4	60.592,00	84	36.625.207,79
BA	4	500.386,71	9	971.181,54	67	2.768.698,07	108	3.173.005,58	188	7.413.271,90
CE	16	3.965.258,98	31	4.608.184,18	491	27.035.787,50	90	4.864.800,00	628	40.474.030,66
Matriz	15	935.200,67	31	1.008.354,37	182	3.507.023,49	606	3.008.392,24	834	8.458.970,77
ES	14	1.363.478,30	9	446.549,61	6	91.701,00	12	270.265,88	41	2.171.994,79
GO	-	-	1	20.000,00	3	184.588,22	10	391.498,18	14	596.086,40
MA	109	2.530.727,96	90	1.330.687,03	97	1.409.244,67	115	4.427.123,07	411	9.697.782,73
MT	-	-	3	44.938,79	17	667.627,72	13	428.980,05	33	1.141.546,56
MS	-	-	-	-	31	623,05	1	4.231.597,70	32	4.232.220,75
MG	-	-	15	854.500,00	42	5.973.000,00	-	-	57	6.827.500,00
PA	24	2.929.785,82	3	93.511,32	2	85.214,28	-	-	29	3.108.511,42
PB	-	-	60	1.721.819,39	25	778.000,00	6	118.820,81	91	2.618.640,20
PR	21	1.090.169,21	24	1.365.500,00	9	310.000,00	22	20.000,00	76	2.785.669,21
PE	12	415.000,00	60	5.167.000,00	22	768.000,00	100	45.000,00	194	6.395.000,00
PI	-	-	25	5.516.239,00	219	6.487.066,05	43	907.500,00	287	12.910.805,05
RJ	-	-	1	5.158,75	40	3.020.547,47	30	735.378,61	71	3.761.084,83
RN	9	611.853,70	125	7.167.839,19	100	6.407.055,60	12	644.767,60	246	14.831.516,09
RS	8	2.297.578,05	-	-	42	3.029.000,00	129	9.562.000,00	179	14.888.578,05
RO	1	4.500,00	17	1.084.000,00	3	126.000,00	10	286.000,00	31	1.500.500,00
SC	-	-	39	2.544.519,87	3	85.000,00	2	15.191,01	44	2.644.710,88
SP	4	718.780,89	20	15.155.000,00	13	4.340.000,00	1	22.000,00	38	20.235.780,89
TO	-	-	2	100.000,00	-	-	2	668.728,71	4	768.728,71
-	-	-	1	33.129,60	11	3.304.896,00	1	50.000,00	13	3.388.025,60
Total	238	17.512.720,29	577	51.115.625,28	1.503	107.293.176,27	1.331	34.631.641,44	3.649	210.553.163,28

Fonte: Proge

A Conab ainda não desenvolveu indicadores gerenciais para a área de recursos humanos, estando previsto para 2011 a realização de um treinamento sobre a construção de indicadores e, a partir de então, dar início aos trabalhos envolvendo a Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Resultados-Geare, a Superintendência de Recursos Humanos-Sureh e a Superintendência de Modernização e Capacitação-Sumoc.

6 – Informações sobre transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição.

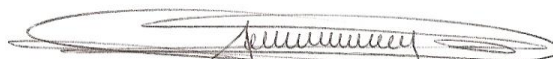
As transferências de recursos orçamentários/financeiros foram recebidos pela UG 135100 e executados na Sureg-MS por meio de descentralização orçamentária/financeira da Matriz.

7 - Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV

**D E C L A R A Ç Ã O**

Declaro para fins de atendimento aos normativos de elaboração do Relatório de Gestão, que as informações referentes a contratos estão disponíveis atualizadas no Sistema Integrado de administração de serviços Gerais – SIASG.

Campo Grande/MS, 16 de março de 2011



MESSIAS ALBINO

Encarregado do Setor Administrativo
SUREG / MS

DECLARAÇÃO

Declaramos para fins de atendimento aos normativos de elaboração do Relatório de Gestão, que os valores recebidos pela Conab no exercício de 2010, foram provenientes de Termos de Cooperação, e estes não são registrados no SICONV.

Brasília-DF, 21 de fevereiro de 2011.



Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendência de Contabilidade
Superintendente



Mara Nivia Ribeiro Costa
Gerência de Controle de Convênios e
Operações Governamentais
Gerente

8 – Declaração de entrega da Declaração de Bens e Renda


DECLARAÇÃO

DECLARO para os fins previstos na Instrução Normativa do TCU nº 57, de 27 de agosto de 2008, Decisão Normativa do TCU nº 102 de 02 de setembro de 2009, Portaria-TCU nº 389, de 21 de dezembro de 2009 e Norma de Execução da CGU nº 3, de 4 de novembro de 2009, aprovada pela Portaria-CGU nº 2270, de 4 de novembro de 2009 que os integrantes do rol de responsáveis da Superintendência Regional da Conab, no Estado de Mato Grosso do Sul, Empresa Pública Federal de direito privado, criada por meio da Lei nº 8.029, de 12/04/1990, apresentaram perante a unidade de pessoal suas Declarações de Bens e Rendas de que trata a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, referentes ao ano base de 2009, exercício de 2010, a seguir relacionados:

NOME	CARGO	NOMEAÇÃO	EXONERAÇÃO	Entrego u Declara ção
ANTONIO BENEDITO DOTTA	SUPERINTENDENTE	PORT. 438 de 20.09.10	-	Sim
NILSON AZEVEDO MARQUES	SUBSTITUTO	ATO 327 de 31.07.03	-	Sim
JANE MIGUEL DE PAULA	GERENTE/GEFAD	PORT. 595 de 05.11.10	-	Sim
CLAUDIO GARCIA DA SILVA	SUBSTITUTO	PORT. 303 de 13.07.10	-	Sim
FERNANDO ZEFERINO	GERENTE/GEDES	PORT. 052 de 03.04.06	-	Sim
FERNANDO AUGUSTO P. DA SILVA	SUBSTITUTO	ATO 057 de 12.05.07	-	Sim
NILSON AZEVEDO MARQUES	GERENTE/GEOPE	PORT. 296 de 12.08.03	-	Sim
ABDALLA MAHAMAD ABDO	SUBSTITUTO	ATO 143 de 15.06.04	-	Sim

Campo Grande – MS, 31 de Dezembro de 2010

ARILDO JOSÉ MOISÉS
Setor de Recursos Humanos
Encarregado

ANTONIO BENEDITO DOTTA
Superintendência Regional
Superintendente

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

9 – Estrutura de Controles Internos da UJ (item 9 da parte “A” do Anexo II da DN TCU N° 10/2010)

Aspectos do sistema de controle interno		Avaliação				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1.	Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2.	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3.	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4.	Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5.	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6.	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7.	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8.	Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9.	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10.	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11.	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12.	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13.	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14.	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15.	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16.	Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17.	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18.	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle		1	2	3	4	5
19.	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20.	As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21.	As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22.	As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação		1	2	3	4	5
23.	A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24.	As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25.	A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26.	A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27.	A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento		1	2	3	4	5

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

Aspectos do sistema de controle interno		Avaliação				
28.	O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29.	O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30.	O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais: Resultado de consenso apurado em reunião com representantes da Diretoria de Operações e Abastecimento-Dirab, Diretoria de Política Agrícola e Informações-Dipai, Diretoria Financeira-Difin e de órgãos vinculados à Presidência (Corregedoria Geral-Coger, Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias-Coamo, Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão-Codag e Gabinete da Presidência-Gabin, na qual os representantes apresentaram a avaliação decorrente de reunião previamente realizadas com os superintendentes das respectivas diretorias, para decisão e avaliação no grupo, visando ao consenso.						
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.						

10 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis (item 10 da parte “A” do anexo II da DN TCU N° 107/2010)

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? ➔ Descarte de embalagens de agrotóxicos				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). ➔ Aquisição de lenha certificada pelo IBAMA				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		X			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?		X			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? ➔ Uso de Biodiesel				X	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X

**Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento**

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X			
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? ➔ Folders e comunicações internas					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?			X		
Considerações Gerais: Para preenchimento do quadro foi efetuada consulta às áreas que mais demandam ações de licitações – Superintendência de Administração-Supad, Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques e Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação-Sutin Outras Informações: 1) A comissão de Coleta Seletiva Solidária da Conab-Matriz doou, até o fim do exercício de 2010, 86,5 toneladas de material reciclável, como papel branco, papelão e plástico, às cooperativas e associações de catadores de Brasília. Também foi arrecadado um total de 3.500 unidades de lâmpadas fluorescentes. A Conab iniciou esta ação em 2007, em cumprimento ao Decreto 5.940/06, que obriga órgãos e entidades da administração pública a separarem seus resíduos recicláveis para doação. A ação também se estende às Superintendências Regionais, que fazem suas doações às instituições locais. 2) Para a aquisição de combustíveis vegetais utilizados no processo de secagem de grãos são exigidos os certificados de registro emitidos por órgãos estaduais, responsáveis pela fiscalização da atividade de comercialização de lenha, assim como a declaração de corte e colheita, ou documento equivalente, com vistas a atender às exigências dos órgãos estaduais quanto à origem do produto e à comprovação de registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Quaisquer Recursos Ambientais, do IBAMA. 3) Na aquisição de inseticidas, utilizados no tratamento fitossanitário nos armazéns, a Conab exige dos fabricantes: cópias do certificado de registro atualizado do produto no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, atestado de utilização e eficiência do produto, relatório técnico e bula do produto aprovado pelo MAPA, declaração indicando que o produto não poderá apresentar quaisquer restrições de uso na região onde será utilizado, e indicação do local e endereço para devolução das embalagens vazias. 4) A maioria das unidades que trabalham com grãos possuem equipamentos de controle de emissão de partículas poluidoras, tais como: captadores de pó, retentores de partículas finas nos secadores e filtros de manga, e, para aquelas que ainda não contam com estes equipamentos, a aquisição está em fase de projeto, em cumprimento à Instrução Normativa-MAPA nº 41. Também, em fase de aquisição, equipamentos para detecção de gases. 5) Também há o reaproveitamento das impurezas retiradas pelas máquinas de pré-limpeza e dos retentores e a					

**Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento**

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
fabricação de briquetes de casca de arroz beneficiado, na usina de Rio Formoso-TO. 6) Nas unidades armazenadoras instaladas no Estado de Goiás, que operam sistemas de secagem com derivados de petróleo, foram construídas 'bacias' de contenção em torno dos depósitos de combustíveis para evitar contaminação do solo e da água. 7) Em atendimento a exigências dos órgãos de controle ambiental do Minas Gerais foram elaborados estudos de impacto ambiental das Unidades Armazenadoras de Uberaba e Uberlândia.					
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11 - Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de propriedade da União ou locado de terceiros

A Conab é uma empresa pública federal, a teor do disposto na alínea b do inciso II do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 200/1967, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, criada por Decreto Presidencial e autorizada pela Lei n.º 8.029m de 12 de abril de 1990, tendo iniciado suas atividades em 1.º de janeiro de 1991, integrando a Administração Pública Indireta, tendo personalidade jurídica de Direito Privado, conforme expresso no artigo 173 da Constituição da República.

Assim, por ser uma empresa pública integrante da Administração Pública Descentralizada, a Conab possui personalidade jurídica própria (distinta da União, que é Pessoa Jurídica de Direito Público) e patrimônio próprio, este não se vinculando, portanto, à Secretaria e Patrimônio da União (do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou seja Administração Pública Direta).

Por esse motivo, deixamos de apresentar as informações solicitadas no Quadro “A.11.1 - Discriminação Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União”.

No fim do exercício de 2010, a Conab mantinha 6 imóveis locados de terceiros, a saber

Quadro CV - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial
Locados de Terceiros

Localização Geográfica			Quantidade de Imóveis	
País	UF	Endereço	Exercício	
			2009	2010
Brasil	AP	Rua Hamilton Silva n.º 1.500 – Centro – Macapá – AP	0	1
	BA	Rua Antônio Carlos Magalhães n.º 3.849 – Ed. Capemi 4.º andar – Bloco A – Pitua – Salvador – BA	1	1
	MA	Av. Jerônimo de Albuquerque n.º 6 – Ed. Nena Cardoso – Vintas – São Luís – MA	1	1
	MG	Rua Professor Antônio Aleixo n.º 756 – Lourdes – Belo Horizonte – MG	1	1
	MS	Av. Mato Grosso – Campo Grande – MS	1	1
	MT	Rua Padre Jerônimo Botelho n.º 510 – Ed. Everest – Dom Aquino – Cuiabá – MT	1	1

Fonte: Supad/Gepas

Quadro CVI - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ

UG		RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesas com Manutenção no Exercício	
					Valor Histórico	Data de Avaliação	Valor da Reavaliação	Imóvel	Instalações
135465	UA-Colatina	-	16	3	-	-	-	-	-
135481	UA-Camburi	-	16	3	-	-	-	-	-
135492	UA-Campos Altos	-	16	4	-	-	-	-	-
135475	UA-Conceição do Rio Verde	-	16	4	-	-	-	-	-

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

135482	UA-Juiz de Fora	-	16	4	-	-	-	-	-
135491	UA-Perdões	-	16	4	-	-	-	-	-
135474	UA-São Sebastião do Paraíso	-	16	4	-	-	-	-	-
135483	UA-Varginha	-	16	4	-	-	-	-	-
135271	UA-Apucarana	-	16	3	-	-	-	-	-
135331	UA-Bauru	-	16	3	-	-	-	-	-
135486	UA-Carapicuíba	-	16	3	-	-	-	-	-
135531	UA-Bernardino de Campos	-	16	3	-	-	-	-	-
135487	UA-Garça	-	16	3	-	-	-	-	-
135476	Sede Sureg-PB	-	4	2	53.000,00	-	-	-	-
Total Geral					53.000,00				

Fonte: Supad/Gepas

A ausência de maiores informações sobre os armazéns do extinto Instituto Brasileiro do Café-IBC deve-se ao fato de que os mesmos terem sido repassados à Conab por intermédio de despacho ministerial, e atualmente estão em processo de regularização junto à SPU, inclusive com a interveniência da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, dirigida pela Advocacia Geral da União-AGU.

Por esse motivo, a Conab não tem realizado gastos relativos à investimentos nesses imóveis, em razão da precariedade da situação possessória, devendo investir efetivamente quando da regularização das cessões existentes.

12 – Informações sobre a utilização dos cartões de pagamento

Dispensado conforme orientações contidas no Quadro A1-Relacionamentos entre as Unidades Jurisdicionadas e os Conteúdos Gerais e Contábeis do Relatório de Gestão, da citada Decisão Normativa.

13 – Renúncias Tributárias

Não houve ocorrências de renúncias tributárias na Sureg-MS no ano de 2010.

14 – Determinações e Recomendações do TCU ou do OCI

Não houve ocorrência.

15 – Informações Sobre as Providencias Adotadas Para Atendimento das Recomendações de Auditoria Interna da CONAB.

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
7/2010 - (AVG) - SUREG MS/MS	684 - Em 31/12/2009 as rubricas apresentavam os saldos contábeis de R\$37.155,53, (UG 135192 - Conab Sede Sureg Mato Grosso do Sul) e R\$51.820.578,79, (UG(s) 135194 - UA/Campo Grande, 135195 - UA/Dourados, 135196 - UA/Cassilândia, 135197 - UA/Maracaju, 135199 - UA/Rio Brilhante, 135200 - UA/São Gabriel D'Oeste, 135201 - UA/Sidrolândia e 135397 - UA/Chapadão do Sul), compreendendo os estoques próprios e de terceiros. Após análise, constatamos as impropriedades, que relacionamos no quadro a seguir: a) Existem faturas/duplicatas a receber de longa data, que permanecem pendentes de pagamento. Chamamos a atenção para o item n.º 18 por ser do ano de 2004; b) Existem Fatura/Duplicatas a Receber no item n.º 16, sem estoque de mercadoria para garantir o débito de armazenagem.	684.1 - Recomendamos à SUREG/MS, informar à AUDIN, as providências de cobranças, visando o recebimento das faturas a receber pendentes.	de fernando.cardoso em 18/05/2010 como Pendente - Foram baixados as seguintes contas: (TOTALMENTE): a) 143.109.880-91 - R\$100,66; b) 146.686.530-04 - R\$45,12; c) 161.759.210-20 - R\$218,97; d) 174.366.301-30 - R\$254,19; (PARCIAL): a) 662.176.281-04 (baixado: R\$6.751,81 - NL 0015); - Os saldos pendentes serão oportunamente cobrados dos produtores devedores. de fernando.cardoso em 20/05/2010 como Pendente - Encaminhamos as unidades armazenadoras da CONAB no Estado do Mato Grosso do Sul, aonde há pendências financeiras dos produtores para com a Companhia, CI (em anexo) instruindo a contactar os referidos devedores e requerer o resgate dos referidos débitos para com a CONAB. de fernando.cardoso em 20/05/2010 como Pendente - Esclarecemos que os débitos dos produtores relacionados, possuem "lastro" para cobrir qualquer retirada. Os gerentes estão instruídos a deixarem sair produto aonde haja débito a quitar. de fernando.cardoso em 26/05/2010 como Pendente O valor de R\$6.751,81 baixado, referente ao CPF n.º 662.176.281-04 (Gilda Lopes Nogueira), foi transferido da conta 112110102 para a conta

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			122490600, ou seja, "contas a recebe a longo prazo". Trata-se de depósito judicial. de joao.filho em 22/06/2010 como Baixado Consoante resposta da Sureg/MS e as providências adotadas, consideramos o item baixado.
	685 - Em 31/12/2009, a conta apresentava o saldo de R\$145.865,00, registrado na UG 135192 - Sede da Sureg-MS, conforme detalhamos.	685.1 - Recomendamos à Sureg/MS, informar à Audin o documento de regularização do valor de R\$234,54, uma vez que, durante o trabalho de auditoria houve ação de providência para emissão da GRU.	de fernando.cardoso em 26/05/2010 como Pendente A regularização ainda está pendente. Por lapso ficou parado em Setor na SUREG/MS. O empregado JOSÉ EDSON TREVELIN, apos instado, passou a pagar o débito referente ao valor questionado, em 06 (seis) parcelas, conforme acordado em 2008. O primeiro pagamento ocorreu em 24.06.2010, no valor de R\$39,09 (trinta e nove reais e nove centavos), registrado na NL nº 2010NL000731. de paulo.hayakawa em 31/05/2010 como Baixado Conforme a informação, o empregado começou pagar o parcelamento acordado em 2008. A liquidação total fica pendente para próxima auditoria programada.
	686 - Em 31/12/2009 as rubricas apresentavam os saldos contábeis descritos nos quadros a seguir. Na análise das contas, constatamos divergências entre os saldos contábeis e os Mapas de Inventário de Mercadorias - MIM(s) dos estoques governamentais, emitidos pelos Sistemas Sinteg e x-FAC. No período da auditoria, o sistema de faturamento e controle dos estoques públicos em vigência, era o Sinteg, já que o x-FAC só entraria em operação oficial a partir de fevereiro/2010. O processamento das operações com os Estoques Públicos,	686.1 - Recomendamos à SUREG/MS, interagir com a área responsável pelos sistemas, objetivando a regularização das diferenças apresentadas nos Estoques Governamentais entre os saldos contábeis e os extracontábeis.	de fernando.cardoso em 26/05/2010 como Pendente Os saldos da PGPM; ESTOQUE ESTRATÉGICO e PAA foram regularizados no SINTEG no dia 31/JAN/2010. O saldo do MERCADO DE OPÇÃO está sendo alvo de crítica por parte do SECOF/MS. Vamos aguardar o desfecho da crítica por parte do Secof. Item continua pendente. de sergio.amorim em 15/09/2010 como Pendente Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação tratada neste item.

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	estava sendo elaborado em ambos os sistemas. Demonstramos a seguir as divergências encontradas entre os saldos contábeis e extracontábeis. As divergências entre os saldos contábeis e os saldos dos MIM(s) do Sinteg e do x-FAC, aconteceram em decorrência do volume de trabalho no fechamento contábil do exercício de 2009, lançamentos/estornos equivocados e inconsistências apresentadas pelos sistemas.		de fernando.cardoso em 16/09/2010 como Pendente Estamos no aguardo da vinda de um técnico da SUCON/GEFIT para subsidiar/colaborar nos trabalhos de regularização das diferenças apontadas pela auditoria. de paulo.hayakawa em 19/11/2010 como Pendente Reiterar a solicitação junto a Sucon/Gefit para regularizar a situação, antes do Encerramento de Balanço 2010.CONTINUA PENDENTE
	687 - Em 31/12/2009 a rubrica apresentava os saldos de R\$2.130.697,63 e R\$313.496,32 registrados nas UG(s) 135402 - Unidade Estoque Estratégico/MS e 135432 - MO/Mato Grosso do Sul, respectivamente, distribuídos em 184 contas correntes de agricultores e/ou Cooperativas/Associações de produtores rurais. Constatamos que o acompanhamento das atualizações dos saldos extracontábeis das CPR(s) Alimentos e Doação Simultânea, está sendo feito em arquivo planilha. Após análise, constatamos divergências entre os saldos contábeis e extracontábeis das CPR(s) mencionadas, principalmente nas CPR(s) Alimentos.	687.1 - Visando um melhor acompanhamento das operações de quitação dos débitos e atualização das informações, recomendamos à Sureg/Gefad/Secof, promover as devidas baixas, para fins de compatibilizar os saldos contábeis e extracontábeis. 687.2 - Recomendamos à Sureg/MS, analisar os saldos sem movimentação e buscar meios para notificar os proponentes, visando agilizar a liquidação dos débitos.	de fernando.cardoso em 31/05/2010 como Pendente O SECOF está promovendo as devidas baixas, devendo ocorrer a totalidade das baixas semanas. de joao.filho em 02/06/2010 como Baixado Certo da finalização das referidas baixas, consideramos o item solucionado. de osvaldo.pateiro em 02/08/2010 como Pendente Solicitamos a manifestação dessa Sureg/MS acerca do assunto tratado nesta recomendação, tendo em vista que o prazo para resposta já se encontra esgotado. de sergio.amorim em 15/09/2010 como Pendente Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação tratada neste item.
	689 - Em 31/12/2009, a conta apresentava os saldos de R\$4.659,31, R\$115,72 e R\$127,69, nas UGs 135192 - Sede da Sureg, 135193 - Núcleo Estoque Regulador e 135194 - UA/Campo Grande, respectivamente. Referem-se às multas e juros do recolhimentos do DCTF, multas de trânsito, telefone, INSS e outros, conforme segue:	689.1 - Recomendamos à Sureg/MS, adotar as providências necessárias, com vista à regularização da conta.	de fernando.cardoso em 22/06/2010 como Pendente Procedido a baixa contábil de multas e juros (R\$104,91), referente a multas e juros na guia de licenciamento e na taxa do veículo Mitsubishi L200. Obséquio ver anexo. de paulo.hayakawa em 22/06/2010 como Pendente O anexo trata somente o valor de R\$104,91. Faltam regularizar

**Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento**

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			outros itens - NÃO SOLUCIONADO. de fernando.cardoso em 24/06/2010 como Pendente Procedido a baixa contábil de multas e juros (R\$191,54), referente a multa de trânsito conduzida no processo nº. 21213000321/2009. Obséquio ver anexo. de fernando.cardoso em 09/07/2010 como Pendente A multa de trânsito envolvendo o veículo placa HQS 3233, inscrita na conta contábil: 1.9.9.1.3.10.00 foi ressarcida aos cofre públicos pelo empregado JOSÉ FERNANDES GUIMARÃES. Obséquio ver anexo. de fernando.cardoso em 09/07/2010 como Pendente A multa de trânsito envolvendo o veículo placa HSY 5394, no valor de R\$85,13 (oitenta e cinco reais e treze centavos), foi paga pelo empregado JÂNIO SOUTO. Obséquio ver anexo. de fernando.cardoso em 09/07/2010 como Pendente Novo anexo. Faz parte da resposta anterior (multa R\$85,13). de em 03/09/2010 como Pendente Ficam pendentes os valores de R\$ 2.186,77, R\$2.176,09 e R\$115,91. NÃO SOLUCIONADO. de fernando.cardoso em 16/09/2010 como Pendente Estamos aguardando definições de PIA para os valores R\$2.186,77 e R\$2.176,09. Acerca do valor de R\$115,91, estamos analisando acerca dessa pendência. de paulo.hayakawa em 19/11/2010 como Pendente No aguardo de mais de 60 dias, não houve a resposta referente a PIA. NÃO SOLUCIONADO

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	690 - Em 31/12/2009, a conta apresentava o saldo de R\$2.083,13, registrado na UG 135432 - Mercado de Opção. Refere-se a pagamento de ISSQN efetuado em duplicidade. O imposto devido de um Município foi recolhido para outro. Foi solicitada a devolução do referido valor, conforme Ofício Sureg-MS n.º 4013 de 03/12/2009.	690.1 - Recomendamos à Sureg-MS, manter o acompanhamento. Caso haja o indeferimento, propor a compensação do valor no próximo recolhimento.	de osvaldo.pateiro em 02/08/2010 como Pendente Solicitamos a manifestação dessa Sureg/MS acerca do assunto tratado nesta recomendação, tendo em vista que o prazo para resposta já se encontra esgotado. de sergio.amorim em 15/09/2010 como Pendente Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação tratada neste item. de fernando.cardoso em 16/09/2010 como Pendente Acerca da cobrança do saldo de R\$2.083,13, registrado na UG 135432 - Mercado de Opção, esclarecemos que a pendência foi regularizada pela NL 2010000146. de paulo.hayakawa em 19/11/2010 como Solucionado Conforme 2010RA000902 citado, o item solucionado
	691 - Em 31/12/2009, a conta apresentava o saldo de R\$944,62, registrado no Subórgão 2215 - Superintendência Regional de Mato Grosso de Sul, conforme detalhamento:	691.1 - Recomendamos à Sureg-MS analisar os fatos relatados e apurar a responsabilidade. Os valores devem ser registrados na conta de apuração.	de paulo.hayakawa em 03/09/2010 como Pendente Analisando os anexos do item 689.1, verificou-se que as multas do veículo HCY-5394 e HQS 3233.O item continua PENDENTE de sergio.amorim em 15/09/2010 como Pendente Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação tratada neste item.
16/2010 (ACG) - SUREG MS/MS -	752 - Os dois secadores existentes na UA/Campo Grande estão inoperantes, necessitando com urgência de uma reforma total. Conforme constatou-se já existe um pleito de reforma para os secadores tramitando na Matriz.	752.1 - Recomenda-se à Sureg/MS interagir com as áreas competentes na Matriz (Diretoria de Operações e Abastecimento e Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques), visando agilizar a autorização para a recuperação dos secadores de grãos.	de alfredo.rios em 02/08/2010 como Pendente A SUREG-MS atendendo as determinações da diretoria colegiada, mais precisamente a de operações, elabora a planilha das demandas anuais das obras e serviços a serem executadas por ordem de prioridades nas unidades armazenadoras do MS. Estas mesmas planilhas relativas aos últimos anos, foram entregues aos auditores

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			por ocasião da auditoria, no sentido de demonstrar as necessidades do MS, inclusive cópias das obras em andamento, uma vez que nos últimos 3 anos não fomos contemplados. A SUARM no mês de abril-2010 promoveu um levantamento das unidades armazenadoras para se fazer cumprir a certificação, tendo sido o trabalho executado pela técnica da SUREG-MG PAULA CRISTINA. Como fica demonstrado o conhecimento das necessidades da SUREG-MS é total pelo corpo diretivo da empresa, sinceramente não sei como mais interagir, pois a definição de executar as obras não é competência das SUREG'S. de joao.filho em 15/09/2010 como Baixado Consoante resposta da Sureg/MS, já foram tomados todas as providências para a recuperação dos secadores e equipamentos. Consideramos o item como baixado, por não ser de solução imediata.
	753 - Os estoques de produtos governamentais (Estoques Estratégicos – E.E, Mercado de Opções – MO e Programa da Agricultura Familiar - PAA) armazenados na UA/Campo Grande, apresentavam saldos contábeis na Conta 19.912.18.00 – Mercadorias de Terceiros em Depósito e na Conta 19.911.18 00 – Mercadorias e Bens em Poder de Terceiros, que quando confrontados com os valores dos Demonstrativos de Movimentações Financeiras dos Estoques apresentavam divergências: Comparando a disponibilidade dos estoques físicos Governamentais com os registros efetuados pela área contábil da Sureg/MS, as	753.1 - Recomenda-se à Sureg/MS interagir com a Gerência da Unidade Armazenadora para proceder o ajuste nos estoques e saldos das contas.	de sergio.amorim em 15/09/2010 como Pendente Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação de que trata este item. de joao.filho em 16/02/2011 como Pendente Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação de que trata este item.

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	divergências devem ser objeto de correção. Existem, também, valores contabilizados indevidamente, como é o caso do saldo de R\$ 5.030.679,25 referente aos Estoques Estratégicos, demonstrando fragilidade nos controles contábeis.		
	755 - A Unidade Armazenadora de Campo Grande possui três veículos para atender a demanda por serviços, sendo um Fiat Uno 1.6, ano 1996, placa HRH 7625, que apesar do tempo está em condições de uso. O veículo atende a demanda da UA, pois o percurso usual percorrido é pequeno. Havendo necessidade de uma viagem mais longa, para cadastramento, credenciamento, seguro rural, fiscalização, dentre outros, o trabalho é realizado pela Sede da Sureg/MS com veículo próprio ou locado. A UA conta ainda com um caminhão marca Iveco/Eurocarga 230E24, ano 2009, placa HTN 8212 e um caminhão Mercedes 1519 Truck, ano 1980, placa HQS 3233, que fazem o transporte de mercadorias entre as Unidades e a Sede da Sureg/MS, dentre outros serviços. Os veículos não são segurados. A Matriz está providenciando apólice geral de seguro para todos os caminhões novos da Conab, a partir do ano de fabricação 2008.	755.1 - Recomenda-se à Sureg/MS enviar esforços, junto às áreas competentes, para uma possível troca do Fiat Uno (1996) por veículo mais novo, que ofereça segurança na execução dos trabalhos da UA.	de fernando.cardoso em 02/08/2010 como Pendente A SUREG/MS, encaminhou à SUPAD a CI SUREG nº 1933, de 08.07.2010 (fotocópia apenas), informando a demanda de veículos para à Projeção. de em 15/09/2010 como Baixado Consoante resposta da Sureg/MS, já foram tomadas todas as providências sobre a necessidade de veículos na Sede e nas Unidades. Consideramos o item como baixado, por não ser de solução imediata.
	756 - O quadro de lotação da UA/Campo Grande é composto por 14 empregados: o Gerente da UA, um Encarregado de Depósito, um Assistente de Operações, quatro Armazenistas (sendo que um está de licença médica há mais de 10 anos), um Mecânico de Manutenção, três Ajudantes Gerais, dois Auxiliares de Operações e um	756.1 - Recomenda-se à Sureg/MS que interaja com as áreas competentes na Matriz, com vista a buscar alternativas para suprir a falta de pessoal verificada.	de fernando.cardoso em 03/08/2010 como Pendente Cientificamos a essa AUDIN que a PRESI e a Diretoria Colegiada da CONAB estão ciente das dificuldades de pessoal da Superintendência Regional da CONAB no Estado do Mato Grosso do Sul, mediante entendimentos da Superintendência Regional, a

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	Auxiliar Administrativo (em licença médica). O quadro é reduzido para atender a demanda dos serviços executados no complexo armazenador, principalmente na época de safra ou quando há uma demanda maior por serviços, visto que a unidade armazena grande quantidade de produtos destinados ao Programa Fome Zero do Governo Federal. A Unidade conta diariamente com quatro braçagistas terceirizados que trabalham no sistema de diária e/ou produção. Para atender a demanda do complexo, de maneira adequada, é necessária a contratação de: quatro Operadores de Máquinas e Equipamentos e um Classificador de Grãos.		qual apresentou o quadro apenso, descrevendo o quadro atual e o ideal, por unidade armazenadora e sede administrativa. de joao.filho em 15/09/2010 como Baixado Consoante resposta da Sureg/MS, já foram tomadas todas as providências sobre a necessidade de empregados na Sede e nas Unidades. Consideramos o item como baixado, por não ser de solução imediata.
	757 - Na Unidade Armazenadora de Dourados, o local onde estão depositados os defensivos agrícolas não é adequado para estocar produtos dessa natureza, pois a sua construção é toda em zinco, absorve muito calor e não possui uma ventilação satisfatória, contrariando o Normativo específico.	757.1 - Recomenda-se à Sureg/MS providências no que concerne a viabilizar a construção de local apropriado para o armazenamento dos defensivos agrícolas.	de sergio.amorim em 15/09/2010 como Pendente Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação de que trata este item. de joao.filho em 16/02/2011 como Pendente Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação de que trata este item.
	758 - A Unidade Armazenadora Dourados possui dois veículos para atender a demanda de serviços da Unidade, sendo um Fiat Uno 1.6, ano 1999, placa HRN 9258 e uma Chevrolet S10, ano 1999, placa HRN 6043. Apesar do tempo de uso, os veículos estão em boas condições para tráfego e atendem a demanda da Unidade. O Fiat Uno fica sob a responsabilidade do engenheiro agrônomo, que é o Responsável Técnico e é utilizado para realizar trabalhos de campo, tais como cadastramento,	758.1 - De acordo com o estado de conservação e o tempo de uso dos veículos, recomenda-se Sureg/MS envidar esforços, junto às áreas competentes, para uma possível troca do Fiat Uno por veículo mais novo, que ofereça segurança na execução dos trabalhos de campo.	de fernando.cardoso em 02/08/2010 como Pendente A SUREG/MS, encaminhou à SUPAD a CI SUREG nº 1933, de 08.07.2010 (fotocópia apensa), informando a demanda de veículos para à Projeção. de joao.filho em 15/09/2010 como Baixado Consoante resposta da Sureg/MS, já foram tomadas todas as providências sobre a necessidade de veículos na Sede e nas Unidades. Consideramos o item como baixado, por não ser de solução imediata.

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	credenciamento, seguro rural, fiscalização, dentre outros. A S10 atende ao Gerente nos trabalhos rotineiros. Constatou-se que os Formulários de Controle de Tráfego e de Despesas do Fiat Uno não estavam arquivados na pasta específica.		
	759 - O quadro de lotação da UA/Dourados é composto por quatro empregados: o Gerente da UA, um Encarregado de Depósito, um Auxiliar de Operações e um Engenheiro Agrônomo (que é o Responsável Técnico - RT da UA), que atendem a demanda dos serviços executados no complexo armazenador, inclusive no período de safra. Conta, também, com três empregados terceirizados que prestam serviços como diarista e ou por produção. Para atender a demanda por trabalhos de maneira adequada são necessárias as seguintes contratações: um Auxiliar de Operações, um Classificador de Grãos, um Armazenista, dois Operadores de Máquinas e Equipamentos e dois Auxiliares de Serviços Gerais.	759.1 - Recomenda-se à Sureg/MS que interaja com as áreas competentes na Matriz, visando buscar alternativas para suprir a falta de pessoal verificada.	de fernando.cardoso em 03/08/2010 como Pendente Cientificamos a essa AUDIN que a PRESI e a Diretoria Colegiada da CONAB estão ciente das dificuldades de pessoal da Superintendência Regional da CONAB no Estado do Mato Grosso do Sul, mediante entendimentos da Superintendência Regional, a qual apresentou o quadro apenso, descrevendo o quadro atual e o ideal, por unidade armazenadora e sede administrativa. de joao.filho em 15/09/2010 como Baixado Consoante resposta da Sureg/MS, as providências para suprir a necessidade de pessoal na Sede e nas Unidades, já foram tomadas junto à direção da Companhia. Consideramos o item como baixado, por não ser de solução imediata.
	760 - A Unidade Armazenadora de Maracaju possui apenas um Fiat Uno ano 1996, placa HRH 7629, que não está em boas condições de uso para atender a demanda da Unidade.	760.1 - De acordo com o estado de conservação e o tempo de uso do veículo, recomenda-se à Sureg/MS envidar esforços, junto as áreas competentes, para uma possível troca do Fiat Uno por veículo mais novo, que ofereça segurança na execução dos trabalhos da Unidade Armazenadora.	de fernando.cardoso em 02/08/2010 como Pendente A SUREG/MS, encaminhou à SUPAD a CI SUREG nº 1933, de 08.07.2010 (fotocópia apensa), informando a demanda de veículos para à Projeção. de joao.filho em 15/09/2010 como Baixado Consoante resposta da Sureg/MS, já foram tomadas todas as providências sobre a necessidade de veículos na Sede e nas Unidades. Consideramos o item como baixado, por não ser de solução imediata.

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	762 - Em que pese a cobrança da prestação de serviços de armazenagem de grãos atender ao que determina a tabela de tarifas da Conab, quando da verificação, por amostragem, das notas fiscais, constatou-se que para algumas, emitidas de janeiro a março, citadas no quadro a seguir, não houve aplicação de juros e multa por atraso, indicados na tabela de tarifas.	762.1 - Recomenda-se à Sureg/MS orientar as unidades para o fiel cumprimento dos normativos em vigor, considerando que não se encontrou na UA/Maracaju autorização concedendo bonificações.	de fernando.cardoso em 03/08/2010 como Pendente Foi instruído o SECOF/MS averiguar o ocorrido, bem como proceder o cálculo, por nota fiscal, dos juros e das multas não aplicadas, objetivando a cobrança devida a quem de direito. de fernando.cardoso em 17/08/2010 como Pendente Consoante esclarecimentos prestados pelo auditor ANTONIO MARTINS, diretamente ao gerente da unidade armazenadora de Maracaju(MS), a observação constante no relatório nr. 16, foi somente em caráter "educativo", ficando o referido gerente ciente da obrigatoriedade, doravante, de cobrar os juros e multas das despesas de armazenagem pagas em atraso. de antonio.lima em 15/09/2010 como Solucionado Considerando que a recomendação, para o Gerente da UA, visava alertar para os casos futuros. Consideramos como respondida a recomendação.
	763 - O quadro de lotação da UA/Maracaju é composto por oito empregados: o Gerente da UA, um Encarregado de Depósito, um Assistente de Operações, dois Armazenistas, dois Operadores de Máquinas e Equipamentos e um Ajudante Geral. Este quadro, atende a demanda dos trabalhos do complexo, cujos armazéns guardam produtos do Governo. A UA conta, também, com braçagista terceirizado que presta serviços como diarista ou por produção.	763.1 - Recomenda-se à Sureg/MS que interaja com as áreas competentes na Matriz, com vista a buscar alternativas para suprir a falta de pessoal verificada.	de fernando.cardoso em 03/08/2010 como Pendente Cientificamos a essa AUDIN que a PRESI e a Diretoria Colegiada da CONAB estão ciente das dificuldades de pessoal da Superintendência Regional da CONAB no Estado do Mato Grosso do Sul, mediante entendimentos da Superintendência Regional, a qual apresentou o quadro apenso, descrevendo o quadro atual e o ideal, por unidade armazenadora e sede administrativa. de joao.filho em 15/09/2010 como Baixado Consoante resposta da Sureg/MS, as providências para

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			suprir a necessidade de pessoal na Sede e nas Unidades, já foram tomadas junto à direção da Companhia. Consideramos o item como baixado, por não ser de solução imediata.
	764 - O quadro de lotação da UA/Rio Brilhante é composto por cinco empregados: o Gerente da UA, um Encarregado de Depósito, uma Assistente de Operações, um Armazenista e um Operador de Máquinas e Equipamentos, que atendem a demanda por serviços executados no complexo armazenador. Conta, também, com um braçagista terceirizado, que presta serviços como diarista e ou por produção. Para atender a demanda por trabalhos de maneira adequada são necessárias as seguintes contratações: dois Operadores de Máquinas e Equipamentos, um Classificador de Grãos e um Ajudante Geral. É oportuno informar que o único Armazenista da Unidade está com 69 anos e vem se desdobrando para executar as suas e outras atribuições.	764.1 - Recomenda-se à Sureg/MS que interaja com as áreas competentes, na Matriz, com vista a buscar alternativas para suprir a falta de pessoal verificada.	de joao.filho em 03/08/2010 como Baixado Consoante recomendação e as providências apresentadas pela Sureg/MS às Áreas competentes na Matriz, consideramos o item como baixado, por ser de solução não imediata. de fernando.cardoso em 03/08/2010 como Pendente Cientificamos a essa AUDIN que a PRESI e a Diretoria Colegiada da CONAB estão ciente das dificuldades de pessoal da Superintendência Regional da CONAB no Estado do Mato Grosso do Sul, mediante entendimentos da Superintendência Regional, a qual apresentou o quadro apenso, descrevendo o quadro atual e o ideal, por unidade armazenadora e sede administrativa. de fernando.cardoso em 03/08/2010 como Pendente Encaminhamos complemento do ANEXO.
	765 - Os estoques de produtos governamentais (PGPM e Mercado de Opções – MO), armazenados na UA/Rio Brilhante, apresentavam saldos contábeis na Conta 19.912.18.00 – Mercadorias de Terceiros em Depósito e na Conta 19.911.18 .00 – Mercadorias e Bens em Poder de Terceiros, que quando confrontados com os valores dos Demonstrativos de Movimentações Financeiras dos Estoques demonstram divergências conforme quadro: A Unidade Armazenadora contabiliza em seus estoques	765.1 - Recomenda-se à Sureg/MS interagir com a Unidade Armazenadora para que proceda o ajustamento dos estoques e saldos dessas contas.	de sergio.amorim em 15/09/2010 como Pendente Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação de que trata este item. de joao.filho em 16/02/2011 como Pendente Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação de que trata este item.

**Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento**

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	produtos da PGPM e do Mercado de Opções, a Granel, distribuídos por produto milho e trigo no valor de R\$ 4.041.808,44. Na confrontação dos saldos físicos e contábeis constatou-se divergências nos registros efetuados.		
	766 - A Unidade Armazenadora de Rio Brilhante possui apenas um Fiat Uno, ano 1996, placa HRH 7631, que apesar do tempo de uso, está em condições para tráfego, atendendo a demanda da UA, pois o percurso usual percorrido é pequeno.	766.1 - Considerando o tempo de uso do veículo, recomenda-se à Sureg/MS envidar esforços, junto às áreas competentes, para uma possível troca do Fiat Uno por veículo mais novo, que ofereça segurança na execução dos trabalhos da UA.	de fernando.cardoso em 02/08/2010 como Pendente A SUREG/MS, encaminhou à SUPAD a CI SUREG nº 1933, de 08.07.2010 (fotocópia apenas), informando a demanda de veículos para à Projeção. de joao.filho em 03/08/2010 como Baixado Devido providências adotadas pela sureg/MS, consideramos o item baixado, já que a solução da pendência não será de imediato.

Fonte: Audin

16 - Outras informações consideradas, pelos responsáveis, como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

Abordagem sintética dos aspectos referentes às estruturas físicas e organizacionais, recursos humanos e operacionais, e aspectos administrativos e funcionais que influenciaram os resultados e, que constam neste Relatório de Gestão.

16.1 - Estrutura Física

A Superintendência Regional da Conab no Mato Grosso do Sul, Sureg-MS, com sua sede administrativa desde 2006 em prédio locado, com 4 pavimentos, incluso a garagem para guarda dos veículos oficiais, com uma edificação de 1.392,00 m² e área externa de 249,25 m², perfazendo área total de 1.641,25 m², com adaptações pontuais para a plena funcionalidade, necessitando ainda, de ajustes que garantam a acessibilidade aos portadores de deficiência, com a instalação de rampas apropriadas e/ou elevador para acesso em todas as áreas.

Objetivando a implantação de sede própria, com espaços e estrutura física adequados, a Sureg-MS tem empreendido esforços em entendimentos junto ao Governo do Estado de Mato

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

Grosso do Sul, para a doação de área no Parque dos Poderes, onde congrega os órgãos públicos estaduais e parte de representações federais.

16.2 - Estrutura de Pessoal

Em Mato Grosso do Sul, um dos maiores estados produtores agrícolas do país, a Conab dispõe de uma rede armazenadora composta por 08 (oito) armazéns, com capacidade estática para 180.000 (cento e oitenta mil) toneladas, muito aquém do desejado. Porém, apesar de representar 2,65 % da capacidade total instalada em Mato Grosso do Sul, os armazéns da Conab tem se constituído de relevante importância, uma vez que atua dentro dos melhores padrões de qualidade no tratamento e armazenamento desses produtos, garantindo aos seus clientes maior confiança na sua guarda e conservação.

A sede da Superintendência da Conab em Mato Grosso do Sul está sediada na capital – Campo Grande. Conta atualmente com 103 (cento e três empregados), distribuídos da seguinte forma: 55 (cinquenta e cinco), lotados na sede regional e, os demais 48 (quarenta e oito), distribuídos nas 08 (oito) unidades armazenadoras jurisdicionadas. Entretanto, o total de 103 empregados só se efetivou a partir de 2007, com a entrada de novos empregados, sendo: 09 (nove) técnicos de nível superior admitidos através de concurso público e 24 (vinte e quatro), readmitidos pela Lei de Anistia.

Entretanto, nem sempre é possível contar efetivamente com todos os 103 (cento e três) empregados, efetivamente trabalhando, haja vista os afastamentos por licença médica e previdenciária, que, em média acabam por reduzir o efetivo número de empregados para 100 (cem), efetivamente produzindo.

Com relação ao perfil dos empregados lotados na Superintendência Regional da Conab em Mato Grosso do Sul e suas unidades armazenadoras jurisdicionadas, apresenta um quadro de idade na faixa de 50 (cinquenta) anos, sendo que, desses, mais de 1/3º (um terço), concluíram, ou estão concluindo o ensino superior. Porém, apenas 18 (dezoito), estão enquadrados como Técnico de Nível Superior, ou Analista, na nova nomenclatura para quem migrou de Plano de Cargos e Salários 2009.

Diante da realidade do quadro acima descrito, o número de colaboradores efetivos da Conab em Mato Grosso do Sul está constituído da seguinte forma: 18 (dezoito) Técnicos de Nível Superior-TNS/Analistas; 26 (vinte e seis) Assistentes Técnicos ATA/ATO/Assistentes; 32 (trinta e dois) Auxiliares Administrativos - AAD/Auxiliares e 24 (vinte e quatro) Auxiliares de Serviços Gerais/Auxiliares.

A Composição dos Técnicos de Nível Superior-TNS/Analista, está assim qualificada: 03 (três) Engenheiros Agrícolas; 09 (nove) Engenheiros Agrônomos; 01 (um) Engenheiro Civil; 01 (um) Técnico em Ciências Contábeis; 01 (um) Sociólogo e 02 (dois) Advogados;

No tocante ao número de colaboradores que executam atividades nas áreas operacionais: serviços de operadores de máquinas e equipamentos, armazenistas e auxiliares de serviços gerais, não é insuficiente para executar todas as tarefas inerentes ao armazenamento, tratamento e conservação dos produtos depositados nos armazéns da Conab, aliado ao fator do número reduzido de colaboradores que executam essas tarefas. Há, ainda, fatores limitantes que contribuem para dificultar o desempenho desses colaboradores: idade avançada, afastamentos por licença-médica/previdenciária, licença-prêmio, iminência de aposentadoria por tempo de contribuição/invalidez, etc. Diante das dificuldades apresentadas, reafirmamos a necessidade de realização de concurso público para suprir a carência de pessoal nas áreas mais carentes.

16.3 – Estrutura de Tecnologia da Informação

A renovação do parque tecnológico efetivado em 2009, contou com a aquisição de novos equipamentos de informática e comunicação interna, adequados ao novo sistema de comunicação de longa distância (via satélite) que conta com 1 Gbps para transmissão e recebimento de dados, interligando também as Unidades Armazenadoras à rede Intranet de computadores da Conab.

Cumprida a etapa de estrutura física (equipamentos e rede de comunicação), a partir de 02/2010 deu-se a implantação regulamentar dos Sistemas Corporativos X-fac e Saagra, utilizados na emissão de Notas Fiscais Eletrônicas, ferramenta fundamental à modernização e controle da circulação de serviços e mercadorias.

16.4 - Estrutura Organizacional

O organograma da Sureg-MS é composto por um Superintendente com dois órgão de *staff*, um Assistente e uma Procuradoria Jurídica - PRORE, e três órgãos de linha: GEOPE – Gerência de Operações, GEFAD – Gerência Financeira e Administrativa e GEDES – Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico. As gerências contam com setores de apoio operacional e finalístico no total de 08 (oito).

Da atual estrutura organizacional, considera-se um gargalo operacional bastante severo a cumulatividade das atividades fiscais e contábeis pelo Setor Contábil e Financeiro - SECOF, que por sua vez reflete a ausência de um setor específico para tratar dos assuntos inerentes aos encargos e tributos, pois, a interpretação e aplicação da legislação frequentemente aperfeiçoada, necessita de atendimento especializado.

Subordinadas imediatamente ao Superintendente, estão também oito Unidades Operacionais, denominadas Unidades Armazenadoras, nas localidades de Campo Grande, Cassilândia, Chapadão do Sul, Dourados, Maracajú, Rio Brilhante, São Gabriel D'Oeste e Sidrolândia.

16.5 - Impactos na Gestão

No exercício de 2010 a atuação da Sureg – MS, assume o contorno e a importância que as políticas de abastecimento exercem em um país que se afirma com destaque no cenário internacional na produção e oferta de alimentos. Sem desprezar contudo, as limitações no quadro de pessoal relativo à área-fim, a Companhia executa satisfatoriamente suas atividades institucionais, com grande volume de aquisições de produtos e operações de subvenção, com benefícios aos produtores rurais e à população, ao garantir a geração de renda ao setor agrícola, a regularidade e o abastecimento e inibir os impactos inflacionários nos preços aos consumidores.

Também foram executados programas de atendimento à Agricultura Familiar, através dos mecanismos de compra de alimentos produzidos pelos agricultores familiares, garantindo-lhes preços justos e fomentando a produção em processos sustentáveis.



Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

Cabe destacar, a participação da Companhia na distribuição de alimentos às famílias de Acampados da Reforma Agrária, Quilombolas e Indígenas, em situação de insegurança alimentar e nutricional, mediante parcerias firmadas com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Ministério da Integração Nacional -MI e outros agentes públicos.

17 – Informações Contábeis da Gestão

17.1 – Declaração do Contador

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO PLENA	
Denominação completa (UJ):	Código da UG:
Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul	135192

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.



CLÁUDIO GARCIA DA SILVA
CONTADOR – CRC 006030/O-0

Local	Campo Grande, MS	Data	30/04/2011
Contador Responsável	Cláudio Garcia da Silva	CRC nº	006030/O-0

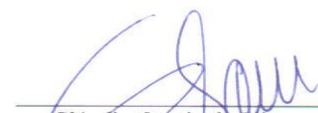
17.2 – Demonstrações contábeis Previstas na Lei nº 4.320/64

A Conab está dispensada de apresentar estas demonstrações por executar sua contabilidade no SIAFI.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO 2010
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO MATO GROSSO DO SUL****DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS - 6.404/76**

Consoante o disposto na Nota Técnica nº 308/2007-DRAGR/DR/SFC/CGU-PR, de 14 de fevereiro de 2007, encaminhado a Conab por meio do ofício nº 4447/2007/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR, de 14 de fevereiro de 2007, há uma impossibilidade para o desmembramento ou composição em partes dos demonstrativos elaborados em consonância com a lei 6.404/76. Assim sendo, em face das adequações promovidas pela CGU/TCU nos processos de contas da Conab, foram anexados os demonstrativos globais da Companhia no processo individualizado (Matriz e Superintendências Regionais).

Campo Grande – MS, 31 de dezembro de 2010.


Cláudio Garcia da Silva
Setor Contábil e Financeiro
Encarregado
CONTADOR – CRC 006030/O-0
Jane Miguel de Paula
GERÊNCIA DE FINANÇAS E
ADMINISTRAÇÃO
GERENTE

Demonstrações Contábeis - Balanço Patrimonial

ATIVO	2010	2009
CIRCULANTE	5.212.315.145,43	4.453.686.306,52
DISPONÍVEL	972.426,41	69.258.896,90
Bancos Conta Movimento	0,00	10.113,12
Aplicações Financeiras	972.426,41	69.248.783,78
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	702.486.519,56	683.639.519,23
CRÉDITOS A RECEBER	578.264.288,00	604.170.044,36
Devedores por Fornecimento	26.622.370,92	24.683.961,44
Créditos Tributários	285.535.734,14	295.518.485,05
Recursos a Receber	89.431.178,90	112.956.698,11
Créditos Diversos a Receber	176.675.004,04	171.010.899,76
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	119.415.257,35	75.576.653,45
Entidades Devedoras	25.244.207,00	11.791.366,60
Créditos Parcelados	31.542,66	26.071,63
Recursos da União	94.139.507,69	63.759.215,22
ADIANTEMENTOS CONCEDIDOS	4.806.974,21	3.852.106,33
Adiantamentos a Pessoal	4.456.974,21	3.842.910,10
Adiantamentos - Transferências Voluntárias	350.000,00	0,00
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundos	0,00	9.196,23
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	0,00	40.715,09
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	4.508.832.121,49	3.700.765.083,11
Estoques para Alienação	4.138.198.154,24	3.355.193.999,67
Estoques de Distribuição	1.821.338,22	0,00
Estoques Internos - Almoxarifado	1.163.790,54	1.072.054,81
Títulos e Valores em Circulação	67.890,17	374.999,38
Materiais em Trânsito	3.240.040,96	1.486.014,00
Compra Antecipada - Entrega Futura	364.340.907,36	342.638.015,25
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	24.077,97	22.807,28
Valores Pendentes	24.077,97	22.807,28
ATIVO NÃO CIRCULANTE	567.647.970,33	491.988.908,31
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	307.205.272,55	239.601.644,03
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	120.748.569,96	42.646.685,44
Recursos Vinculados	120.748.569,96	42.646.685,44
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	186.456.702,59	196.954.958,59
Devedores - Entidades e Agentes	15.347.849,42	38.434.005,81
Créditos Diversos a Receber	171.108.853,17	158.520.952,78
INVESTIMENTOS	80.262.840,30	91.560.820,94
Participações Societárias	27.803.290,88	35.864.295,27
Outros Investimentos	52.459.549,42	55.696.525,67
IMOBILIZADO	180.147.857,48	160.826.443,34
Bens Imóveis	275.770.754,07	250.874.881,40
Bens Móveis	73.372.988,03	66.124.518,53
Depreciações	-168.995.884,62	-156.172.956,59
INTANGÍVEL	32.000,00	0,00

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

PASSIVO	2010	2009
CIRCULANTE	5.446.379.747,49	4.605.038.799,15
DEPÓSITOS	30.625.802,58	33.757.908,62
CONSIGNAÇÕES	1.858.851,68	2.150.956,19
Previdência Social	0,00	278,43
Pensão Alimentícia	4.006,06	4.547,83
Planos de Seguros	199.216,17	168.093,44
Empréstimos	241.634,99	194.114,99
Outros Tributos e Consignações	1.413.994,46	1.776.747,58
Impostos e Contribuições Diversos	0,00	7.173,92
RECURSOS DA UNIÃO	17.077.860,98	17.118.859,64
Recursos Fiscais	7.500.722,89	5.027.899,28
Recursos Previdenciários	9.577.138,09	12.090.960,36
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	11.689.089,92	14.488.092,79
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	5.415.753.944,91	4.571.280.890,53
OBRIGAÇÕES A PAGAR	59.009.233,29	217.992.803,35
Fornecedores	55.179.709,89	208.570.261,62
Pessoal a Pagar	6.491,17	234.310,55
Encargos Sociais a Recolher	984.653,38	856.603,97
Obrigações Tributárias	48.724,95	428.375,18
Débitos Diversos a Pagar	350.401,69	2.875.434,69
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	2.439.252,21	5.027.817,34
PROVISÕES	243.404.292,41	218.640.087,89
Provisão para Férias	26.582.748,81	22.258.212,11
Provisão p/IRPJ e CSLL	7.976.030,89	847.350,16
ICMS s/Mercadorias para Revenda	571.652,59	367.171,89
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	142.621.396,31	131.701.823,93
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Encargos Sociais sobre Provisões	9.932.791,82	7.745.857,81
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	549.222.334,34	529.645.643,65
Entidades Credoras	549.222.334,34	529.645.643,65
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.548.342.382,92	3.601.884.180,32
Operações Especiais	4.548.342.382,92	3.601.884.180,32
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	15.754.080,72	2.780.940,88
Adiantamentos de Clientes	15.754.080,72	2.780.940,88
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	2.652,71	37.337,10
OUTRAS OBRIGAÇÕES	18.968,52	1.000,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	298.897,34
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	15.360.005,51	38.308.194,04
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	15.290.585,51	38.238.774,04
OBRIGAÇÕES A PAGAR	15.290.585,51	38.238.774,04
Entidades de Previdência Complementar	15.162.764,10	38.238.774,04
Entidades Federais	127.821,41	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	318.223.362,76	302.328.221,64
Capital	223.180.498,85	223.180.498,85
RESERVAS	50.501.495,63	49.987.968,85
Reservas de Capital	26.544.719,04	26.544.719,04
Reservas de Lucros	23.956.776,59	23.443.249,81
LUCROS A DESTINAR	44.541.368,28	29.159.753,94
TOTAL	5.779.963.115,76	4.945.675.214,83

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERA IK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

R
SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

DETALHAMENTO	2010	2009
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	389.427.296,95	195.266.743,04
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	364.331.410,40	154.515.694,96
Vendas Estoques Estratégicos	266.564.417,22	70.953.028,46
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	93.748.987,59	86.306.728,78
Vendas Abastecimento Social	1.773,98	-7.829,98
Vendas Atacado e Outros	-64.785,56	927,46
Adição a Receita de Vendas	4.081.017,17	-2.737.159,76
RECEITA DE SERVIÇOS	25.095.886,55	40.751.048,08
Serviços de Armazenagem	25.095.886,55	40.751.048,08
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	15.435.144,96	5.946.485,16
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	373.992.151,99	189.320.257,88
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	469.963.039,71	248.548.305,54
CMV - Estoques Estratégicos	368.549.066,00	125.276.083,56
CMV - Estoques Reguladores - PGPM	101.196.431,65	122.844.632,99
CMV - Atacado e Outros	217.542,06	427.588,99
ARREDONDAMENTOS	181.302,86	520.930,79
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	-201.862.370,69	-120.842.556,37
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	105.710.180,11	61.093.577,92
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	631.033.429,93	547.401.715,12
(-) DESPESAS DE PESSOAL	379.098.236,98	313.656.557,81
Vencimentos e Vantagens Fixas	259.628.758,80	214.052.127,03
Obrigações Patronais	93.696.051,97	75.580.921,92
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	15.067.547,10	12.620.622,38
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	10.705.879,11	11.402.886,48
(-) DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	251.935.192,95	233.745.157,31
Despesas/Receitas Financeiras	-227.168,48	-5.953.215,72
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	24.775.379,97	24.661.884,00
Transferências ao Exterior	2.348.800,00	1.729.024,13
Material de Consumo	4.291.084,20	6.483.659,12
Diárias - Pessoal Civil	10.443.299,65	8.720.509,38
Passagens e Despesas com Locomoção	3.662.398,89	3.535.653,56
Serviços de Consultoria	15.900,00	31.000,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.302.617,89	2.108.095,05
Locação de Mão-de-Obra	16.557.127,61	13.362.071,49
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	93.619.952,74	86.944.328,14
Obrigações Tributárias e Contributivas	30.147.520,43	58.896.545,41
Aquisições de Bens para Revenda	414.699,34	197.578,86
Outras Despesas Operacionais	63.583.580,71	33.028.023,89
(+) RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	537.061.291,03	506.239.604,25
Transferências Financeiras	411.790.569,26	419.332.541,19
Multas e Encargos de Outras Origens	2.920.971,74	5.863.837,09
Indenizações e Restituições	112.387.365,75	53.310.501,52
Receitas Imobiliárias	4.962.201,05	4.853.391,05
Receitas de Valores Mobiliários	61.578,53	42.731,22
Receitas Diversas	4.938.604,70	22.836.602,18
(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA	-1.918.690,89	8.609,56
RESULTADO OPERACIONAL	13.656.732,10	19.922.857,49
OUTROS RESULTADOS	4.589.834,40	23.849.086,47
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS	4.586.745,87	24.107.328,66
Alienação de Bens Móveis	-207.444,28	-589.896,88
Alienação de Bens Imóveis	3.593.982,61	22.981.600,28
Depreciação - Reversão	1.200.207,54	1.715.625,26
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	-3.088,53	258.242,19
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	18.246.566,50	43.771.943,96
Provisão para Imposto de Renda	5.825.184,24	617.405,51
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	2.150.846,65	229.944,65
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	10.270.535,61	42.924.593,80
LUCRO POR AÇÃO	5,52	23,08

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE

Demonstrações Contábeis - Resultados de Exercício.

DESCRIÇÃO	2010	%	2009	%
1.RECEITAS	394.013.198,77	78,22	219.113.851,24	43,81
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	389.423.364,37	77,30	195.264.764,77	39,04
1.2 - Outros Resultados	4.589.834,40	0,91	23.849.086,47	4,77
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	412.356.496,76	81,86	218.071.876,68	43,60
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	272.239.284,51	54,04	147.001.307,09	29,39
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	140.117.212,25	27,81	71.070.569,59	14,21
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	-18.343.297,99	-3,64	1.041.974,56	0,21
4.RETENÇÕES	15.207.353,03	3,02	13.304.113,08	2,66
4.1 - Depreciação	15.207.353,03	3,02	13.304.113,08	2,66
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	-33.550.651,02	-6,66	-12.262.138,52	-2,45
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	537.301.132,03	106,66	512.453.253,31	102,45
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	537.301.132,03	106,66	512.453.253,31	102,45
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	503.750.481,01	100,00	500.191.114,79	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	503.750.481,01	100,00	500.191.114,79	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	428.496.864,47	85,06	358.304.347,64	71,63
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	54.900.889,63	10,90	96.340.907,87	19,26
8.3 - Juros e Aluguéis	2.106.160,41	0,42	1.773.915,32	0,35
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	18.246.566,50	3,62	43.771.943,96	8,75
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	5.825.184,24	1,16	617.405,51	0,12
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	2.150.846,65	0,43	229.944,65	0,05
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	10.270.535,61	2,04	42.924.593,80	8,58
8.8 - Dividendos	2.439.252,21	0,48	5.027.817,34	0,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	513.526,78	0,10	1.058.487,86	0,00
8.10 - Lucros Retidos	7.317.756,62	1,45	36.838.288,60	7,36

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

Demonstrações Contábeis - Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

DESCRIÇÃO	2010	2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	18.246.566,50	43.771.943,96
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	-68.690.715,84	189.438.127,64
Depreciações	12.822.928,03	11.378.233,44
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	-20.190.414,15	-8.405.243,08
Aumento (Redução) nos Créditos Tributários	9.562.102,02	-108.981.664,72
Redução nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	23.525.519,21	28.399.726,39
Aumento (Redução) nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	-43.700.636,04	2.299.533,48
Aumento em Pessoal e Encargos	-1.089.322,24	-103.599,17
Aumento (Redução) nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	40.715,09	-40.715,09
Redução (Aumento) nos Valores Pendentes a Curto Prazo	-300.168,03	235.499,00
Redução (Aumento) nos Empréstimos - Estoques Públicos	138.391.164,22	-68.855.347,19
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	-156.189.720,72	125.925.662,32
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	-2.799.002,87	8.293.248,13
Aumento nos Dividendos a Pagar	0,00	0,00
Aumento (Redução) nas Provisões	16.788.173,63	133.701.484,84
Aumento (Redução) nas Entidades Credoras	19.576.690,69	71.719.299,66
Aumento nos Adiantamento de Clientes	12.973.139,84	2.222.092,37
Aumento nos Recursos Vinculados	-78.101.884,52	-8.350.082,74
Redução nas Operações de Crédito Externa	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-50.444.149,34	233.210.071,60
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Part. Societárias e Outros Investimentos	11.297.980,64	-1.450.252,16
Aplicações no Imobilizado	-32.176.342,17	-33.280.048,96
Compras de Imobilizado	0	0
Recebimentos por Vendas de Ativos Permanentes	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-20.878.361,53	-34.730.301,12
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Transferência p/Aumento de Capital	0	0
Reserva Legal	0,00	-434.867,74
Dividendos a Pagar	-2.439.252,21	-5.027.817,34
Redução de Dividendos a Pagar	-2.588.565,13	-1.363.979,64
Outras Reservas de Capital	0,00	-106.562,93
Resultado de Exercício Anterior	0,00	-163.350.668,52
Lucros a Destinar do Exercício	0,00	-19.856.097,97
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	8.063.857,72	-3.106.670,99
Pagamentos de Empréstimos	0	0
Juros Pagos por Empréstimos	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	3.036.040,38	-193.246.665,13
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	-68.286.470,49	5.233.105,35
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	-68.286.470,49	5.233.105,35
No Início do Exercício	69.258.896,90	64.025.791,55
No Final do Exercício	972.426,41	69.258.896,90

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SILVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

Demonstrações Contábeis - Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS			PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		CORREÇÃO MONET.D.O CAPITAL	TRANSF. P/AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO	LUCROS ACUMULADOS	
SALDO EM 01/01/2009	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	834.701,13	11.249.173,74	11.570.455,95	178.634.902,82	451.286.313,33
RESULT. DE EXERC. ANTERIOR							-163.350.668,52	-163.350.668,52
LUCROS OU PREJ. ACUMULADOS								0,00
LUC. A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							-22.962.768,96	-22.962.768,96
RESULTADO DO EXERCÍCIO								0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								36.838.288,60
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO							42.924.593,80	
RESERVAS DE RET. DO LUCRO						0,00		0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				-106.562,93				-106.562,93
DOAÇÕES								0,00
DOAÇÕES TRANSF. PRES. DE CAPITAL								0,00
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					623.620,12		-1.058.487,86	623.620,12
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-5.027.817,34	0,00
SALDO EM 31/12/2009	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	11.872.793,86	11.570.455,95	29.159.753,94	302.328.221,64
RESULT. DE EXERC. ANTERIOR							0,00	0,00
LUCROS OU PREJ. ACUMULADOS								0,00
LUC. A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							8.063.857,72	8.063.857,72
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							10.270.535,61	0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								7.317.756,62
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								0,00
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO								
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL								0,00
DOAÇÕES								0,00
DOAÇÕES TRANSF. PRES. DE CAPITAL								0,00
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					513.526,78		-513.526,78	513.526,78
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-2.439.252,21	0,00
SALDO EM 31/12/2010	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE

17.3.1 - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010
Sumário

Nota	Descrição		Nota	Descrição
01	Contexto Operacional		12	Recursos Vinculados
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras		13	Bens de Estoques
03	Alterações na Legislação Societária		14	Endividamento
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis		15	Depósitos de Diversas Origens
05	Créditos Tributários		16	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento		17	Créditos do Tesouro Nacional – Estoques Públicos
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional		18	Patrimônio Líquido
08	Devedores por Fornecimento		19	Diversos Responsáveis em Apuração
09	Contas a Receber		20	Benefícios Concedidos aos Empregados
10	Créditos em Cobrança		21	Convênios/Cooperação Técnica
11	Devedores – Entidades e Agentes			

NOTA - 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas - Matriz e 26 Superintendências Regionais, das quais, 3 foram recentemente implantadas e encontram-se em fase de estruturação – e operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores (177 armazéns), destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

NOTA - 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU n.º 107 e 110/2010, apenas a Conab/Sede e as Superintendências Regionais nos estados do Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia e Tocantins, apresentam Processo de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas a contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

NOTA - 3. ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*”.

NOTA - 4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

a. Equivalente de Caixa : Referem-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; atualmente, as

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais;

b. Créditos a Receber: as contas a receber decorrentes da comercialização de serviços e mercadorias são registradas, no momento em que são entregues e aceitas pelos clientes;

c. Estoques Públicos: a formação e manutenção de Estoques Públicos é executada com orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/04;

c.1. Demais Estoques: os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável;

c.2. Valor Presente dos Estoques: em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias p/ Alienação, no total de R\$4.138.198 mil, foram avaliados e comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da CONAB, da 2ª quinzena de dezembro de 2010, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente desses estoques por se tratarem de estoques públicos, sob a guarda da CONAB, eles são garantidos pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, não havendo expectativa de perda na realização desses estoques;

d. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica;

e. Almoxarifado: os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição;

f. Investimentos: os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades;

f.1 Provisões: no exercício de 2010, foi registrada provisão no valor de R\$8.061 mil; destinada à cobrir possíveis perdas, relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatais;

g. Seguros: a Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc);

h. Imobilizado: demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98;

h.1 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): no exercício de 2010, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial;

**Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento**

i. Benefícios a empregados: o plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença;

j. Ajustes de Exercícios Anteriores: os ajustes de exercícios anteriores, conforme definidos na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2010 totalizaram a cifra de R\$3.036 mil, proveniente da regularização dos estoques do Mercado de Opção de Minas Gerais; o respectivo valor deverá ser absorvido pela equalização dos estoques governamentais;

k. Reconhecimento da Receita

k.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias;

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados;

l. Provisões para Contingências: encontram-se provisionadas as Contingências Praticamente Certas; no exercício de 2010 foi provisionado a quantia de R\$10.919 mil, valor este oferecido a tributação para fins de apuração da IRPJ e CSLL;

m. Regime de Tributação: para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita, são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

n. Demonstração do Resultado Abrangente: Até o exercício de 2010 não havia registro de valores que se enquadrassem no conceito contábil de “Valor Abrangente”; portanto, não existe demonstração a ser apresentada.

NOTA - 5. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
ICMS a Compensar	285.410	294.861
IRRF a Compensar	33	578
Contribuições Outros Impostos	93	79
Total de Créditos Tributários - Circulante	285.536	295.518

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de produtos, predominantemente de

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

produtores rurais para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

NOTA - 6. LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

O montante de R\$73.465 mil refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2011, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e convênios.

NOTA - 7. RECURSOS A RECEBER DO TESOURO NACIONAL

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 2 – Encerramento do Exercício, subitem 2.2.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$150.314 mil, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$5.482 mil referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2010, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;
- R\$28.373 mil referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2010, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R\$116.459 mil referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2011;

Os valores acima estão registrados, por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.24.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”, criadas para registro automático desses valores e cujos efeitos se anulam.

Foram registrados pelos Órgãos Concedentes, mediante processo manual, na conta Recursos a Receber por Transferência, o total de R\$15.965 mil, relativo aos Recursos a Receber, em decorrência de Termos de Cooperação Técnica, com o MDA, MDS e outros Órgãos.

NOTA - 8. DEVEDORES POR FORNECIMENTO

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$26.622 mil correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias e prestação de serviços de armazenagem.

NOTA - 9. CONTAS A RECEBER

São oriundos das alienações de bens patrimoniais, da folha de pagamento e de outros créditos relacionados às operações da Companhia, de curto e longo prazo.

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

• **Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo**

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Créditos por Alienação de Bens	4.377	5.686
Créditos por Cessão de Pessoal	706	876
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores ⁽¹⁾	10.860	8.475
Créditos por Infrações Legal/Contratual ⁽²⁾	160.732	155.974
Subtotal – Circulante	176.675	171.011

⁽¹⁾ incluem recursos relativos ao Programa de Assistência à Saúde – SAS, Salário Família e outros

⁽²⁾ Em consonância com as orientações contidas no manual do SIAFI, MACROFUNÇÃO 02.11.38, os débitos dos armazenadores, pertinentes aos desvios e perdas de produtos dos Estoques Governamentais, estão registrados na conta “11219.19.00 – Créditos por Infrações Legal/Contratual”.

• **Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo**

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Créditos por Alienação de Bens	10.548	5.067
Títulos a Receber	29.902	29.741
Outros Créditos	656	382
Créditos a Receber em Poder da Justiça	130.003	123.313
Subtotal – Não Circulante	171.109	158.503
Total – (Circulante + Não Circulante)	347.784	329.514

NOTA - 10. CRÉDITOS EM COBRANÇA

Créditos a receber surgidos no curso normal dos negócios da Companhia, possuem expectativa de perda; entretanto, de acordo com o item 26 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03.10.2005, estes valores são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável à Companhia (não contabilizados). Quanto aos créditos relativos às perdas em armazenagem dos estoques públicos, estes possuem garantia real nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04.

Esses créditos estão atualizados monetariamente, mais juros de 1% a.m, até 31/12/2010 e, portanto, representam a cifra de R\$2.098.976 mil, registrados em controles extra-contábeis, que atendem ao conceito contábil de “valor presente”, com a seguinte composição:

Descrição	Posição em	
	31/12/2010	31/12/2009
Ajuizados	1.946.235	1.735.601
Encaminhado para Ajuizamento	10.636	17.131
Cobrança em Andamento (administrativa)	4.508	3.608
Outros ⁽¹⁾	137.597	131.820
Total	2.098.976	1.888.160

⁽¹⁾ Remetido para instrução judicial, Composição de dívida, pagamento em juízo, Cobrança suspensa por determinação judicial.

NOTA - 11. DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

Correspondem aos direitos a receber de Entidades Federais e da União, relativos às equalizações de preços de produtos e indenização de despesas de armazenagem dos Estoques Reguladores e Estratégicos; créditos parcelados originados de perdas de estoques governamentais depositados em armazéns de terceiros, objeto de acordos firmados entre as partes.

A conta Recursos da União registra os valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos dos meses de setembro a dezembro de 2010 e o valor de indenização de armazenagem de produtos dos estoques públicos de dezembro de 2010, a receber do Tesouro Nacional, estando assim demonstrada:

➤ Devedores – Entidades e Agentes – Circulante

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Entidades Devedoras - Federais	25.244	11.791
Créditos Parcelados	31	26
Recursos da União	94.140	63.759
Total – Circulante	119.415	75.576

Em R\$ mil

➤ Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Entidades Federais	15.163	38.239
Créditos Parcelados	102	102
Créditos a Recuperar	83	93
Total – Não Circulante	15.348	38.434

Em R\$ mil

NOTA - 12. RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, com predominância de causas trabalhistas em andamento, registrados no não circulante, totalizando R\$120.748 mil.

NOTA - 13. BENS DE ESTOQUES

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O valor de R\$364.341 mil representa o saldo a receber dos adiantamentos concedidos nos exercícios de 2003 a 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2010; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Esses estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	EXERCÍCIO	
	20010	2009
Estoques de Mercadorias	4.138.198	3.355.194
Estoques de Almoxarifado	1.232	1.447
Estoques em Trânsito	3.240	1.486
Compra Antecipada - CPR	364.341	342.638
Estoques de Distribuição	1.821	0
Total	4.508.832	3.700.765

13.1 – Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparado e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em Déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2010, as equalizações totalizaram R\$201.862 mil (duzentos e um milhões, oitocentos e sessenta e dois mil).

NOTA - 14. ENDIVIDAMENTO

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2010, as obrigações circulantes, totalizavam a cifra de R\$5.446.380 mil e não havia obrigações vencidas. Portanto, já expressas em valor presente.

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

No passivo não circulante, as obrigações totalizavam a cifra de R\$15.360 mil, pertinentes a depósitos e cauções, cujas operações apresentam pendências de natureza operacional, tratando-se, portanto, de obrigação não exigível de imediato.

NOTA - 15. DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Estão representados pelo montante de R\$11.689 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e outros.

NOTA - 16. CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Passivos Contingentes – Provável

Ações Trabalhistas

A Conab é parte passiva em processos trabalhistas movidos, na grande maioria, por empregados e ex-empregados ou Entidades representativas da categoria. As provisões de “perdas prováveis ou praticamente certas” são compostas majoritariamente pelos seguintes pedidos: desvio funcional, horas extras, equiparação salarial, adicional de periculosidade e insalubridade, incorporação de diárias e função gratificada, piso salarial de acordo com o definido pela categoria, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações Tributárias

As demandas fiscais classificadas com risco “perdas prováveis ou praticamente certa” representam pedidos relacionados com: ICMS, INSS e outras e decorrem, geralmente, de autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social e/ou pelas Fazendas Públicas dos Estados, visando a cobrança de ICMS.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se os processos que visam às indenizações, à cobrança de diferença entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras durante o período dos planos econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão), à participação nos avisos de compra e venda da Conab dispensadas as exigências editalícias de regularidades no Cadin e no Sircoi, à não aplicação de multas por descumprimento do contrato, à cobrança decorrente de armazenagem, à execução de título executivo extrajudicial e judicial e outros pedidos.

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2009	2010	2009	2010
Cível	34.791	57.034	54.408	65.003
Trabalhista	11.249	41.068	29.792	51.116
Tributária	1.679	8.109	390	23.490
Total	47.719	106.211	84.590	139.609

Passivos Contingentes – Possível

Ações Trabalhistas

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

A Conab é parte passiva em processos trabalhistas movidos, na grande maioria, por empregados e ex-empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de “perdas possíveis” podem ser dispensadas de constituição provisional e são compostas majoritariamente pelos seguintes pedidos, em especial daqueles oriundos da anistia administrativa (Lei nº 8.878/94): licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingresso no instituto de previdência social da Conab (Cibrius) sem o devido pagamento da joia, indenizações por danos morais e materiais, desvio funcional, horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporação de diárias e função gratificada, piso salarial de acordo com o definido pela categoria e outros.

Ações Tributárias

As demandas fiscais classificadas com risco “possíveis” podem ser dispensadas de constituição de provisão e representam pedidos relacionados com: ICMS, INSS e outras e decorrem, geralmente, de autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social e/ou pelas Fazendas Públicas dos Estados, visando a cobrança de ICMS.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se os processos que visam às indenizações, à cobrança de diferença entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras durante o período dos Planos Econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão), à participação nos avisos de compra e venda da Conab dispensadas as exigências editalícias de regularidades no Cadin e no Sircoi, à não aplicação de multas por descumprimento do contrato, à cobrança decorrente de armazenagem, à execução de título executivo extrajudicial, judicial e outros pedidos.

Descrição	Em R\$ mil			
	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2009	2010	2009	2010
Cível	161.772	129.517	164.615	152.336
Trabalhista	61.234	79.302	82.368	107.708
Tributária	2.927	108.704	7.847	109.123
Total	225.933	317.523	254.830	369.167

Ativos Contingentes – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais visando restituir indébitos tributários, reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável à Companhia (não contabilizados), de acordo com o item 26 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03.10.2005.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se as ações que visam indenizações e a cobrança, por quebra de garantias ou infrações contratuais, que representem perdas e danos para a Companhia, também reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável.

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2009	2010	2009	2010
Cível	207.931	311.182	1.025.130	792.718
Trabalhista	40	241	188	235
Tributária	42	212	46	56
Total	208.013	311.635	1.025.364	793.009

NOTA - 17. CRÉDITOS DO TESOUREIRO NACIONAL – ESTOQUES PÚBLICOS

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2010, corresponde a R\$4.548.342 mil.

NOTA - 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social: o capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

b. Provisão para CSLL e IRPJ: As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2010, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevalecentes, no valor de R\$2.151 mil e R\$5.825 mil, respectivamente;

b.1. Reserva Legal e Dividendos: Foi calculada e provisionado a Reserva Legal e os Dividendos, de conformidade com o disposto no inciso I e II do art. 28 do Estatuto Social da Conab, e obedecida a legislação cabível à espécie, no valor de R\$514 mil e R\$2.439 mil, respectivamente;

c. Resultado do Exercício: o resultado da Companhia é o conjunto da movimentação econômica das operações realizadas com estoques públicos envolvendo a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, operações oriundas de Contratos Públicos de Opção de Venda, Agricultura Familiar e aquisição de alimentos para doação. As demais operações são representadas pelas atividades de armazenagem e de administração. No exercício de 2010, a Companhia apurou lucro na ordem de R\$18.247 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$10.271 mil.

NOTA - 19. DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2010, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições na rubrica “**1.9.9.1.3.05.00 – RESPONSÁVEIS POR PERDAS E DANOS**”, saldo do grupo aumentou para R\$31.357 mil:

Em R\$ mil	
Exercício	Saldo
2009	31.108
2010	31357

NOTA - 20. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS**INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL - CIBRIUS****a. Plano de Previdência Complementar**

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios a Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, qualificada como Patrocinador - Principal e o próprio CIBRIUS – Instituto Conab de Seguridade Social.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2010 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o Salário de Participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2010, foram amortizadas 203, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contrato de Serviço nos exercícios de 2010 e 2009, respectivamente, foi de R\$40.407 mil e R\$50.030 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da

**Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento**

Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

b. Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, biênio 2009/2011, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2010, a Conab efetivamente gastou com o SAS, já descontada a participação dos empregados, o montante de R\$21.971 mil, beneficiando 4.338 empregados e seus dependentes. O saldo a receber, em 31/12/2010, referente à participação financeira dos empregados é de R\$10.493 mil.

NOTA - 21. CONVÊNIOS/COOPERAÇÃO TÉCNICA**a. Programa de Revitalização – PNUD**

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: 1. Implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; 2. Modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); 3. Aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); 4. Estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica, Social e Ambientalmente Sustentáveis; e 5. Promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2010, foram executadas com recursos próprios da Conab e da Secretária de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ. Em 2009, as ações do projeto, receberam repasses de recursos próprios da Conab, de outros Órgãos do MAPA, do MDA e, ainda, do Ministério da Pesca.

O montante dos recursos repassados foi:

**Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento**

Em R\$ mil

Descrição	Exercícios	
	2010	2009
Repasse – Recursos Próprios	3.058	2.129
Repasse – Recursos Outros Órgãos	521	2.485
Total de Repasses	3.579	4.614

b. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.081 municípios e 94 mil pessoas (produtores/famílias), sendo adquiridas 226 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos n.º 6.447, de 07/05/2008 e n.º 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$362.500 mil no ano de 2009 e R\$379.700 mil no ano de 2010.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2010.

**ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE
AGUIAR**

PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA

DIRETOR FINANCEIRO

**ROGÉRIO COLOMBINI MOURA
DUARTE**

DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

DIRETOR ADMINISTRATIVO

SILVIO ISOPO PORTO

DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS

SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/O-8 CPF:067475232-53

Composição do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos), divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendência de Contabilidade
Superintendente
Contador CRC DF 009252/0-8

17.4 – Informações Sobre a Composição Acionária do Capital Social

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/2010				
UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB				
Ações Ordinárias - 100 %				
ACIONISTAS		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Governamental	Tesouro Nacional	100%	100%	100%
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
Total		100%	100%	100%
Ações Preferenciais - %				
ACIONISTAS		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Governamental	Tesouro Nacional	-	-	-
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free-Float		-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
Total		-	-	-

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos), divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

Rubinaldo Lameira dos Santos
 Superintendente de Contabilidade
 Contador CRC/DF 009252/O-8

17.5 - Composição Acionária da UJ como investidora

INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES					
UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2010					
Denominação completa:					
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB					
Ações Ordinárias - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2008 (R\$)	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	23	CONAB	3,16	3,16	3,16
Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253,224	CONAB	6.480.083,63	6.480.083,63	6.480.083,63
Fund. Nac. de Desenvolvimento – FND (1)	1.110.475,12	CONAB	69.074,55	69.074,55	69.074,55
Cia de Armaz Gr. e Entrepósitos do Acre	232.798	BNDES	739.574,91	739.574,91	739.574,91
Banco da Amazônia S/A (1)	600.989	CONAB	137.559,31	137.559,31	137.559,31
Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	CONAB	541.998,85	541.998,85	541.998,85
Banco do Nordeste do Brasil S/A (1)	82.746	CONAB	81.444,72	81.444,72	81.444,72
Cia Integrada Des. Agrop. de AL. - CIDAL	1.099.730	CONAB	78,18	78,18	78,18
Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	CONAB	96.486,58	96.486,58	96.486,58
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	742.667,252	BNDES	3.784.748,87	3.784.748,87	3.784.748,87
Cia Bras. De Participação Agroin. - BRASAGRO	1.723.142,393	CONAB	13.441,19	13.441,19	13.441,19
Lafarge Brasil S/A	6.946	BNDES	12.584,40	12.584,40	12.584,40
Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774,835	CONAB	180.016,28	180.016,28	180.016,28
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (2)	19.203	CONAB	840,02	840,02	840,02
Logasa Indústria e Comércio S/A	11.840	BNDES	5.262,30	5.262,30	5.262,30
Federal de Seguros S/A	1.225.365	CONAB	63,44	63,44	63,44
Hotel Morada do Sol S/A	10.072	CONAB	34.694,02	34.694,02	34.694,02
CEAGESP - Cia de Ent. Arm. Gr. de S. Paulo	108.858	BNDES	962.333,73	962.333,73	962.333,73
Cia Desenv. Agrop. Do Paraná – CODAPAR	159.025,149	CONAB	2.918.437,66	2.918.437,66	2.918.437,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	64.137	BNDES	1.047,43	1.047,43	1.047,43
CIDASC - Cia Integ. Desenv.Agrícola SC	5.293,553	BNDES	9.251,20	9.251,20	9.251,20
CESA - Cia Est. de Silos e Arms.	341.082,874	BNDES	8.214.743,55	8.214.743,55	8.214.743,55
Total	11.246.571.800	=====	24.283.767,98	24.283.767,98	24.283.767,98

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

Ações Preferenciais - %

Investida	QUANTIDADE	Obs.	31/12/2008 (R\$)	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	21.841	BNDES	0,00	838.265,17	838.265,17
Sanyo da Amazônia S/A	225.439	BNDES	840,02	840,02	840,02
Ribeiro Cordeiro Ind. Com. – Ricosa	4.244	BNDES	334.135,09	334.135,09	334.135,09
Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	CONAB	7.260,99	7.260,99	7.260,99
Frigorífico Vale do Tocantins S/A	696	CONAB	232.646,57	232.646,57	232.646,57
Vicunha Têxtil S/A	10	BNDES	1.720,50	1.720,50	1.720,50
Agrícola Vale do Mangereba Ltda	24.034	CONAB	35.304,54	35.304,54	35.304,54
Cicanorte - Ind. de Conservas	1.581	BNDES	8.411,24	8.411,24	8.411,24
CCN - Cia de Coco do Nordeste	70.229	BNDES	4.906,60	4.906,60	4.906,60
Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	BNDES	1.395,27	1.395,27	1.395,27
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	1.963.531.952	BNDES	10.006.467,00	10.006.467,00	10.006.467,00
Logasa Indústria e Comércio S/A	78.040	BNDES	34.684,95	34.684,95	34.684,95
Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	BNDES	394,02	394,02	394,02
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	6	BNDES	840,03	840,03	840,03
Ciama Exp. Ind. e Exportadora Ltda	141.008	CONAB	4.542,66	4.542,66	4.542,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	214.806	BNDES	3.508,03	3.508,03	3.508,03
Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S/A	11.374	BNDES	48.691,22	48.691,22	48.691,22
Refinadora Catarinense S/A	356	BNDES	16.513,39	16.513,39	16.513,39
Total	1.967.220.957	=====	10.742.262,12	11.580.527,29	11.580.527,29

Observação: Título em poder do BNDES e CONAB

(1) Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Fundo de Investimento da Amazônia e do Nordeste

(2) Quotas do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo

Em conformidade com a legislação Societária, os Investimentos em participação no capital social de outras Empresas, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando esta estiver comprovada como permanente (art. 183 da Lei nº 6.404/76), com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Os Investimentos em Coligadas e Controladas pelo método da equivalência patrimonial (art. 248 da Lei nº 6.404/76), com a redação dada pela Lei nº 11.941/09. Os Investimentos da CONAB são todos avaliados pelo Método do Custo, pois não possui investimentos em coligadas ou controladas.

Grande parte dos Investimentos da CONAB, está em poder do BNDES (Gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND), em cumprimento ao Plano de Desestatização, em conformidade com as determinações da Lei nº 9.491, de 09/09/1997 e Decreto nº 1.068, de 02/03/1994.

Rubinaldo Lameira dos Santos
 Superintendente de Contabilidade
 Contador CRC/DF 009252/O-8

17.6 – Parecer da Auditoria Independente

À
Diretoria da
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

1. Examinamos o balanço patrimonial da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, levantado em 31 de dezembro de 2010, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, da Demonstração do valor Adicionado e do fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo nesta data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil que requerem a realização dos exames com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações, o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como a apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, em 31 de dezembro de 2010, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e o seu fluxo de caixa nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Legislação Vigente e Princípios Fundamentais da contabilidade.

4. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findado em 31 de dezembro de 2009, apresentado para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer foi emitido em 31 de março de 2010,

Brasília, 03 de março de 2011.



ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
CRC/RS 71.505/O – 3 – “S” – DF
RESPONSÁVEL TÉCNICO
MACIEL AUDITORES E CONSULTORES S/S LTDA
CRC/RS 4.773/O-4 – “S-DF”

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

18 - Remuneração Paga aos Administradores

A Conab vinha praticando a fixação dos honorários de seus dirigentes tomando como base a remuneração de empregado considerado paradigma, conforme o disposto no art. 3.º, item II, § 1.º e 2.º, alíneas a, b, c, d, do Decreto-Lei n.º 2.355, de 27 de agosto de 1987, tendo como última alteração nessa base o mês de janeiro/2010.

As novas orientações do DEST/MPOG, por meio do OF n.º 434/DEST-MP, de 14 de maio de 2010, recomendam que o estabelecimento dos honorários dos diretores sejam fixados de forma desvinculada da remuneração dos empregados da Companhia, oportunidade em que foram elaboradas as planilhas demonstrativas ora constantes do processo n.º 1.534/2010, em tramitação no âmbito da Presidência da Conab.

A remuneração dos Conselhos Fiscal e Administrativo é fixada na forma da Lei n.º 9.292/96 e parágrafos 3.º e 6.º dos artigos 15 e 24 do Estatuto Social, correspondente a 10% sobre o valor médio dos honorários da Diretoria da Conab.

O Quadro Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores não foi preenchido, tendo em vista que não há nenhum registro de pagamento efetuado, por meio da folha de pagamento, de valores inerentes a Bônus ou Participação nos Resultados.



Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

Quadro CVII : Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Conselho de Administração																Em R1,00
Nome do Conselheiro	Período		Remuneração													Total
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	13.º Salário	
Alexandre Magno Franco de Aguiar	28/04/10	Em exercício	-	-	-	-	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	1.474,88	19.176,72
Boaventura Teodoro de Lima	17/11/10	16/11/10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edilson Guimarães	01/09/06	27/04/13	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.327,87	29.341,19
Guilherme Costa Delgado	14/11/06	2707/12	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.327,87	29.341,19
José Geraldo Fontelles	15/05/09	Em exercício	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.289,46	29.302,78
José Menezes Neto	30/07/08	06/06/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	-	-	-	-	-	-	1.036,94	14.773,88
Maria das Graças Fontes	02/07/07	02/09/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	-	-	-	-	1.590,02	19.752,42
Milton Elias Ortolan	07/06/10	06/06/13	-	-	-	-	-	-	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	1.290,76	14.567,14
Wagner Gonçalves Rossi	26/06/07	31/03/10	2.672,93	2.212,37	2.766,53	-	-	-	-	-	-	-	-	-	668,22	8.320,05
Total			16.037,58	13.274,22	13.833,78	11.063,65	13.276,38	13.276,38	13.276,38	13.276,38	11.063,65	11.063,65	11.063,65	11.063,65	13.006,02	164.575,37
Conselho Fiscal																
Nome do Conselheiro(1)	Período		Remuneração													Total
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	13.º Salário	
Francisco Wayner Moreira	27/04/10	26/04/11	-	-	-	-	-	-	2.212,73	2.212,73	2.212,73	4.425,46	2.212,73	2.212,73	1.290,76	16.779,87
João Bosco Bahia dos Santos	31/07/09	31/01/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	-	-	-	-	-	-	-	-	232,31	9.543,79
Marcus Vinicius Sócio Magalhães	28/07/08	31/05/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	-	-	-	-	-	-	-	1.036,94	12.561,15
Pedro Ataíde Cavalcante	29/10/09	28/10/11	2.557,79	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.241,50	29.139,68
Wesley José Gadelha Beier	26/02/10	25/02/11	-	-	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	1.843,94	23.971,24
Total			7.903,65	6.637,11	8.853,08	8.850,92	6.638,19	4.425,46	6.638,19	6.638,19	6.638,19	8.850,92	6.638,19	6.638,19	6.645,45	91.995,73
Total Geral			23.941,23	19.911,33	22.686,86	19.914,57	19.914,57	17.701,84	19.914,57	19.914,57	17.701,84	19.914,57	17.701,84	17.701,84	19.651,47	256.571,10

Síntese da Remuneração dos Administradores



Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

a) Diretoria da Conab

Órgão			
Diretoria da Conab			
Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	1.363.466,32	1.413.375,89	1.487.561,19
a) honorários	1.174.476,19	1.193.705,97	1.234.363,82
b) benefícios diretos e indiretos	27.725,10	29.154,27	31.794,86
c) remuneração por part. em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	161.265,03	190.515,65	221.402,51
II – Remuneração Variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00	0,00
e) bônus	0,00	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I+II)	1.363.466,32	1.413.375,89	1.487.561,19

Fonte: Sureh/Gefop



Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

b) Conselho Fiscal

Órgão			
Conselho Fiscal			
Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	78.400,46	81.024,43	91.995,73
a) Jetons	78.400,46	81.024,43	91.995,73
b) benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00
c) remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	0,00	0,00	0,00
II – Remuneração Variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00	0,00
e) bônus	0,00	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I+II)	78.400,46	81.024,43	91.995,73

Fonte: Sureh/Gefop



Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

C) Conselho de Administração da Conab

Órgão			
Conselho Fiscal			
Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	160.534,12	162.079,36	164.575,37
a) Jetons	160.534,12	162.079,36	164.575,37
b) benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00
c) remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	0,00	0,00	0,00
II – Remuneração Variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00	0,00
e) bônus	0,00	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I+II)	160.534,12	162.079,36	164.575,37

Fonte: Sureh/Gefop

**Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento**

19 - Unidades Jurisdicionadas Patrocinadoras de Entidade Fechada de Previdência Complementar (ANEXO II PARTE C ITEM 36 da DN TCU 107/2010)

Todos os atos de gestão, controle e acompanhamento da Previdência Complementar Patrocinada pela Conab, são realizados no âmbito da Conab/Matriz.

19.1 - Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas

a)	Nome	CIBRIUS
b)	Razão Social	Instituto Conab de Seguridade Social –CIBRIUS Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil.
c)	CNPJ:	00.531.590/0001-89
	Plano de Benefícios:	Plano de Benefício Definido–Registrado no CNPB sob o n.º 19.790.007-19

d) – Demonstrativo anuais:

1. Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes

Quadro CVIII

SUREG	Total da Folha dos Participantes	Participação %
MS	5.581.970,24	3,12
TOTAL	176.668.628,76	-

Fonte: Conab/Sureh

2 – Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes
Quadro CVIX

SUREG	Quantidade de Participantes	Valor das Contribuições	Participação %
	Ativos	Empregados participantes	
MS	62	361.525,52	2,99
TOTAL	1.605	12.075.412,45	-

Fonte: Conab/ Sureh

3 - Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB
3.1 - Patronal/Paritária – R\$10.599.485,55
Quadro CX

SUREG	Quantidade de Participantes	Valor das Contribuições	Participação %
		Patrocinadora	
		Contribuição Patronal	
MS	62	354.681,18	0,03
TOTAL	1.605	12.074.064,66	-

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

3.2 - - Complemento de Previdência (Serviço Passado) – R\$ 12.701.315,31*

***OBS:** A diferença de R\$ 1.946.648,03, em relação aos valores consignados no DRE/Siafi, refere-se a valores inscrito em Restos a Pagar não processado.

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

Valor referente ao pagamento da dotação do serviço passado da massa de empregados da Conab, patrocinadora principal do plano de benefícios do CIBRIUS, realizado na forma do termo de convênio e aditivos firmados entre as partes, concernente ao ingresso no plano em 1995 dos empregados oriundos da fusão COBAL/CFP/CIBRAZEM.

➤ **Total Contribuições – R\$ 24.775.379,97***

***OBS:** A diferença de R\$ 1.946.648,03, em relação aos valores consignados no DRE/Siafi, refere-se a valores inscrito em Restos a Pagar não processado.



Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

Cabe observar que as contribuições são paritárias conforme determina a legislação. Entretanto, eventual divergência entre a contribuição paritária Patronal e a contribuição dos Participantes informada pela Conab/Sureh, decorre de diferenças relacionadas ao pagamento de joias de responsabilidade exclusiva do participante e acertos outros.

4 – Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora Conab

Não ocorreram outros repasses de recursos que não contribuições.

5 – Discriminação da razão ou motivo de repasse de recursos que não sejam contribuições

Não ocorreram outros repasses de recursos que não contribuições.

6 – Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal

Posição do Agente Custodiante – ITAÚ UNIBANCO S/A em 31/12/2010

Quadro CXI – Posição Custodiante

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Companhia Nacional de Abastecimento

Descrição	Valor	% Atual	% Enquadramento Fundamento Legal	
			Política Investimento	Resolução CMN nº 3792
1) Renda Fixa	435.903.197,81	85,54	75,50	100,00
A. Títulos Públicos	261.407.048,62	51,30		
1.1 – NTN-B – Título Público Federal (IPCA)	245.228.321,62	48,12		
1.2 - NTN-C – Título P. Federal (IGP-M)	16.178.727,00	3,17		
B. Aplicação em Instituições Financeiras	174.496.149,19	34,24		
FIF	31.496.130,76	6,18		
1.3 – Banco do Brasil S/A Institucional Federal	16.169.966,34	3,17		
1.4 – FIDC BCSUL – VORAX SSE	10.302.310,20	2,02		
1.5 – FIDC COMANCHE CLEAN	5.023.854,22	0,99		
Dep a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	129.487.409,06	25,41		
1.6-Banco SCHAHIN S/A 07/05/09 a 02/04/14	4.793.081,53	0,94		
1.7-Banco SOFISA S/A 19/05/09 a 18/05/2012	7.064.413,34	1,39		
1.8-Banco SCHAHIN S/A 19/05/2009 a 18/05/2012	7.075.751,03	1,39		
1.9-Banco BONSUCESSO S/A 21/05/09 a 18/05/12	7.068.600,22	1,39		
1.10-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 10/06/09 a 10/06/2012	4.823.134,08	0,95		
1.11-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 17/07/2009 a 17/07/12	5.930.161,05	1,16		
1.12-Banco BMG S/A 11/09/09 a 11/09/14	9.391.134,04	1,84		
1.13-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 11/09/2009 a 11/09/13	4.687.054,97	0,92		
1.14-Bco SOFISA S/A 23/09/2009 a 23/09/14	9.330.328,07	1,83		
1.15-Banco BMG S/A 23/09/09 a 23/09/14	7.010.143,31	1,38		
1.16-OMINI S/A Cred Finan e Invest 19/10/09 a 19/10/14	11.629.343,60	2,28		
1.17-Banco MÁXIMA S/A 19/11/09 a 19/11/14	10.371.496,49	2,04		
1.18-Banco SCHAHIN S/A 21/01/2010 a 21/01/2015	4.496.218,06	0,88		
1.19-Banco MÁXIMA S/A 22/01/10 a 22/01/15	4.501.649,54	0,88		
1.20-Pontocred Financeira - 12/05/10 a 12/05/15	8.633.624,30	1,69		
1.21-ABOE Financeira - 26/05/10 a 26/05/15	4.293.278,63	0,84		
1.22-ABOE Financeira - 01/09/10 a 01/09/15	5.191.643,16	1,02		
1.23-ABOE Financeira - 14/09/10 a ___/___/___	2.069.148,77	0,41		
1.24-Barigui Financeira S/A - 18/11/10 a 18/11/15	6.118.907,83	1,2		
1.25-Banco BRJ S/A 28/12/10 a 28/12/2015	5.008.297,04	0,98		
Títulos de Empresas	628.412,15	0,12		
1.26-HOPI HARI (Debênture não Conversível)	628.412,15	0,12		
Cédula de Crédito Imobiliário	12.884.197,22	2,53		
1.27-Céd Créd Imob M BRASIL 12/11/09 a 12/06/19	6.785.544,08	1,33		
1.28-Céd Créd Imob M BRASIL 23/02/10 a 12/06/19	6.098.653,14	1,20		
2) Renda Variável	36.805.676,57	7,22	14,00	70,00
2.1 - Mercado de Ações à Vista	33.718.185,88	6,62		
Aes Tiete PN	480.000,00	0,09		
Ambev PN	1.515.600,00	0,3		
América Latina Logística ON	450.000,00	0,09		
BmfBovespa ON	393.900,00	0,08		
Bradesco PN	3.160.520,00	0,62		
Brasken PNA	712.950,00	0,14		
Brasil Foods ON	710.840,00	0,14		
Brasil Telecom ON	113.454,64	0,02		
Brasil Telecom PN	949.356,00	0,19		
Cemig ON	1.914.996,75	0,38		
Cia Eneergética de São Paulo PNB	540.000,00	0,11		
Cia Paranaense de Energia PNB	439.900,00	0,09		
Contax ON	76.800,00	0,02		
Contax PN	172.746,00	0,03		
Companhia Siderúrgica Nacional ON	1.226.820,00	0,24		
Eletrobrás PNB	1.337.500,00	0,26		
Empresa Brasileira de Telecomunicações ON	483.249,50	0,09		
Empresa Bras de Telecom Participação ON	285,70	0,00		
Empresa Bras de Telecom Participação PN	570,81	0,00		
Energisa UNIT	1.702.140,00	0,33		
Fibra ON	72.317,70	0,01		
Gerdau PN	634.760,00	0,12		
Itaunibanco PN	1.980.547,25	0,39		
Itausa PN	914.760,00	0,18		
Lojas Americanas PN	306.200,00	0,06		
Minasfer PNA	65.905,00	0,01		
Petrobrás PN	5.458.000,00	1,07		
Sabesp ON	638.850,00	0,13		
Telemar PN	655.830,00	0,13		
Telesp Participações PN	298.076,76	0,06		
Usiminas PNA	843.040,00	0,17		
Vale PNA	3.637.500,00	0,71		
Vivo Participações PN	1.599.000,00	0,31		
Weg ON	218.000,00	0,04		
Bradesco DIR	13.769,77	0		
2.2-Fundo de Ações	3.087.490,69	0,61		
Bradesco IBX ativo	3.049.580,15	0,6		
Fator Institucional	37.910,54	0,01		
3 – Investimentos Estruturados	6.050.124,04	1,19	3,00	20,00
Memorial Office (Ricci Assoc Eng Com Ltda) F. Imob	3.510.784,57	0,69		
Hermes (Mercúrio DTVM Ltda) F. Imob	2.539.339,47	0,5		
4) Imóveis	17.112.987,74	3,36	4,50	8,00
Edificações de Uso Próprio	844.484,13	0,17		
SHCGN 706/7 Bl D nº 42 Sls 101 à 302	844.484,13	0,17		
Edificações para Renda	8.599.378,61	1,69		
SHCGN 706/7 Bl D nº 42 Térreo e subsolo – DF	2.205.796,46	0,43		
SHN Q. 02 ljs 142 e 150 Ed. Garvey Park – DF	183.125,02	0,04		
Cent Com. Lt 24/25 Q. 4C SIA -DF	1.014.815,32	0,2		
SCLN 307 LJS 37, 39, 59, 65 e 69 – DF	339.493,47	0,07		
Centro Século XXI – Curitiba-PR	4.856.148,34	0,95		
Investimento em Shopping Center	7.669.125,00	1,5		
Conjunto Nacional de Brasília-St. Div Norte - DF	7.669.125,00	1,5		
5) Empréstimos aos Participantes	13.507.935,95	2,65	3,00	15,00
6) Disponível	233.376,36	0,05	0,00	0,00
Total Geral	509.613.298,47	100	100	

Fonte: Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

Os Recursos Patrimoniais da Entidade são aplicados no estrito cumprimento de Políticas de Investimentos elaboradas e executadas na forma preconizada pela Resolução CMN n.º 3.792 de 24/09/2009 (Estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das EFPC e revoga a 3456), alterações posteriores e demais instruções e resoluções dos órgãos regulador e fiscalizador das Entidades Fechadas de Previdência Privada, em consonância com as Leis Complementares n.ºs 108 e 109/2001.

7 – Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

Conforme a Carta/CIBRIUS/SUP/n.º 014, de 04/02/2011, a PREVIC, antiga SPC/MPS, somente poderá se manifestar após o recebimento do Balanço 2010, cujo prazo final para envio é até 31 de março de 2011, conforme calendário de obrigações. Entretanto, a SPC, atual PREVIC, não tem se manifestado sobre a prestação de contas, embora o Cibrius tenha solicitado formalmente. Por outro lado, a PREVIC encontra-se obrigada a prestar as informações objeto do item 20 PARTE C do Anexo II - CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS da DN/TCU n.º. 107/2010, como segue:

- a) Informações consolidadas sobre a fiscalização e o controle dos planos de benefícios e sobre as entidades fechadas de previdência complementar realizadas pela SPC/MPS, conforme disposto no art. 24 da Lei Complementar n.º 108/2001;**
- b) Informações consolidadas sobre o exercício e os resultados da fiscalização e do controle das entidades de previdência complementar patrocinadas pelas respectivas patrocinadoras, conforme disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001, realizados nos últimos dois anos.**
- c) Informações quanto as providências adotadas para o encerramento da SPC, em especial os termos de transferência de patrimonial e a situação dos processos administrativos não encerrados, conforme Acórdão TCU 1.912/2010 – Plenário.**

8 - Avaliação da política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar, evidenciando o retorno das aplicações, bem como sua conformidade com a Resolução 3792/2009, do Conselho Monetário Nacional.

A Política de Investimentos da entidade, disponível em inteiro teor no site www.cibrius.com.br com acesso pela lapela “CONHEÇA O CIBRIUS/Documentos Institucionais”, foi elaborada em conformidade com a **Resolução 3792/2009 do CMN**, e consignou as seguintes diretrizes, como segue:

Diretrizes para Alocação dos Investimentos

A Política de Investimentos do Plano de Benefícios Conab, administrado pelo CIBRIUS, levou em consideração os normativos vigentes sobre o assunto, as boas técnicas usualmente praticadas no mercado de Fundos de Pensão, bem como os cenários macroeconômicos.

Destaca-se que, em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3792/2009, a Política de Investimentos da entidade, estabeleceu que as decisões que envolverem os investimentos dos recursos garantidores do Plano de Benefícios do CIBRIUS deverão ser tomadas

**Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento**

pela Diretoria-Executiva, após a análise e parecer da Área de Investimentos e avaliação do Comitê de Investimentos, com base na Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo. Os investimentos acima de 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do CIBRIUS serão, necessariamente, submetidos à aprovação do Conselho Deliberativo, respeitando os limites e condições impostas pela legislação pertinente e o Estatuto do CIBRIUS.

O artigo 16º da Resolução 3.792/2009, do Conselho Monetário Nacional, determina que a política de investimentos de cada plano deve conter, no mínimo, os seguintes itens:

- I. Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação.**
- II. Os limites por modalidade de investimentos, se estes forem mais restritivos que os estabelecidos na Resolução CMN n.º 3.792/09**

Segmentos	Alocações			Limite Res. CMN 3792/09
	2008	2009	2010	
Renda Fixa	79,01%	75,50%	75,50%	100,00%
Renda Variável	12,01%	15,00%	14,00%	70,00%
Empréstimos	2,89%	3,50%	3,00%	15,00%
Inv. Estruturados			3,00%	20,00%
Imóveis	6,09%	6,00%	4,50%	8,00%

III. Utilização de Instrumentos derivativos.

Não serão permitidas operações de Derivativos com alavancagem, ou seja, em que essas posições representem mais de 100% dos ativos de suas respectivas carteiras, mesmo considerando os ativos que compõem os fundos de investimentos, cujas quotas integram o patrimônio do Plano do CIBRIUS.

Operações com Derivativos só serão permitidas no intuito de proteção da carteira, respeitando os limites legais.

Outros limites e diretrizes podem ser impostos pelo CIBRIUS em Regulamento e Mandatos específicos de fundos exclusivos.

IV. Taxa mínima atuarial ou índices de referência, observado o regulamento de cada plano de benefícios.

Taxa atuarial = TR + 6% a.a.

V. Meta de rentabilidade para cada segmento de aplicação

**Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento**

Quadro CXII - Meta de rentabilidade

Segmento	benchmark
Renda Fixa	CDI
Renda Variável	Ibovespa
Inv. Estruturados	CDI
Imóveis	TR + 6% a.a.
Empréstimos	TR + 6% a.a.

VI. Metodologia ou as fontes de referência adotadas para precificação dos ativos financeiros.

Deverá ser adotados como modelos de marcação a mercado, os ativos destinados à negociação e marcação pela curva do título e papéis aqueles que serão levados ao vencimento, desde que em consonância e obedecidos os preceitos da Resolução MPS/CGPC n.º 04/02 e alterações posteriores.

O HSBC Securities Services, agente custodiante, será responsável pelo apreçamento dos ativos da Carteira de Investimentos do Cibrius. A entidade mudou o agente custodiante para o ITAÚ UNIBANCO S/A, conforme posição da carteira em 31/12/2010.

VII. Metodologia e critérios para avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistêmico.

a) Risco de Crédito

O Instituto aplicará seus ativos somente em títulos considerados como de baixo risco de crédito, cujo controle, tanto do bancário como do não bancário, será realizado de acordo com os *ratings* estabelecidos pelas agências classificadoras de risco, sempre respeitando os limites e restrições legais.

As agências em que o Instituto fundamentará suas decisões são as seguintes:

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento
Quadro CXIII

Agência de Classificação de Risco	Ratings considerados de Baixo Risco de Crédito
FITCH RATING	F1(bra), F2 (bra), AAA(bra), AA(bra), A(bra)
SR RATING	sr AA, sr A, brAAA, brAA+, brAA, brAA-, brA+, brA, brA-
MOODY's INVESTOR	Aaa1.br, Aaa2.br, Aaa3.br, Aa1.br, Aa2.br, A1.br, A2.br, A3.br
AUSTIN ASIS	AAA, AA, A
STANDARD & POOR'S	brAAA, brAA, brA-1, brA-2
LF Rating	AAA, AA,A

É importante ressaltar que, se duas ou mais agências classificarem o mesmo papel, o Instituto adotará, para fins de classificação de risco de crédito, àquela mais conservadora.

Como regra geral, serão adquiridos prioritariamente, títulos públicos federais que apresentarem perspectiva de rentabilidade superior à variação da meta atuarial do Instituto, inclusive quanto aos custos operacionais.

Caso seja adquirido algum título não avaliado pelas agências classificadoras de risco como demonstrado acima, **o mesmo será automaticamente classificado de alto risco de crédito.**

Para títulos classificados como médio e/ou alto risco de crédito não serão permitidas novas inversões, mas apenas levar ao vencimento os investimentos do passado existentes atualmente, que a própria falta de liquidez, impede sua realização. A existência deste tipo de ativo em algum fundo de investimentos poderá alterar este percentual, entretanto deverá estar dentro dos limites aceitáveis e permitidos pela legislação.

b) Risco de Degradação da Qualidade de Crédito

Para o caso de novos títulos e valores mobiliários que tenham sido adquiridos em conformidade com a Política de Investimentos, mas que eventualmente, após sua aquisição, tenham sofrido redução da sua nota de classificação de crédito para médio e/ou alto risco de crédito, caberá à compliance notificar à Diretoria-Executiva, que após sua avaliação, decidirá sobre a venda ou manutenção do referido ativo em sua carteira.

c) Risco de Mercado

O processo de gerenciamento e de controle de risco de mercado é feito por modelo próprio que limita a probabilidade de perdas máximas, através do cálculo mensal do *Value-at-Risk* (VaR).

O Cibrius adota os seguintes parâmetros para o cálculo do VaR: Intervalo de confiança de 95% e horizonte temporal de 21 dias úteis. Com relação aos limites, para os segmentos de renda fixa e renda variável, valem:

- Segmento de renda fixa: 1,5%;
- Segmento de renda variável: 17%.

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

A empresa RiskOffice, é a responsável por desenvolver os cálculos. Essas informações são apresentadas em reunião formal e analisadas pelo Comitê de Investimento do Cibrius mensalmente.

d) Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é uma preocupação constante para o Instituto e, como prudência, o mesmo mantém um percentual mínimo de seus recursos totais em ativos de liquidez imediata. Com a adoção dessa política, o Cibrius reduz a possibilidade de que haja dificuldade em honrar seus compromissos previdenciários no curto prazo.

e) Risco Operacional

O CIBRIUS, atendendo a Resolução MPS/CGPC n.º 13, de 01 de outubro de 2004, monitora os riscos não-financeiros, ou seja, o risco operacional. Define-se risco operacional quando existe a possibilidade de perdas decorrentes da inadequação na especificação ou na condução de processos, sistemas ou projetos, bem como de eventos externos que causem prejuízos nas suas atividades normais ou danos a seus ativos físicos.

f) Risco Legal

O risco legal deriva do potencial questionamento jurídico na execução dos contratos. Esta categoria de risco é mensurada para as atividades do Instituto e para os investimentos que envolvam contratos específicos. O CIBRIUS poderá utilizar pareceres jurídicos especializados para os assuntos de caráter mais aprofundados.

g) Risco Sistêmico

O CIBRIUS monitora o risco sistêmico do sistema financeiro nacional, o qual está inserido. Representa o risco de que uma instituição financeira não tenha recursos suficientes para pagar outra, fazendo com que esta outra não pague uma terceira e assim por diante, daí resultando um "efeito dominó," que pode levar ao colapso todo o sistema financeiro, ou seja, a uma crise sistêmica, entendida como uma interrupção da cadeia de pagamentos da economia.

No Brasil, existem mecanismos de segurança e instrumentos, desenvolvidos pelo Bacen - como o Sistema de Pagamentos Brasileiro, conhecido como SPB, e a Transferência Eletrônica Disponível (TED) - que visam impedir que, ao fim de cada dia, haja operações financeiras não encerradas, isto é, sem transferência efetiva dos recursos financeiros envolvidos, notadamente em grandes transações.

VIII. A observância ou não de princípios de responsabilidade socioambiental

Devido à complexidade do assunto aliado à falta de uma estrutura que dê suporte, o CIBRIUS não adotará o “Princípio de Responsabilidade Socioambiental” na vigência da presente Política de Investimentos.

Retorno das Aplicações

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

Quadro CXIV - Comparativo das Rentabilidades dos Investimentos JAN A DEZ 2010

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	TR+6% aa JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA FIXA	14,22%	6,7301%	7,02%
RENDA VARIÁVEL	1,61%		-4,80%
IMÓVEIS	11,68%		4,64%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		0,35%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		11,19%
CARTEIRA GERAL	13,29%		6,15%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	INPC+5%aa JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA FIXA	14,22%	11,80%	2,16%
RENDA VARIÁVEL	1,61%		-9,11%
IMÓVEIS	11,68%		-0,11%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		-4,20%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		6,14%
CARTEIRA GERAL	13,29%		1,33%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	INPC+6% aa JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA FIXA	14,22%	12,86%	1,21%
RENDA VARIÁVEL	1,61%		-9,97%
IMÓVEIS	11,68%		-1,05%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		-5,10%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		5,15%
CARTEIRA GERAL	13,29%		0,38%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	CDI JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA FIXA	14,22%	9,76%	4,06%
RENDA VARIÁVEL	1,61%		-7,43%
IMÓVEIS	11,68%		1,75%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		-2,42%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		8,12%
CARTEIRA GERAL	13,29%		3,22%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	IBOVESPA JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA VARIÁVEL	1,61%	1,04%	0,56%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	IBrX - 50 JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA VARIÁVEL	1,61%	0,75%	0,85%

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

A Política de Investimentos de 2010, aprovada em 17/12/2009 pelo Conselho Deliberativo da Entidade Fechada de Previdência Complementar, foi elaborada em conformidade com os mandamentos da Resolução CMN n.º 3792/2009.

A sua execução apresentou-se ajustada aos parâmetros da Resolução do CMN, apontando variações em relação ao parâmetros fixados pelo Conselho Deliberativo da entidade quanto ao item Renda Variável de 85,54% em relação aos 75,50% fixados.

Cabe observar um elevado incremento dos investimentos em Depósito a Prazo com Garantia Especial-DPGE, de R\$79 milhões para R\$129 milhões e quotas de FIF de R\$8,6 milhões para R\$31,5 milhões, cuja movimentação poderá ser objeto de exame nas ações de fiscalização de que trata o art. 25 da LC 108/2001, notadamente quanto aos requisitos de segurança, rentabilidade e liquidez das inversões.

Os resultados alcançaram 6,15% em relação a meta atuarial de TR+6% dentro de um cenário de uma TR abaixo de 1%, portanto muito longe de refletir um índice que represente a inflação do período. Quando comparados com INPC+6% ou 5% e com o CDI, os resultados são significativamente reduzidos. Por outro lado, as operações de empréstimos aos participantes apresentou um notável desempenho, com um resultado mínimo de 5,5% em relação aos Benchmark. Isto com a aplicação de apenas 2,65% dos Recursos Garantidores, quando a Resolução do CMN permite até 15%, indicando que a entidade pode rever as taxas de empréstimos de forma a torná-las mais atrativas aos participantes, bem como alocar maior volume de recursos, buscando cumprir o estatuto da entidade quanto a sua função de **Promover o bem-estar social dos seus destinatários**.

e) Conclusões contidas no Parecer da Auditoria Independente

Conforme a Carta/CIBRIUS/SUP/N.º 014, de 04/02/2011, o Parecer da auditoria Independente referente Balanço 2010 estará disponível até o dia 31 de março de 2011, conforme calendário de obrigações.

Entretanto, para fins informativo, destacamos abaixo o parecer de 2009 da **BDO Trevisan Auditores Independentes**, CRC 2SP013439/O-5 “S” DF, de responsabilidade do Sócio-contador, Sr. Marcelo Faria Pereira, CRC 1Rj077911/O-2 “S” DF, Parecer de Auditoria Independente, com as seguintes conclusões:

- “1. Examinamos o balanço patrimonial do CIBRIUS – instituto CONAB de Seguridade Social, levantamento em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do instituto; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

mais representativas adotadas pela Administração do Instituto, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CIBRIUS – INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações e seus fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades do Instituto. Conforme mencionado na nota explicativa n.º 12, o **Instituto possui registrado como provisão matemática a constituir o montante de R\$596.267 milhões**, que representa o **desequilíbrio atuarial pela insuficiência da cobertura do custo do serviço passado**. Ademais, o Instituto poderia apresentar um novo déficit atuarial, tendo em vista que, de acordo com o atuário externo, muito embora o regulamento do plano de benefícios estabeleça a correção dos benefícios concedidos pela TR + 6% ao ano, **existe a necessidade de se determinar um indexador que reflita efetivamente a inflação (INPC-IBGE)**. Essa alteração seria possível no caso da contratação da dívida junto à Patrocinadora CONAB, entretanto, a ação de cobrança movida contra a CONAB referente à cobertura do custo do serviço passado encontra-se em discussão judicial e, conforme andamento processual, foi julgada procedente em 1.ª instância, estando pendente do julgamento da apelação interposta pela Conab.
5. Conforme mencionado na nota explicativa n.º 11, em 31 de dezembro de 2009, o instituto possui registrado no **exigível contingencial o montante de R\$189.749 milhões**, dos quais R\$174.892 milhões referem-se ao contingenciamento dos **riscos previdenciários em decorrência de potenciais demandas judiciais com exigência na mudança do indexador do plano de benefícios de TR para INPC**. Em virtude das incertezas relacionadas a esse tema, não é possível determinar quais poderão ser os reflexos que esse assunto poderá trazer às demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1.
6. Anteriormente, as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, compreendendo o balanço patrimonial, demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros, foram examinadas por outros auditores independentes e o parecer, datado de 20 de fevereiro de 2009, foi emitido sem ressalva, com ênfase em relação aos mesmos assuntos mencionados no parágrafo 4.”

f) - Conclusões do último estudo atuarial

PARECER ATUARIAL ANUAL 2010

A avaliação atuarial anual de 2010 foi realizada, na data base de 31 de agosto, especificamente para mensurar os custos e a situação financeiro-atuarial do Plano CONAB do CIBRIUS – INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL, dimensionar as provisões matemáticas e apresentar os resultados da avaliação atuarial, em consonância com o Regulamento do Plano, metodologia, hipóteses e premissas atuariais definidas conforme determina legislação em vigor, com base em dados cadastrais fornecidos pela Entidade.

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

Os dados cadastrais dos Participantes, fornecidos pela Entidade, foram consistidos comparando com parâmetros mínimos e máximos aceitáveis na data desta avaliação, e foram considerados suficientes e completos para efeito da avaliação.

Para atendimento as exigências legais, especificamente a Resolução CGPC n.º 18/2006, foram efetuados estudos de aderência das hipóteses, apresentados em relatório específico, que não apontaram necessidade de alteração das hipóteses analisadas em relação ao ano anterior.

Utilizando a mesma metodologia dos anos anteriores, o estudo estatístico da hipótese de crescimento real de salários apontou um incremento médio anual de 3,09% ao ano.

Da avaliação realizada obteve-se um resultado para Reserva Matemática total de R\$ 924.318.110,77 em 31/08/2010 e comparando com o Ativo Líquido Previdenciário de R\$ 315.766.645,62, registrado no balancete nesta mesma data, para equilíbrio do Plano deve ser acrescido das Reservas Matemáticas a Constituir de R\$ 608.551.465,15, cujo valor deverá ser objeto de contrato com a Patrocinadora.

Para formalização do contrato das insuficiências, recomendamos observar o valor apurado na avaliação de 31/05/2000, devendo-se observar o limite de R\$282.032.218,17, devidamente atualizado (juros e correção monetária), de maneira a se enquadrar nas disposições da Emenda Constitucional n.º 20/98, que, inclusive, foi o evento determinante para a intervenção no Instituto que foi suspensa em 2007.

No momento da contratação, caso este valor seja insuficiente o excedente deverá ser objeto de majoração de contribuições a fim de equilibrar o Plano.

O valor registrado no balancete de agosto/2010, na mesma data da avaliação, na conta de Provisões Matemáticas a Constituir, corresponde a R\$641.363.117,58, que comparado ao valor da insuficiência desta avaliação, de R\$608.551.465,15, apresenta uma diferença a menor de R\$32.811.652,43 em relação ao contabilizado.

O valor da insuficiência apurada na avaliação de 31/05/2000 atualizada até 31/08/2010 corresponde a R\$799.870.566,77, que deduzindo-se o atual contrato da Dotação Inicial que está sendo amortizado, registrado no balancete nesta data, de R\$44.830.506,05 e mais a insuficiência apurada nesta avaliação, apresenta uma redução de R\$146.488.595,57.

Quanto aos custos percentuais do plano, sobre o total da folha de Salários de Participação dos Participantes, comparativamente ao ano anterior:

Quadro CXV – Custo Percentuais do Plano

Discriminação	2009	2010	%
Custo Normal	18,48%	18,54%	0,06%
Custo a Amortizar Serviço Passado	177,92%	210,43%	32,51%
Custo Total do Plano	196,40%	228,97%	32,57%
Contribuição Total em Vigor	19,11%	19,21%	0,10%
Déficit de Cobertura	-177,29%	-209,76%	-32,47%

**Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento**

Em contrapartida as contribuições vertidas, de acordo com a tabela de contribuições aplicada em vigor, apresentam um custeio sobre o total da folha de Salários de Participação dos Participantes, comparativamente ao ano anterior:

Quadro CXVI – Contribuição sobre Folha de Salário dos Participantes

Contribuições	2009	2010	Diferença%
Normais Participantes	9,55%	9,58%	0,03%
Jóias	0,02%	0,07%	0,05%
Normais Patrocinadoras	9,55%	9,57%	0,02%
Assistidos para o Plano (1)	9,59%	9,59%	-
Assistidos administração (1)	1,22%	1,22%	-

1% sobre os benefícios dos assistidos

Relativamente aos resultados apurados nesta avaliação e comparados à avaliação anterior, cabe ressaltar os fatos relevantes que ocorreram no intervalo entre a avaliação anterior, ocorrida em 2009 e esta avaliação, em 31/08/2010, que influenciaram para que tais resultados fossem obtidos.

Motivos de aumento do custo percentual dos compromissos

- A variação ocorrida no custo normal do plano está dentro da normalidade e compatível com a metodologia de apuração do custo, considerando a massa de participantes sem novos entrados, o crescimento dos salários, do SRB e do benefício hipotético do INSS, que em relação ao ano anterior, está dentro da normalidade;

- A insuficiência das Reservas Técnicas a amortizar apontada na avaliação de 2009, no valor de R\$578.540.441,65, correspondente a compromissos de serviço passado, equivalente a 177,92% do total da folha de salários de participação naquela data, não foi amortizado conforme proposto no plano de custeio, em função da não efetivação da contratação das insuficiências de responsabilidade da patrocinadora CONAB, referente ao custo do serviço passado a contratar;

- O saldo devedor a Amortizar do valor da Dotação Global (serviço passado contratado), com recontração em dezembro/2002, cujo valor registrado no balancete agosto/2010 equivale a R\$44.830.506,05, que inclui o valor referente ao reconhecimento de correção monetária integral do mês de maio de 1994 no saldo do valor original da dotação global, não atingiu o grau exigido de rentabilidade devido ao índice de correção inflacionária contratual (TR) constante do termo aditivo, estar abaixo da inflação efetiva. Não foi adotada a devida correção recomendada, permanecendo com o indexador da TR, enquanto o recomendado seria o INPC-IBGE e consequentemente a amortização mensal não está no compasso das necessidades do plano;

- Alertamos da necessidade imediata de equilíbrio do plano, muito embora a contratação das insuficiências das reservas técnicas a contratar (serviço passado de responsabilidade da Patrocinadora CONAB) e a mudança de índice já tenha sido reconhecida pela Patrocinadora,

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

através da Nota Técnica DIAFI N.º 006/03, de 24/06/2003, referendada pela Diretoria Colegiada da CONAB (sexcentésima primeira reunião ordinária) e pelo Conselho de Administração da mesma (126ª reunião ordinária), respectivamente, em 07/07/2003 e 06/08/2003. Tais aprovações foram referendadas pelo MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através dos Ofícios n.º 693/MAPA/SE de 26/09/2003 e n.º 694/MAPA/SE de 26/09/2003 enviados, respectivamente, ao Secretário Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social, indicando que o MAPA estava de acordo com a proposição da CONAB, consubstanciada no Ofício CONAB/PRESI/N.º 498 de 06/08/2003 e, no momento, em análise para aprovação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Através do Ofício n.º 1.911 DEFIS/CGRE de 28/09/2004 a Secretaria de Previdência Complementar reitera o entendimento, já por diversas vezes externado pelo CIBRIUS, pela CONAB e pela própria SPC/MPS que, sobre o ponto de vista técnico atuarial, não existia óbice em se atribuir ao serviço passado o déficit remanescente no plano de benefícios da Entidade. Na oportunidade a SPC/MPS solicitou o obséquio das providências no âmbito do DEST, no sentido de propiciar imediata contratação da dívida entre o CIBRIUS e a CONAB, de maneira que pudesse ser cessada a intervenção na entidade.

Conforme informação da Entidade, a Patrocinadora CONAB encaminhou ao Secretário Executivo do MAPA, OFÍCIO PRESI N.º 412, de 30 de junho de 2006, onde solicitava apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, no sentido de buscar uma solução definitiva acerca da contratação das insuficiências atuariais relativas ao serviço passado, bem como a alteração do indexador do plano de benefícios da TR para o INPC-IBGE, e que foi atendido pelo Ofício n.º 409/2006/SE-MAPA para reunião conjunta com o CIBRIUS, CONAB/MAPA, DEST/MP e SOF/MP.

Nesta reunião, ocorrida no DEST, a pauta foi revertida para o levantamento da intervenção na entidade, sob protestos da patrocinadora, vez que o objetivo da intervenção não havia sido alcançado, qual seja, a contratação das insuficiências atuariais do plano. Contudo a Secretaria de Previdência Complementar ratificou seu entendimento quando enviou o Ofício N.º 1749/SPC/DEFIS/CGRE de 08/06/2007 ao MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no qual, o Secretário foi enfático, no sentido de determinar levantamento da intervenção na entidade e dar posse aos órgãos estatutários.

Nesse Ofício restou claro ainda, que a Secretaria de Previdência Complementar, afirmou a responsabilidade da patrocinadora CONAB sobre o passivo atuarial do CIBRIUS e solicitou providências quanto à responsabilidade de contratar a dívida das insuficiências do serviço passado e troca do indexador, bem como a continuidade da manutenção da Entidade.

O MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio do Ofício n.º 390/2007/SE-MAPA de 13/06/2007 solicitou providências cabíveis à Patrocinadora, ensejando o encerramento da intervenção, que ocorreu em 30/11/2007, oficializado pelo Ofício SPC/DEFI/CGRE N.º 2791 de 31/07/2006.

- Muito embora o regulamento estabeleça indexador menor para correção dos benefícios concedidos (TR + 6% ao ano), ressaltamos a necessidade de se fixar um indicador que reflita efetivamente a inflação, ou seja, o INPC-IBGE, tendo em vista que hoje, de maneira geral, é o que se tem praticado para salários.

Entretanto, cabe destacar a necessidade da efetivação do contrato das insuficiências de responsabilidade da Patrocinadora CONAB (Dotação Inicial e Serviço Passado, contratado e a contratar) com a substituição do indexador atual (TR + 6% aa), pois ao contrário haveria um novo

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

déficit no plano, podendo levar o mesmo a uma situação de insolvência definitiva ou a um aumento das contribuições dos Participantes ativos, assistidos e da Patrocinadora.

- A redução da Folha salarial futura, base de cálculo das contribuições, evidencia que a massa de participantes ativos não está se renovando.

Motivos de redução do custo nominal do compromisso passado:

- De acordo com o Regulamento do Plano, os Benefícios já Concedidos foram corrigidos pelo índice da Caderneta de Poupança, deduzindo a taxa de juros (TR – taxa referencial);

- A rentabilidade nominal da aplicação do Patrimônio, no período de 31/08/2009 a 31/08/2010, obtida através do fluxo dos registros contábeis das receitas e despesas, pelo método da taxa interna de retorno, resultou em percentual de 10,92%, descontando-se a inflação (INPC-IBGE) acumulada no período, de 4,29%, mais a taxa de juro atuarial de 6% ao ano, resulta em -0,34% de rentabilidade real;

- Se considerarmos a meta de inflação pela TR (Taxa referencial), acumulada em 0,45%, resultaria em 4,17% de rentabilidade real;

- Destaque-se que ao simularmos a Taxa de rentabilidade, considerando que o contrato da Dotação Global aditada, de R\$44.830.506,05 em 31/08/2010, contratualmente corrigido pelo indexador TR, caso fosse substituído pelo indexador do INPC, a rentabilidade bruta do Patrimônio seria de 11,32%. E ainda, caso desconsiderássemos o contrato existente, bem como o fluxo das respectivas prestações recebidas, a rentabilidade bruta do Plano seria de 12,38%.

- Reiteramos as considerações feitas em anos anteriores, sobre o índice de correção dos Benefícios Concedidos (TR), que apesar de ser item regulamentar, não é compatível com a realidade da inflação, e sua mudança, dependendo do momento econômico, deve provocar aumento de custo ao plano. Portanto, julgamos conveniente indicar, nos contratos de amortização – da Dotação Inicial, bem como de Serviço Passado, de responsabilidade da patrocinadora, no que concerne ao indexador atuarial do mesmo, a necessidade de se aplicar o INPC-IBGE, ou outro índice compatível com a inflação, acrescido de juros atuariais de 6% ao ano, necessário para capitalização, a fim de atender a hipótese de rentabilidade adotada nesta avaliação atuarial.

Ressalte-se que para o caso de não ser alterado o indexador da Dotação Inicial já contratada mais o Serviço Passado a contratar junto à patrocinadora, a aplicação de reajustes nos benefícios dos assistidos de forma diversa àquela estabelecida pelo Regulamento do plano, ocasionaria um déficit no Plano, ocasionando o aumento das contribuições dos Participantes assistidos, ativos e Patrocinadora e ainda, conforme a relevância deste déficit, talvez a própria insolvência definitiva do plano.

Quanto ao grau de capitalização do Fundo, considerando o Patrimônio Líquido Previdenciário de R\$315.766.645,62, já considerando o valor da Dotação Inicial contratada com a Patrocinadora, registrada contabilmente como ativo do Plano, no momento, deduzindo-se o valor correspondente à cobertura das Reservas de Benefícios concedidos de R\$239.439.822,32, para os Benefícios a Conceder, de R\$684.878.288,45, a cobertura corresponde a 11,14%. Isto indica que em 31/08/2010 os benefícios concedidos estão cobertos e os benefícios a conceder apontam uma cobertura de apenas 11,14%, ou seja, o plano no momento está insolvente.

Salientamos que a maturidade do plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas previstas para o próximo ano de 247% das receitas de contribuição,

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

considerando os iminentes como aposentados e, caso o plano não tenha adesão de novos participantes, o patrimônio da Entidade se apresenta em fase de declínio.

Recomendamos agilizar as negociações para contratação da dívida, pois o prolongamento do prazo, que já decorre por mais de nove anos, poderá ocasionar em uma situação insustentável tanto para Patrocinadora como para os Participantes, tendo em vista que o pagamento dos benefícios já concedidos, com o patrimônio já em descapitalização, tende a reduzir a capitalização do Plano, em tal ponto que, poderá caminhar para uma situação de regime de repartição simples. Ou, por outro lado, a negociação do valor, em prazo muito curto, para Patrocinadora, poderá se tornar inviável, devido à soma que corresponderá a cada parcela. Entretanto, observe-se que na realidade, a gravidade da situação já vem sendo colocada nas avaliações atuariais anuais, inclusive some-se às preocupações da Entidade desde 2003, que se pode verificar quando do encaminhamento da avaliação atuarial daquele ano à Patrocinadora, através da CARTA/CIBRIUS/SUP/INT/N.º 257 DE 29/05/2003, conforme teores da mesma, que nos deu ciência.

O Plano de Custeio Vigente aplicado resulta em uma contribuição média, de 19,20%, para cobertura do Custo Normal do Plano CONAB, com a aplicação da Tabela de Contribuição vigente, conforme anexo deste relatório, em que as Patrocinadoras aportam em média, o equivalente a 9,56% do total dos Salários-de-Participação e, por sua vez, os Participantes ativos contribuem com idêntico percentual, sobre a mesma base, acrescido de 0,07% à título de joia. Aos Participantes assistidos até 2005, aplica-se a taxa 9,59% sobre o valor do benefício suplementar e 1,22% para cobertura de despesas administrativas incluindo todos assistidos.

Atualmente, o aporte relativo à amortização do saldo da dotação global representa, nesta avaliação, 15,50% do total da folha de salários de participação dos participantes, enquanto que o exigido seria de mais 209,76%.

Quanto às hipóteses biométricas, verificamos a aderência das tábuas de Mortalidade Geral e Invalidez adotadas pelo Plano, com o objetivo de adequar as estimativas de ocorrências ao real comportamento da massa de participantes do Plano.

Em relação às tábuas atualmente utilizadas pelo Plano, Tábua “AT-2000 – media (male, female)” para mortalidade e sobrevivência de válidos, “Light Média” para Entrada em Invalidez e “Winklevoss” sobrevivência dos inválidos, observamos que no período analisado de 2000 a 2009 não houve desvio significativo dos fatos observados em relação ao esperado.

Assim, de acordo com os testes estatísticos aplicados que indicam aderência das hipóteses adotadas, sugerimos para esta avaliação a manutenção das atuais Tábuas aplicadas, com monitoramento ao longo do tempo.

Assim, com base em tais fatos concluímos que o Plano de Benefícios CONAB do CIBRIUS – INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL, mantendo a atual tabela de contribuição, encontra-se em equilíbrio na cobertura do custo normal do Plano. Contudo, na cobertura dos encargos de Serviço Passado é insuficiente e a situação financeiro-atuarial é deficitária, neste momento, em virtude dos valores a amortizar ainda estarem sendo aportados com insuficiência.

Destacamos que, os percentuais apresentados deverão ser reavaliados após o prazo de um ano desta avaliação ou na ocorrência de fato relevante.

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

O Plano de Custeio atual está ajustado às determinações legais vigentes, aplicando-se a paridade de contribuições aos Participantes e Patrocinadoras para cobertura do custo normal do Plano, e estendendo o custeio das despesas administrativas para os assistidos, considerando as disposições do artigo 7.º da Lei n.º108/2001.

Além da preocupação com a contratação das insuficiências, cumpre-nos salientar que devido às características do Plano, principalmente no que diz respeito à vitaliciedade dos benefícios, aumentos constantes na expectativa de vida dos Participantes e tendência global de perspectivas de redução nas taxas de juros, destacamos a necessidade de acompanhamento e monitoramento destas variáveis.

Relativamente ao Fundo Previdencial, relativo a Reserva de Poupança de desligados de R\$693.238,73, sugerimos mantê-lo conforme dispõe o Regulamento do Plano.

Por fim, salientamos que os resultados desta avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e que, modificações futuras destes fatores, poderão implicar variações substanciais nos resultados atuariais.

Projeções considerando o Plano de Custeio Atual, com aporte das Reservas a Amortizar Contratadas (Sobrevida até 2017).

ANO	Receitas Previdenciárias	Contrato R\$44.830.506,05	Despesas por Repartição	Despesas Previdenciárias	RESULTADO
Patrimônio					270936139,57
2010	17.750.245,92	R\$ 12.205.379,85	2.773.475,93	43.909.342,53	254.208.946,89
2011	15.593.345,80	R\$ 11.514.509,30	2.436.460,28	46.128.252,77	232.752.088,93
2012	13.427.958,15	R\$ 10.862.744,62	2.098.118,46	48.379.109,96	206.565.563,28
2013	11.279.276,85	R\$ 10.247.872,28	1.762.387,01	50.331.879,39	175.998.446,01
2014	9.739.765,90	-	1.521.838,42	50.773.667,75	133.442.705,74
2015	8.448.207,81	-	1.320.032,47	50.451.665,54	90.119.215,55
2016	7.445.673,96	-	1.163.386,56	49.448.003,90	46.953.499,06
2017	6.609.510,50	-	1.032.736,02	47.986.847,08	4.543.426,46
2018	5.803.073,23	-	906.730,19	46.522.158,93	(37.082.389,43)
2019	5.214.854,43	-	814.821,00	44.510.286,96	(77.192.642,97)
2020	4.637.381,54	-	724.590,86	42.653.187,06	(115.933.039,36)
2021	4.190.675,35	-	654.793,02	40.505.588,64	(152.902.745,68)
2022	3.822.374,55	-	597.246,02	38.272.324,29	(187.949.941,44)
2023	3.528.670,33	-	551.354,74	35.960.262,51	(220.932.888,37)
2024	3.225.902,26	-	504.047,23	33.836.601,11	(252.047.634,45)
2025	2.988.119,46	-	466.893,67	31.609.249,19	(281.135.657,85)
2026	2.768.640,16	-	432.600,03	29.467.288,41	(308.266.906,13)
2027	2.553.109,99	-	398.923,44	27.419.834,52	(333.532.554,09)
2028	2.345.520,53	-	366.487,58	25.484.298,50	(357.037.819,65)
2029	2.162.261,72	-	337.853,39	23.625.971,50	(378.839.382,82)
2030	1.978.788,93	-	309.185,77	21.890.604,70	(399.060.384,36)
2031	1.806.457,04	-	282.258,91	20.252.269,99	(417.788.456,22)
2032	1.641.232,19	-	256.442,53	18.672.009,26	(435.075.675,82)
2033	1.491.801,57	-	233.094,00	17.167.476,22	(450.984.444,46)
2034	1.352.778,51	-	211.371,64	15.747.969,23	(465.591.006,82)

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

ANO	Receitas Previdenciárias	Contrato R\$44.830.506,05	Despesas por Repartição	Despesas Previdenciárias	RESULTADO
2035	1.226.648,09	-	191.663,76	14.392.329,84	(478.948.352,34)
2036	1.108.759,57	-	173.243,68	13.112.196,43	(491.125.032,88)
2037	992.330,48	-	155.051,64	11.912.773,44	(502.200.527,48)
2038	890.401,37	-	139.125,21	10.777.566,55	(512.226.817,87)
2039	795.956,51	-	124.368,20	9.712.714,32	(521.267.943,89)
2040	708.756,34	-	110.743,18	8.716.987,52	(529.386.918,25)
2041	628.562,89	-	98.212,95	7.789.242,66	(536.645.810,97)
2042	555.131,97	-	86.739,37	6.928.384,86	(543.105.803,23)
2043	488.206,10	-	76.282,20	6.133.224,61	(548.827.103,94)
2044	427.518,53	-	66.799,77	5.402.521,69	(553.868.906,86)
2045	372.789,85	-	58.248,41	4.734.856,71	(558.289.222,14)
2046	323.719,51	-	50.581,17	4.128.476,82	(562.144.560,62)
2047	279.995,85	-	43.749,35	3.581.449,89	(565.489.764,02)
2048	241.287,90	-	37.701,23	3.091.436,26	(568.377.613,62)
2049	207.250,22	-	32.382,85	2.655.754,05	(570.858.500,30)
2050	177.524,38	-	27.738,18	2.271.405,43	(572.980.119,53)
2051	151.744,27	-	23.710,04	1.935.019,47	(574.787.104,78)
2052	129.535,46	-	20.239,92	1.642.983,43	(576.320.792,67)
2053	110.468,70	-	17.260,73	1.390.878,51	(577.618.463,21)
2054	93.794,24	-	14.655,35	1.171.018,62	(578.710.342,94)
2055	79.824,30	-	12.472,55	985.853,30	(579.628.844,49)
2056	67.853,49	-	10.602,11	827.860,86	(580.399.453,97)
2057	57.136,68	-	8.927,61	688.999,82	(581.040.244,72)
2058	47.262,97	-	7.384,84	564.454,31	(581.564.820,89)
2059	38.732,01	-	6.051,88	458.322,19	(581.990.462,94)
2060	31.990,96	-	4.998,59	374.193,56	(582.337.664,13)
2061	25.702,56	-	4.016,02	298.339,52	(582.614.317,12)
2062	20.604,64	-	3.219,47	237.246,42	(582.834.178,37)
2063	16.485,69	-	2.575,89	188.295,25	(583.008.563,83)
2064	12.861,04	-	2.009,54	146.248,09	(583.143.960,42)
2065	9.610,73	-	1.501,68	109.479,61	(583.245.330,98)
2066	6.808,01	-	1.063,75	78.341,89	(583.317.928,61)
2067	4.861,73	-	759,65	56.523,87	(583.370.350,40)
2068	3.419,48	-	534,29	40.369,40	(583.407.834,61)
2069	2.390,34	-	373,49	28.783,39	(583.434.601,15)
2070	1.660,55	-	259,46	20.514,84	(583.453.714,91)
2071	1.025,84	-	160,29	13.464,20	(583.466.313,55)
2072	732,25	-	114,41	9.944,66	(583.475.640,38)
2073	462,39	-	72,25	6.816,25	(583.482.066,48)
2074	299,81	-	46,84	4.839,95	(583.486.653,47)
2075	194,93	-	30,46	3.511,26	(583.490.000,26)
2076	138,24	-	21,60	2.711,15	(583.492.594,77)
2077	71,80	-	11,22	1.861,62	(583.494.395,81)
2078	50,76	-	7,93	1.485,08	(583.495.838,06)
2079	39,39	-	6,16	1.231,79	(583.497.036,61)

**Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento**

ANO	Receitas Previdenciárias	Contrato R\$44.830.506,05	Despesas por Repartição	Despesas Previdenciárias	RESULTADO
2080	31,15	-	4,87	1.029,11	(583.498.039,43)
2081	23,66	-	3,70	850,63	(583.498.870,10)
2082	19,70	-	3,08	720,56	(583.499.574,04)
2083	12,00	-	1,88	566,71	(583.500.130,62)
2084	5,81	-	0,91	437,49	(583.500.563,22)
2085	3,60	-	0,56	356,31	(583.500.916,49)
2086	2,25	-	0,35	291,81	(583.501.206,40)
2087	0,97	-	0,15	234,73	(583.501.440,32)
2088	0,75	-	0,12	194,00	(583.501.633,69)
2089	0,65	-	0,10	159,99	(583.501.793,13)
2090	0,04	-	0,01	125,84	(583.501.918,94)

20.2. Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício, com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanar as irregularidades verificadas.

A Patrocinadora Conab, por meio da Auditoria Interna-AUDIN, órgão interno de auditoria, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001 e no §2.º do art. 41 da Lei Complementar n.º 109/2001, realizou, no transcorrer do exercício de 2010, Auditorias Especial de Gestão no INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL-CIBRIUS, relativa aos exercícios de 2009, que deram origens aos Relatórios Audin n.º 01/2010, n.º 02/2010 e n.º 03/2010, que consignaram as seguintes **RECOMENDAÇÕES**, em fase de avaliação e resposta do auditado:

Auditorias Especial de Gestão- Audin n.º 01/2010

“Sob o ponto de vista da performance relativa à gestão do Instituto, os indicadores apresentados, os instrumentos de controle e acompanhamento implementados aos longo do exercício, e ainda o aprimoramento dos mecanismos de governança corporativa, evidenciam que o perfil da entidade, em termos de eficiência e eficácia, apresenta-se como satisfatório.

Entretanto, alguns aspectos que envolvem riscos ainda permeiam a gestão e, pela significância no contexto da entidade, devem merecer, por conseguinte, recomendações específicas.

A) Entre as regras de funcionamento do Comitê de Investimentos, cabe destacar as que se seguem:

As decisões no âmbito do Comitê deverão contar com a presença de no mínimo quatro representantes, sendo dois deles Diretores e o Chefe da Área de Investimentos ou seu substituto, e mais um Chefe de Área.

As matérias aprovadas no âmbito do Comitê deverão ser embasadas em pareceres, análises técnicas, econômicas, financeiras e conjunturais, estando sempre em consonância com a Política de Investimentos do Instituto.

Sobre as regras supracitadas, **recomendamos** a alteração da redação, na forma a seguir explicitada.

**Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento**

R-1 – “As decisões no âmbito do Comitê deverão contar, obrigatoriamente, com a presença de, no mínimo, quatro representantes, sendo dois deles Diretores e o Chefe da Área de Investimentos ou seu substituto, e mais um Chefe de Área”.

R-2 - “Todas as matérias discutidas no âmbito do Comitê deverão estar, obrigatoriamente, embasadas em pareceres e análises técnicas, econômicas, financeiras e conjunturais, em estreita consonância com a Política de Investimentos do Instituto. As discussões, ponderações e decisões finais deverão ser explicitadas em Ata, e os documentos referenciados, de suporte às decisões do Comitê, serão obrigatoriamente arquivados, para consulta a qualquer tempo”.

B) Na comparação dos dois últimos exercícios constata-se que houve uma redução de 60 participantes, sendo 25 no grupo dos ativos e 35 no dos assistidos. Não houve menção sobre esse aspecto nas Notas Explicativas e no Relatório Anual de Informações aos Participantes de 2009.

Recomendamos que a entidade preste os seguintes esclarecimentos:

R-3 - Os quantitativos informados em 2008 e 2009 representam, efetivamente, a massa de participantes no Plano de Benefícios?

R-4 - No caso da confirmação dos números apresentados, explicitar as causas das diferenças observadas em cada situação no contexto do plano, como também os reflexos financeiros advindos dessas alterações na avaliação atuarial de 2009.

C) Por meio da SA n.º 014/2010, a equipe de auditores fez as seguintes indagações acerca dos estudos que estavam sendo desenvolvidos pela GAMA – Consultores Associados, dentre estes:

a) se os estudos contemplam retroatividade para os benefícios concedidos, por conta de uma eventual mudança do indexador de TR para INPC/IBGE? Caso positivo, qual o horizonte temporal dessa retroatividade, e haverá pagamento retroativo das diferenças?

b) sendo positiva a resposta da questão anterior, será contemplada, também a retroatividade da correção pelo INPC/IBGE das insuficiências já contratadas junto à patrocinadora? Caso negativo, não haverá um forte desequilíbrio financeiro no âmbito dos recursos garantidores do Plano?

c) sendo positivas as respostas para os itens anteriores, quais os fundamentos fáticos e legais que suportariam uma proposição dessa natureza? Quais as perspectivas de haver concordância por parte da patrocinadora e das demais instâncias decisórias?

d) na eventualidade de serem demandados estudos específicos sobre a matéria no contexto do projeto global, objeto de uma eventual contratação junto à uma entidade de consultoria e, em face da fragilidade dos fundamentos fáticos e legais, não se constituiria em uma iniciativa temerária, já que, por certo, irá gravar os custos totais dos serviços?

Inicialmente cabe registrar a Comunicação Interna Cibrius n.º 103/2010, por meio da qual foi oferecida as respostas, não obstante as questões tratadas envolvam aspectos relevantes no contexto da gestão, foi subscrita, pelo Chefe da Área de Cadastro, e não a quem o pedido de esclarecimentos foi dirigido – no caso, o Diretor Superintendente -, ou mesmo o Diretor de Seguridade, a que a matéria está afeta.

As respostas oferecidas foram evasivas e em nada esclarecem os questionamentos da equipe de auditoria. A manifestação faz referências a um Grupo de Trabalho que apresentou sugestões para

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

compor os estudos atuariais, mas não informa como foi constituído, ou mesmo o ato formal de constituição desse grupo (houve, sim, um grupo de trabalho formalmente constituído pela Patrocinadora, mas que foi desfeito, já que parte de seus componentes passou a fazer parte do Conselho Deliberativo, por indicação da Patrocinadora).

Diante dos fatos elencados, **recomendamos** que a entidade adote as seguintes providências:

R-5 - Melhor explicitação das respostas frente aos questionamentos formulados pela equipe de auditoria por meio da SA n.º 014/2010.

R-6 - Tendo em vista que todas as respostas aos questionamentos da equipe de auditores foram no sentido de aguardar a conclusão dos estudos da empresa de consultoria, depreende-se que um novo contrato foi pactuado com a Gama – Consultores Associados.

Ora, se os questionamentos formulados pela equipe de auditores ficaram pendentes até a conclusão dos estudos por parte da empresa de consultoria, então o Cibrius não estabeleceu, conforme é natural em qualquer processo de gestão, as diretrizes e os pressupostos básicos para o desenvolvimento e o delineamento desses mesmos estudos?

R-7 - Pelo que nos foi dado a observar, grande parte dos estudos voltados ao processo de saldamento do atual plano e constituição de um novo plano estavam contemplados no contrato firmado em 5.11.2007 com a empresa GAMA – Consultores Associados, mesma entidade que está elaborando novos estudos. Não foram aproveitados os estudos realizados sob a égide do contrato anterior, cujo pagamento, por parte do Cibrius, foi de aproximadamente R\$70.000,00?

R-8 - As propostas intituladas de “serviços complementares” apresentadas pela Gama – Consultores Associados ainda em 2008 – segundo essa entidade, por solicitação da Patrocinadora – foram considerados nos estudos desenvolvidos pela mesma consultoria em 2010?

R-9 - Essa entidade promoveu análise minuciosa, objetivando verificar a existência de eventuais redundâncias nas propostas apresentadas pela empresa de consultoria, ou seja: a) estudos contratados por meio de pacto firmado em 5.11.2007, em que o Cibrius desembolsou aproximadamente R\$70.000,00; b) propostas apresentadas em 2008 – em número de cinco – a um custo de R\$179.276,00; c) últimos estudos desenvolvidos e apresentados ao Cibrius em 2010?

R-10 - O grupo de trabalho mencionado na CI Cibrius 103/2010 é constituído formalmente? Como se deu a indicação dos seus componentes? Houve algum ato da Patrocinadora constituindo o Grupo? Caso o grupo seja informal, não se constitui em uma disfunção à sua participação ativa nas discussões relativas ao processo de gestão da entidade? Outros participantes também não poderiam reivindicar essa mesma condição?

Constata-se que a entidade condiciona todos os esclarecimentos solicitados à apresentação dos estudos finais por parte da empresa contratada, o que reforça, em princípio, o não estabelecimento prévio de diretrizes e dos pressupostos básicos, que deveriam balizar o desenvolvimento dos trabalhos.

D) O saldo de R\$220.897,60, alocado no programa de investimentos como “impostos a recuperar”, refere-se ao Imposto de Renda retido indevidamente em exercícios anteriores a favor da Receita Federal do Brasil, incidentes sobre pagamento de dividendos e juros sobre o Capital a partir de 01.9.2001, data em que o Cibrius já se encontrava sob Regime Especial de Tributação - RET. Até o encerramento do exercício, a matéria ainda se encontrava pendente.

**Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento**

R-11 - Tendo em vista que a matéria vem se arrastando há quase dez anos, recomendamos que a entidade viabilize outras alternativas objetivando a celeridade do desfecho da questão, informando a Audin as medidas adotadas.

E) Sobre as provisões para perdas, recomendamos que a entidade adote as seguintes providências:

R-12- Elabore relatório circunstanciado sobre os créditos objeto das provisões para perdas, informando, inclusive, as ações que vem sendo implementadas para o recebimento, como também uma avaliação sobre a perspectiva de sucesso.

R-13 -Melhor explicita a baixa do valor de R\$630.124,84, relativa à provisão para perdas relacionadas aos créditos junto a Parque Temático Playcenter (atualmente Hopi Hari) – segmento de Renda Variável/Mercado de Ações), já que as Notas Explicativas das contas de 2009 não fazem menção ao fato.

F) Por oportuno, cabe registrar que o saldo de R\$ 36.703,89, registrado ao final do exercício de 2008 na rubrica 1.2.4.4.02 – Financiamentos Imobiliários, refere-se a contrato de empréstimo imobiliário concedido em 17.10.2000, e que não honrado pelo participante. O Cibrius, além de promover o provisionamento para perda de R\$ 16.575,24, ajuizou ação de cobrança na 13ª Vara Cível (Processo 2003.01.1.081840-2). Já em 31.12.2009, não há registro dessa operação, como também esclarecimentos nas Notas Explicativas.

R-14 -Relativamente à rubrica 1.2.4.4.02 – Financiamentos Imobiliários, recomendamos que a entidade preste os esclarecimentos sobre os atos e fatos que ensejaram a baixa dos respectivos valores, inclusive se a ação em curso na justiça foi arquivada, se for o caso.

G) Com referências às aplicações em DPGE's, recomendamos o que se segue:

R-15 - Que a entidade verifique a data correta da emissão e compra das aplicações indicadas como de 2005, elaborando, se for o caso, uma errata com a indicação das datas corretas, dando a publicidade julgada necessária.

R-16 - No que se refere à opção por essa modalidade de investimento, recomendamos que a entidade mantenha um controle bastante rígido sobre suas aplicações, levando-se em conta os limites legais representados pelo Patrimônio Líquido das instituições e os dos saldos de depósitos a prazo e obrigações por letras de câmbio, o horizonte temporal de recuperação dos recursos na eventualidade de decretação de regime especial ou insolvência, avaliação do custo-benefício no confronto *riscos X rentabilidade* e comparação com os cenários das demais alternativas de investimentos, entre outras variáveis.

H) No que concerne às aplicações em renda fixa, verifica-se que, enquanto o montante médio aplicado cresceu nominalmente na proporção de 18,25%, os rendimentos advindos experimentaram uma retração de 1,24%. Já os índices de rentabilidade obtidos nos Fundos de Investimentos em Renda Fixa, renda variável e fundos imobiliários (estruturados), excetuando o Fundo de Renda Fixa Pactual Select Bolsa e os de modalidade estruturantes (imobiliários), não alcançaram as metas fixadas para o exercício.

R-17 - Com referência aos investimentos médios em renda fixa *versus* ganhos financeiros em 2009, recomendamos que a unidade auditada elabore e apresente relatório sucinto sobre os fatores restritivos da performance apresentada.

**Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento**

R-18 - Sob o ponto de vista das aplicações em Fundos de Investimentos, recomendamos que a entidade elabore e apresente relatório sucinto sobre às que não alcançaram as metas de rentabilidade fixadas para o exercício, apontando as causas mais relevantes.

I) **por meio da SA n.º 13/2010, solicitou esclarecimentos sobre a convocação sistemática da** Conselheira Suplente do Conselho Deliberativo Zélia Holanda Mar, lotada em Manaus-AM, embora as reuniões contassem com a presença do Conselheiro titular Francisco Pereira da Silva (que também tem domicílio fora de Brasília, gerando, por conseguinte, despesas de mesma natureza).

Diante do exposto, recomendamos:

R-19 - Que a entidade promova um levantamento detalhado das despesas derivadas do deslocamento da Conselheira Suplente (somente no caso da presença do titular nas reuniões), submetendo a matéria à apreciação do Conselho Fiscal.

R-20 - Objetivando um melhor aprimoramento no processo de governança, no que concerne à clareza e objetividade nas normas de conduta, recomendamos à entidade a alteração do § 3.º do artigo 27 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo, que passaria a ter a seguintes redação:

“Além dos casos previstos no § 1.º deste artigo, o suplente poderá comparecer às reuniões, a Convite do Presidente do Conselho Deliberativo, em caráter excepcional e quando alguma matéria a ser tratada assim justificar. a) a justificativa para a formulação do convite deverá ser devidamente registrada em Ata; b) o Suplente convidado não terá direito a voto e nem poderá relatar matéria ou formular proposições”.

J) **Consoante Relatório de Processos Judiciais posicionado em 18.8.2010, o contencioso da entidade estava composto por 198 ações nas quais a entidade figura como autora e ré. Nos casos em que a entidade encontra-se como pólo passivo, grande parte das ações refere-se ao pleito dos assistidos em alterar o indexador do benefício de TR para INPC/IBGE, como também dos reintegrados e anistiados, cujas petições têm como fulcro central a inserção no Plano de Benefício sem o pagamento da jóia regulamentar.**

R-21 - Sobre a matéria em lide, recomendamos que a entidade disponibilize relatório circunstanciado sobre as principais ações em curso, destacando o andamento, data provável de desfecho, probabilidade de recursos subsequentes, prováveis valores atualizados, entre outras informações julgadas relevantes

K) **A propósito, ao compulsarmos as Atas do Conselho Deliberativo, verificamos que, na 1.º Reunião Extraordinária ocorrida em 27.11.2009, ficou consignado que um dos Conselheiros colocou em dúvida a redação dada ao artigo 31 do Estatuto da entidade, ao afirmar que, além de contrariar o disposto na Lei Complementar n.º 108/2001, teve o intuito de anular as conquistas dos participantes e assistidos, conseguidas no passado.**

R-22 - Diante da observação supracitada e formalmente registrada em ata, recomendamos que a entidade analise e se posicione formalmente e de forma circunstanciada sobre os pontos ali focados. E para que não paire nenhuma dúvida quanto à aderência da gestão ao marco regulatório a que está sujeita a entidade, recomendamos, ainda, que seja feita consulta a Previc, se for o caso, sobre a exata aplicabilidade da Lei Complementar n.º 108/2001.

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento
Auditorias Especial de Gestão- Audin Nº 02/2010

Exercício de 2003

Consoante Acórdão Nº 2.887/2008-TCU-1ª Câmara, o Tribunal de Contas da União – TCU, determinou à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab “*que exerça supervisão e fiscalização sistemática das atividades do Instituto Conab de Seguridade Social (Cibrius), ainda que o Instituto esteja sob condição de intervenção ou liquidação extrajudicial, devendo tais atividades serem retomadas a partir do último exercício em que houve ações de supervisão e fiscalização, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001 c/c art. 41, § 2º, da Lei Complementar nº 109/2001*”.

Tendo em vista a quantidade expressiva de exercícios a serem auditados, foi ajustado com a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC que a Audin incluiria em seu plano de trabalho a fiscalização no Cibrius nos exercícios pretéritos, de forma escalonada, a partir do último exercício auditado. Nesse sentido, o relatório contemplou a **análise da gestão do exercício de 2003 e consignou as seguintes conclusões:**

Conclusões

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios

1. As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e obedecidas as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

2. Relativamente à reavaliação atuarial elaborada pela empresa responsável pelo Plano de Benefícios, merecem ser destacados os seguintes pontos:

2.1 Os resultados apurados na reavaliação e projetados para 31.12.2003, apontam uma Reserva Matemática de R\$430.596.194,17 e um Ativo Líquido Previdenciário de R\$211.662.179,76, resultando em um déficit técnico de R\$240.930.776,90.

2.2 Sugere que, não obstante o regulamento do Plano estabelecer o indexador de correção dos benefícios pela TR + 6% a.a., seja fixado um indexador que reflita efetivamente a inflação, apontando o INPC-IBGE. Enfatiza, entretanto, que a fixação de um outro indexador contemplaria, não só os benefícios concedidos, como também sobre os valores correspondentes ao serviço passado já contratado e a contratar junto à patrocinadora. Por outro lado, alerta que a alteração do indexador somente para os benefícios concedidos, levaria a um déficit do plano, podendo levá-lo a uma situação de insolvência definitiva ou aumento significativo da contribuição dos participantes.

2.3 Relativamente ao grau de capitalização do Plano, chama a atenção para o fato de que, considerando o volume do Patrimônio Líquido Previdenciário (já considerado o valor da dotação contratada) e a exigibilidade derivada dos benefícios concedidos, os benefícios a conceder estão cobertos em apenas 19,02%.

2.4 Por outro lado, chama a atenção para o fato de que o plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas correspondendo a 100,87% das receitas. Diante desse cenário, e caso o plano não tenha novas adesões, o patrimônio da entidade entra em fase de declínio.

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Companhia Nacional de Abastecimento

2.5 Recomenda a agilização das negociações relativas à contratação das insuficiências atuariais, porquanto a postergação de tal providência poderá levar a entidade a uma situação insustentável, com reflexos diretos para a patrocinadora e participantes, já que o quadro atual de descapitalização do plano poderá levar a uma situação de insolvência.

3. Com base nos dados analisados, concluiu que o Plano de Benefícios Previdenciários encontrava-se, na data da reavaliação, em equilíbrio na cobertura do custo normal do plano, justificando a manutenção da aplicação da tabela atual de contribuições. Chama a atenção, contudo, para o fato de que a cobertura dos encargos de Serviço Passado é insuficiente e a situação financeiro-atuarial é deficitária, pelo fato de que os valores a amortizar aportados serem inferiores às necessidades prevalentes.

4. A avaliação da empresa atuária registra que o Plano de Custeio encontrava-se, no exercício, ajustado ao disposto nos diplomas legais vigentes, com a aplicação adequada da paridade de contribuições dos participantes e patrocinadoras, na cobertura dos custos normais do Plano, e, inclusive, com a extensão de cobertura do custeio das despesas administrativas por parte dos assistidos, na forma preceituada no art. 7º da Lei Complementar nº 108/2001.

5. Finalizando o seu parecer, a empresa responsável pela reavaliação, destaca que, em vista das características do Plano da entidade, no que se refere à vitaliciedade dos benefícios, há uma tendência de majoração dos custos pelo agravamento dos aumentos na expectativa de vida dos participantes. Diante desse cenário, recomenda a manutenção dos superávits futuros em reservas de contingências, distribuídas somente após estudos atuariais.

6. Ao examinar os balanços patrimoniais do Cibrius levantados em 31 de dezembro de 2003, e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro, a Auditoria Independente (Trevisan Auditores Independentes), emitiu o seguinte parecer: *“Em nossa opinião, com base em nosso exame e no parecer do atuário externo sobre a adequação dos cálculos atuariais das provisões matemáticas e fundos e reservas, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto CONAB de Seguridade Social – Cibrius, em 31 de dezembro de 2003, a apuração de seu resultado e seu fluxo financeiro para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas contábeis emanadas pela Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social”.*

7. Relativamente à aderência regulatória, as diligências levadas a efeito indicam que a entidade cumpriu, à espécie, os normativos e legislação prevalentes, notadamente os emanados do Conselho Monetário Nacional – CMN, Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

8. A patrocinadora promoveu, no transcorrer do exercício, o pagamento das contribuições patronais, assim como dos serviços contratados, dentro dos prazos regulamentares.

9. O portfólio dos investimentos garantidores apresenta um perfil relativamente conservador, já que 73,10% dos recursos estavam alocados em renda fixa.

10. Os rendimentos obtidos na carteira de aplicações globalmente considerada situaram-se no patamar de 18,83%, superior à meta atuarial (10,93%:TR + 6% a. a.) e de referência (17,00% : INPC + 6% a .a.)

11 Encontram-se registradas no balanço do exercício, provisões constituídas para perdas de ativos aplicados em investimentos realizados em exercícios pretéritos, no montante de R\$ 17.477.612,28.

**Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento**

Na tentativa de recuperar tais ativos, o Cibrius ajuizou diversas ações, as quais ainda se encontram em curso até a presente data.

12.. As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e obedecidas as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO DE 2003

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2003	TR+6% aa JAN A DEZ 2003	RESULTADO
RENDA FIXA	19,32%	10,9300%	7,56%
RENDA VARIÁVEL	53,40%		38,29%
IMÓVEIS	-18,85%		-26,85%
Fundo Imobiliário	5,26%		-5,11%
EMPRÉSTIMOS	38,22%		24,60%
CARTEIRA GERAL	18,83%		7,12%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2003	INPC+6% aa JAN A DEZ 2003	RESULTADO
RENDA FIXA	19,32%	17,00%	1,98%
RENDA VARIÁVEL	53,40%		32,96%
IMÓVEIS	-18,85%		
Fundo Imobiliário	5,26%		
EMPRÉSTIMOS	38,22%		18,14%
CARTEIRA GERAL	18,83%		1,78%

Relativamente à rentabilidade bruta dos investimentos, constata-se que o resultado global obtido, quando cotejado com os índices de referência, manteve-se em patamar superior.

No caso da carteira de imóveis, o resultado adverso se deu, principalmente pelo ajuste do valor do imóvel localizado no Centro Século XXI, que provocou um impacto negativo de R\$3.228.625,68 na rentabilidade dessas aplicações.

**Auditorias Especial de Gestão- Audin Nº 03/2010
Exercício de 2002**

Consoante Acórdão Nº 2.887/2008-TCU-1ª Câmara, o Tribunal de Contas da União – TCU, determinou à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab “que exerça supervisão e fiscalização sistemática das atividades do Instituto Conab de Seguridade Social (Cibrius), ainda que o Instituto esteja sob condição de intervenção ou liquidação extrajudicial, devendo tais atividades serem retomadas a partir do último exercício em que houve ações de supervisão e

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

fiscalização, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001 c/c art. 41, § 2º, da Lei Complementar nº 109/2001”.

Tendo em vista a quantidade expressiva de exercícios a serem auditados, foi ajustado com a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC que a Audin incluiria em seu plano de trabalho a fiscalização no Cibrius nos exercícios pretéritos, de forma escalonada, a partir do último exercício auditado. Nesse sentido, o relatório contemplou a **análise da gestão do exercício de 2002 e consignou as seguintes conclusões:**

Conclusões

1. As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

2. Relativamente à reavaliação atuarial elaborada pela empresa responsável pelo Plano de Benefícios, merecem ser destacados os seguintes pontos:

2.1 Os resultados apurados na reavaliação de 31.12.2002, apontam uma Reserva Matemática total de R\$344.693 mil e um Ativo Líquido Previdenciário de R\$91.710 mil, resultando em um Déficit Técnico de R\$252.983mil.

2.3 Relativamente ao grau de capitalização do Plano, chama a atenção para o fato de que, considerando o volume do Patrimônio Líquido Previdenciário (incluído o valor da dotação contratada de R\$66.135 mil) e a exigibilidade derivada dos benefícios concedidos, os benefícios a conceder estão cobertos em apenas 14,14%.

2.4 Salienta que o índice atual de correção dos Benefícios Concedidos (TR), apesar de regulamentado, não é compatível com a realidade da inflação, e sua mudança, dependendo do momento econômico, deve provocar aumento do custo do plano. Nesse sentido, entende como conveniente de estabelecer, no caso da contratação do serviço passado junto à patrocinadora, o INPC/IBGE como indexador, ou outro índice compatível com a inflação, acrescido de juros atuariais de 6% ao ano.

2.5 A avaliação da empresa atuária registra que o Plano de Custeio encontrava-se, no exercício, ajustado ao disposto nos diplomas legais vigentes, com a aplicação adequada da paridade de contribuições dos participantes e patrocinadoras, na cobertura dos custos normais do Plano.

3. Ao examinar o parecer do atuário externo sobre os cálculos atuariais das provisões matemáticas e dos fundos e reservas e os balanços patrimoniais do Cibrius e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro, a Auditoria Independente (Trevisan Auditores Independentes), emitiu parecer, no sentido de que as demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2002 *“representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto CONAB de Seguridade Social – Cibrius, em 31 de dezembro de 2002, a apuração de seu resultado e seu fluxo financeiro para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas contábeis emanadas pela Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social”.*

4. Relativamente à aderência regulatória, as diligências levadas a efeito indicam que a entidade cumpriu, à espécie, os normativos e legislação prevalecentes, notadamente os emanados do

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

Conselho Monetário Nacional – CMN, Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

5. A patrocinadora promoveu, no transcorrer do exercício, o pagamento das contribuições patronais, assim como dos serviços contratados, dentro dos prazos regulamentares.

11. Encontram-se registradas no balanço do exercício provisões constituídas para perdas de ativos aplicados em investimentos realizados em exercícios pretéritos, no montante de R\$13.476 mil. Na tentativa de recuperar tais ativos, o Círius ajuizou diversas ações, as quais ainda se encontram em curso até a presente data.

12. As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e obedecidas às diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.